

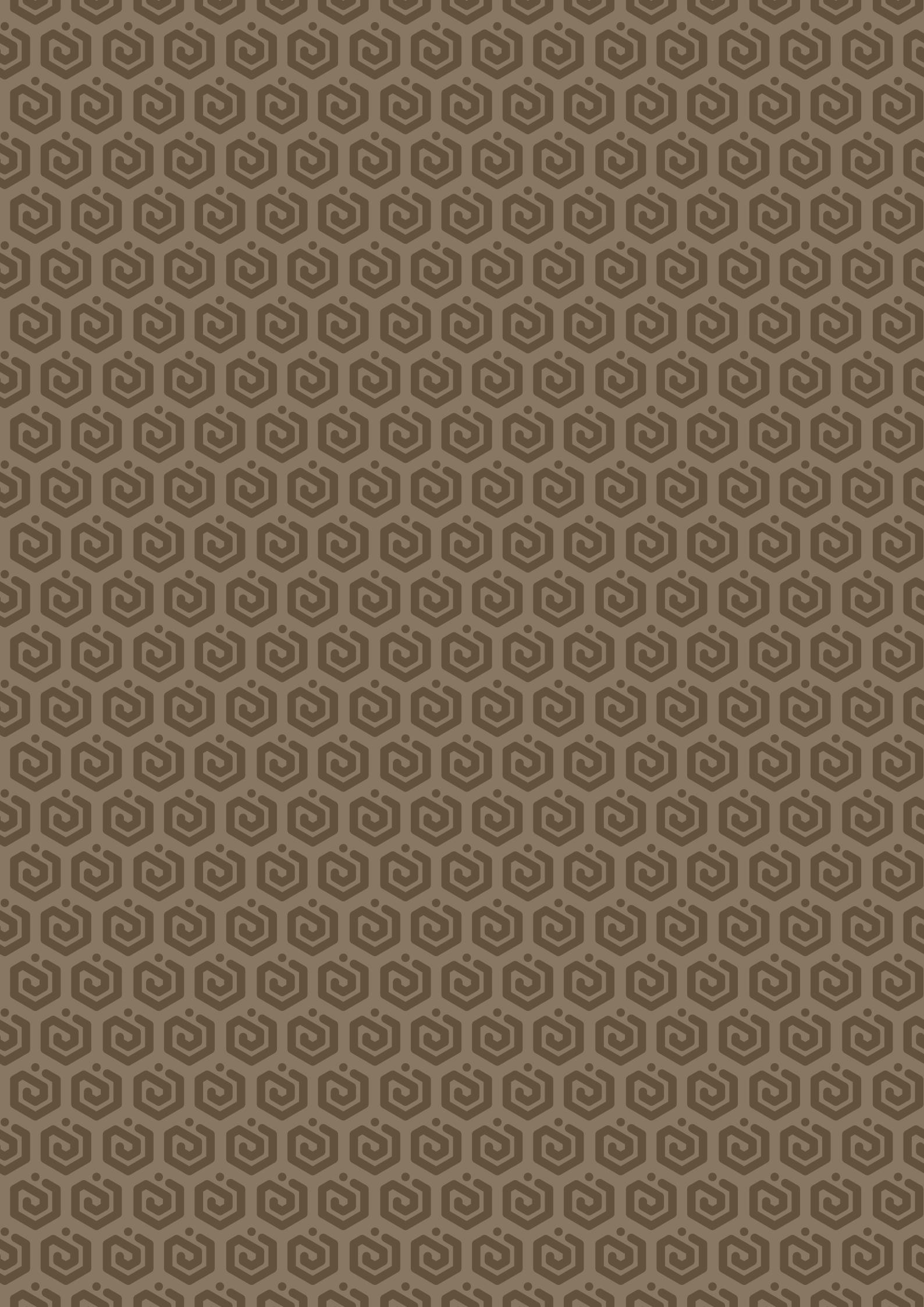


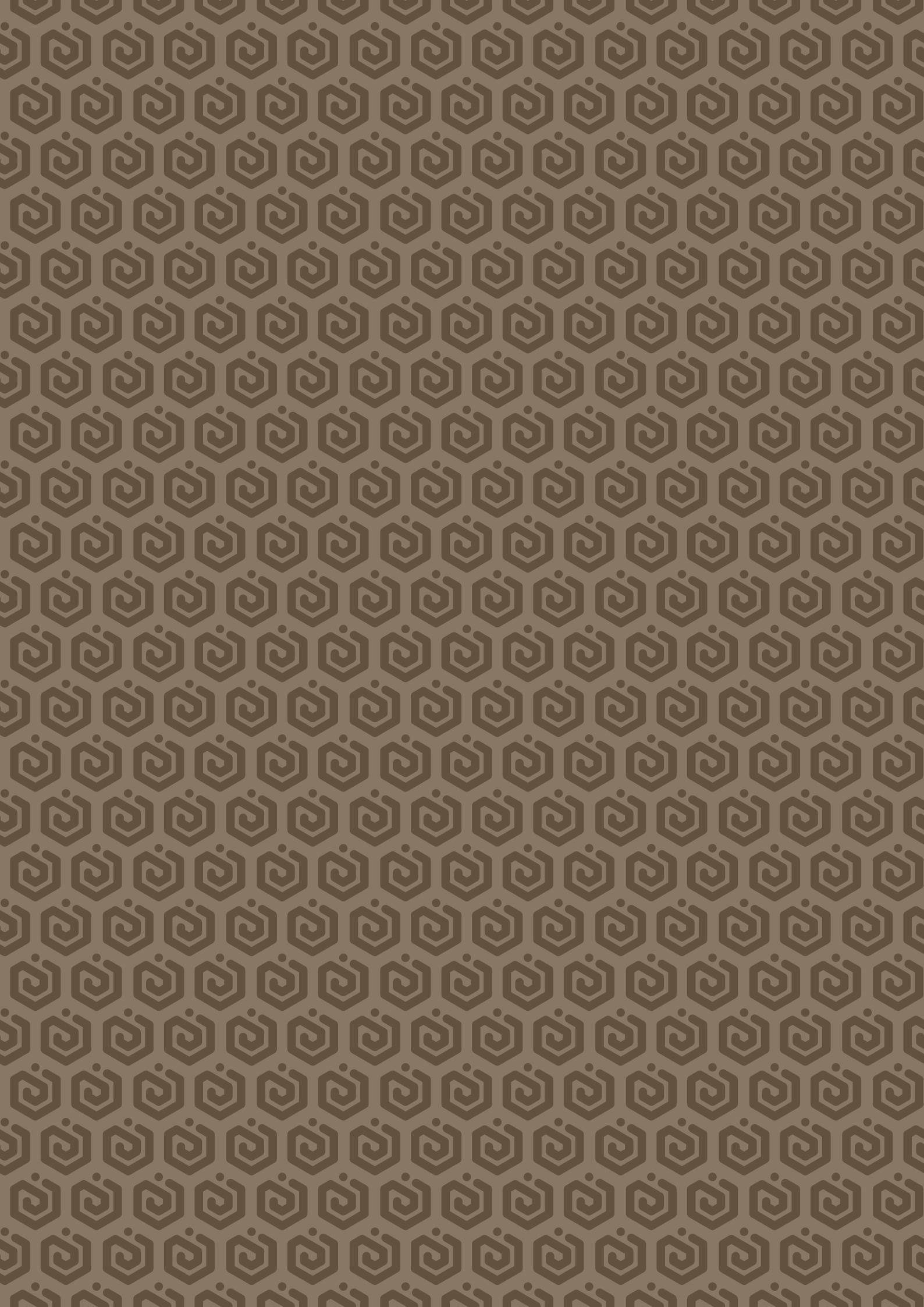
REVISTA DA MAIA 2021/22

Revista Cultural da Câmara Municipal da Maia

Índice

5	Textos Introdutórios
10	Protoparóquias da maia do Séc. XI
	António Pato
26	Gonçalo Mendes da Maia
	- Uma imagem que (de)marca
	Rui Teles de Menezes
50	Inquirição de 1258 de Santa Maria
	e São Pedro de Avioso Julgado da Maia
	Joaquim José Moreira dos Santos
74	Santos de Roma e Santos do Povo
	- Ensaio sobre canonizações populares
	- o «Santo Preto» da Maia
	José Augusto Maia Marques
100	Três Momentos
	Fernando Teixeira
114	A nomeação episcopal de D. José Alves
	Correia da Silva no contexto
	político-eclesial do seu tempo
	Adélio Fernando Abreu
130	Museu de História e Etnologia
	da Terra da Maia
	- 2001-2021 20 anos ao serviço da comunidade
	Sara Lobão e Armando Tavares
160	Ensaio sobre o Aprender
	José Vieira de Carvalho e o Ensino
	José Augusto Maia Marques
186	Notas de Leitura
203	Ficha Técnica



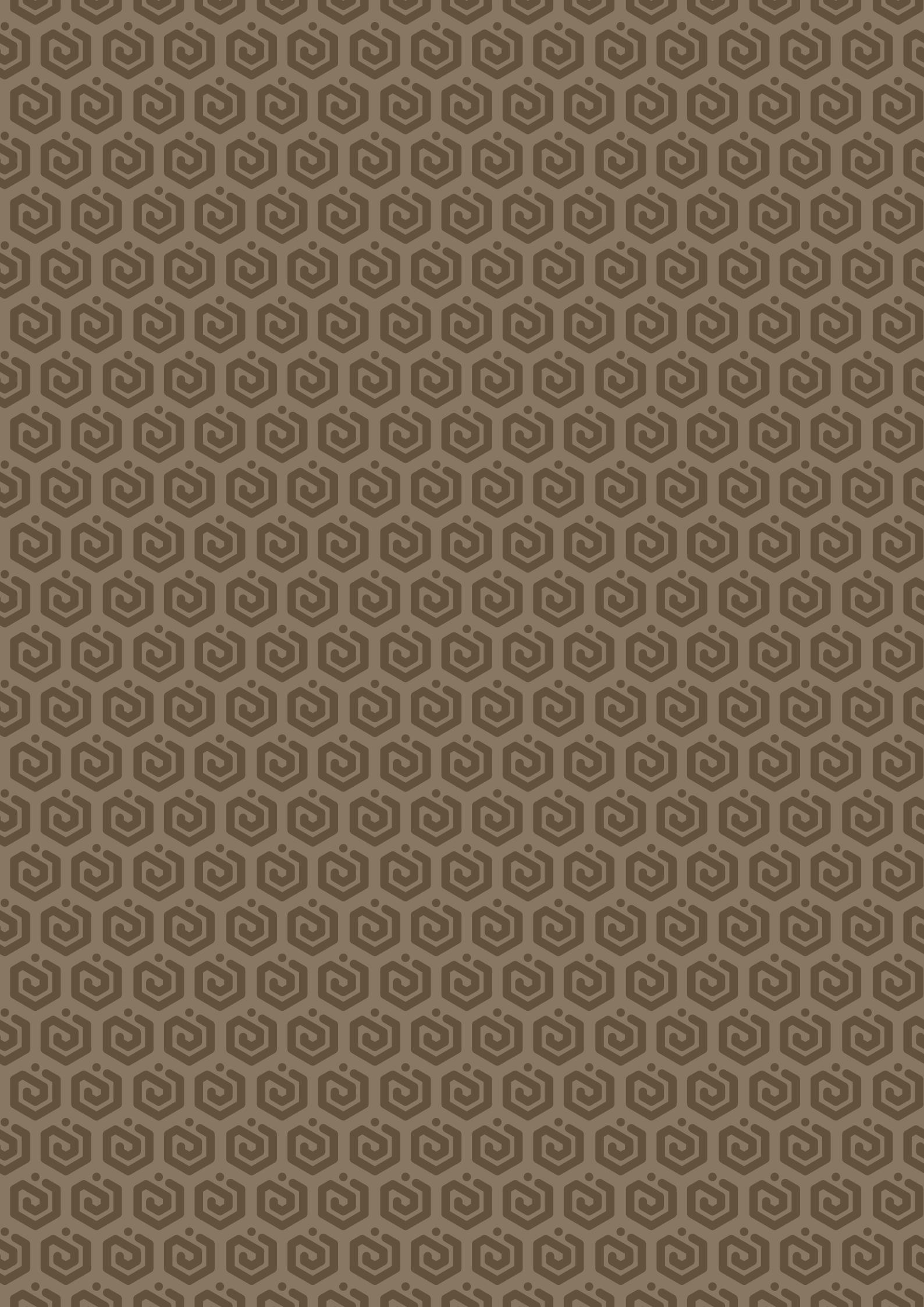


O presente número da Revista da Maia (Ano VI e VII, nº1) respeita inteiramente os propósitos pelos quais foi criada: proporcionar uma abordagem científica de temas, factos e personalidades que durante a longa existência da comunidade maiata, fixada num território que já teve várias geometrias, tiveram importância para a sua História e Cultura.

Não é por acaso que a capa da presente edição reproduz uma ilustração do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, inaugurado em 2001, e instalado num edifício com uma relevante importância histórica para o nosso Concelho e que tem sido uma instituição importantíssima para a divulgação histórica, antropológica, social, cultural, política e económica do nosso riquíssimo passado coletivo, objetivos, evidentemente, partilhados por esta publicação.

Uma palavra de agradecimento a todos aqueles que através dos seus artigos aportaram a solidez e o interesse à presente edição.

*O Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Diretor da Revista da Maia,
Mário Nuno Neves*



A Revista da Maia: Revista Cultural da Câmara Municipal da Maia, é a materialização de três principais objetivos da Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Maia, o da disseminação, o da valorização e a preservação do património histórico-cultural da Terra da Maia.

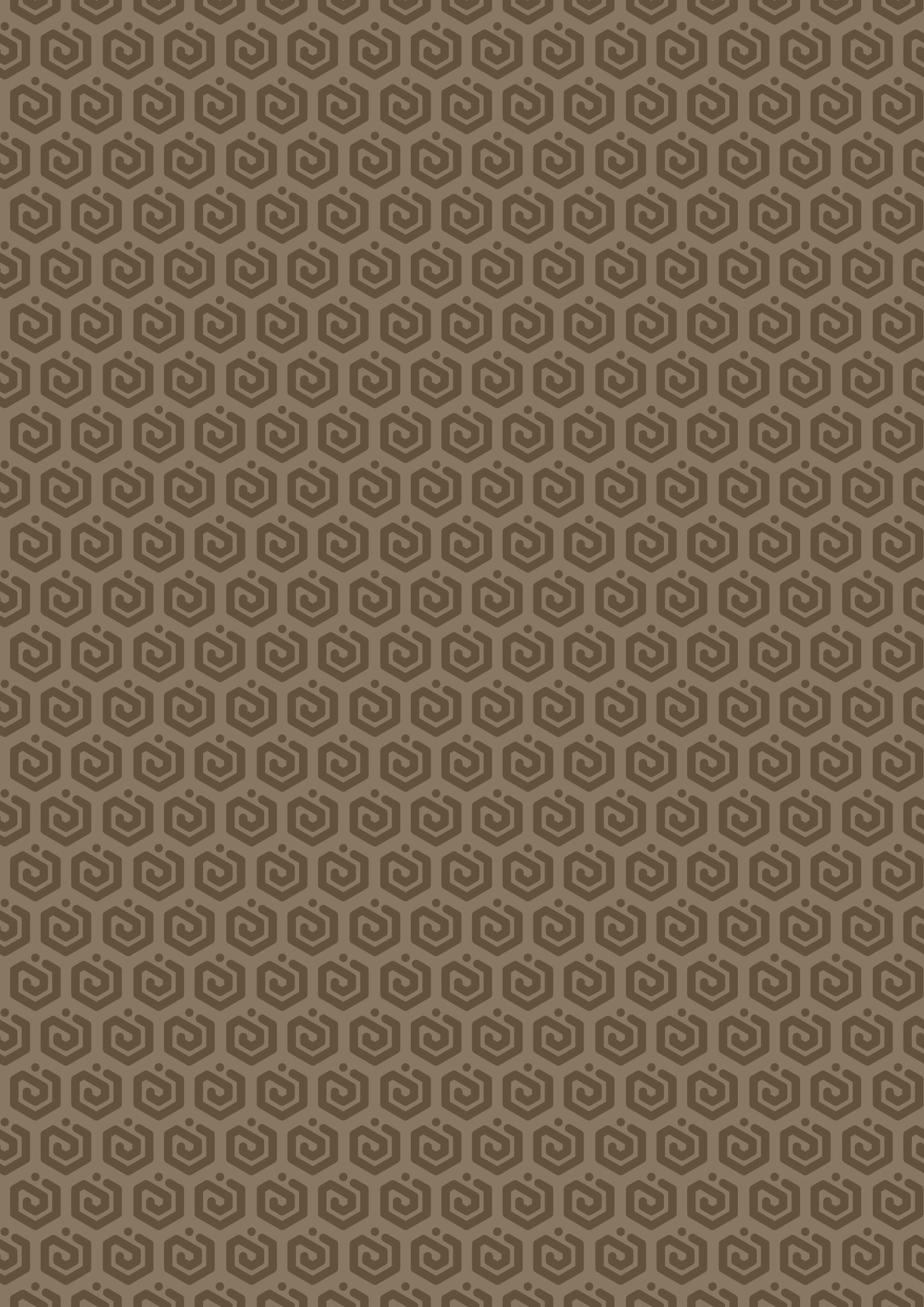
O conjunto dos textos coligidos, neste número, Ano VI e VII, nº1, são de uma grandiosa importância e valorização histórica do território da Maia, redigidos por apaixonados pela história com elevado conhecimento e enorme rigor científico, o que faz deste número, uma publicação de leitura obrigatória, para todos aqueles que querem e procuram saber mais sobre a Terra da Maia, com garantia de rigor e credibilidade, dos assuntos abordados em cada um dos artigos.

Felictito e agradeço o seu editor e coordenador, Dr. José Maia Marques, pela brilhante organização e estruturação de conteúdos, bem como, permitam-me expressar o meu respeito, por todos aqueles cujo esforço e trabalho gravita em torno da salvaguarda e documentação histórica quer seja na sua vertente de investigação, recuperação, partilha, ou de ensino.

Despeço-me deixando uma palavra de gratidão a todos os leitores, que procuram a publicação e a leem, porque desta forma continuam a demonstrar a sua confiança nesta publicação e a evidenciar que a sua edição é necessária e obrigatória no panorama editorial do Município.

A todos vós, o meu muito obrigada.

*A Chefé da Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Sofia Barreiros*



DESTAQUE DOS EDITORES

Este é o primeiro número duplo da nova série da Revista da Maia.

Por várias vicissitudes, pandémicas e não pandémicas, não foi possível publicar o número correspondente a 2021.

Assim, agregamos ao de 2022 vários trabalhos que foram entregues para esse número, dando assim origem a este chamado “número duplo”, dado que abrange dois anos num único volume.

Neste número encontramos artigos sobre a Maia, indo desde a Idade Média até à contemporaneidade.

Aqui apresentamos trabalhos de investigação baseados em documentação histórica.

Nestas páginas abordamos aspectos da vida de maiatos ilustres, como sejam Gonçalo Mendes da Maia, o D. José Alves Correia da Silva, e o Doutor Vieira de Carvalho.

Relembramos o que foi a Rua do Sol, uma das mais características das ruas da freguesia de Barreiros.

Os 20 anos do Museu e o “Santo Preto da Maia” são outros temas tratados neste número.

E continuamos atentos ao que se vai publicando sobre a Maia e ao que sai da pena de maiatos.

Gostaríamos aliás de reforçar aqui a possibilidade de os autores maiatos ou que escrevem sobre a Maia nos enviarem as suas publicações para que possamos elaborar as respetivas notas de leitura.

Perante este leque de ofertas, só podemos desejar aos nossos leitores que desfrutem deste número com tanto prazer como nos deu a sua edição.

*O Editor,
José Maia Marques*

*O Editor Adjunto,
Rui Teles de Menezes*

Protoparóquias da Maia do Séc. XI

António Pato

Investigador de História Regional e Local

O título escolhido, para ser sintético como convém, obriga a uma aclaração que o faça inteligível em relação ao espaço geográfico, já que o espaço temporal não suscita dúvidas.

Ao referir a Maia, não estávamos a apontar para a grande circunscrição que, com esse nome, se identificava na Idade Média. O assunto aqui abordado tem uma abrangência muito mais restrita, limitando-se o estudo a umas poucas igrejas situadas no actual concelho da Maia.

O significado da palavra *paróquia* tem variado ao longo do tempo, mas sempre mantendo um cariz eclesiástico. Será aqui utilizada para referir uma certa área territorial centrada num lugar de culto, a população de fiéis que nela habitam e um presbítero ou diácono responsável. Além disso, era tida por indispensável a existência de um bispo a quem cabia a jurisdição apostólica sobre as comunidades de fiéis de um território muito mais vasto, a que actualmente chamamos *diocese*.

Sendo certo que as primeiras notícias acerca de Jesus Cristo e da mensagem que divulgou, chegaram ao ocidente peninsular muito precocemente, a sua difusão defrontou-se com enormes dificuldades. Desde logo, estando a nossa terra ocupada pelos Romanos, em tempo de violentíssimas perseguições aos Cristãos, professar ou divulgar o cristianismo era sinónimo de correr graves riscos.

Quando, mais tarde, foi decretada a liberdade religiosa, já os soldados e as autoridades da Roma Imperial estavam prestes a abandonar a nossa região, forçados pela chegada, no início do século V, dos invasores germânicos, sobretudo os Suevos e os Visigodos. E com estes vieram novas dificuldades. Tanto pela violência que usavam para ocupar as propriedades já estabelecidas, como pelo antagonismo religioso, já que uma parte dos novos ocupantes era constituída por pagãos e outra parte seguia a heresia ariana. Lentamente a situação foi evoluindo para uma paz estável, acentuada pela conversão ao cristianismo, de que os próprios soberanos deram o exemplo.

Tudo parecia encaminhar-se para um tempo de rápido e pacífico estabelecimento da Igreja quando, vindos de África, no primeiro quartel do século VIII, irrompem pela Península Ibérica os exércitos muçulmanos. Precedidos por uma terrível fama de intolerância religiosa e de cruéis violências, geraram nas populações cristãs um tal pavor, que muitos dos habitantes mais ricos, mais poderosos e mais altamente colocados socialmente, não vislumbraram outra solução para a sua segurança senão a fuga precipitada para regiões muito mais a norte. Entre estes, contava-se grande parte da hierarquia religiosa, entre a qual o bispo do Porto, diocese que tinha sido criada cerca de 570.

Para o nosso tema de estudo tem o maior interesse lembrar que os bispos do Porto refugiados nas Astúrias, por lá se mantiveram cerca de três séculos, sucedendo-se no título episcopal com alguma irregularidade durante essa ausência e deixando em quase total abandono a sua diocese.

De modo geral, os invasores não tiveram os comportamentos ferozmente hostis condizentes com aquilo que deles se temia. Desde que os cristãos os não hostilizassem, eles preferiam cobrar os seus impostos, exercer tranquilamente as suas actividades e conviver de modo pacífico com as populações que aqui encontraram. Decerto que alguns excessos aconteceram, mas a verdade é que nenhum dos lados estava isento de culpas. Depois de dominarem o território onde se encontra inserida a Maia, passados uns quarenta anos retiraram-se para sul, atraídos por outros interesses, ficando por aqui um ou outro pequeno núcleo sem qualquer expressão como poder ou influência. A partir desta altura, sem terem um pleno controlo do terreno a norte do Mondego, limitaram-se a algumas breves operações de pilhagem atravessando o rio Douro. Tal como os cristãos também se aventuravam no território dominado pelos muçulmanos em rápidas incursões. Actuação excepcional aconteceu por volta do ano 1000, tendo deixado má memória essas incursões de Almançor.

O soberano de Leão – reino que incluía a Maia dentro das suas fronteiras – logo que entendeu ser possível, promoveu acções de reocupação territorial, de forma a criar as condições para um ordenamento dos espaços e das populações que viesse a permitir uma administração pública tão eficiente quanto desejável. Com a chamada *presúria* do Porto em 868, também a nossa região ficou mais intimamente ligada à autoridade real. Mau grado os referidos atrevimentos dos muçulmanos e, também, a ocorrência dos sempre temidos ataques de normandos.

Esta tarefa de *presúrias* a mando do rei, foi executada por alguns poderosos cortesãos da sua confiança, aos quais o soberano procurava oferecer oportunidades de enriquecimento e de mando. Com isso esperava poder dar passos importantes no sentido de controlar os territórios do reino e, em simultâneo, fortalecer os laços de fidelidade dos próceres que lucravam com essas operações apossando-se de terras e de povoações.

Convém sublinhar, porque interessa ao nosso assunto, que esses personagens que participavam na concretização da ordem do soberano, quando presuravam um determinado espaço territorial, tinham direito, por concessão régia, a uma parte dessas terras e de tudo o que nelas se encontrava. Como se compreende, tratar-se-ia, preferencialmente, das áreas menos ocupadas e que era necessário revitalizar. Mas, com muita frequência, esses magnatas e aqueles que os acompanhavam optavam por tomar as terras mais ricas, porque mais rendosas. Os abusos não são coisa inventada nos nossos dias. Muitas dessas tomadas de posse, não pode esquecer-se, foram feitas à revelia da *ordinatio* real através do uso da lei do mais forte.

Tem início, então, o processo que leva, mais proximamente, ao nosso tema de estudo.

Com a longa ausência do bispo do Porto, a sua diocese estaria, seguramente, num calamitoso estado de carência, de abatimento e de desorganização.

É, sobretudo, por essa altura, que alguns dos senhores das terras começam a erguer, por sua conta e risco ou com a ajuda da população da sua área de domínio, pequenos templos onde se poderia processar alguma actividade religiosa. Estas iniciativas tinham em vista vários objectivos: antes de mais, certamente, a piedade dos proprietários mas, logo depois, esse gesto era muito importante como sinal bem evidente de posse e, também, como desejo de facultar aos habitantes que os rodeavam um conforto espiritual que mais os prendesse à terra. Outra motivação e nada desprezível, era o efeito que a posse de uma igreja tinha sobre o seu estatuto social.

É esta a ideia que dá forma à instituição da *igreja própria*, ou seja, por outras palavras, igreja de propriedade privada.

No caso da Maia e da região que a rodeava, ao virar do milénio, esta terá sido a solução possível com vista a adensar a malha de templos dentro da rarefeita e precária estrutura diocesana, tanto mais que devemos ter sempre presente a prolongada ausência do bispo portucalense, de quem se esperaria, em primeiro lugar, a iniciativa tendente a proporcionar aos fiéis à sua guarda melhores condições para o culto.

Numa primeira fase, o episcopado via com bons olhos e não desencorajava o estabelecimento desses templos, muito embora seja certo que todo o processo passava ao lado da normal jurisdição dos bispos, pela razão já referida. Por isso mesmo, é de supor que, em discrepância com as disposições canónicas, um templo erector por esta altura, talvez nem recebesse a sagrada, por acto da competência exclusiva do bispo diocesano. Entre outros problemas ficaria, ainda, por resolver, a questão do necessário provimento de um presbítero a quem fosse atribuída a responsabilidade da cura de almas junto dos fiéis ligados a essa igreja. Na verdade, parece ser muito duvidosa a existência, neste tempo e nestas circunstâncias, de suficientes clérigos disponíveis, devidamente formados e ordenados. Apesar de, como se sabe, a preparação para as ordens sacras, nesse tempo, se limitar a um programa muito pouco exigente. O que não dispensaria, de modo nenhum, a intervenção episcopal.

Para o nosso espaço territorial, não conheço documentação que apoie historicamente a criação de uma dessas igrejas próprias. Elas surgem-nos já instaladas, como é referido nas primeiras escrituras conhecidas que lhes dizem respeito.

Ao surpreendê-las em plena actividade, já no século XI, é de crer que a sua existência poderia vir muito de trás, já que as condições que se verificavam nesta altura não eram substancialmente diferentes daquelas que conhecemos, pelo menos, nos séculos IX e X.

A própria definição dos limites que circunscreviam a área que respeitava a cada igreja, apresenta-se já bastante estabilizada. Neste momento, a trama paroquial da diocese que vamos encontrar documentada, em grande parte, por meados do século

XIII, não difere, salvo pequenos arranjos posteriores, da cartografia diocesana actual. Na verdade, os territórios das paróquias foram-se acomodando pacificamente.

Por um processo que se desenvolveu de um modo natural e com uma lógica adequada, os resultados conseguidos pela Igreja ao instalar-se no terreno, foram percursos, com muita antecedência, de uma organização civil que veio a cobrir o território de uma forma igualmente cerrada. Os documentos existentes revelam que esta identificação eclesiástica foi, durante muito tempo, aproveitada para satisfazer as necessidades burocráticas, administrativas e fiscais do reino. Ao contrário das recomendações da hierarquia, que apelava para a sobreposição das circunscrições religiosas sobre os limites do ordenamento territorial civil. Só que este praticamente não existia na nossa região e por esse tempo.

O aproveitamento pela coroa da organização espacial da Igreja, tem como exemplo flagrante o que veio a verificar-se, um pouco mais tarde, com as inquirições ordenadas pelos soberanos.

A normalidade que se esperava da presença de um bispo residencial no processo de criação da rede de igrejas, para além da sacralização dos espaços ligados ao culto e da preparação do indispensável corpo de clérigos, incluía a observância de condições mínimas que constituíssem suporte económico bastante para a sustentação do clérigo e cuidadosa manutenção do templo. Como curiosidade, é de referir um texto disciplinar da época que prescrevia a dimensão das terras a serem adjudicadas para esse efeito. Essa medida era de dez servos... Entenda-se que deveria ser uma extensão fundiária capaz de ocupar dez pessoas dependentes. Caberia sempre ao bispo a investidura do presbítero que iria ficar com a responsabilidade de acompanhar os fiéis que lhe estavam confiados, muito embora fosse concedido aos promotores da construção do templo e da sua dotação, bem como aos seus herdeiros, o direito de propor um sacerdote para ser provido nessa igreja.

Ultrapassando a questão da polissemia da palavra *paróquia* ao longo dos séculos, fixemo-nos no conceito que hoje lhe é reconhecido.

Durante o período que aqui nos interessa focar – século XI – as igrejas locais da área em apreço, talvez pudessem satisfazer alguns, ou mesmo todos, os requisitos necessários à sua existência enquanto paróquias. Com uma excepção fundamental: a ausência de bispos residenciais, por este tempo ainda refugiados nos extremos norte da Península, desde a chegada dos invasores muçulmanos em 711. Alguma rápida visita à sua diocese, talvez integrado no séquito real, não era suficiente para assegurar, minimamente que fosse, o seu múnus episcopal. E só isso explica as situações concretas que transparecem da documentação coeva e que levaram à adopção do título escolhido para abranger o assunto a desenvolver, pois que se não tratava de *paróquias* na significação plena desta designação, mas antes instituições criadas à margem de uma boa regularidade, por serem fruto de decisões e acções da esfera laica, fora do que seria uma normal

intervenção das instituições eclesiásticas.

Uma palavra para lembrar que estes templos de remota origem, nada têm a ver com as capelas particulares, ou oratórios, que algumas famílias abastadas faziam construir nas suas propriedades, apenas para uso familiar, e das quais a Maia conserva ainda alguns exemplares, embora de fundação muito recente. Pelo contrário, as igrejas privadas de que aqui se trata, são templos destinados ao culto público que, em grande parte e em boa verdade, mais tarde acabaram por ser transformadas em igrejas paroquiais mesmo se, como era frequente e já foi referido, ficassem sujeitas ao regime de padroado¹. Esta alteração terá começado a ocorrer após a chamada “restauração” da diocese do Porto, entre 1112 e 1114, pela acção vigorosa do bispo D. Hugo, e dos seus sucessores.

As igrejas próprias não constituíam, de maneira nenhuma, um afrontamento entre o poder laico e o poder eclesiástico. Embora não constituindo a motivação consciente com mais peso na decisão do proprietário, a verdade é que a concretização dessa vontade tinha um carácter supletivo na construção da diocese.

A acção directa dos bispos efectivamente residentes no espaço diocesano, começou a alterar o estado das coisas que vinham dos quatro últimos séculos. A partir daqui, a jurisdição episcopal começou a fazer sentir que a sua autoridade não estava confinada ao exterior da propriedade onde se encontrava uma dessas igrejas construídas de uma forma canonicamente irregular e que seriam, seguramente, larga maioria. Para além de não se dispensarem do direito e da obrigação de visitar os locais de culto, para se assegurarem do seu estado apropriado para receber as celebrações litúrgicas, também tratavam de examinar a condição pessoal do clérigo que nesse lugar oficiava, tomando conhecimento dos seus comportamentos e avaliando as suas capacidades enquanto ministro de Deus e, em consequência, promovendo as correcções que entendesse necessárias. Estes contactos foram, mais tarde, a origem das *Visitações*, de que temos ainda inúmeros registos nos nossos cartórios paroquiais. Por outro lado, e numa perspectiva mais temporal, estes clérigos e estes templos, foram rapidamente integrados no quadro do governo diocesano, a par dos párocos e das igrejas que podem ser chamadas de *públicas* desde a sua origem. A tendência que se pode observar ao longo do tempo, é a transformação das igrejas próprias em igrejas paroquiais, muitas vezes ainda sujeitas ao regime de padroado que, de alguma forma, prolongava, de maneira mitigada, o estatuto anterior. O mesmo percurso fizeram alguns templos ligados a pequenos mosteiros que, entretanto se extinguiram.

1 Situação caracterizada pela propriedade privada, ou não, do templo, embora plenamente integrado na administração diocesana, deixava ao detentor desse privilégio alguns direitos entre os quais o mais importante e cobiçado, era a capacidade para escolher o pároco que ficava, apenas, sujeito à confirmação do bispo e consequente instituição como cura de almas local.

E, também, não se podem esquecer instituições monásticas de vulto que acabaram por assegurar os serviços paroquiais do local onde se encontravam. Em pleno século XVI, o *Censual da Mitra da Sé do Porto* ainda enumerava uma grande quantidade de igrejas nestas condições.

Feito este breve prólogo, vejamos agora o caso das **protoparóquias** que justificam este pequeno estudo.

A primeira a ser considerada será a de S. Romão de Vermoim, por ser aquela que encontro em documentação de data mais recuada.

Refiro-me a uma escritura datada de 1014 que formaliza uma doação endereçada *ao acistério de Vermoim, com as relíquias de S. Romão, cuja basílica² está construída nessa "villa", nos arredores de Portugal³, próximo do rio Leça e por onde corre o ribeiro de Avioso⁴.* E acrescenta *concede a este lugar sagrado e a ti Unisco e ao teu filho Osoredo Tructesendes e aos religiosos e religiosas que aí vierem a habitar...⁵* Vem, a seguir, a discriminação pormenorizada dos bens doados.

Alguns pormenores do texto devem ser relevados, porque têm importância para o nosso assunto. De reparar que o pequenino cenóbio é designado, apenas, por *de Vermoim*, localizando-se a igreja de S. Romão na "villa" desse nome.

A palavra *uilla* teve uma evolução semântica bastante bem conhecida. Com origem na época da ocupação romana, denominava, então, uma grande propriedade rústica com os equipamentos residenciais e ligados à exploração agrícola que lhe eram adequados. Mais tarde, os povos germânicos que aqui chegaram pelo século V, ao tomarem posse de muitas das terras da região, mantiveram incólume bom número dessas instalações agrárias, explorando-as tal como as encontraram. Noutros casos, simples povoações surgidas nesses largos espaços entretanto fragmentados, mantiveram a designação de *villa*. Nos nossos dias, o significado corrente é outro, que todos conhecemos. Das primeiras, algumas ainda hoje se podem identificar a partir, sobretudo, dos seus apelativos, quando estes são derivados directos dos velhos nomes germânicos que os possessores dessa origem davam aos seus bens como sinal de posse.

2 Por esta altura, a palavra não tinha o significado que hoje tem. Alguns autores entendem que se refere a templos que guardam relíquias de santos mártires, outros sugerem que identifica a igreja que serve uma comunidade regular e outros, ainda, defendem que se trata de uma questão de exígua dimensão. No caso de S. Romão de Vermoim, parece que estas três definições se ajustam à realidade.

3 Referência a *Portucale*, hoje Porto

4 *acisterium prenominato uermudi et reliquias loci eius uocabolo sancti romani et omne eius cuius baselica fundata est in ipsa uilla suburbio portugal prope riuuolo leza et discurrente arrugio auenosu*

5 *testo et concedo ad ipsum locum sanctum et tibi unisconi et filio tuo oseredi tructesindi et fratres et sorores qui ibi habitantes fuerint*

Na escritura que estamos a analisar, a igreja enriquecida com as relíquias de S. Romão, encontrava-se erecta na *uilla* que tinha por nome *vermudi*, nome que denunciava a antiga posse de um certo *Vermudus* visigótico.

E esta *uilla vermudi* teria as dimensões que vinham do passado ou era, já na nova acepção, apenas um povoado?

A resposta parece dever ser afirmativa em relação à primeira parte da pergunta, sobretudo em virtude de duas razões essenciais: por um lado, um dos beneficiados com esta doação, D. Unisco Mendes, no seu testamento, ao incluir Vermoim, descreve esta parcela do seu património de forma a deixar bem claro que se trata de uma propriedade extensa. Além disso, os actuais limites geográficos da paróquia, coincidentes com a freguesia civil recentemente desaparecida, configuram uma velhíssima fronteira, pela sua lógica e pela sua regularidade: de nascente o curso do ribeiro de Avioso, de poente a estrada romana, para norte incluía a área que hoje constitui a paróquia de Barca. A circunscrição civil e eclesiástica actual mantém a memória do possessor germânico que, depois de adaptado o nome ao latim, se fixou no genitivo *Vermudi*.

Os proprietários do complexo religioso de Vermoim no século XI aceitavam esta doação, com toda a independência e, na sua sucessão, foi cedida em plena liberdade a área que é hoje a paróquia de Barca. Muito significativo para aquilo que se pretende demonstrar é a fórmula *concedo a este lugar sagrado e a ti Unisco e ao teu filho Osoredo Trutesendes*. Ficam, assim, claramente identificados os destinatários dos bens doados, o que evidencia a sua qualidade de proprietários. No já referido testamento de D. Unisco Mendes, esta senhora deu o destino que entendeu a toda a *Villa Vermudi*, incluindo o pequeno mosteiro e a igreja de S. Romão. E isto, sem o menor constrangimento que pudesse ter sido exercido por parte de alguma autoridade alheia. Não pode restar a menor dúvida que, por esse tempo, a igreja de S. Romão de Vermoim era parte integrante de uma propriedade privada de apreciável dimensão. Essa posse, pelo menos da parte rústica, pode supor-se que tenha como origem um acto de presúria na época imediatamente anterior. Talvez, quem sabe?, pelo sogro de D. Unisco de nome Osoredo Tructesendes, ou algum dos seus antepassados próximos, cujas origens familiares radicavam na Galiza.

O mais importante, neste momento, é sublinhar que a igreja de S. Romão de Vermoim existia, como igreja privada, no ano de 1014. Continuava nessa situação quando D. Unisco Mendes a incluiu no seu testamento. Pelo meado desse século, a linhagem dos proprietários estava extinta, mas prevaleciam os termos do testamento de D. Unisco que deixava ao mosteiro da Vacariça e ao seu abade Tudeíldo todos os seus bens, incluída a *uilla uermudi* e a igreja de S. Romão. E um pouco mais tarde, quando o abade Tudeíldo ofereceu a D. Pala parte da *uilla uermudi*, a igreja de S. Romão continuava a ser uma igreja própria.

Verdade é que o testamento de D. Unisco Mendes nunca se concretizou na prática, pelo menos em parte significativa. O conde D. Raimundo, atendendo às lamentações do bispo de Coimbra, que se queixava das dificuldades económicas da sua sé episcopal, em 1094 ofereceu-lhe o mosteiro da Vacariça, com todos os seus bens e rendas, o que incluía, naturalmente, o património referido no testamento de D. Unisco. No entanto, a igreja de S. Romão de Vermoim nunca esteve sujeita à sé de Coimbra e até, muito significativamente, se encontrou na posse de outras propriedades que faziam parte do património que D. Unisco doou em 1035(?)⁶. Será que foi tido em conta, um inventário dos bens próprios que o mosteiro da Vacariça tinha elaborado um pouco antes, no ano de 1064 e que, depois, transitou para o arquivo da sé de Coimbra? Se assim foi, o que não parece muito provável, gerou-se um enorme equívoco: esta relação mencionava, apenas, as *uillae* situadas entre os rios Vouga e Mondego. Seja como for, a interrogação mantém-se, à espera de um cabal esclarecimento. O mosteiro de Leça do Balio, instituição central do património de D. Unisco Mendes, nunca passou para a posse da sé de Coimbra, embora tivesse sentido um leve domínio do mosteiro da Vacariça. Por essa razão, D. Teresa, cunhada de D. Raimundo, esposa do conde D. Henrique e mãe de D. Afonso Henriques, pôde oferecer-lhe à Ordem do Hospital, por volta de 1120.

Por fim, é de lembrar que a igreja de S. Romão de Vermoim em 1258 estava na posse da família *da Maia*. Todavia, este padroado não foi muito duradouro, passando a paróquia à dependência integral e exclusiva do bispo do Porto.

Intimamente ligada à história de S. Romão de Vermoim, está a vizinha igreja de S. Martinho de Barca. E é sobre ela que recairá, agora, alguma atenção.

Como já ficou dito atrás, o território que constitui a actual paróquia de S. Martinho de Barca, foi separado da Villa Vermudi, já após o falecimento dos seus proprietários, D. Unisco Mendes e seu filho Osoredo.

Esse foi um processo nem sempre pacífico, que se apresenta com alguma confusão nas descrições historiográficas.

Repetindo esse estudo anterior, é de recordar que a mais antiga menção respeitante a uma igreja dentro do perímetro da actual paróquia de S. Martinho de Barca, encontra-se num documento de 1064, que nos revela um acordo entre três presbíteros quanto à partilha que entre eles deviam fazer dos rendimentos que adviessem da sua actividade pastoral na igreja de *S. Martinho Bispo erecta na uilla de Vermoim*⁷. Verifica-se, pois, que o topónimo *Vermoim* continuava em uso para designar a nova circunscrição, aproveitando o velho nome que designava a *villa* a que pertencera o seu território.

6 A data que consta do testamento é 1013, mas existem razões para preferir 1035 como momento da sua redacção.

7 *eglesia uogabulo sancti martini episcopi quod est fundato in uilla uermudi.*

Esta igreja de S. Martinho tinha sido confiada a estes três clérigos, segundo refere o citado documento, por uma D. Pala que sabemos ter sido patrona do mosteiro de Vairão e que era bisneta do marido de D. Unisco Mendes, de nome Trutesendo Osoredes, por via de um primeiro casamento anterior ao consórcio com D. Unisco.

A D. Pala foi oferecida, pelo abade Tudeíldo já atrás referido, metade da *uilla vermudi*, onde ela, certamente, mandou construir o templo que agora confiava aos três clérigos.

O facto, perfeitamente documentado, de esta senhora poder dispor livremente da igreja de S. Martinho e de terras dentro da área onde se encontrava edificada por sua iniciativa definem, na perfeição, a condição de igreja própria e, por isso, anterior à constituição canónica da paróquia. Não pode excluir-se a hipótese de o mosteiro de Vairão, durante algum tempo após a morte de D. Pala, ter mantido a posse de S. Martinho de Vermoim em regime de igreja própria. É mesmo de presumir, como mais provável, que assim tenha acontecido.

Depois que essa situação foi extinta, a ligação subsistiu mas, então, consubstanciada no direito de padroado que esta casa regular, durante séculos, exerceu sobre a igreja de S. Martinho de Barca. O Censual da Mitra do Porto, a meio do século XVI, ainda reconhecia esse padroado. Fica, agora, plenamente configurado um estatuto paroquial, permanecendo válidos os privilégios e obrigações que lhe são inerentes. Dois séculos mais tarde, nas chamadas Memórias Paroquiais, o pároco de Barca declara que a jurisdição sobre esta paróquia pertencia, na totalidade, ao bispo do Porto. Talvez a perda do direito de padroado se tenha ficado a dever a algum desleixo das religiosas, desleixo que se lhes aponta noutros casos, pois a extinção de todos os padroados veio a acontecer, apenas, em 5 de Agosto de 1833.

Passando a outro caso, com paralelo e no seguimento dos anteriores, tem aqui lugar fazer referência a um importante documento que relata a contestação que sofreu a entrega feita a D. Pala pelo abade Tudeíldo de metade de Vermoim, já atrás mencionada. Assunto de gravidade bastante para merecer a intervenção pessoal do conde de Portucale Mendo Nunes e de sua mãe D. Ilduara. Entre os subscritores dessa memória, encontramos um senhor Diogo Trutesendes⁸ que, pela circunstância em que nos aparece, fica claro ser alguém de grande importância social.

Pois este senhor Diogo Trutesendes, com sua esposa de nome Alivergo, sua filha Unisco, (que não se pode confundir com D. Unisco Mendes atrás referida e, nesta altura, já falecida) e ainda seu filho Gonçalo fazem, no ano de 1077, uma generosa

doação ao mosteiro de Cete⁹. Daqui se vê que, além da proeminência do seu estatuto na sociedade local da época, os seus meios de fortuna são excepcionais. Na verdade, para poderem dispor de um tão valioso património como aquele que consta desta doação, não bastaria que fossem movidos por razões de acrisolada piedade cristã, era necessário, também, que possuíssem e pudessesem dar este destino a um tão vasto conjunto de bens. É de salientar que as suas estreitas ligações com os mosteiros de Cete e de Rio Tinto são bem um reflexo da importância desta família. No rol das propriedades doadas encontramos motivos para prosseguir o nosso estudo.

A parte mais importante destes bens oferecidos ao mosteiro de Cete é constituída por igrejas. Bastaria a circunstância de as encontrar entre as propriedades doadas para que ficasse claro tratar-se de igrejas próprias pois só esta circunstância permitiria que os seus possuidores pudessem dispor delas livremente. Para reforço desta ideia, é de considerar que algumas das igrejas que constam do documento, não são doadas pela totalidade mas, apenas, por uma fracção que a escritura define e que era, certamente, a parte na posse dos doadores. Sinal evidente de compropriedade, é equiparado ao que acontecia com propriedades de natureza laical, por exemplo, um terreno rústico.

Em determinado passo do texto, encontramos a referência a *sancti felicis de cornado* ou, numa forma actualizada, São Félix de Coronado. E, logo depois, uma particularidade interessante referindo-se a essa igreja: *inteira, com tudo o que lhe pertence*¹⁰. *Sancti Felicis de Cornato* era ainda a designação usada quando se fizeram as Inquirições ordenadas por D. Afonso III, apenas com uma ligeira diferença ortográfica: *S. Felix de Cornato*. A denominação da paróquia merece uma breve consideração, se bem que marginal, em relação ao nosso assunto.

S. Félix é um mártir que se julga originário do norte de África e veio a morrer na cidade de Gerona, na Catalunha, no século III. Ganhou rapidamente um lugar privilegiado na devoção dos crentes sendo escolhido, com frequência, para padroeiro de templos e de paróquias, como aconteceu aqui no vale de Coronado. No entanto, esta comunidade, em determinado momento da sua história, resolveu substituir o padroeiro S. Félix pelo apóstolo S. Pedro. Essa alteração não foi bem aceite por todos os fiéis e, para contento de todos, acabou por se fixar uma designação híbrida que permanece até hoje – S. Pedro e S. Fins ou, mais simplesmente, S. Pedro Fins. Contra aquilo que poderia parecer mais natural, o velho topónimo *Cornado* acabou por cair, criando um caso único no concelho da Maia, por ser a única freguesia cujo apelativo era constituído, apenas, pelo nome do padroeiro paroquial que, em consequência, assume uma função de topónimo.

9 D. Alivergo é, provavelmente, prima direita de Unisco Mendes, segundo uma hipótese formulada pelo Prof. José Mattoso. A existir esse parentesco, compreende-se, facilmente o nome de Unisco que escolheu para a filha. Também fica explicada a presença de Diogo Trutesendes neste acto tão relevante.

10 *Ab integrō*

No inquérito de 1258 já referido, diz-se que o pároco é apresentado pelo mosteiro de Rio Tinto e instituído na paróquia pelo bispo do Porto. Ou seja, nesta altura, S. Pedro Fins tinha deixado de ser uma igreja própria e era agora uma igreja sujeita ao regime de padroado exercido pelo mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto. Se, no passado, tinha sido propriedade privada e, como tal, doada ao mosteiro de Cete, com a acção reformadora da autoridade eclesiástica adquiriu o novo estatuto. Muito embora os inquiridores indaguem a quem pertencem as igrejas, deve entender-se que não se trata já da posse plena correspondente à igreja própria mas, apenas, do direito de padroado que permitia a escolha do clérigo a ser empossado pelo bispo e, num ou outro caso, o acesso a algum rendimento económico decorrente desse privilégio. Neste caso, ao ser interrogado o depoente acerca de quando e como esta igreja chegou à posse do mosteiro de Rio Tinto, *disse que desde há muito, muito tempo e por testamento de D. Diogo*¹¹. Apesar desse passado ser já distante, mantinha-se viva a memória de Diogo Trutesendes. Fica por esclarecer de que forma a igreja de S. Pedro Fins, tendo sido doada ao mosteiro de Cete, passados dois séculos é do padroado de Rio Tinto por doação de Diogo Trutesendes, o mesmo que tinha beneficiado o mosteiro de Cete. Talvez a explicação assente no facto de a mesma carta de doação incluir *São Cristóvão de Campanhã vulgarmente chamada de Rio Tinto, no seu todo*¹². Teria o mosteiro de Cete deixado na alçada de Rio Tinto a igreja de S. Pedro Fins como meio de proveito económico e com a vantagem da proximidade? Certo é que a comunidade monástica de Rio Tinto teve vida longa e, pelo menos, em pleno século XVI, a igreja de S. Pedro Fins continuava do seu padroado.

Voltando ao documento de doação que atrás foi mencionado, encontramos nele outro motivo de interesse para o desenvolvimento deste trabalho. Logo a seguir à referência a S. Pedro Fins, vem outra verba do património que merece atenção. Ao discriminar os bens doados, especifica *a parte que possuo no acistério de Silva Escura*¹³. Embora na ausência de outros dados que possam concorrer para uma identificação segura, considerar esta Silva Escura como sendo a paróquia maiata deste mesmo nome, não será demasiada ousadia. É bem sabido que Silva Escura não é um topónimo raro. No entanto, o facto de, neste caso, estar integrado num conjunto patrimonial que se estende pelas proximidades, torna essa hipótese muito atraente. Na mesma região, a doação da família de Diogo Trutesendes inclui as igrejas de S. Mamede de Valongo, S. Bartolomeu de Valongo, S. Cristóvão de Campanhã (Rio Tinto) e S. Pedro Fins, que constituem um grupo compacto na redacção da escritura. Estas vizinhanças devem ser um indício a considerar para uma localização de Silva Escura dentro do perímetro maiato. Todas as igrejas mencionadas são oferecidas por inteiro e com os seus pertences. Excepção é a do acistério de Silva Escura, do qual Diogo Trutesendes

11 *dixit quod ex magno tempore habuit eam de testamento Domini Didaci*

12 *sancti christofori de campaniana ubi dicent de reitinto ab integro*

13 *mea ratione de acisterio de silua scura*

diz doar *o meu quinhão*¹⁴. Tratar-se-ia de um diminuto recolhimento religioso, provavelmente pouco mais que um eremitério. Nem mesmo se apresenta com uma invocação protectora (lapso do notário?) ao contrário daquilo que acontecia com todas as outras igrejas que faziam parte da doação, como já nesse tempo era a regra. Acontecia, por vezes, que palavras como *acisterium* e *monasterium* eram usadas para designar locais onde vivia apenas um religioso, talvez dois ou três. Neste caso o que mais importava era a vida santa que aí se professava, por vezes sujeita a uma disciplina regular muito exigente, como era o caso de algumas normas hispânicas adaptadas a cada caso. Também é de fazer notar que, muito provavelmente, essa limitada dimensão, determinou o seu desaparecimento sem deixar rastro. Algum ténue indício que se oferece à história e à arqueologia, não tem sido suficiente para construir um esclarecimento aceitável. Subsiste a igreja como paroquial e sob a invocação de Nossa Senhora do Ó ou da Expectação, título mariano que talvez tenha sido o primeiro a ser adoptado como padroeiro na Igreja Ocidental.

Importa, agora, saber da situação da igreja de Silva Escura aquando das Inquirições de 1258. Também neste caso, tinha perdido o seu estatuto de igreja própria, estando agora sujeita ao bispo do Porto e mantendo, apenas, a tutela mínima representada pelo direito de padroado que, à semelhança do que acontecia com Vermoim, caíra na posse de membros da família *da Maia*.

É muito interessante um testemunho do século XVIII que, embora vago, faz atender a uma possível ligação com aquilo que atrás ficou dito. O pároco de Silva Escura, na sua resposta ao inquérito paroquial de 1758 escreve a dado passo: *tem esta freguezia apriminencia de quando saj a cruz della a Prociōens Gerais he emediata as Cruzes de Santa Maria de Agoas Santas da Relegiam de Malta, de Santa Maria de Leça do Bailiado, do Salvador de Labra Comenda de Cristo e nisto mostra ser das mais antigas Igrejas desta Comarca, e tambem das mais antigas do Bispado.*

Outro caso a abordar é o de S. Cosme e S. Damião de Gemunde.

Esta igreja e a área territorial onde tinha assento, são referidas num considerável número de documentos da época que nos interessa.

A primeira notícia de Gemunde, aparece-nos com data do ano 946. Trata-se de um contrato de compra e venda de uma propriedade situada na *villa gimundi*. Este topónimo denuncia uma remota organização fundiária que terá vindo de um ocupante germânico chamado Gimundus ou Geremundus. Quererá isto dizer que em 946 Gemunde ainda não tinha a igreja da invocação de S. Cosme e S. Damião? É uma possibilidade, mas também não custa a crer que esse templo já então estivesse edificado e a desempenhar as suas funções.

14 *mea ratione*

Enfim, em 1031, temos uma escritura em que nos aparece de forma explícita: *igreja dos Santos Cosme e Damião*¹⁵. É de sublinhar, por ser da maior relevância para esta exposição, que esta igreja referida na escritura, constitui o objecto da transacção. Um clérigo, que a detém como coisa sua, cede a um confrade um quarto da igreja¹⁶, com todas as suas correspondentes pertenças. Para evitar quaisquer dúvidas, foi incluída no texto uma frase de esclarecimento: *A igreja já acima nomeada dos Santos Cosme e Damião, a qual basílica está edificada entre a vila Laurario*¹⁷ e *Exatornes*¹⁸ nas extremas de Gemunde¹⁹.

Mas não só. Um olhar, agora, para outra confirmação documental que nos interessa. É outorgante uma senhora de nome Serracina Fernandes, descendente do muito citado Gondesendo Eriz, dono de uma enorme fortuna e casado com uma filha do presor e conde de Coimbra, Hermenegildo Guterres. D. Serracina e alguns familiares próximos tinham interesses e mando na região da Maia.

Nesta escritura, lavrada em 1048, doa *um quarto da nossa igreja da invocação dos Santos Cosme e Damião... e está esta igreja construída na povoação que chamam Gemunde, território portucalense, perto do castro de Avioso.*²⁰

Aqui a situação geográfica é relacionada com castro de Avioso, provavelmente onde hoje se encontra a capela de S. Ovídio, na freguesia de Santa Maria de Avioso, segundo a opinião da arqueologia.

Uma vez mais se observa a transacção de uma fracção aritmética do total da propriedade, prática corrente que pretendia evitar a divisão física.

Nova venda de uma parte da igreja de Gemunde, em 1068. Desta vez, também merece especial atenção o nome do comprador, Trutesendo Guterres, que se destaca pelo excepcional número de aquisições que fez na região e no período a que temos dado atenção. O vendedor declara que *vendemos o nosso quinhão que é 1/8 da totalidade da igreja de S. Cosme que se situa na povoação de Gemunde, perto do castro de Avioso, território portucalense e está esta igreja entre a aldeia de Loureiro e do outro lado a aldeia de Esatones e do terceiro lado com a aldeia de Gemunde*²¹.

15 *eglesia uogabolo sanctorum cosme et damiani*

16 Deve entender-se por “igreja” o próprio templo e todo o património que lhe está adstrito

17 Sem uma localização precisa da *villa laurario*, as referências que lhe são feitas apontam para uma situação no limite sudeste de Gemunde

18 Este topónimo pode ser traduzido no nome Setões actual

19 *ipsa eglesia iam superius nominata sanctorum cosme et damiani quorum baseliga scidada est inter villa laurario et exatornes in termino gemundi*

20 *eglesia nostra uogabulo sanctorum cosme et damiani...et est ipsa eglesia fumdata in villa que vocitant gemundi terridorio portugalensis suptus castro abenos... damos ad uobis de ipsa eglesia III^a integra*

21 *nosta ratione integra de eclesia uogabulo sancti cosmad VIII^a... et abe iacencia in villa gemundi subtus kastro auenos territorio portugalensis et diuides ipsa eclesia cum villa laurariu et de alia parte cum villa esatones et de III^a parte cum ipsa villa gemundi*

Cerca de um mês depois, o mesmo Trutesendo, sempre acompanhado pela esposa, faz nova aquisição. Desta vez, o contrato refere a *igreja da invocação de S. Cosme, situada entre o lugar de Loureiro e o lugar de Gemunde... desta igreja 1/8 menos 1/3 de todo o seu património... e está localizada perto do castro de Avioso, no território portucalense*²². Esta parte de igreja é constituída por 1/8 menos 1/3 dessa fração, o que significa um quinhão de 1/12.

Poucas semanas passaram e acontece outra compra pela mesma pessoa. Um pequeno grupo de proprietários declara *vendemos 1/3 de 1/8 da nossa igreja própria da denominação de S. Cosme situada entre a aldeia de Gemunde e a aldeia de Loureiro, na proximidade do castro de Avioso, no território portucalense...*²³. Esta fração da igreja é uma inversão aritmética do quinhão da venda anterior. Cria-se a impressão de que se trata de um lapso do escriba que desejaria exprimir uma parcela da igreja que pudesse completar o oitavo da transacção anterior.

É notória a semelhança no estilo da redacção destes contratos de compra de Trutesendo Guterres. O facto deve-se à circunstância de o notário que os escreveu, um presbítero de nome Zoleima, ser o mesmo. O nome deste clérigo identifica-o, com bastante segurança, como moçárabe. A actividade deste clérigo junto de Trutesendo Guterres faz supor que se trataria, talvez, de um capelão ou de um notário privativo. O exercício cumulativo das duas funções seria, ainda, mais natural. Além dos documentos atrás referidos, o mesmo Zoleima, está presente em muitos outros junto de D. Trutesendo, mas que não vêm aqui ao caso.

Mas não se fica por aqui o desejo de posse que este magnata alimentava em relação à igreja de Gemunde. Neste outro caso, ocorrido um pouco mais tarde, trata-se de uma compra de maior vulto. O texto, de 1081, é claro quando o vendedor declara vender *a minha propriedade que adquiri por herança de meu pai... igreja de S. Cosme com assento na aldeia de Gemunde junto ao monte Faro, por onde corre o ribeiro de Exatones... desta igreja 1/4 que foi de meu pai Ero e 1/8 que comprei a Lovesendo Soares e os casais que estão do outro lado do ribeiro*²⁴.

O carácter de igreja privada do templo dedicado a S. Cosme e S. Damião, em Gemunde fica, assim, sobejamente comprovado pelas cartas que são referidas.

A família deste Trutesendo Guterres, a começar pelo seu pai, manteve uma relação de grande proximidade com o mosteiro de Moreira. Uma boa parte das muitas

22 *eclesia vogabulo sancti cosmadi qui est fundado inter uilla laurario et uilla gemudi... de ipsa eclesia VIII^a minus III^a cum edivicis suis... et abe iacentia suptus kastro auenosu terridorio portugalensis*

23 *uendimus eclesia nostra probria uogabulo sancti cosmadi qui est fundado inter uilla gemundi et uilla laurario subtus kastro auenosu terridorio portugalensis ... de ipsa eclesia III^a de octaua*

24 *ereditate mea propria que abeo de subceptionum parente nostro eglesia sancto cosmate et abet iacentia in uilla gemundi subtus monte faro discurrente ribulo exatones... de ipsa eglesia IIII^a que foi de pater meo ero et VIII^a que comparauit de louesindo suariz et de ipso casales que iacen trans ipso riu*

propriedades adquiridas na região, acabaram doadas ao referido mosteiro, o que também é verdade no que diz respeito a Gemunde, caso que aqui nos importa. Como consequência dessas entregas de bens situados em Gemunde, feitas por familiares de Trutesendo Guterres e por outros doadores, o mosteiro de Moreira encontrou-se na posse da igreja de S. Cosme e S. Damião, bem como de terras dentro da área da paróquia que administrava em regime de padroado. As Inquirições de 1258 são claras a esse respeito, informando que a igreja é da apresentação do mosteiro de Moreira que era proprietário de todas as casas agrícolas adjacentes à igreja de Gemunde e algumas um pouco mais distantes. Também neste caso se observa uma situação de padroado, que permite ao mosteiro de Moreira escolher o clérigo que irá ser empossado na paróquia pelo bispo diocesano.

Desta rápida visita a cinco igrejas situadas no actual concelho da Maia, é possível constatar que estamos em presença de templos que, no século XI, eram todos eles propriedade privada e, em consequência, a sua posse era passível de transmissão, em igualdade com quaisquer outros bens patrimoniais.

Seguramente, outras mais existiriam dentro da circunscrição maiata, já que o modelo aqui apresentado seria, naquela época, muito corrente senão, mesmo, maioritário. Para o nosso ponto de vista, a diferença essencial reside na ausência de documentos que tivessem sobrevivido ao longo dos séculos e pudessem sustentar um estudo mais alargado, incluindo essas outras igrejas da área aqui considerada e que estariam em iguais circunstâncias.

Efeito notável e muito explícito da acção dos bispos do Porto, no sentido de eliminar, tanto quanto possível, estas situações tão irregulares, é a referência que as actas das Inquirições de 1258 fazem a estas cinco igrejas. Todas elas são já igrejas paroquiais, sujeitas à disciplina própria da diocese. Agora o bispo exerce, com muito maior independência, os direitos que lhe são inerentes e as obrigações que lhe competem, sobre esta parte da complexa rede eclesial a seu cargo.

Tendo-se extinguido o direito de propriedade plena sobre as igrejas, persistiu, entretanto, uma fórmula de intromissão naquilo que deveria ser área de exclusiva actuação do bispo, constituída pelo direito de padroado que se prolongou por muitos séculos. Excepção foi a igreja de S. Romão de Vermoim que nesse meado do século XVI estava já sujeita, apenas, à jurisdição episcopal sem qualquer intromissão estranha. Mas, por outro lado, a igreja de S. Romão detinha um raríssimo privilégio: o abade de Vermoim tinha o direito de padroado sobre a igreja de S. Mamede de Coronado, padroado que incluía alguns aspectos muito particulares e que apenas se extinguiu, como todos os outros, por força de legislação civil de 1833.

FONTES – Os documentos aqui parcialmente transcritos fazem parte da colectânea “*Diplomata et Chartae – Portugaliae Monumenta Historica (PMH)*” e são localizáveis pelas datas apontadas. As referências às Inquirições de 1258 podem ser verificadas em “*PMH Inquisitiones*”.

O “*Censual da Mitra do Porto*” é um cartulário de século XVI estudado e publicado pelo Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos, edição da C. M. Porto.

Gonçalo Mendes da Maia

Uma imagem que (de)marca

Rui Teles de Menezes
Técnico Superior de História

Quem pesquisa no motor de busca mais conhecido no mundo, o Dr. “Google” por *estátua do Lidor*, encontra uma informação sucinta, acompanhada de algumas imagens. Na descrição sobre a estátua de Gonçalo Mendes da Maia, temos este texto:

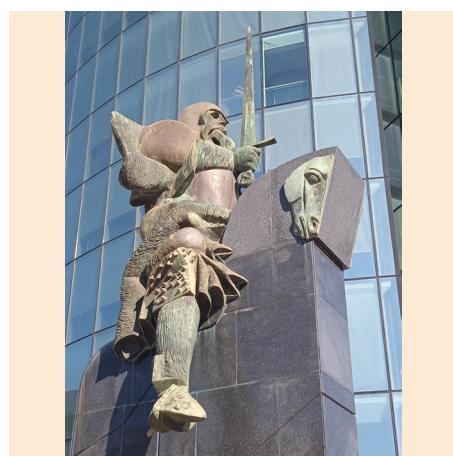
SOBRE A ESTÁTUA

Esta singular estátua equestre é da autoria do escultor Lima de Carvalho e foi inaugurada no dia 9 de Julho do ano 1984. Inscrição: "A Gonçalo Mendes da Maia - O Lidor - Homenagem da sua terra e da sua gente - 1984"

SOBRE O LIDADOR

Homenagem ao cavaleiro Gonçalo Mendes da Maia, um dos gloriosos militares que combateram ao lado de D. Afonso Henriques pela independência e alargamento territorial de Portugal. Herói da Fundação da Nacionalidade, que o primeiro Rei de Portugal, nomeou seu Adeantado. O cognome de "O Lidor" deve-se às diversas vitórias alcançadas em batalhas contra os mouros. Nasceu em 1079, na sua mocidade foi um Fidalgo turbulento e arrebatado, faleceu aos 90 anos, em combate na Batalha de Ourique.

Mas até chegarmos até essa pequena descrição sobre a imagem que (de)marca o Concelho da Maia, para aquele que é considerado como o “pai” do concelho e uma figura mítica da história das Terras da Maia, decorreu um longo processo iniciado em 1980, que teve o seu ponto alto na inauguração da estátua na Praça do Município em 1984 e que só terminaria dois anos mais tarde.



A estátua de Gonçalo Mendes da Maia, em 2022

Comecemos então pelo início desta marcante e atribulada “empreitada”.

1. Um sonho antigo do Dr. Vieira de Carvalho, um homem da História

A 16 de dezembro de 1979, tiveram lugar eleições autárquicas em todo o país. Na Maia, saiu vencedor a coligação AD, encabeçada pelo Dr. Vieira de Carvalho para a Câmara Municipal e o Dr. Bernardino da Costa Pereira para a Assembleia Municipal, com resultados muito idênticos para os dois órgãos, aproximadamente, 45,6%, elegendo 5 lugares em 9 para a Câmara Municipal e 21 deputados municipais em 45 para a Assembleia Municipal. Deste novo executivo camarário surgiu a ideia de criar uma estátua em homenagem a Gonçalo Mendes da Maia.

Como homem ligado à História e apaixonado pela sua Maia, o Dr. Vieira de Carvalho pretendia enaltecer o passado da Maia, exaltando os seus heróis e feitos. Como tal, passados poucos meses de o novo executivo tomar posse, procedeu-se à elaboração do regulamento do concurso público entre artistas nacionais do monumento evocativo de D. Gonçalo Mendes da Maia “O Lidor” (Estátua Equestre) que passamos a transcrever:

I - Objectivo

Na reunião pública mensal de 30 de abril de 1980 deliberou a Câmara Municipal da Maia fazer erguer na sede do concelho um monumento (Estátua Equestre) destinado a distinguir um dos seus filhos mais ilustres, D. Gonçalo Mendes da Maia “O Lidor”. Para o efeito foi decidido também abrir concurso público, entre artistas nacionais, para elaboração do respectivo projecto.

II - Características do projecto

O monumento deverá simbolizar a sua personalidade e a posição assumida na sociedade da época. O local de implantação é no largo frontal do edifício dos futuros Paços do Concelho da Maia, no canto lateral esquerdo. A Câmara Municipal fornecerá aos concorrentes a planta topográfica da praça em que se assinala o local. Os concorrentes deverão atender às características do local, à escala e enquadramento arquitectónico, para que se obtenha a harmonia ambiental desejada. Serão referidos pelos concorrentes a natureza e tipo de acabamentos dos materiais a utilizar.

III - Características do projecto

O projecto consistirá, essencialmente, de uma maquete do monumento, acompanhado dos elementos escritos e gráficos, que se tornem necessários para a sua completa apreciação. Será obrigatória a apresentação de elementos gráficos que permitam prever o enquadramento estético e ambiental do monumento – na escala de 1:50. As maquetas serão apresentadas na escala de 1:10.

IV - Prazos

Os concorrentes deverão apresentar as suas propostas na Câmara Municipal da Maia, até ao dia 31 de julho de 1980. Até ao dia 30 de setembro de 1980, o júri dará o seu parecer sobre os trabalhos apresentados. O concorrente escolhido elaborará o projecto definitivo no prazo de 120 dias após a escritura de adjudicação.

V - Prémios e honorários

São estabelecidos três prémios para os três trabalhos admitidos a concurso: 1º prémio – 100 000\$00; 2º prémio – 75 000\$00; 3º prémio – 50 000\$00. Todos os trabalhos admitidos a concurso pelo júri terão um prémio de 15 000\$00. O júri será constituído por seis individualidades, sendo um o Presidente da Câmara ou seu delegado, outra um representante da Câmara Municipal, outra da Assembleia Municipal e três outras convidadas pelo Presidente da Câmara da Maia, representando: uma a ESBAP (Escola Superior de Belas Artes do Porto), uma a ESBAL (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa), outra a SUBA (Sociedade Nacional de Belas Artes).

O júri é soberano na sua apreciação e reserva-se o direito de não atribuir algum dos prémios indicados ou propor mesmo a anulação do concurso, se os trabalhos não obedecerem às condições estabelecidas ou não apresentarem nível artístico de qualidade. Os trabalhos premiados ficarão propriedade do município, sendo devolvidos os que não forem classificados. Os concorrentes indicarão nas suas propostas qual o valor dos honorários que atribuem ao seu trabalho, bem como a forma de pagamento, indicações estas que poderão ser utilizadas como elemento preferencial em caso de classificação “ex-aequo”. Os valores dos prémios não são considerados no cômputo dos honorários.

VI - Execução

O autor do projecto escolhido executará o modelo em barro no tamanho natural definitivo e acompanhará todas as fases de execução do monumento, fornecendo todos os pormenores necessários e dando parecer sobre o concurso de execução, não sendo da sua responsabilidade o pagamento da fundição em gesso e em bronze ou outros materiais, bem como a construção do pedestal e arranjos locais.

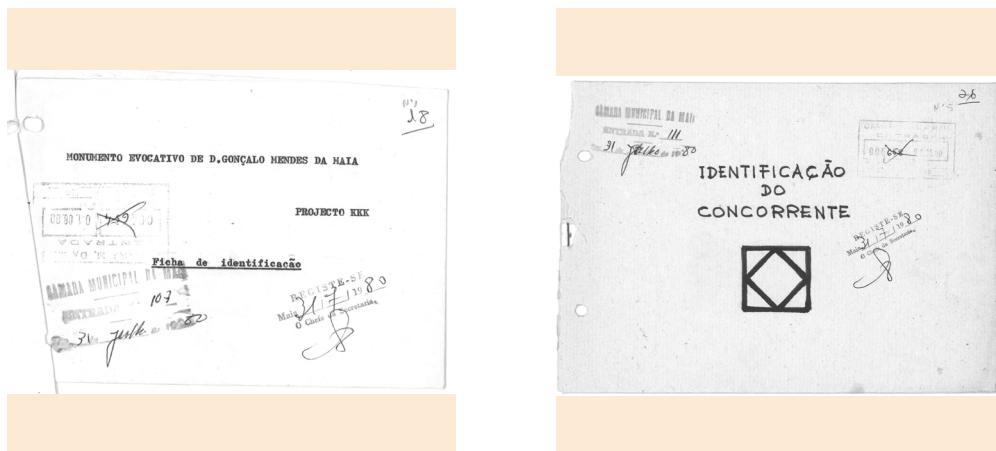
VII - Propostas

As peças do projecto serão assinadas com uma sigla ou pseudónimo, sendo acompanhadas por envelope fechado onde conste a identificação do concorrente.

VIII - Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões serão esclarecidas exclusivamente pela Câmara Municipal, ouvindo o júri de apreciação.

Maia, 29 de Abril de 1980
José Vieira de Carvalho



Cartas com as fichas de identificação dos concorrentes ao monumento

Este regulamento foi enviado em meados de Junho de 1980 para diversos escultores convidados como: Manuel Negrão, António Duarte, Eduardo Augusto Tavares e Lima de Carvalho. Posteriormente, seguiram mais ofícios para escultores, artistas e instituições de referência: Escola Superior de Belas Artes, Sociedade Nacional de Belas Artes, Helder Ernesto Batista, Maria Irene Vilar, Matos Simões, Gustavo Bastos, João Fragoso. Também os fundidores Fernando Silva Laje, Fernando Sá Lemos, Bernardino Inácio e José de Castro Guedes foram contactados no sentido de uma futura colaboração. Estes convites e troca de correspondência entre os citados intervenientes iniciaram-se em dezembro de 1980 e mantiveram-se até meados de 1982.

Depois de feitos os convites, foram recepcionadas pela Câmara Municipal da Maia, 11 propostas com ficha de identificação com os seguintes nomes: “Projecto KKK”, “Divisa – Portugal”, “Divisa 21022013”, “Divisa – Pax Lux Rex Lex”, “◆”, “-----”, “Lusitano”, “Signo 1”, “Signo 2”, “Por Sant’iago”, “Fausto”.

Um dos documentos que tivemos acesso é a memória descritiva do projecto “KKK”, apresentado como todos os outros sob anonimato, mas sabemos agora da autoria de Lima de Carvalho¹ e Matos Simões, que dizia-nos o seguinte:

Memória descritiva / Proposta de Leitura do projecto KKK

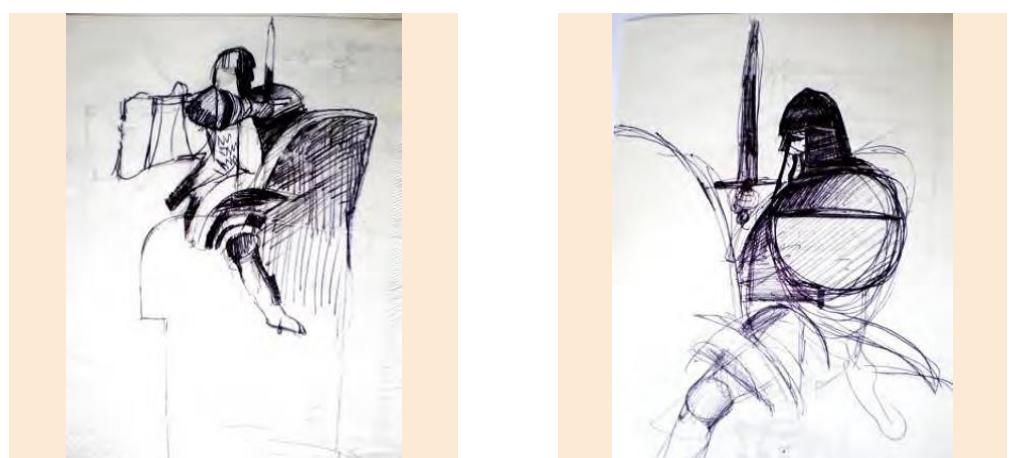
A estátua de um herói, com frequência inspirando-se na memória tradicional ou popular da figura e dos seus actos, mas seguramente informada pelos dados possíveis

¹ Joaquim Lima de Carvalho nasceu no Porto em 1940, diplomou-se em pintura na Escola Superior de Belas-Artes. Teve como mestre, o artista plástico Júlio Resende. Foi um dos fundadores da Cooperativa Árvore e foi professor durante muitos anos da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Juntamente com Clara Menéres (autora da estátua de João Paulo II, inaugurada na Páscoa de 2018, no Parque Maia) e Queirós Ribeiro fundou o grupo Acre.

da ciência histórica, é sempre, em todo o caso, uma reinvenção assumida. O herói a cavalo – deste e de todos os tempos – nunca apareceu abatido na sua marcha, em pausa depressiva, em dúvida, refletindo eventualmente uma retirada. A estátua equestre, como muitas outras formulações do louvor e da comemoração, gira em torno de alguns cânones, de alguns princípios, entra na linha das memórias que nos conduzem ao mito e às grandes alegorias, à glorificação de homens, governantes, dos próprios povos. Mas, em 1980 e no centro (ainda) das transformações estéticas que também redefiniram o objecto plástico de integração urbana, terá sentido reeditar a forma medieval ou renascentista dos modelos equestris consagrados? São os nossos lugares arquitectónicos próprios para esse tipo de regras formais?

O presente projecto de uma estátua equestre evocativa do Lidor procurava transferir a memória do herói e a sua “silhueta” a cavalo para a dimensão de outro espaço cultural, para um novo plano de sinalização do lugar urbano, para um diferente tipo de fruição do mito e da intensa simbologia que ele possa arrastar.

Sem negar a postura do cavaleiro enquanto tal, aos autores importou sobretudo assinalar a força quase sobre-humana e telúrica desse homem “sem idade” que pode dizer, na acentuação expressionista, uma luta peculiar contra os mouros, isto é, a preferência essencial de um povo no início da sua definição, precisando do sentido guerreiro e da correspondente consolidação territorial. A espada, que justifica uma capacidade de combate e justicia uma fé conhecida, verticaliza-se como símbolo. Complementarmente, no bronze “rasurado”, Gonçalo Mendes da Maia lidera os actos de uma longa luta, cicatriza gestos, agita-se em mil instantes que passam (em parte através do mito) à História de Portugal. Integra portanto outro símbolo, o das gentes rebeldes contra o limite que as continha.



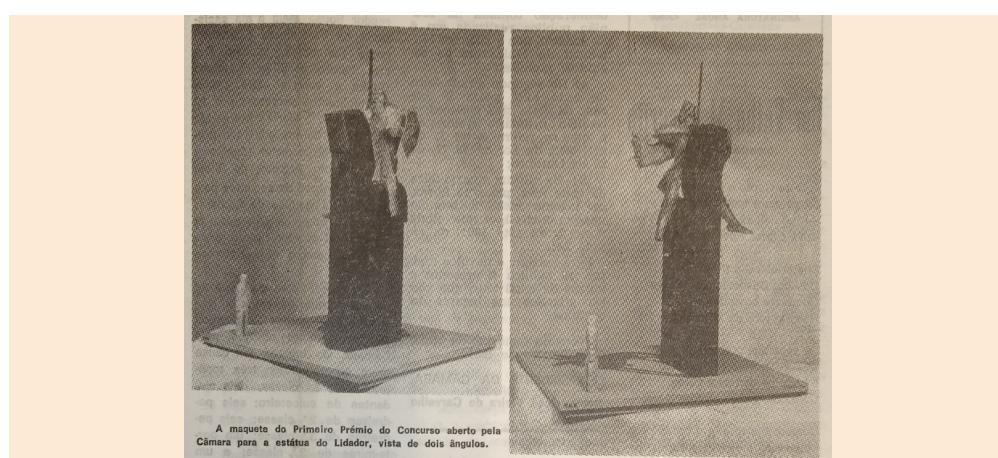
Esboços de Lima de Carvalho, identificados como Divagações

O cavalo não é assim, nesta perspectiva onde o realismo sumário só banalizaria o instrumento apropriado das acções guerreiras, outra coisa que suporte não humano delas, “máquina” das táticas de assalto dantes praticadas. Por isso não é retratado; por isso ele não é caracterizado pelo detalhe anatómico. Meio técnico de gestos heroicos mas humaníssimos, surge uma formulação sintética, nivela, quase arquitetural. É por assim dizer, o enunciado estruturador susceptível de basear o discurso da expansão e da consolidação nacionais que o Lídador lidera, consubstancia, projeta no espaço da memória colectiva; ou que, num critério mais analítico, inscreve no espaço científico da História.

Como instrumento operacionalmente definido, o cavalo descrito na minúcia morfológica traíria a visão transcendente dos significados que chegaram, inclusive na lenda, aos nossos dias. A síntese formal encontrada, reforçada pelo granito e pela sua cor densa, envolve sobretudo a força identificadora do instrumento de combate, a pose onde mil atitudes se concentram, o perfil padronizado onde ressurgem (de um modo indireto) as convenções modeladoras de outras estátuas no percurso de outras estéticas. O homem, esse sim, avoluma-se no destino da sua missão sempre assumida. O homem, esse sim, avoluma-se no destino da sua missão sempre assumida, configurando o grande símbolo de uma imensa batalha dentro de uma imensa vida. É dele que vemos, em grafismo inciso e no chão de todos nós, a silhueta móvel. Esse desenho que se estende no pavimento em torno do monumento completa, com efeito, pela evocação guerreira e pelo estilo medievo, a marca indelével do herói que ajudou D. Afonso Henriques a desbravar um futuro para a Nação.

Restaria perguntar: Que arte urbana? Que integração plástica?

Os autores do projecto pensam que, dada a natureza precária e movente do local, a integração far-se-á em parte por antítese, por contraste – a marca padrão, o monumento



Perspectivas da maquete KKK que saiu vencedora

em si mesmo contrastado, sobrepondo-se ao tempo dos arranjos em curso, dizendo sempre o grito de uma força situada acima dos olhares próximos ou dos quotidianos aleatórios. A História, em vez de se diluir nas diluições envolventes, subverte-as como valor perene e propõe um sucessivo despertar das consciências relativamente ao seu sentido.

KKK

2. Resultados do concurso público do monumento

Entrados no ano de 1981, o júri nomeado para analisar as diferentes propostas toma uma decisão. Vejamos o texto saído dessa reunião.

Acta da Reunião do júri nomeado para apreciar os trabalhos apresentados ao concurso público do monumento evocativo de D. Gonçalo Mendes da Maia, 2º Lidor – Estátua Equestre

1. No dia 7 de janeiro de 1981, numa sala do edifício onde se encontra instalado o Serviço Municipal de Habitação, reuniu o júri previsto no regulamento do concurso em epígrafe, constituído por:

- José Afonso Moreira de Figueiredo, Engenheiro Diretor dos Serviços de Fomento da Câmara Municipal da Maia, como delegado do Exmo. Senhor Presidente da Câmara*
- Luciano da Silva Gomes, Vereador da Câmara Municipal da Maia, como representante da Câmara*
- David Dias Hora Branco, representante da Assembleia Municipal da Maia*
- Professor escultor José Rodrigues, representante da Escola Superior de Belas Artes do Porto*
- Professor escultor Helder Ernesto Coelho Batista, representante da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa*
- Professor escultor Carlos Amado, representante da Sociedade Nacional de Belas Artes*

2. Apresentaram-se ao concurso 11 artistas nacionais, que assinaram os seus trabalhos com siglas ou pseudónimos, conforme estipulava o já referido regulamento do concurso: KKK, Portugal, 21022013, Lux Pax Rex Lex, “ ”, “-----”, “Lusitano”, “Signo 1”, “Signo 2”, “Por Sant’iago”, “Fausto”.

3. De acordo com o regulamento do concurso o júri deteve-se na apreciação da organização dos projectos por forma a verificar o cumprimento de III – características do projecto. Aquela apreciação levou o júri a não admitir os trabalhos com os pseudónimos “Portugal” e “Fausto”, por não reunirem as condições exigidas.

Ficaram portanto admitidos os trabalhos apresentados com as siglas ou pseudónimos:

KKK, 21022013, Lux Pax Rex Lex, “ ”, “-----”, “Lusitano”, “Signo 1”, “Signo 2”, “Por Sant’iago”, aos quais corresponde o prémio de 15 000\$00 por cada.

4. Face a um exame atento dos trabalhos admitidos e tendo em conta a expressão actual das maquetas e as respectivas integrações no espaço urbano, por forma a obter-se uma harmonia ambiental equilibrada, como é imposto no regulamento, o júri decidiu por unanimidade atribuir o 1º prémio ao trabalho apresentado sob a sigla KKK. Este trabalho impôs-se pela notável expressão actual da maqueta e pela sua perfeita integração no espaço urbano em que se implantará o monumento, aliás muito bem defendida na respectiva memória descriptiva.

5. Para a atribuição do 2º e 3º prémios foram escolhidos os trabalhos apresentados sob os pseudónimos de “Lusitano” (e não “Lusitano II” também do mesmo autor) e “Signo 2”. Foram no entanto divergentes as opiniões quanto à preferência, pelo que se procedeu à votação secreta. O resultado foi traduzido por um empate.

Perante a situação, o júri concedeu, por unanimidade, propor à Câmara Municipal da Maia atribuição do 2º prémio a ambos os concorrentes, ex-áqueo, o que implica que cada um receba igual prémio de 75 000\$00.

O júri permite-se esclarecer que se tratam de dois trabalhos de mérito e que, por via de tal, o prémio proposto é perfeitamente justificado. Como além disso, não foram admitidos dois trabalhos, os $2 \times 15\,000\$00 = 30\,000\00 que a Câmara Municipal não atribuiu é suficiente para cobrir a proposta que o júri faz para os dois concorrentes classificados em 2º lugar.

6. Passou-se à fase final da reunião, competindo ao júri abrir os envelopes lacrados com vista a poder dar publicidade dos nomes dos concorrentes.

6.1 O trabalho a que foi atribuído o 1º prémio (KKK) foi executado por uma equipa de artistas, constituída pelos escultores Matos Simões e Lima de Carvalho e pelo colaborador Rocha de Sousa, domiciliados em Lisboa.

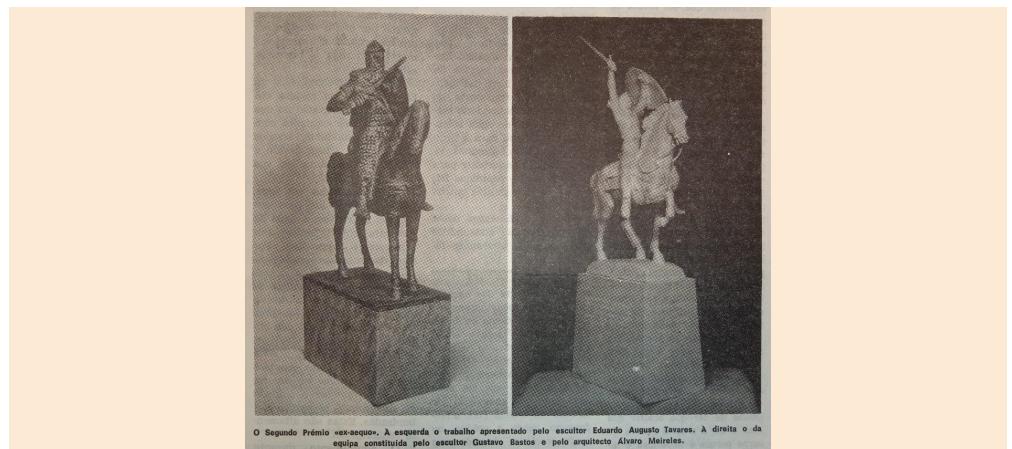
6.2 Os trabalhos classificados em 2º lugar foram executados pelo escultor Eduardo Augusto Tavares (Lusitano) domiciliado no Porto e pela equipa de artistas constituída pelos escultores Gustavo Bastos e Laureano Guedes e pelo arquiteto Álvaro Meireles (Signo2) domiciliados no Porto.

6.3 Os restantes trabalhos que foram admitidos ao concurso a que por isso beneficiam do prémio de 15 000\$00 cada foram elaborados pelos seguintes artistas:

- escultor João Fragoso (21022013) domiciliado em Lisboa*
- equipa Helena Mendonça e escultor João Fragoso (Lex Pax Rex Lex) domiciliada em Lisboa*
- escultor Manuel Lopes (e -----) domiciliado em Lisboa*

- escultor Eduardo Augusto Tavares (Lusitano II) domiciliado no Porto
- equipa constituída pelo escultor Gustavo Bastos e Arquiteto Álvaro Meireles (Signo I) domiciliado no Porto
- escultora Maria Irene Vilar (Por Santiago) domiciliada no Porto

7. E nada mais havendo a tratar foi esta acta lida em voz alta e achada conforme por todo o júri, que a vai assinar.



Imagens das propostas que se classificaram em 2º lugar

No dia 28 de abril de 1981, Lima Carvalho e Matos Simões agradeciam o envio da comunicação relativa ao projecto premiado mas não podiam “*deixar de revelar o sentimento de desencanto tomado pela maneira impessoal, seca ou mesmo «despachada» como lhes foi, tardia e singularmente transmitido tal facto. Considera-se muito «original» o procedimento mudo e arrastado de todo este processo*”. Estava dado o início de inúmeros desencontros ao longo processo.

A 23 de novembro de 1981, Lima de Carvalho envia para o Dr. Vieira de Carvalho a proposta de execução do monumento a Gonçalo Mendes da Maia:

“Proposta de contrato

Os artistas responsáveis pelo anteprojecto do monumento evocativo de Gonçalo Mendes da Maia, contemplado com o 1º prémio, cientes da importância desta obra que, ao ser concretizada, implicará uma série de tarefas que incluem:

- um projecto de todo o monumento a uma escala que possibilite uma rigorosa execução da obra (maqueta com a dimensão de 2,10m)
- estudo e execução no tamanho natural de todos os desenhos gravados no pavimento que rodeiam a figura equestre de D. Gonçalo
- modelação no tamanho natural do conjunto escultórico

- acompanhamento e orientação da execução de todas as fases da obra até à sua completa montagem final

Atribuem o valor de 720 000\$00 mais 16% sobre esta quantia, a fim de restabelecer o equilíbrio orçamental da obra, o que corresponde na totalidade a 835 200\$00.

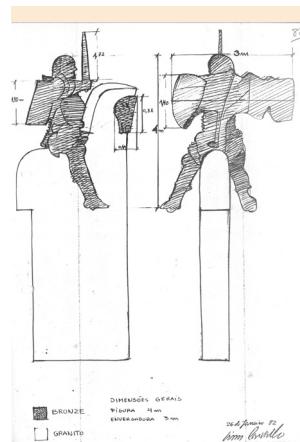
O pagamento seria satisfeito à equipa em três prestações iguais, sendo paga a 1^a prestação no acto de assinatura do contrato; a 2^a prestação será paga com a entrega da modelação (projecto) na dimensão de 2,10m do conjunto escultórico e entrega dos desenhos totalmente prontos a serem gravados no pavimento; a 3^a prestação será paga após conclusão de todas as fases de construção e acabamento até ao prazo máximo de 90 dias.

A formação em gesso, fundição em bronze e seus transportes para os locais próprios, bem como toda a construção em granito do pedestal – cavalo ficarão a cargo da Câmara Municipal da Maia.

Características e dimensões

Constitui-se por dois elementos fundamentais:

- um grande desenho com extensão de 88m gravado no pavimento (base)
- um conjunto escultórico (Lidador e pedestal-cavalo) com 7m de altura

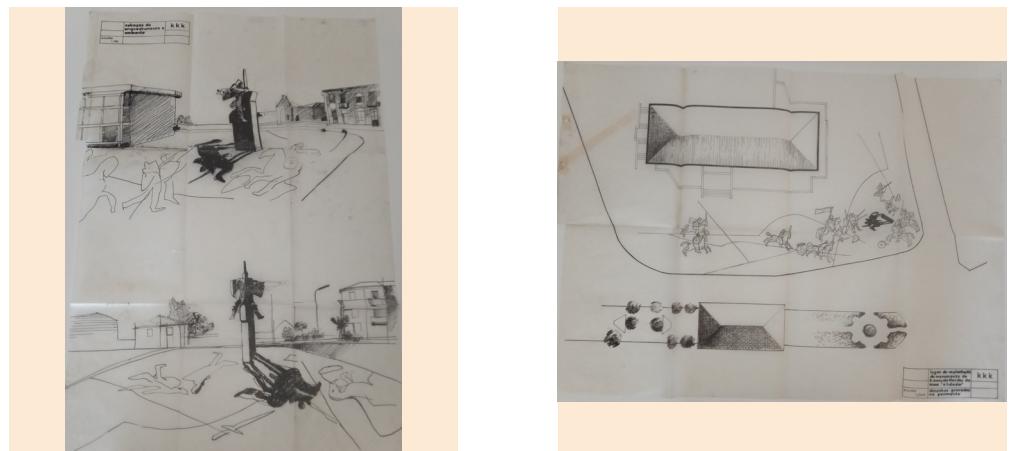


Pormenores da maquete elaborada no atelier do escultor

A desenho de grandes dimensões inciso no granito descrevia em sentido narrativo uma escaramuça entre cristãos e mouros, as figuras desenhadas ilustravam essa época histórica. Este desenho no pavimento era integrado no conjunto escultórico através de uma sobra (em granito) do Lidador, embutida no pavimento também de granito, mas este de cor clara.

Passados uns dias, na 1^a reunião ordinária pública mensal da Câmara Municipal da

Maia, realizada a 28 de Janeiro de 1981, a Câmara toma conhecimento do documento em referência, tendo a propósito o vereador Dr. Jorge Luís da Costa Catarino apresentado uma declaração de voto, a qual foi subscrita também pelos Srs. Vereadores Dr. Eduardo da Fonseca e Castro e Francisco Rodrigues da Cunha, que dizia “ Voto a favor embora lamentando que o Sr. Escultor Altino Maia, conservador do Museu Municipal e consagrado artista não tenha feito parte do júri”.



Desenhos gravados no pavimento; Esboços de enquadramento e ambiente

4. Reacções ao projecto vencedor

O Jornal da Maia, pela pena de Álvaro do Céu Oliveira a 26-2-1981, aborda a novidade da intervenção artística que se avizinhava, carregada da ironia que lhe era característica. O Director do Jornal conta que após a chegada à Barbearia Espírito Santo, fora indagado pela tertúlia que lá se encontrava, da sua opinião acerca da proposta vencedora. Ao qual respondeu: - “ *Disse-lhes que, como simples curioso, sem bases «esculturais» para me pronunciar sobre o valor das obras apresentadas, me parecia que o trabalho classificado em primeiro lugar era assim a modos de confuso, ainda que amanhã me venham dizer que, tecnicamente, cavalo e guerreiro sejam um mimo de perfeição.* ”

Porque apertado para o fazer, não me esquivei a declarar que se o monumento era aquela estátua e a estátua era aquele aborto, como o classificaram os meus colegas das horas de lazer, nesse caso, e não obstante a minha confessada ignorância em escultura, considerá-lo-ia abortivamente excepcional.

Ressalvei, todavia, o pormenor importantíssimo de a minha avaliação ter sido feita através das gravuras publicadas no nosso jornal, a realçar a notícia que sobre o assunto deu o atento Zé da Maia. E veio a «sentença»...

Por unanimidade, o exigente tribunal condenou o famoso Lidor e a sua montada

a clausura perpétua, a menos que:

- a) Se invertam as posições que na estátua ocupam o herói maiato e o cavalo, ou seja, transferir o Lidor para baixo e o cavalo para cima; ou*
- b) Se substitua aquela coisa sem expressão e que dizem ser um burro (a mim mais me parece um isqueiro) por um cavalo autêntico, isto é, com focinho, rabo e tudo, podendo o Lidor apresentar uma fisionomia progressista, a quatro traços, pois ninguém o poderá desenhar com autenticidade, uma vez que, na época em que andou em pelejas, ainda não havia fotógrafos nem fotografias, que agora nos podiam elucidar; ou*
- c) Se mude o cavalo do segundo prémio para a estátua do primeiro, dado que o Lidor sempre andou em cima de ginete e não de «isqueiros».*

Encerrado o julgamento, e ouvida a opinião dos maiatos, com quem troquei impressões, todos me afirmaram que a estátua equestre fora feita para quatro intelectuais apreciarem e não para ser escolhida pelo povo.

E o povo, na sua esmagadora maioria, já lhe traçou o destino, rejeitando-a.

Se o Lidor por cá andasse, e se não lhe arrebatassem a lança, não sei o que aconteceria...”

4. Desencontros e equívocos do processo

No dia 26-3-82, Lima de Carvalho escreve ao Eng. Moreira de Figueiredo, Director dos Serviços de Fomento, onde refere questões que o preocupariam sobre a fundição da peça escultórica.

“É com todo o prazer que anuncio a V.Ex.^a que esta fase importante da execução da estátua se encontra praticamente acabada, estando neste momento em pequenos acabamentos de pormenor. Agradecia que informasse com brevidade o senhor fundidor encarregado da passagem a bronze que o trabalho se encontra pronto para a fundição a partir da próxima quinta-feira, dia 29 de Abril, no atelier Av. da Índia 168, Lisboa.

Informo que o senhor fundidor Guedes já esteve no atelier e que levou para entregar aí três partes em gesso do dorso do pedestal – cavalo, que são modelo para o canteiro trabalhar as pedras. Agradecia que providenciasse para que não ficassem na oficina do fundidor porque podem causar confusões com a chegada de outras partes, essas sim para fundir. Espero que haja atenção e contínuas recomendações no seguimento dos trabalhos de fundição, porque infelizmente nem sempre os prazos são respeitados pelas empresas de fundição.

Gostaria e, tenho a certeza, que nos acompanha neste propósito de atender às datas

de adjudicação, para que o nosso e vosso esforço tenha êxito final”.

A CM Maia responde a esta carta logo de seguida pelo Eng. Moreira de Figueiredo, onde informa que o fundidor encarregue da passagem a bronze, José de Castro Guedes Lda. fez a entrega das três partes em gesso do dorso do pedestal-cavalo nos estaleiros da Cooperativa dos Pedreiros Portuenses e que tinha na sua oficina, o modelo em tamanho natural do conjunto escultórico. Também ficaria combinado a conveniência de comunicação entre os intervenientes Lima de Carvalho-Matos Simões com o gerente da Cooperativa dos Pedreiros, o Sr. Costa. Já estaria em andamento a liquidação de honorários ao modelador Manuel Moreira dos Santos Rocha. O Eng. Moreira de Figueiredo aproveitou para fazer dois pedidos: o envio com urgência de 3 dossiers completos, o tipo e a dimensão das letras que constituirão a inscrição a apor no monumento para ser entregue imediatamente à Cooperativa dos Pedreiros que estaria constantemente a solicitar tal informação e a entrega do projecto inicial do monumento que teria sido deixada pelo Dr. Vieira de Carvalho, numa visita ao atelier.

Segundo foi possível apurar, em contrato celebrado no notariado privativo, nº 8/82, no livro 56, folha 86, com data de 26-4-82, ficaria designado como *Empreitada de Fundição em bronze, fornecimento e montagem da estátua equestre a Gonçalo Mendes da Maia*, pelo valor de 862 500\$00, já incluído o imposto de transação. O adjudicatário seria José de Castro Guedes, Lda, de Santa Marinha em Vila Nova de Gaia. A deliberação da adjudicação ocorreu a 31 de março de 1982. Os valores parciais a pagar pelo contrato estavam divididos em três parcelas: 45% que correspondiam a 337 500\$00; 35% - 262 500%00 e 20% - 150 000\$00.

Posteriormente, Lima de Carvalho solicita em nova carta de 16 de maio de 1982, o pagamento da segunda prestação do trabalho que já estaria vencida desde 6 de fevereiro passado, referindo que “isto não é uma acusação...é que os trabalhos foram tantos que não havia tempo para tratar das burocracias e do vil metal.”

A 1 de Agosto de 1982, Lima de Carvalho envia o recibo da 2^a prestação dos seus honorários relativos ao cheque de 23/6/82, referindo que iria voltar à Maia na semana seguinte para ir ver a fundição que tanto o preocupava e assistir e orientar a montagem da figura assim como das pátines. Logo no dia seguinte, a Cooperativa dos Pedreiros, pelo gerente Joaquim de Oliveira Guedes, informa que o monumento em granito preto se encontrava praticamente pronto, faltando a colocação da pedra da frente com a data da inauguração e ainda se podiam retirar as pranchas circundantes ou se o fundidor as queria utilizar para a colocação do bronze. O Dr. Vieira de Carvalho indica ao Eng. Figueiredo que a pedra da frente deveria ficar guardada pela CMM ou pela Cooperativa a fim de ser gravada e que a retirada das pranchas deveria ser combinada com o fundidor.

A 11 de Agosto de 1982, o Eng. Moreira de Figueiredo envia uma carta a José da

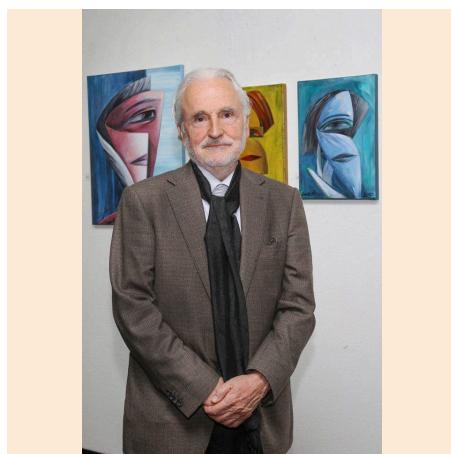
Silva Abreu num tom mais áspero referindo que o molde em gesso tinha sido depositado na sua oficina a 30 de Abril e que talvez por uma dúzia de vezes, visto o pouco desenvolvimento dos trabalhos, com muito pouco agrado. Aliás, refere «Quero esquecer, a desconsideração que para mim constituiu a minha última visita do passado dia 30 de Julho, que previamente combinamos. Além disso não mereci, até agora, a mais pequena justificação da “fuga”!» Aproveita para mais um apertão «que se digne informar com urgência o que se lhe oferecer, nomeadamente a data provável da montagem da estátua, pois começo a recear que a Câmara venha a tomar medidas drásticas, de que o seu nome profissional nada beneficiará.» Só que essa carta registada veio devolvida...

Uns dias mais tarde, a CM Maia, por intermédio novamente do Eng. Moreira de Figueiredo informa o Prof. Joaquim Lima de Carvalho que o fundidor José da Silva Abreu aguardava a visita contratual para aprovação dos elementos fundidos – “quer dinheiro” sentencia o Director dos Serviços de Fomento. O escultor Lima de Carvalho responde no dia 18 de Setembro, afirmando que enviou uma carta registada ao Sr. José Abreu a confirmar a visita para aprovação da fundição da estátua para dia 6 de setembro pelas 15:00. E diz *“Cumpre-me informá-lo, senhor engenheiro, que no dia e hora combinados me apresentei na oficina na oficina do Senhor José Abreu, onde esperei quase uma hora por ele, o que não chegou a acontecer. O trabalho de fundição encontrava-se exatamente na mesma fase de há bastante tempo, ou seja, sem os acabamentos necessários, rebarbar e soldar, com partes mal fundidas, o que me fez expressar verbalmente ao empregado Sr. José Guedes a minha não aprovação do trabalho naquela fase. Também quero afirmar nesta carta, que à data da minha visita à oficina, 6-9-82, a fundição dos elementos da estátua a D. Gonçalo tem grandes imperfeições e faltam acabamentos necessários para a sua montagem, o que me leva a não aprovar esta fase do contrato.”* Como anotação, o Dr. Vieira de Carvalho escreve a 22.9.82 : *“Este assunto só já tem remédio contenciosamente. Deve entregar-se ao Dr. Sousa e Silva”.*

Logo a 27-9-82, a Cooperativa dos Pedreiros solicita informação se ainda demoraria a colocação do bronze no pedestal da estátua, de forma a poderem retirar os madeiramentos do andaime, evitando que apodrecessem, assim como, agradeciam o pagamento da factura de 2 515000\$00.

A 21-3-83, o advogado Sousa e Silva remete cópia de uma carta recebida da firma Araújo & Guedes, Lda sobre a fixação do prazo para aprovação dos elementos em bronze da estátua. A nova gerência da firma remete a responsabilidade da demora a problemas levantados pela anterior gerência na entrega a tempo e horas dos elementos em bronze que se encontravam num seu armazém. A nova gerência refere que em face do acordado pessoalmente com o Dr. Sousa e Silva, os elementos estarão prontos para aprovação a 21 de fevereiro de 1983, ficando de contactarem o escultor Lima de Carvalho para consequente aprovação. Referiam também que “logo que aprovada

e cumpridas que sejam as cláusulas contratuais em relação à 2^a prestação, procederemos à sua montagem e posterior transporte e colocação no local pré destinado.”



O escultor Joaquim Lima de Carvalho



O engenheiro Moreira de Figueiredo

Dias mais tarde, a 23-3-83, Lima de Carvalho envia nova carta ao Eng. Figueiredo onde descreve a visita efectuada à oficina na presença dos sócios José Guedes e Alberto Araújo, tendo levado uma maqueta patinada e algumas fotografias que serviriam de ponto de referência para a futura montagem, estando assim criadas as condições para o segundo pagamento determinado na escritura da Câmara com a empresa Araújo e Guedes. Mas como todos os prazos já teriam sido adiados e ultrapassados, solicitava que esta aprovação só fosse efectuada entre 4 a 9 de abril, depois da visita do colega Matos Simões novamente à oficina para analisar o trabalho já fundido, o que o sossegaria pois com ele dividia a responsabilidade na aprovação. Aproveita também para escrever umas palavras menos formais dirigidas directamente ao Eng. Figueiredo onde justifica os desencontros e equívocos recentes no processo, quer na recepção de cartas, atrasos nas respostas e confusão de transportes. Como último ponto, perguntava se as duas casas de esquina que rodeiam a escultura ainda estariam de pé, esperando que em breve se resolvesse esse problema.

A 22-6-83, o Eng. Moreira Figueiredo responde, dizendo-se surpreendido com um telefonema dos fundidores a informarem que a escultura já estaria pronta há meses, com o inteiro conhecimento e aprovação de Lima de Carvalho. Também se mostrava surpreso pela falta de notícias desde março, pelo menos “como modesto representante do dono da obra, e também como lúcido executor que tenho sido dos compromissos que se vão tomando”, finalizando que já ia longe a Páscoa onde ficou de receber um contacto...

O Dr. Sousa e Silva, advogado da CM Maia, depois de escrever aos fundidores Araújo & Guedes Lda, e em face da resposta recebida considerava que o assunto o

transcendia. Os fundidores falavam de um lapso lamentável de um dos sócios, a uma confusão com a carta que teriam enviado e entre aprovações e conclusão de trabalhos já realizados, aguardavam o pagamento da 2^a prestação sem a qual não procederiam à respectiva montagem. Estes já teriam um prejuízo que rondaria os 150 000\$00 e só por manifesta consideração pelas partes envolvidas e nas condições actuais é que não negariam a sua conclusão.

O Eng. Figueiredo achava estranho o silêncio da empresa de fundição assim como do Prof. Lima de Carvalho, não tendo recebido nenhuma resposta que enviara para a Escola Superior de Belas Artes, e informava que esta Câmara Municipal não podia contemporizar com multas e outros prejuízos que poderiam surgir e a ser exigidos. De seguida, segue nova carta que acabaria devolvida ao remetente.

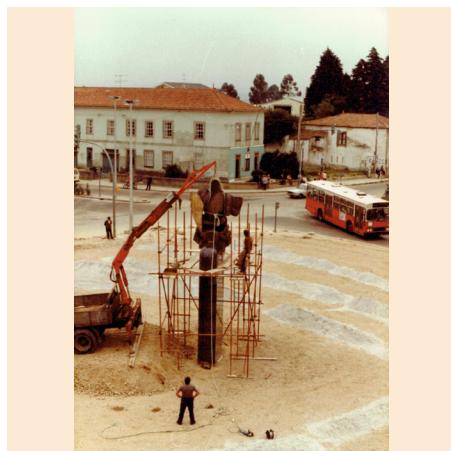
A 11 de setembro de 1983, Lima de Carvalho pedia desculpa pelo atraso de resposta às duas cartas já enviadas, e refere inúmeros atrasos: atrasos do fundidor, da demolição das duas casas junto ao local definido para a estátua, a colocação do pavimento para a gravação dos desenhos de base, entre outros contratemplos que “prejudicam a imagem da Câmara perante o seu povo, mas também somos prejudicados moralmente e materialmente pelo arrastar da obra”. Entretanto o escultor Matos Simões declinou toda a confiança e responsabilidade em Lima de Carvalho, não se tendo deslocado ao Porto para confirmar os trabalhos realizados. Entre telefonemas perdidos, “épocas de exame, férias e a espera que fiz para que o meu colega fosse ver a obra, criaram este hiato e desfasamento no andamento da obra”.

Moreira de Figueiredo reage em tom frontal, respondendo que lamentava os comportamentos verificados, que motivaram a entrada no processo do Dr. Sousa e Silva e que a demolição da casa junto ao monumento era “assunto camarário, com que outros não devem preocupar-se, o mesmo se dizendo com a imagem da Câmara perante o seu povo”, que não necessitando ela, a Câmara “de propagandas, muito menos aceitará insinuações livres ou censuras veladas”. Mais dizia – “Frontalmente, como é meu apanágio, lamento que os dias de espera, mais uns dias para permitir uma visita do meu colega...se prolongasse até hoje (4-10-83), com os consequentes prejuízos para esta Câmara e sobretudo para o fundidor...e finalmente para tranquilizar o Senhor Professor, informa-se de que, como é óbvio, o monumento não será montado a descoberto com as casas e quintais a rodeá-lo”.

De seguida, a 4-10-83, a CM Maia informa a fundição Araújo & Guedes que já estaria em condições de ser recepcionado, ficando este assunto ao cuidado do Eng. Correia de Moraes. Mas esta novela ainda não teria terminado. Os fundidores responderam que afinal o que se encontravam acabados seriam os elementos em bronze, sem estarem montados, mas que só iniciariam a montagem da estátua na oficina desde que fosse cumprida a cláusula contratual em relação à 2^a prestação no valor de 210 000\$00. Passados 10 dias, nova carta da fundição a enviar uma factura

no valor de 307.125\$00 correspondente a 35% de 750 000\$00, acrescidos do respectivo I.T.

Passaram-se mais uns meses até que a 11-4-83, o Eng. Figueiredo pergunta em que estado se encontra a estátua em referência, com especial menção da data concreta de entrega. Não tendo resposta da fundição, a 2-5-83 instrui o Dr. Sousa e Silva para desencadear a acção que tiver por conveniente por forma a obterem-se notícias da obra. Quase um ano se passa e poucos desenvolvimentos teve tão difícil projecto. A 11-5-84 os fundidores respondem que este pequeno atraso na resposta se deveu a um curto período de férias de um dos sócios imposta por doença e que quanto ao estado da estátua, esta já se encontrava em adiantado estado de montagem, sendo necessária uma deslocação ao local para tirar medidas exactas ao dorso do pedestal onde assentaria a estrutura principal do monumento. A espada seria a peça mais difícil de montar, só podendo ser colocada mesmo no local. Começava-se a correr contra o tempo, pois a CM Maia pretendia inaugurar o monumento no dia 9 de julho nas Festas do Concelho, e este seria o acto mais significativo do respectivo programa.



Fase do processo de montagem do monumento e já depois de montado, no ano de 1986

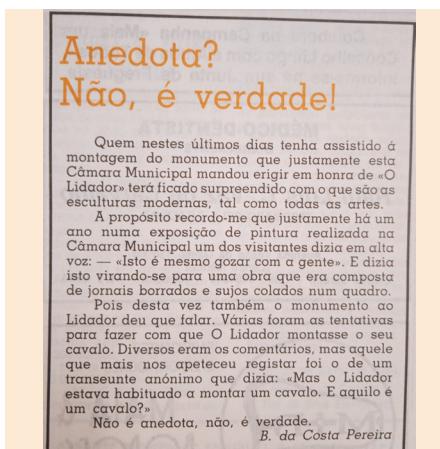
A 27-6-84 a estátua começou a ser montada, tendo todo o apoio possível da Câmara Municipal, através da montagem em tubo e pranchas à volta do cavalo e uma grua para elevar a estátua, obtida graciosamente através do empréstimo por parte de Domingos Ferreira de Oliveira. A 7-6-84 os escultores Lima de Carvalho e Matos Simões são informados do andamento dos trabalhos, mesmo “*ao cabo de imprevistos sem conta e de incredulidades várias*”, sendo-lhes pedido todo o empenho de não faltarem à dita fundição todos os esclarecimentos para levarem a bom termo a dita montagem.

5. Inauguração da estátua a Gonçalo Mendes da Maia

No dia 9 de julho de 1984, inserida na inauguração de diversas realizações e visitas a empreendimentos como o Tribunal do Trabalho, a Avenida D. Manuel II, a passagem inferior da Praça do Município, do Parque Municipal, Oficinas Gerais, e do Parque de Nossa Senhora do Bom Despacho, finalmente, é inaugurada a estátua de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidor, na presença de vários membros do governo: Dr. Rui Machete - ministro da Justiça, Dr. Amândio de Azevedo – ministro do Trabalho e da Segurança Social, Dr. Rui Amaral – secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional e do Dr. Fernando Gomes – secretário de Estado da habitação e Urbanismo e outras entidades oficiais. Todo este programa encerrou com um almoço da comitiva na Estalagem do Lidor em Moreira.

Mas as peripécias não iriam terminar.

O estilo arrojado da obra e a mentalidade ainda fechada e pouco cosmopolita do povo da Maia fizeram que a população demorasse a acarinhar o novo Lidor, sendo este sido alvo de “carinhos” até de pessoas que já teriam sido próximas do Dr. Vieira de Carvalho.



As reacções ao monumento ao Lidor; duas notícias do Jornal da Maia, nº 341, 12-7-1984

Só mais tarde se procedeu à gravação no pavimento frontal ao edifício da Câmara dos desenhos que compunham a batalha e que ladeavam o monumento. A gravação da Batalha na Praça do Município incluía a sombra do cavalo do cavaleiro em pedra escura; dois cavaleiros mouros em pedra branca; o porta-estandarte e bandeira de um mouro; um cavaleiro caído mouro; um cavaleiro cristão; um porta-estandarte e bandeira cristã; um cavalo solto; um peão; um cavaleiro cristão; um cavaleiro degolado mouro e por fim, diversos elementos soltos, pelo preço final de 2 659 150\$00.

Do desenho inicialmente previsto para o pavimento, apenas se concretizou uma pequena parte, a sombra do cavalo do cavaleiro em pedra escura, em contraste com a figura estilizada do monumento. Este desenho no chão, infelizmente, desapareceu na remodelação da Praça do Município da autoria do Arquitecto Eduardo Souto Moura, na viragem do milénio...²



Notícia do Jornal O Comércio do Porto de 15-2-1992, sobre a construção da Torre do Lídador

Em julho de 1985, surge a ideia de executar uma série de miniaturas em bronze da estátua. E até este procedimento também se veio a revelar de parto difícil, muito devido ao atraso nas respostas entre cartas como também no atraso do pagamento dos honorários ao escultor e na questão de quem seria o dono da maquete da estátua.

Matos Simões responde, numa carta áspera e carregada de ironia a 16-5-86, onde refere que “*após 5 longos anos de percurso de uma obra que podia ter sido realizada em muito menos tempo, foram os autores do projecto espectadores do descalabro de um orçamento dado à sombra de um imprevidente contrato...e que a posição que assumo face a esta questão é: não retocar ou mesmo autorizar a reprodução da referida maquete que é nossa pertença, enquanto, a Câmara não proceder à liquidação dos honorários em dívida pelo contrato assinado em 1981. Se a Câmara entender fundir o projecto que foi a concurso e está há anos no meu atelier tem o direito de o fazer, porque este projecto é que é sua propriedade*”. O Eng. Figueiredo mantém a

² Esta opinião é corroborada por Cátia Raquel da Hora e Silva, no trabalho realizado sobre Escultura no Espaço Público do Concelho da Maia: - «Antes da requalificação da praça Dr. Vieira de Carvalho, a única escultura das que referimos que se encontrava naquele local, é a escultura representativa do Lídador, que haveria de perder a sombra em pedra que estava projetada no solo e que compunha a escultura. Esta situação leva-nos a questionar as requalificações urbanas e a forma de utilidade que as esculturas possam ter. Atualmente esta escultura continua a ser um símbolo da cidade da Maia e da respetiva praça, contudo, questiona-se o porquê da alteração da linguagem formal da escultura quando se realizou a reestruturação de todo o local».

sua posição, pedindo esclarecimentos sobre o que englobava o projecto, se incluía a maquete, quais as dimensões e se permitia uma reprodução fiel do monumento. Matos volta a responder, desta vez num tom mais cordial, continuando a solicitar o pagamento dos honorários devidos, mesmo depois de já ter enviado nova factura. Sobre a maquete, esta já teria estado exposta na Câmara e media 60 cm de altura, o que inviabilizava a reprodução. O que propunha, juntamente com o colega Lima de Carvalho, era “executar uma reprodução miniatural e fiel do monumento à escala que a Câmara entendesse desejável mas segundo normas negociadas e dignas e só depois de terminado este imbricado quanto injusto procedimento de que temos vindo a ser vítimas, porque o formador, fundidor, canteiro e outros participantes da obra não escreveram, com certeza, tantas cartas deste jeito”.

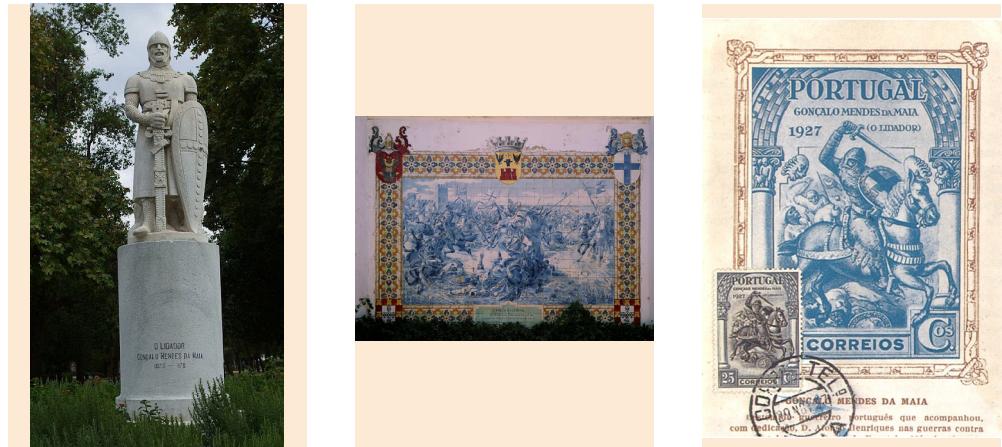


Miniatura, troféu e estátua do Lidor. Esta última surge como uma visão mais realista do Lidor; de autor desconhecido. Foi adquirida pelo autor numa feira de velharias.

A 14 de julho de 1986 é enviada uma 3^a factura no valor de 139 200\$00 relativo à última prestação do contrato global de 835 200\$00 acordado a 11 de dezembro de 1981. No mês seguinte esta mesma foi liquidada, mais uma vez o Eng. Figueiredo apresenta a justificação para “imprevistos e dificuldades surgiam à última hora a contrariar as desejadas intenções” assim como pedia para mandarem depositar a maquete que a Câmara pretendia possuir, ao cuidado do Reverendo Padre Joaquim António Aguiar, do Colégio Universitário Pio XII em Lisboa.

6. Diferentes interpretações da figura do Lidor

Ao longo dos anos foram surgindo diferentes interpretações da figura do Lidor e da sua morte na Batalha de Beja. Quer seja por estátua, através de um painel de azulejos e um jornal existentes em Beja; pelo selo editado pelos CTT; na actividade comercial - existem vários estabelecimentos denominados Lidor, mesmo no Brasil; em tempos até um vinho do Porto teve a denominação de *Lidor*, da sociedade



Estátua e painel de azulejos em Beja; Selo editado pelos CTT

de vinhos F. Nogueira de Vila Nova de Gaia; nos transportes – existiu um barco brasileiro a vapor chamado *Lidador*. Este navio fazia a travessia do Atlântico até ao Brasil e naufragou ao largo de Angra do Heroísmo em 1878.

No desporto, temos hoje o clube de futebol, *Futebol Clube Maia Lidador*, nascido em 2009 mas orgulhoso herdeiro do *Futebol Clube da Maia* e registamos a existência de um Trail *Terras do Lidador*. Já na toponímia do Concelho da Maia, existem várias ruas com o nome do Lidador, a conhecida Estalagem do Lidador, local de reunião e conhecida pelos bons serviços de restauração (actualmente encontra-se fechada, revelando preocupantes sinais de vandalismo e abandono) e uma zona habitacional denominada *Urbanização do Lidador*.



A rede de lojas Lidador no Brasil; Vinho do Porto Lidador e o navio Lidador



Emblema do Futebol Clube Maia Lidor; Trail Terras do Lidor; a Estalagem e Urbanização do Lidor

Desde o início do milénio até julho de 2020, a imagem estilizada e moderna do Lidor foi utilizada para a identificação institucional da Câmara Municipal da Maia, numa bem sucedida associação imagem-território, de que os maiatos se orgulham.



Logo da Câmara Municipal da Maia até 2020

FONTES – Câmara Municipal da Maia – Documentação do processo “Estátua Equestre a Gonçalo Mendes da Maia”

*A Obra Gráfica de Lima de Carvalho, Ricardo Jorge Bilro Cardoso Coxixo, Mestrado em Desenho, 2010
Escultura no Espaço Público do Concelho da Maia, Valorização e divulgação patrimonial. Vol. I e II,
Cátia Raquel da Hora e Silva, Tese de Dissertação de Mestrado*

“Jornal da Maia”, anos 1981 e 1984 (nº 167, 22-1-1981; nº 341, 12-7-1984)

Jornal “O Comércio do Porto”, 15-2-1992

www.visitmaia.pt/geo_artigo-16/estatua-do-lidador

www.facebook.com/ArchitectoursPorto/photos/pbc.3413819148741275/3413789458744244

Inquirição de 1258 de Santa Maria e São Pedro de Avioso Julgado da Maia

Joaquim José Moreira dos Santos
Investigador de História Local e Regional

INTRODUÇÃO

Os reis das Astúrias, de Leão e de Castela e, depois, os reis de Portugal procuraram centralizar o poder, muito fragmentada desde a queda do Império Romano e a ocupação muçulmana. A sociedade civil fragilizada teve na Igreja um motor aglutinador das comunidades, desde o domínio dos Suevos e dos Visigodos. Assim se comprehende o papel da fundação das paróquias ou freguesias.

Foi apoiados nesta força aglutinadora que os reis operaram no movimento de ocupação do poder e, depois, parcialmente em confronto com a nobreza e com o clero, procederam à centralização do mesmo poder nas suas mãos. Foi num jogo duplo de atracção e de repulsa que se definiu a Europa moderna, o poder público.

Um dos maiores factores operacionais de centralização do poder¹ nas mãos dos monarcas foi a realização de inquirições sobre os bens da Coroa e os abusos cometidos pela aristocracia eclesiástica e nobre. D. Afonso II, [Figura 1] em 1221, cobriu a área sensivelmente correspondente à diocese de Braga; e o seu filho, D. Afonso III, programou as inquirições gerais de 1258, que ultrapassaram os limites do rio Douro, investigando também a situação das propriedades nas Beiras, onde a presença muçulmana foi menos duradoura.

É desta data a inquirição da freguesia de Santa Maria de Avioso, que vamos transcrever e traduzir.

I UM POUCO DE HISTÓRIA

1. As vilas romanas, as vilas medievais e as freguesias

A primeira referência explícita da existência de paróquias é do cânone 5 do I Concílio de Toledo, no ano de 400. É que havia bispos, presbíteros, diáconos e subdiáconos nas cidades, mas também em muitas *villae*, *vici*, *castella*: a *villa*, o *vicus* e o *castellum* com uma igreja, com clérigos, com pia baptismal e actos de culto regular correspondem ao que caracteriza uma paróquia². As freguesias ou paróquias definiram-se pela existência de igreja, de baptistério e de pároco nas vilas romanas e outros locais. Antes, tudo dependia do bispo sedeadoo na cidade diocesana. Aí o bispo fazia-se ajudar por um número elevado de clérigos; aí ficava a igreja, ou sé episcopal, com baptistério anexo (e depois situado no interior da própria igreja diocesana), onde se realizavam os baptismos todos, na Vigília Pascal. O bispo itinerante (no

1 A centralização do poder operou-se não só através das inquirições, mas também pela acção das cortes e por um conjunto de legislação, que atribuía ao rei competências exclusivas, perante os outros senhores, nobres ou eclesiásticos.

2 Os *pagi* e os *vici* eram lugares sem jurisdição territorial; os *castella* eram lugares fortificados. Algumas fortificações eram celtas; outras eram romanas, como a de Conímbriga. A fortificação (*castellum*) de Aguiar pode ter uma de duas origens. Ou ser céltica, anterior à conquista romana, ou ser cristã, construída durante a primeira fase da reconquista. Consta que o Almançor tomou o Castelo de Aguiar aos cristãos, em 997, vindo também a ser derrotado.

Oriente) atendia às necessidades espirituais das populações mais rurais. Depois, o deslocamento parcial do clero e dos serviços para as vilas romanas conferiu-lhes progressivamente alguma autonomia, embora na dependência do bispo diocesano. É essa autonomia relativa de clero e de serviços que caracteriza uma freguesia.

A administração suévico-visigótica sobreponse à administração romana, sem destruir as estruturas existentes.

Nos anos de 561 e 572, os Concílios de Braga, [Figura 2] diocese metropolitana da Galécia e sede dos Suevos, referem, além da diocese do Porto, a existência de novas dioceses, a Sul do Douro (província romana da Lusitânia), que foram dioceses sufragâneas de Braga: Lamego, Viseu, Conímbriga e Idanha³.

As dioceses dividiam-se em arcediagados, que correspondiam aos julgados civis. Trata-se de administrações paralelas e complementares. E cada arcediagado, ou julgado, compunha-se de diversas paróquias⁴, ou freguesias.

2. Paróquias suevas e paróquias do século XIII

A organização do *Parochiale Suevicum* (século VI) serviu de base aos agrupamentos regionais da divisão das terras, dos julgados e dos arcediagados, no final do século XI. [Figura 3] Os bispos regularmente visitavam as paróquias, com direito à alimentação (comedoria) e à pousada (ou aposentadoria); e os párocos anualmente reuniam-se com o seu bispo (sínodo), na sede episcopal, pagando a taxa estipulada, chamada sinodal.

3. A criação e a delimitação das paróquias.

A igreja paroquial transformou-se de um lugar onde se reuniam os fiéis em um espaço geográfico delimitado pelas autoridades eclesiásticas e, por inerência, também no âmbito do foro civil. Basta atentar no texto das inquirições.

É comprensível que a delimitação das paróquias⁵ fosse anterior na região de Entre Douro e Minho e que, no Sul, fosse mais tardia e mais lenta. De facto, a reconquista do Sul do Douro aconteceu tarde, com muitos avanços e recuos. Em 868, o Douro tornou-se limite entre cristãos e muçulmanos; Coimbra só em 1060 é ocupada definitivamente pelos cristãos; Lisboa em 1147; e o Algarve esperou por 1249.

3 O *Parochil Suevorum* ou *Division Theodomiri* e o Concílio de Lugo, de 569, também referem estas quatro novas dioceses do antigo território lusitano.

4 Durante os séculos XI a XIII, cresceu o número de paróquias rurais, apareceram novos topónimos , aumentou a população, Fundaram-se novas igrejas. As *villae* eram comunidades constituídas por unidades familiares de exploração da terra. A *villa noua* recebe este nome por ser semelhante à vila velha, isto é, ao aglomerado resultante da *villa* romana.

5 «Os limites das paróquias foram demarcados com minúcia entre o século XII e o início do século XIV, com o objectivo de assegurar um controlo dos fiéis e a percepção dos direitos eclesiásticos». (Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História religiosa de Portugal*. Volume I. Círculo de Leitores, 2000, p. 6).

Algumas disposições legais de D. Dinis mostram este atraso na definição das fronteiras paroquiais e de freguesias. [Figura 4]

4. Os patronos das igrejas.

Os fundadores das igrejas gozavam de alguns direitos: (1) elegiam ou designavam o pároco; (2) administravam, directamente ou através de outrem, os bens da igreja; (3) e recebiam – e administravam – as esmolas dos fiéis e outras contribuições.

Durante a época da reconquista, devido à ausência prolongada dos bispos das suas dioceses, muitas igrejas e paróquias entretanto fundadas conferiam direitos tradicionais aos fundadores, que ficavam a ser os seus patronos. Com o regresso dos bispos às suas dioceses, após as conquistas de Fernando Magno [Figura 5] e o Concílio de Coyanza (1055), iniciou-se um processo centralizador eclesiástico. O bispo reservava para si a ordenação sacerdotal e a confirmação no seu múnus pastoral paroquial; mas a apresentação feita pelos patronos ou eleição realizada pelos vizinhos (herdadores e governadores do lugar) manteve-se mais tempo, como o revelam as inquirições de 1258.

Os bispos recensearam as paróquias (*census*) e decretaram as contribuições para a diocese.

5. Uma Paróquia no Julgado da Maia

A paróquia de Santa Maria de Avioso situava-se do Julgado da Maia⁶ (*judicatus madie*).

A inquirição de 1258 descreve a situação económica, fiscal e política da freguesia e paróquia de Santa Maria de Avioso, com uma dupla inquirição, dividida em duas partes – a inquirição da «vila» da Quintã e a inquirição da ‘vila’ de Avioso. Foi a 21.^a primeira inquirição do Julgado da Maia, depois da inquirição de São Cristóvão do Muro (então, de Alvarelhos) e antes da inquirição de São Salvador de Gondim.

Esta dupla inquirição supõe dois lugares de reunião da comissão ou Alçada com as testemunhas; supõe dois tempos diferentes, no mesmo dia ou em dias seguidos; e supõe dois conjuntos de testemunhas mais vizinhas da área a investigar.

Na primeira parte – na inquirição da ‘vila’ de Quintã – a testemunha principal foi o pároco (*prelatus*), cujo depoimento as outras testemunhas confirmaram plenamente; na segunda parte – na inquirição da ‘vila’ de Avioso –, coube ao Gonçalinho ser a testemunha principal, também não desmentida por todos os outros deponentes.

6 *Hic incipit inquisitio ville que vocatur Villa Nova et parrochiaruorum Ecclesie Sancte Marie ejusdem loci.*

II A INQUIRIÇÃO DE SANTA MARIA DE AVIOSO

6. As alçadas

As inquirições, como vimos, eram ordenados pelo Rei⁷. D. Afonso III, [Figura 6] em 1258, organizou cinco comissões móveis ou «alçadas»⁸, para que, a partir de entre Abril e Agosto, percorressem as seguintes circunscrições administrativas: primeira alçada, para Entre Cávado e Minho; a segunda, para Entre Douro e Ave; a terceira, para Seia, Gouveia, Bispados de Lamego e Viseu, até ao Douro; a quarta, para Entre Douro e Tâmega, Bragança e seus termos até à raia; e a quinta, para Entre Ave, Cávado e Tâmega, incluindo o Barroso, Chaves só até ao Tâmega.

As alçadas procediam a um inquérito estandardizado, como se pode verificar por qualquer inquirição de 1258, de D. Afonso III⁹. As alçadas eram compostas por funcionários públicos¹⁰ que eram pessoas da confiança do Rei: quatro inquiridores, sendo um ou dois escrivães (clérigos). Os escrivães registavam as declarações, ou depoimentos, dos inquiridos, que funcionavam como testemunhas sobre as matérias investigadas. A quinta alçada só tinha um escrivão régio, Paio Martins.

O fim das alçadas «era averiguar e obter esclarecimentos sobre os bens do património do rei ou do Estado, alguns dos quais indevidamente privilegiados ou abstraídos do património público por extorsões ou enganos»¹¹. Averiguavam, em qualquer parte do País, a legitimidade dos direitos senhoriais e eclesiásticos: posse das terras, herdamentos, padroados das igrejas e dos mosteiros¹².

7 Escreve P. M. Laranjo Coelho, na «Advertência Preliminar» do *Fasciculus VIII de Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Volumen I. Pars II (Olisipone: Ex Typographia Nationalis, MCCCCLXI): «As chamadas Inquirições Geris a que D. Afonso III mandou proceder em 1258 abrangem uma área muito mais dilatada que as de seu pai; correspondem a todo o território das modernas províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os Montes e grande parte da Beira Alta.»

8 Alçada é um «tribunal colectivo e ambulante que percorria os povoados com o objectivo de administrar a justiça» (Dicionário Houaiss) ou de inquirir a situação dos direitos da coroa no território nacional. Nas inquirições de 1258 assume esta significação restrita.

9 A inquirição geral de D. Afonso III (1248-1278) organizou-se a partir do Norte de Portugal: em Abril de 1258, começou a inquirição de Entre Cávado e Minho feita pela primeira alçada ou comissão ambulante, composta «de quatro inquiridores, sendo dois clérigos, acompanhados por um escrivão. Deviam ser ouvidos, sob juramento, o juiz de cada julgado, o pároco e os fregueses de cada freguesia.» (Encyclopédia Luso-Brasileira). Mas a quarta alçada começou por Vila do Conde, em 31 de Julho, constituída por João Martins, prior de São Bartolomeu de Coimbra, Domingos Pires do Átrio, cidadão conimbricense, Martim Mendes, cônego de São Vicente de Lisboa, e Pais Martins, escrivão régio.

10 A quinta Alçada, por exemplo, foi composta por quatro elementos. Começaram a inquirir em Vila do Conde, no dia 01 de Agosto (uma quinta-feira), e acabaram em Chaves, em data desconhecida. O escrivão desta comissão tinha algum cuidado com as datas; era destacado também o testemunho do juiz do julgado: «Primo, Petrus Johannis judex, juratus ad Sancta Dei Evangelia, nobiscum inquisivit et omnia que sciebat fideliter demonstravit». (Trata-se do começo das inquirições de Vieira [do Minho].) Rui Pinto de Azevedo cita as fontes de que serviu para esta publicação: (a) o Livro IX da Inquirição de D. Afonso III; (b) o Livro II de D. Afonso III; e (c) o Códice n.º 52 da Leitura Nova do reinado de D. Manuel.

11 Laranjo Coelho, *Fasciculus VIII*, «Advertência Preliminar».

12 Rui Pinto de Azevedo, na «Advertência Preliminar» do *Fasciculus IX de Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Volumen I. Pars II (Olisipone: Ex Typographia Nationalis, MCCCCLXXVII).



Figura 1



Figura 2



Figura 3

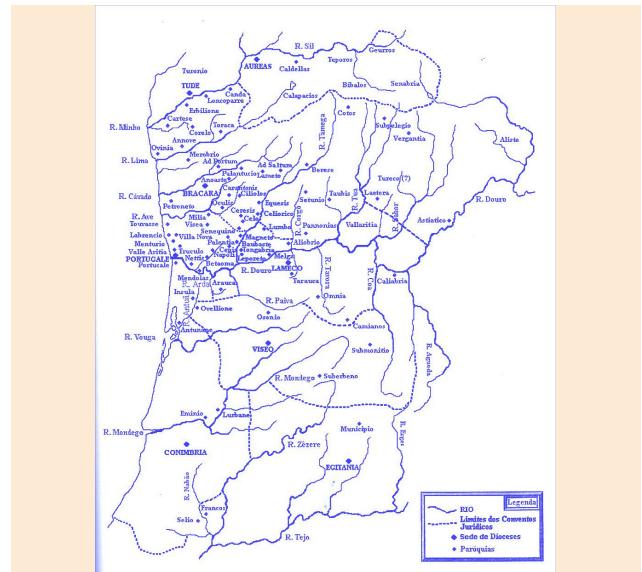


Figura 4

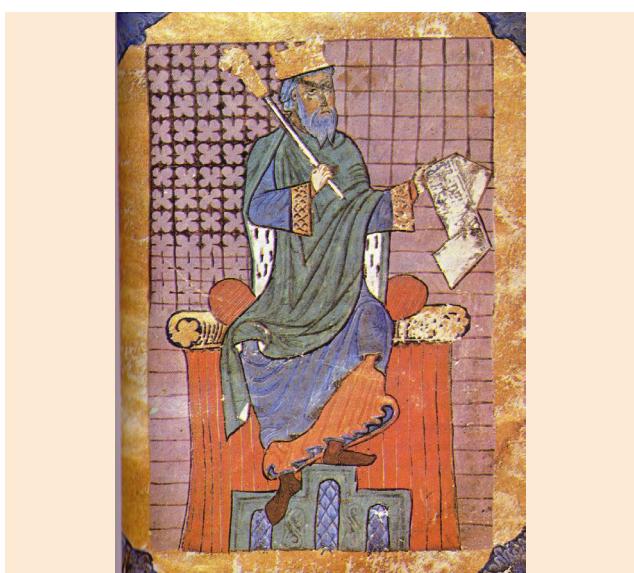


Figura 5



Figura 6

Os registos de uma Alçada começam por uma introdução, que assume a forma de uma **acta** inicial.

A acta inicial de cada Alçada é encimada pela saudação «*In Dei nomine. Ámen.*» ‘Em nome de Deus. Amém.’. Acrescenta o objectivo imediato: estes registos destinam-se a tornar públicos os direitos e propriedades da Coroa, para o presente e para o futuro. Identifica o mandante: o próprio rei, D. Afonso III, Rei de Portugal e Conde de Bolonha¹³.

Então, a acta delimita o território e, depois, acrescenta a matéria de inquérito: O Rei «mandou investigar toda a terra [...], todos os direitos que aí tem ou deve ter, novos e velhos, tanto de reguengos, como de foros, como de foreiros, como de direito de padroado das igrejas, como de honras, como de coutos, como de herdades dos cavaleiros e de ordens, nas quais ele tem direito e deve ter, e quanto as ordens obtiveram ou compraram em qualquer lugar, a partir do tempo do rei, D. Afonso, seu pai...» Este D. Afonso é D. Afonso II, pai do deposto D. Sancho II e pai também do Conde de Bolonha, actual rei de Portugal, com o título de D. Afonso III.¹⁴

Os membros de cada Alçada juram dizer a verdade sobre os Santos Evangelhos: «*juratos super Sancta Dei Evangelia quod inquirerent bene et fideliter totam veritatem de bonis hominibus ad utilitatem tocius populi et coronam regi*»¹⁵. As testemunhas serão seleccionadas entre os «homens bons» das freguesias, para garantir a fidelidade dos depoimentos e a verdade dos factos. Precisa-se o fim último: o bem comum e a correcta administração régia.

Termina a acta¹⁶, com a indicação da data do início oficial dos trabalhos: *Era M.^a CC.º LXXX.º VI, prima die Kalendarum Augusti, feria V.^a ‘era [de César] de 1296, 01 de Agosto, quinta-feira’.* E identifica o dia da semana: quinta-feira. A era de César começa 48 anos antes de Cristo. Ao converter as eras, sabemos que 1296 corresponde a 1258. [Figura 7]

Cada alçada, ou comissão, percorria as freguesias de sua circunscrição administrativa, para se proceder ao inquérito, começando pelo **juiz** do Julgado. Esta prática é-nos apresentada também na Quinta Alçada, antes do inquérito às freguesias. Logo a

13 O rei «*mandavit inquirere totam terram*» ‘mandou fazer as inquirições em toda a terra’ (isto é, em todas as propriedades) daquela área (no caso da segunda Alçada,; e, no caso da quinta alçada, «*inter Cavadum et Avem et Barrosum et Chavias*»).

14 O rei «*mandauit inquirere [...] omnia iura que ibi habet et debet habere, nova et vetera, tam de regalenguis, quam de foris, quam de forariis, quam de jure patronatus ecclesiarum, quam de honoribus, quam de cautis, quam de hereditatibus militum et ordinum, in quibus habet directum et debet habere, et quantum obtinuerunt vel emerunt in quocumque loco ordines a tempore Regis Domni onsi, patris sui....*»

15 Os inquiridores juravam «sobre os Santos Evangelhos de Deus que investigavam bem e fielmente toda a verdade de homens bons para a utilidade de todo o povo e para a coroa do rei».

16 Uma acta oficial dos inícios da actividade de qualquer Alçada aproxima-se muito da estrutura de uma acta actual.

começar o Julgado de Faria, se transcreve: *In Judicato de Farie. Hec sunt jura que Dominus Rex ibi habet et debet habere. Primo Martinus Martini, judex, juratus ad Sancta Dei Evangelia nobiscum inquisivit et omnia que sciebat fideliter demonstravit.* ‘No Julgado de Faria. Estes são os direitos que o Senhor Rei tem e deve ter. Primeiro, Martim Martins, o juiz, com juramento sobre os Santos Evangelhos de Deus, inquiriu connosco e demonstrou, com fidelidade, tudo o que sabia.’ A expressão *nobiscum* ‘connosco’ indica que o juiz acompanhava, pelas freguesias, a comissão de inquérito – a alçada – e confirmava as declarações prestadas pelas diferentes testemunhas, pois devia conhecer bem as condições legais da generalidade dos prédios do seu Julgado.

Nas freguesias, a comissão de inquérito reunia um conjunto de «homens bons» [Figura 8], que eram interrogados acerca da matéria atrás referida. As testemunhas diziam o que sabiam. Muitas vezes, eram interrogadas sobre o modo como adquiriram esses conhecimentos e, até, se tinham visto os documentos originários de direitos, ou pretensos direitos e privilégios.

Antes de os «homens bons» serem interrogados, quase sempre testemunhava o pároco¹⁷ [Figura 9], ou responsável da paróquia, e também sob juramento. Ele depunha sobre o padroado e sobre os direitos pagos. O pároco, e todos, depunham após juramento sobre os Evangelhos. Primeiro juravam e depois depunham: «jurati et interrogati» (‘jurados e interrogados’).

A forma como decorriam os depoimentos das testemunhas variava de Alçada para Alçada. A quarta Alçada individualizava as questões – o que tornava o depoimento longo e repetitivo nas fórmulas. A segunda Alçada era mais sintética: interrogava uma ou duas testemunhas mais importantes – normalmente o pároco e outra eventualmente outra testemunha – e pedia às outras testemunhas que confirmassem, ou infirmassem, o que disse a testemunha principal. Seguem-se as assinaturas, ou as simples indicações da identidade das mesmas testemunhas.

A fórmula de encerramento também apresentava algumas diferenças: a segunda Alçada referia apenas os nomes das testemunhas ou usava fórmulas mais complexas, como a inquirição de Santa Maria de Avioso (*omnes isti predicti perhibuerunt predictum testimonium verbo et verbum quilibet per se sicut Gonsalvinus predictus*). Na quinta Alçada encontramos a listagem dos nomes das testemunhas com a cláusula: *jurati et interrogati, dixerunt in omnibus et per omnia sicut primus* ‘jurados e interrogados disseram em tudo e para todas as coisas como o primeiro’. Em vez de *primus* ‘primeiro’, aparece, nalguns casos, o nome da testemunha declarante principal. Quando este tipo de cláusula não se especifica, deve, todavia, supor-se.

17 Às vezes aparece a palavra *abbas* ‘abade’, outras vezes o sinónimo (julgamos) *prelatus* ‘prelado’. Também a expressão *non uenit* é substituída por *noluit uenire* ‘não quis vir’.

Quem dirigia os inquéritos era o presidente dos inquiridores, ou seja, o chefe da Alçada, delegado do rei. Quem registava por escrito os depoimentos era o escrivão ou secretário régio.

O presidente e o escrivão secretário eram muito cuidadosos no registo dos dados.
[Figura 10]

Sabemos o nome dos inquiridores da Segunda Alçada. Logo do início, transcrevemos o seu conteúdo:

«*Que seja em nome de Deus. Amém.*

Seja conhecido de todos tanto presentes como vindouros que D. Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal e Conde de Bolonha, mandou investigar, entre o Douro e o Ave, até aos limites do Tâmega, todos os direitos régios, que pertencem ao Reino de Portugal, através de Godim Godins, cidadão de Coimbra, e de João Martins, Prior do Mosteiro de Pedroso [Gaia], e de Tomás Fernandes de Cabanões [Feira, mas hoje Ovar], e de Vicente Pires, seu secretário [da Segunda Alçada]. Juraram [todos] sobre os Santos Evangelhos de Deus que investigariam com cuidado e com fidelidade toda a verdade, recorrendo a testemunhos de homens honestos e amigos tanto do povo como do rei.

Nós, os inquiridores atrás referidos – enviados por mandato do Senhor Rei e da sua Cúria –, começamos a investigação por São João da Foz do Douro, [freguesia] que fica situada no Julgado de Bouças [mais tarde, Matosinhos; e hoje, concelho do Porto]. Fazemos a investigação em todas as paróquias do mesmo Julgado. E aquilo que qualquer testemunha disser, sob sigilo e com juramento sobre os Santos Evangelhos de Deus, imediatamente o mandamos escrever, diante das próprias testemunhas.

Data: 16 de Maio de 1296 [era de César, que corresponde a 1258 na era de Cristo].»

7. As inquirições do Julgado da Maia

Em Maio de 1258, como vimos, foi enviada à região de Entre Douro e Minho até ao Ave e ao Tâmega por D. Afonso III, Rei de Portugal e Conde de Bolonha, uma comissão para investigar sobre todos os direitos régios, que pertencem à coroa do Reino de Portugal (*omnia iura regalia, que pertinent ad coranam Portugalie*). Esta comissão, designada Alçada, começou o seu trabalho em 16 de Maio de 1258. Foram inquiridores (*inquisitores*) Godinho Godins, cidadão de Coimbra, João Martins, Prior do Mosteiro de Pedroso, Tomás Fernandes, de Cabanões (Ovar) e Vicente Peres, escrivão (escriturário ou secretário) da Alçada. E começaram por São João da Foz, do Julgado de Bouças. No fim do Julgado de Bouças, passaram ao

Julgado da Maia. E no Julgado da Maia listamos 45 freguesias ou paróquias¹⁸. As paróquias eram constituídas por lugares importantes, designadas «villas», onde os inquiridores se reuniam com representantes dos moradores. A alçada (comissão dos inquiridores) reuniu testemunhas, no Julgado da Maia, em 88 «vilas» ou lugares equiparados, que passamos a identificar.

- (1) São Miguel de Amorosa (hoje, Leça da Palmeira), com as «vilas» de Amorosa (*Morosa*) #1, de Durão (*Durron*) #2, da Guarda (*Guardia*) #3, de Campesinhos (*Campesini*) #4 e de Gonçalves (*Gonsalvi*) #5.
- (2) Perafita, com as «vilas» de Perafita (*Petra ficta*) #6, de Freixieiro (*Fracxinarius*) #7, de Joanes (*Joanny*)¹⁹ #8 e Pampelido (*Pampelidinus*) #9
- (3) Lavra inclui as «vilas» de Lavra (*Lavra*) #10, de Cabanelas (*Cabanellas*)²⁰ #11, de Paiço (*Palaciolus*) #12, de Pampelido (*Pampelidus*) #13, do Casal (*Casale*) #14, da Onda (*Unda*) #15 e de Calvelha (*Calvili*) #16.
- (4) Lavrigias ou Lavrígia (*Lavrigie*), com as «vilas» de Lavrigia (*Lavrigia*) #17, Lavrugia (*Lavrugia*) #18 e de Moreiró (*Moreyroho*) #19
- (5) Santa Cruz da Maia (*Sancte Crucis Madie*) #20 (sem a classificação de «vila»).
- (6) Aveleda (*Avellaneda*), com a «vila» de Lagielas (*Lagenelas*) #21 e, de Hugarei (*Hugarey*) #22
- (7) (São Félix de) Pindelo, hoje Árvore, com as «villas» de Pindelo (*Pinidillus*) #23, Azurara (*Zurara*) #24, de Canidelo (*Canidellus*) #25, de Vilarinho (*Vilarinus*) #26 e da Quintã (*Quintana*) #27
- (8) São João de Mindelo (*Amiidelus*), com a «vila» de Mindelo (*Amiidelus*) #28
- (9) São Mamede de Vila Chã, com as «vilas» de Vila Chã (*Villa Plana*) #29, de Mirante (*Miranci*) #30
- (10) Santo Estêvão de Gião, com as «vilas» de Martinhães (*Martinaes*) #31, de Gião de Cima (*Juyam supernus*) #32, de Gião do Meio (*Julyam medianus*) #33 e Gião de Baixo (*Juyam inferior*) #34, de Balsamir (*Balsamir*) #35, de Igarei (*Igarey*) #36 e de Santo Estêvão (*Sanctus Stephanus*) #37
- (11) São Salvador de Modivas, com a «vila» de Modivas (*Mola Olivarum*) #38
- (12) Santa Cristina de Malta (*de Cornis*), com a «vila» de Santa Cristina de Cornes (*Sancta Cristina de Cornis*) #39
- (13) São Pedro de Fajozes, com as «vilas» de Fajozes (*Fajozes*) #40 e de Lentos (*Leenti*) #41
- (14) Santa Marinha de Retorta, com a «vila» de Retorta (*Retorta*) #42
- (15) São Vicente de Touques, com a «vila» de Touques (*Touques*) #43
- (16) São Salvador de Macieira, com a «vila» de Macieira (*Mazanaria*) #44
- (17) São Martinho de Guilhabreu, com a «vila» de Guilhabreu e Parada (*Guilavreu et Parata*) #45
- (18) São João de Guidões, com a vila de Guidões (*Guidones*) #46
- (19) Santa Maria de Alvarelhos, com as «vilas» de Alvarelhos (*Alvarelos*) #47, de Cidói (*Cidoy*) #48, Palmazãos (*Palmazanos*) #49
- (20) São Cristóvão de Alvarelhos, actualmente, do Muro, com a «vila» de Real (*Rial*) #50

18 Como nota digna de referência especial, verificamos que a freguesia ou paróquia de Moreira, ou do Convento de Moreira, não é objecto destas inquirições de 1258. E de Vila Nova, só há referência a Vilar do Senhor, cujo lugar não é tratado como «vila». As paróquias de Águas Santas e de Leça do Balio, apesar de estarem afectas a mosteiros, são sujeitas, no todo ou em parte às investigações dos funcionários da Segunda Alçada.

19 Os inquiridores interrogam a testemunha sobre Santa Cruz da Maia sobre as suas imunidades: fora oferecida ao Bispo do Porto por Santa Mafalda.

20 Aqui fala-se de Vilar do Senhor

- (21) Santa Pedro de Avioso (*Avenosus*), com as «vilas» da Quintã. (*Quintana*) #51
 (22) Santa Maria de Avioso, com a «vila» de Avioso (*Avenosus*) #52
 (23) São Salvador de Gondim, com a «vila» de Gondim (*Guandin*) #53
 (24) Santa Marinha de Vilar de Porcos, hoje, de Pinheiro, com a «vila» de Vilar de Porcos (*Vilar de Porcis*) #54
 (25) Santa Maria de Vila Nova, com a «vila» de Vila Nova #55
 (26) São Martinho de Vermoim da Maia, com as «vilas de Vermoim da Maia (*Vermuy Madie*) #56 e de São Martinho de Vermoim (*Sanctus Martinus de Vermuy*) #57
 (27) Santa Maria de Silva Escura., com «vila» de Silva Escura (*Silva Scura*) #58
 (28) Santa Maria de Vilar, com a «vila» de Vilar (*Vilar*) #59
 (29) Santa Maria de Nogueira, com a «vila».de Nogueira (*Nogaria*) #60
 (30) São Tiago de Bougado, com a «vila» de Bougado (*Vhouhado*) #61
 (31) São Martinho de Bougado, com a «vila» de São Martinho de Bougado (*Sanctus Martinus de Vhouhado*) #62
 (32) São Silvestre de Couso, com a «vila» do Couço (*Cousto*) #63
 (33) São Miguel de Barreiros, com a «vila» de Barreiros (*Barrarius*) #64
 (34) São Cosme de Gemunde, com a «vila» de Gemunde (*Gemundi*) #65
 (35) Mosteiro de Leça, com a «vila» de Real (*Rial*) #66
 (36) São Martinho, com a «vila» de Gatões (*Gatones*) #67
 (37) São Tiago de Custóias, com as «vilas» de Espoade de Cima (*Espoadi*) #68 e Custóias (*Costoyas*) #69
 (38) São Mamede, com as «vilas» de São Mamede (*Sanctus Mametus*) #70 e de Mafaldos (*Mahaldi*) #71
 (39) Milheiros, com a «vila» de Milheiros (*Mileiroos*) #72
 (40) Mosteiro de Águas Santas, com as «vilas» de Parada (*Parata*) #73, de Pedrouços (*Petrozos*) #74, de Ardagães (*Ardaganes*) #75 e de Rebordões (*Rebordanos*) #76
 (41) São Fraústo de Gueifães, com a «vila» de Gueifães (*Gueifanes*)²¹ #77
 (42) São Lourenço, com as «vilas» de São Lourenço (*Sanctus Lourencius*) #78 e de Ermesinde (*Esmesendi*) #79
 (43) São Vicente de Queimadela, com as «vilas» de Caveda (*Caveda*) #80 e de Ferreiras (*Ferrarias*) #81, de Baguim de Alfena (*Baguim de Alfena*) #82, de Alfena (*Alfena*) #83 e de Transleça (*Translecia*)²² #84
 (44) São Romão de Coronado, com a «vila» de Mamoa de São Romão de Coronado (*Mamona Sancti Romani de Cornado*) #85
 (45) São Martinho de Covelas, com a «vila» de Covelas (*Covelas*) #86
 (46) São Mamede de Valongo²³, com as «vilas» de Valongo (*Vallis longus*) #87 e de Valongo de Cima (*Vallis longus supernus*) #88

No texto das inquirições, deve haver um equívoco, resultante do secretário original, dos copistas ou da transcrição tipográfica. A inquirição da «vila» da Quintão corresponde à paróquia ou freguesia de São Pedro então já existente.

21 Esta inquirição aparece repetida depois da de São Lourenço.

22 Esta «vila» vem deslocada, depois da inquirição de Covelas.

23 Depois da freguesia de Valongo, segue-se o Julgado de Gondomar, começando pela freguesia de Santa Cruz de Jovim.

8. A inquirição de Santa Maria De Avioso

Como vimos antes, as duas freguesias de Avioso (São Pedro e Santa Maria de Avioso vêm publicados entre as inquirições de São Cristóvão de Alvarelhos (hoje, São Cristóvão do Muro) e São Salvador de Godim.

8.1 O texto

Transcrevemos a versão latina e apresentamos uma possível tradução.

8.1 A versão latina

A. Inquirição de São Pedro de Avioso.

Hic incipit inquisitio ville que vocatur Quintana et parrochianorum Ecclesie Sancte Marie de Avenoso.

Johannes Gonsalvi, prelatus ejusdem Ecclesie, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Monasterii de Rooriz, et ad presentationem ipsius Monasterii Portuensis Episcopus eum constituit in eadem, dixit quod v.e. Interrogatus quot casalia habentur in ipsis predictis villis, dixit quod xxx.ta et ij casalia, et sunt v.e depopulata, et alia sunt populata; et de istis casalibus est inde unum Monasterii de Roriiz, et duo sunt Petri Gonçalvi et fratribus ejus, et unum de Veiram, et aliud est Martini Dominici de Mauriz, et aliud est Petri Martini Barroselo, et hec casalia sunt ville que vocatur Quintana.

Interrogatus si intrat ibi Maiordomus, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quod propter istud dominium quod habent. Interrogatus se illis duobus casalibus herdatorum si faciunt inde Domino Regi aliquod fórum, dixit quo non. Interrogatus quare, dixit quod comparauerunt illa de Militibus, et ideo non faciunt inde forum domino Regi.

Item, dixit quod illa villa que vocatur Quintana est onrrata. Interrogatus si est onrrata per pendonem Domini Regis, aut per cartam, aut per patrones, dixit quod per patrones, et nunquam inde vidit cartam, nec audivit quod esset per pendonem onrrata, sed semper ita vidit uti, et fuit Domini Pelagii Pelagii Troitzendiz.

Interrogatus quot casalia habentur in Parietibus, dixit quod duo et sunt Johanis Martini de Taindi. Interrogatus si intrat ibi Maiordomus, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quod nescit. Et dixit quod duo casalia sunt Sedis Portuensis, et lexavit ibi ea decanus Dompnus Fernandus Roderici, et sunt iij.or casalia Sancti Tissi, et aliud est Orraca Martini, et aliud est herdatorum, et aliud est Episcopi de Tuy cum suis fratribus.

Interrogatus quot casalia sunt in Quiraz, dixit quod x.em, et de istis casalibus sunt inde vij.em Monasterii Morarie, et aliud est Johannis Matuini de Taindi et comparavit iluud de Christophano herdatore, et solebat dare annuatim Domino Regi ix. Denários, et aliud casale est Dompne Sancie de Luginosa, et alliud est Sancti Tixi. Interrogatus unde habuit illud, dixit quod nescit.

Interrogatus si intrat Maiordomus in Quiraz, dixit quod non. Interrogatus quare, dixit quia semper ita vidit uti.

Interrogatus de ville que vocatur Vilarinus, quot casalia hebentur ibi, dixit quod tria et una quintana, et unum casale est Ordinis Hospitalis et fuit cujusdam herdaotoris. Interrogatus quomodo habuit illud vele x quo tempore, dixit quod nescit. Et aliud casale est herdatorum, et aliud casale est Monaterii Ville Cove, et de istis duobus casalibus dant annuatim Dpmino Regi ij. varas minus quarta bracalis, et quintana est cujusdam herdatoris et fratrum ejus, et non faciunt inde ullum forum. Interrogatus quare, dixit quod sempre fuerunt et sunt aduc defensi per Dompnum Martinum Gonsalvi de Nomaes. Interrogatus si intrat ibi Maiordomus in ipsa villa, dixit quod intrat in illis duobus casalibus sed in aliis non. Interrogatus quare, dixit quod nescit.

Interrogatus de Ecclesia Sancti Christofori, dixit quod est domini Regis et gobernatorum ipsius Ecclesie.

Interrogatus de Santo Pelagio de Carvalido, dixit quod audivit dici multociens multis bonis hominibus in tempore Domini Regis Sancii, avi istius Regis, quod erat regalengus. Interrogatus unde Ordines habuerunt illa casalia, dixit quod nescit. Interrogatus si morantur in ipsa collatione aliquis homo forarius aud debtor Domini Regis, aut qui fecisset homicidium et non pectavisset illud, dixit quod non.

Interrogatus de omnibus aliis articulis, dixit nescire.

Johannes Gonsalvi, Johannes Menendi, Menendus Subjerii, Martinus Gonsalvi, Christoforus, Petrus Johannis, perhibuerunt testimonium verbo et verbum quilibet per se in secreto sicut primus.

B. Inquirição de Santa Maria de Avioso.

Hic incipit inquisitio ville que vocatur Avenosus et parrochianorum Ecclesie Sancte Marie de Avenoso.

Gonsalvinus, ejusdem loci, juratus et interrogatus cujas est ipsa Ecclesia, dixit quod est Martini Michaelis et ad presentationem ipsius Episcopus

Portuensis eum constituit in eadem.

Interrogatus si Dominus Rex habet vel debet habere ibi aliquod ius, dixit quod dat inde Domino Regi annuatim duo bracalia et non plus.

Interrogatus quot casalia habitur ibi, dixit quo vj., et sunt inde duo Domini Regi, et tria sunt Sancti Tissi, et unum est herdatorum. Interrogatus unde habuit Sanctus Tissus illa casalia vel ex quo tempore, dixit quod nescit. Interrogatus cuiusmodi forum faciunt de casalibus Domini Regis, dixit quod de casali quod laborat Michael Pelagii dat pro toto foro médium morabitinum, et tertiam et quartam partem omnium fructuum; et de alio casali dant annuatim Domino Regi unam ansarem, vel duo sólidos si eam non habuerint, et ij. capones, et unam galinam, et unam spatulum cum ix. Costis, et iij. taligas tritici per mensuram Vimaranis, et unum cordarium, et tertiam partem omnium fructuum.

Item, dixit quod de tota hereditate que dicitur Termonos palocorum levat inde Dominus Rex titam medietatem omnium fructuum ipsius hereditatis.

Interrogatus de villa que dicitur Cidadela quot casalia habitur ibi, dixit quod xij. et una quintana; et de istis casalibus sunt inde v. casalia et quintana Monasterii Palacioli. Interrogatus unde habuit ipsa, dixit quod comparavit inde dua casalia e medietatem quintane de Martino Michaelis Militis et fratrum ejus, et aduc non sunt duo anni elapsi quod comparavit illa, et alia casalia habuit de progenie ipsius Militis predicti.

Et aliud casale est Roderici Zancade, et aliud casale est Johannis Martini de Ataydi et comparavit illud de Sancia Moffarra, et aliud casale est Dominic Subgerii Meyrini, et aliud casale est Gonsalvini predicti, et aliud casale est alterius herdatoris.

Interrogatus si intrat ibi Maiordomus, dixit quod nunquam vidit nec audivit quod ibi intrasset. Interrogatus quare, dixit quod semper vidit et audivit quod illa quintana et illa villa erat onrrata. Interrogatus si est onrrata per pendonem Domini Regis, vel per cartam ejus, aut per patrones, dixit quod nescit utrum sit per pendonem vel per cartam necne, et dixit quod nunquam ibi vidit patrones.

Interrogatus si Dominus Rex habet ibi aliquod Regalengum, dixit quod habet ibi duas leiras et jacent in loco qui dicitur Pontegazas, et alia leira jacet in loco qui dicitur do horgon, et alia leyra jacet circa riparium de Archa quomodo partit per vallum parietum, et dant inde Domino Rei totam tertiam partem omnium fructuum annuatim.

Interrogatus de villa que vocatur Ferreyroos, dixit quod ix. casalia habitur

ibi, et de istis ix. casalibus est inde tertia pars Monasterii Palatioli, et alia tertia est Pelagii Gonsalvi et Michaelis Petri herdatoris cum parentibus ejus, et alia tertia est Johannis Gonsalvi et Domini Giraldi herdatorum cum parentibus eorum.

Interrogatus si intrat ibi Maiordomus, dixit quod sic et levat inde vocem et calumpniam. Interrogatus si faciunt aliquod fórum Domino Regi, dixit quod non. Et dixit quod quando herdatores moriuntur levant inde luctuosam illi Milites qui tenent eos, in comenda, et homines predicti de predicta villa sunt herdatores.

Interrogatus quot casalia habentur in villa que dicitur Calquim, dixit quod xiiij.cim et de isis xiiij.cim casalibus sunt inde vi. casalia ipsius Ecclesie Sancte Marie. Interrogatus unde habuit ea, dixit quod de Pelagio Carramondo, et aliud est Johannis Menendi ejus generis.

Interrogatus si intrat ibi Maiordomus, dixit quod sic, et levat inde calumpniam et vocem. Interrogatus si faciunt inde aliquod fórum Domino Regi, dixit quod non, Interrogatus quare, dixit quod nescit. Interrogatus si habet ibi Dominus Rex aliquod regalengum, dixit quod in loco qui dicitur Pedrozela habetur ibi unus ager, et est Domini Regis et Ordinis Hospitalis, et dant annuatim medietatem Ordini Hospitalis; e de alio agro, qui jacet in loco qui dicitur Archa dant Domino Regi annuatim sicut de predicto; et de alio agro qui jacet in loco qui dicitur Abroteydus dant inde Domino Regi sicut de predictis Regalengis; et in ipso loco jacet alia leyra et laborat illam Martinus Menendi , et solebant dare de ipsa leyra j. buzenum tririci et modo dant inde nichilum. Interrogatus quare, dixit quod nescit.

Et omnes illos agros predictos laborat eos Petrus Pelagii ipsius ville; et in alio loco qui dicitur Madius longus jacet alia leyra, et dant inde Domino Regi sicut de predictis agris; et in alio loco qui dicitur Randus jacet alia leira, et dant de illa Domino Regi sicut de predictis agris et leiris; et in alio loco qui dicitur Madius longus jacet unus magnus campus, et est inde medietas Domini Regis et alia medietas est Sedis Portuensis; et in alio loco qui dicitur Randus jacet alia leira, et est Domini Regis et Sedis Portuensis.

Interrogatus unde Ordo Hospitais et Sedes Portuensis habuerunt istas hereditates predictas cum Domino Rege per medium, dixit quod nescit. Interrogatus quomodo scit ista que perhibuit, dixit quod vidit et passus fuit multociens, et est inde bene certus quod ita est.

Martinus Dominici, Petrus Menendi pastor, Pelagius Gonsalvi, Michael Pelagii, Petrus Martini, Petrus Menendi, omnes isti predicti predictum testimonium verbo et verbum quilibet per se sicut Gonsalvinus predictus.

8.3 A versão portuguesa

A. Inquirição de São Pedro de Avioso.

«Aqui começa a inquirição da vila que se chama Quintã e dos paroquianos da Igreja de Santa Maria de Avioso²⁴.

João Gonçalves, pároco da mesma igreja, tendo feito juramento sobre os Santos Evangelhos, e interrogado sobre de quem é a própria igreja, disse que é do Mosteiro de Roriz; e, depois da apresentação feita pelo próprio Mosteiro, o Bispo do Porto nomeia-o para o cargo, dando-lhe jurisdição.

Interrogado sobre quantas ‘vilas’ há na própria colação, disse que há cinco.

Interrogado sobre quantos casais têm nessas mesmas ‘vilas’, disse que são trinta e dois: cinco estão despovoados; e os outros estão povoados.

Destes casais [povoados], um é do Mosteiro de Roriz; dois são de Pedro Gonçalves e seus irmãos; outro é do Mosteiro de Vairão; outro é de Martim Domingues de Mauriz; e outro é de Pedro Martins Barroselo. Estes casais pertencem à ‘vila’ da Quintã.

Interrogado se entra lá o mordomo, disse que não. Interrogado porquê, disse que por causa daquele domínio de isenção de que gozam os proprietários atrás referidos.

Interrogado sobre aqueles dois casais dos herdadores, se pagam deles ao Rei, nosso Senhor, algum foro, disse que não. Interrogado porquê, disse que os casais foram comprados aos Cavaleiros, e, por isso, deles não pagam foro ao Rei, nosso Senhor.

Disse ainda que aquela ‘vila’ da Quintã é ‘honrada’. Interrogado se é ‘honrada’ por pendão do Rei, nosso Senhor, ou por carta, ou por padrões (marcos), disse que era ‘honrada’ pela colocação de marcos; e disse que da ‘honra’ nunca viu carta, nem ouviu dizer que fosse ‘honrada’ por pendão, mas sempre assim viu ser considerada usualmente: pertenceu a D. Paio Trotezandes.

Interrogado sobre quantos casais há em Paredes, disse que há dois, e são de João Martins de Taíde (ou Taim). Interrogado se lá entra o mordomo,

²⁴ Aqui deve ocorrer um engano, porque, já nesse tempo, São Pedro de Avioso era uma freguesia autónoma. Não se trata, por isso, de Santa Maria de Avioso, mas de São Pedro.

disse que não. Interrogado porquê, disse que não sabe. E acrescentou que dois casais são da Sé do Porto, que lhe foram doados pelo Deão D. Fernando Rodrigues. Há também quatro casais que são [do Mosteiro] de Santo Tirso; e outro é de Urraca Martins; outro é dos herdadores; e outro é do Bispo de Tui com seus irmãos.

Interrogado sobre quantos casais há em Quiraz, disse que há dez. Destes casais, sete são do Mosteiro de Moreira; outro é de João Martins de Taim, que o comprou ao herdador Cristóvão, e este costumava pagar anualmente ao Rei, nosso Senhor, nove dinheiros; outro casal é de Dona Sancha de Lagiosa; e outro é [do Mosteiro] de Santo Tirso. E interrogado sobre como [o Mosteiro de Santo Tirso] adquiriu este casal, disse que não sabia.

Interrogado se o mordomo entra em Quiraz, disse que não. Interrogado porquê, disse que sempre assim viu acontecer.

Interrogado acerca da ‘vila’ que se chama Vilarinho sobre quantos casais ela tem, disse que lá existe trinta casais e uma quintã: um casal pertence à Ordem do Hospital e tinha sido de um certo herdador. Interrogado sobre como [a Ordem do Hospital] o adquiriu e em que data, disse que não sabia. Mais um casal é dos herdadores; e outro é do Mosteiro de Vila Cova. Destes dois casais são pagas anualmente ao Rei, nosso Senhor, duas varas menos uma quarta de bragal. A quintã é de um herdador e dos seus irmãos: estes dela não pagam qualquer foro. Interrogado porquê, disse sempre foram, e até agora têm sido defendidos, por Dom Martim Gonçalves de Nomães.

Interrogado se entra o mordomo naquela ‘vila’, disse que entra naqueles dois casais, mas não nos outros. Interrogado porquê, disse que não sabe.

Interrogado acerca da igreja de São Cristóvão, disse que pertence ao Rei, nosso Senhor, e aos governadores da própria igreja.

Interrogado acerca de São Paio do Carvalhido, disse que ouviu dizer muitas vezes da boca de muitos homens bons no tempo do Rei Dom Sancho, avô deste Rei, que era um reguengo.

Interrogado sobre a forma como as Ordens adquiriram a posse daqueles casais, disse que não sabe.

Interrogado se mora naquela colação algum homem foreiro ou devedor ao Rei, nosso Senhor, ou que praticassem um homicídio ou que não o tivesse reparado, disse que não.

Interrogado acerca de todos os outros artigos, disse que nada sabia.

João Gonçalves, João Mendes, Mem Soares, Martim Gonçalves, Cristóvão, Pedro Anes, todos confirmaram o testemunho do primeiro, palavra por palavra, cada um por si, em segredo.» [Figura 11]

B. Inquirição de Santa Maria de Avioso.

«Aqui começa a inquirição da ‘vila’ que se chama Avioso e é dos paroquianos da Igreja de Santa Maria de Avioso.

Gonçalvinho, do mesmo lugar, tendo jurado sobre os Santos Evangelhos, foi interrogado sobre de quem é a própria Igreja. Disse que é de Martim Miguéis e após a apresentação feita pelo próprio o Bispo do Porto nomeia-o para o cargo, conferindo-lhe jurisdição.

Interrogado se o Rei, nosso Senhor, tem ou deve ter lá qualquer direito, disse que ele [Martim Miguéis] paga de renda anualmente ao Rei, nosso Senhor, dois bragais e não mais.

Interrogado sobre quantos casais há lá, disse que são seis, e dois deles pertencem ao Rei, nosso Senhor, e três são [do Mosteiro] de Santo Tirso, e um é dos herdadores. Interrogado sobre o modo como [o Mosteiro de] Santo Tirso adquiriu aqueles casais e desde que data, disse que não sabe.

Interrogado sobre como pagam o foro dos casais do Rei, nosso Senhor, disse que do casal que Miguel Pais trabalha, esta paga por todo o foro meio morabitino, e uma terça e uma quarta parte de todos os frutos. E do outro casal, pagam de foro ao Rei, nosso Senhor, por ano um ganso (*ansarem*), ou dois soldos, se não o possuir, e dois capões, e uma galinha, e uma espádua (espátula) com nove costelas, e três teigas de trigo segundo a medida de Guimarães, e um cordeiro, e a terça parte de todos os frutos.

De igual modo disse que de toda a herdade que se chama Termo dos Palocos o Rei, nosso Senhor, leva de renda uma metade completa de todos os frutos da própria herdade.

Interrogado sobre quantos casais possui a ‘vila’ que se chama Cidadelha, disse que possui doze e uma quintã: destes casais, cinco são do Mosteiro de Paço de Sousa, e também a quintã. Interrogado sobre o modo como os adquiriu, disse que comprou dois dos casais e metade da quintã ao cavaleiro Martim Miguéis e seus irmãos. Desde então até agora ainda não passaram dois anos que os comprou. Outros casais, obteve-os dos filhos do mesmo cavaleiro.

Um outro casal é de Rodrigo Zancade. E outro casal é de João Martins de Ataíde: comprou-o a Sancha Mofara. Outro casal é de Domingos Soares

Meirinho. Outro casal é do referido Gonçalvinho. Outro casal é de um herdador.

Interrogado se entra o mordomo, disse que nunca viu nem ouviu dizer que ai tivesse entrado Interrogado porquê, disse que sempre viu e ouviu dizer que aquela quintã e aquela ‘vila’ era ‘honrada’.

Interrogado se é honrada por pendão do Rei, nosso Senhor, ou por carta dele, ou por padrões, disse que não sabe se é honrada por pendão, ou por carta, ou não. Disse também que nunca lá viu marcos.

Interrogado se o Rei, nosso Senhor, possui aí algum reguengo, disse que tem lá duas leiras e ficam situadas num lugar chamado Pontegazas. Uma outra leira fica no lugar chamado do Órgão. Outra leira fica nas margens do ribeiro da Arca, na partilha com o valo de Paredes. Pagam disso anualmente ao Rei, nosso Senhor, toda uma terça parte de todos os frutos.

Interrogado acerca da ‘vila’ que se chama Ferreiró, disse que há lá nove casais. Destes nove casais, uma terça parte é do Mosteiro de Paço de Sousa, outra terça parte é de Paio Gonçalves e do herdador Miguel Pires com os pais dele, e a outra terça parte pertence aos herdadores João Gonçalves e Dom Geraldo com os pais de ambos.

Interrogado se aí entra o mordomo, disse que sim e que aí aplicava as multas e prendia os infractores.

Interrogado se pagam ainda algum outro foro ao Rei, nosso Senhor, disse que não. E acrescentou que, quando os herdadores morriam levam a lutoosa aos cavaleiros que os têm em comenda. É que estes homens da referida ‘vila’ são herdadores.

Interrogado sobre quantos casais há na ‘vila’ chamada Calquim, disse que há catorze e destes catorze, seis deles são da própria Igreja de Santa Maria. Interrogado sobre a sua origem, disse que foi uma doação de Paio Carramondo, e outro casal é de João Mendes, do seu género. Interrogado se entra lá o mordomo, disse que sim, e aplica a coima e executa a prisão. Interrogado se pagam disso algum foro ao Rei, nosso Senhor, disse que não. Interrogado porquê, disse que não sabe. Interrogado se o Rei, nosso Senhor, tem aí algum reguengo, disse que no lugar que se chama Prozela há lá um campo, e é do Rei, nosso Senhor, e da Ordem do Hospital, e pagam anualmente metade à ordem do Hospital. De um outro campo que fica situado no lugar que se chama Arca pagam anualmente ao Rei, nosso Senhor, tanto como pagam do anterior. E de outro campo que fica situado no lugar que se chama Abroteido pagam dele ao Rei, nosso Senhor, o mesmo dos anteriores

reguengos. E no mesmo lugar fica outra leira e trabalha-a Martim Mendes. Costumavam pagar da própria leira um búzio de trigo e agora não pagam nada disso. Interrogado porquê, disse que não sabe. E todos aqueles campos referidos atrás são trabalhados por Pedro Pais, residente na própria ‘vila’.

Noutro lugar chamado Maiolongo fica uma outra leira, e pagam dela ao Rei, nosso Senhor, o mesmo que dos outros campos.

Noutro lugar chamado Rans, fica outra leira, e pagam dela ao Rei, nosso Senhor, tanto como dos outros campos e leiras.

No outro lugar chamado Maiolongo, fica lá uma grande campina: metade é do Rei, nosso Senhor; e a outra metade é da Sé do Porto. No outro lugar chamado Rans, também fica uma leira: é do Rei, nosso Senhor, e da Sé do Porto.

Interrogado sobre a origem da posse dessas referidas herdades pela Ordem do Hospital e pela Sé do Porto, com a mediação do Rei, nosso Senhor, disse que não sabe.

Interrogado como é que sabe o que afirmou, disse que assim foi testemunha e assim se passou, baseado num conhecimento repetido. E está bem certo de que assim é.

Testemunhas: Martim Domingues, Pedro Mendes o pastor, Paio Gonçalves, Miguel Pais, Pedro Martins e Pedro Mendes. Todas estas testemunhas confirmaram, palavra por palavra, cada uma por si, o que disse o referido Gonçalvinho.» [Figura 12]

8.4 Comentário ao texto.

Alguns aspectos podem ser objecto de uma primeira análise: os lugares; os proprietários; os trabalhadores; o padroado.

8.4.1 Os lugares.

Na primeira inquirição – a da ‘vila’ da Quintã –, elencam-se cinco ‘vilas’: (1) a ‘vila’ da Quintã; (2) a ‘vila’ de Paredes; (3) a ‘vila’ de Quiraz; (4) a ‘vila’ de Vilarinho; e (5) a ‘vila’ de São Paio do Carvalhido.

Na segunda inquirição – a da ‘vila’ de Avioso –, registam-se o lugar da Igreja ou ‘vila’ de Avioso, a ‘vila’ de Cidadelha, o lugar de Pontegazas, o lugar do órgão (*dohorgon*), o ribeiro de Archa, o valo de Paredes, a ‘vila’ de Ferreirós, a ‘vila’ de Calquim, o lugar de Prozela (Pedrozela), o lugar de Arca, o lugar de Abroteido (*Abroteydis*), o lugar de Maiolongo (*Madius Longus*), o lugar de Rans (*Randus*).

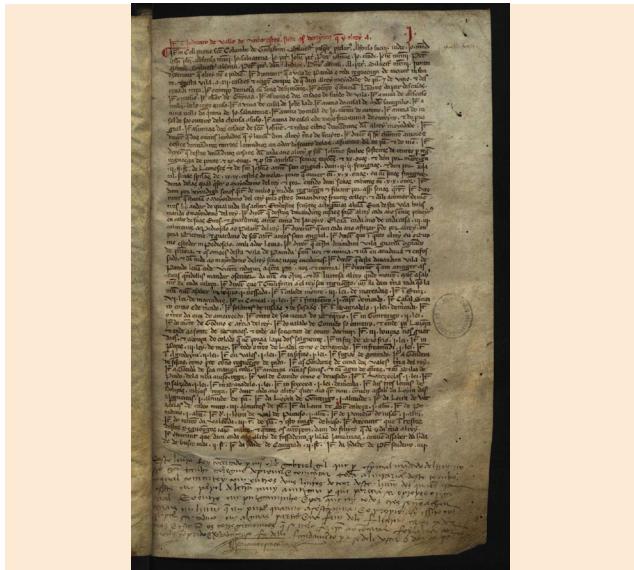


Figura 7

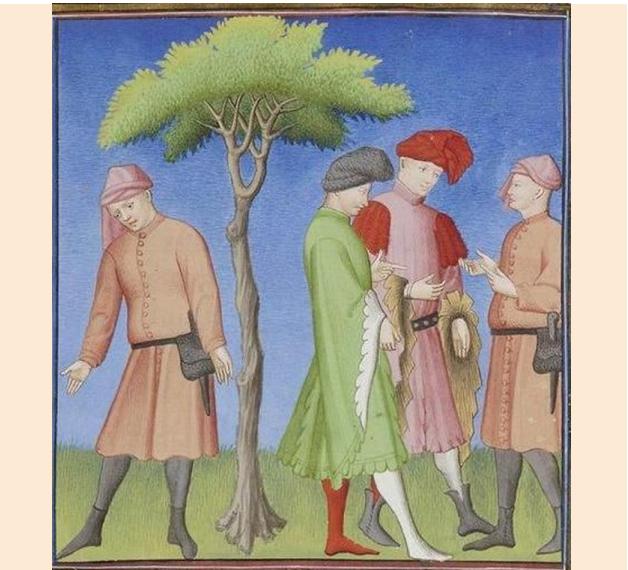


Figura 8

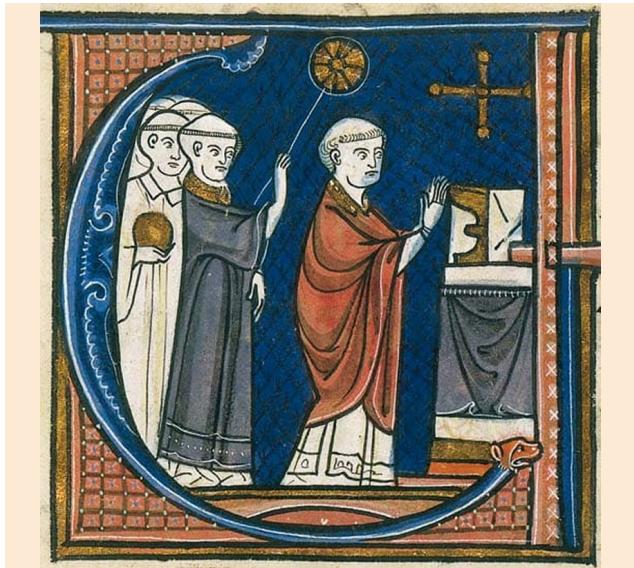


Figura 9

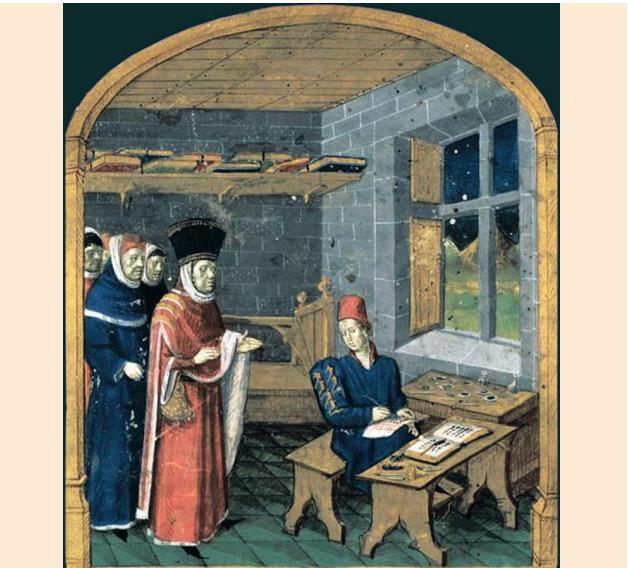


Figura 10



Figura 11



Figura 12

8.4.2 Propriedades e proprietários.

- As propriedades régias são terras reguengas, ou reguengos, e terras forenses. Estavam sujeitas a rendas cobradas pelos funcionários régios, normalmente, nesta época, pelos mordomos.

- As propriedades monásticas distribuíam-se por vários Mosteiros e pela Ordem do Hospital.

O Mosteiro de Santo Tirso é proprietário de quatro casais no lugar de Paredes; possui outro casal na ‘vila’ de Quiraz; e pertencem também a este Mosteiro três casais da ‘vila’ de Avioso.

O Mosteiro de Moreira é proprietário de sete casais da ‘vila’ de Quiraz.

O Mosteiro de Roriz, patrono da igreja da ‘vila’ da Quintã, possui um dos casais habitados na mesma ‘vila’; e o Mosteiro de Vairão possui outro.

O Mosteiro de Paço de Sousa possui uma terça parte dos nove casais da ‘vila’ de Ferreiró; e o Mosteiro de Vila Cova possui um casal na ‘vila’ de Vilarinho. A Ordem do Hospital possui um casal na ‘vila’ de Vilarinho (dado por um herdador) e partilha, com a Coroa, a metade de um campo no lugar da Prozela.

- Propriedades diocesanas.

A Sé do Porto tem dois casais em Paredes (doação do deão Dom Fernando Rodrigues) e partilha, com a Coroa, a metade de um grande campo no lugar de Maiolongo e uma leira no lugar de Rans.

O Bispo de Tui, com os irmãos, é proprietário de um casal no lugar de Paredes.

- Propriedades paroquiais.

Seis dos nove casais da ‘vila’ de Santa Maria de Avioso pertencem à Igreja de Santa Maria.

- Propriedades nobres:

A inquirição da ‘vila’ da Quintã identifica os seguintes proprietários: os cavaleiros (*Milites*); D. Paio Tructesendes; D. Fernando Rodrigues; Dona Sancha de Lageosa; e D. Martim Gonçalves de Nomães. A inquirição da ‘vila’ de Avioso só refere os cavaleiros que têm, em comenda, os herdadores que lhes pagam ltuosa.

- Propriedades dos herdadores.

As propriedades dos herdadores são as mais sujeitas às rendas para a Coroa. Os mordomos do Rei, na época própria, dirigem-se aos celeiros e às casas dos contribuintes para arrecadar os direitos régios dos reguengos e dos foros.

8.4.3 A aquisição do direito de propriedade.

Para aumentar os rendimentos da Coroa, principalmente cerceando os abusos dos senhores eclesiásticos e nobres, as alçadas perguntavam sistematicamente às testemunhas como é que os privilégios das propriedades eclesiásticas foram adquiridos.

Este esforço de identificação de irregularidades e abusos está bem patente nas inquirições de 1258. Há também indícios desse fenómeno nas inquirições das freguesias de Avioso.

Entre os modos de aquisição de propriedade, conta-se as heranças, as doações em vida ou por morte (testamentos), a troca de propriedades (escambo), a compra ou a apropriação indevida e abusiva.

Os herdeiros eram proprietários por herança. D. João Martins de Taim comprou um casal de Quiraz ao heredor Cristóvão. A Ordem do Hospital possuía um casal na vila de Vilarinho, que pertencera a um heredor. O inquirido não sabia se a nova posse foi por compra, por doação ou outro modo de aquisição.

8.4.4 Os funcionários régios.

Os funcionários régios vêm na continuidade dos funcionários dos senhores, que cobravam os impostos e exerciam a justiça nos seus domínios. Estas funções régias, no tempo de D. Afonso III, eram exercidas pelos mordomos do rei, para recolher os impostos (foros e outros direitos), e pelos juízes, para aplicar a justiça da Coroa em todo o território, que lhes era atribuído. Por isso, o território foi dividido em «julgados». O Julgado da Maia tinha o seu juiz e o seu mordomo, ambos referidos muitas vezes no texto das inquirições.

Nestas duas inquirições, nunca se refere o juiz. Mas o mordomo é uma figura sempre presente, porque as inquirições eram sobretudo investigações fiscais.

Uma das perguntas essenciais era se o mordomo entrava na vila ou nos casais daquela freguesia. Se a resposta era negativa, seguia-se outra questão sobre o motivo desse comportamento fiscal.

8.4.5 Um caso estranho.

A paróquia de Santa Maria de Avioso tem duas igrejas, uma na ‘vila’ da Quintã e outra na ‘vila’ de Avioso. O estranho é que a primeira inquirição registada é a da Quintã e só depois a Alçada reúne com as testemunhas da ‘vila’ de Avioso. Ainda mais estranho é que o pároco só apareça na ‘vila’ da Quintã. Mas a estranheza avoluma-se, quando verificamos que os patronos são diferentes: na igreja da Quintã, o patrono é o Mosteiro de Roriz; o patronato é atribuído a Martim Miguéis. Será este um heredor rico?

A paróquia, porém, parece a mesma, já que a padroeira é Santa Maria, em ambas com a designação dos «paroquianos de Santa Maria de Avioso». A posição geográfica de ambas as ‘vilas’ corresponde às actuais freguesias de Avioso: a ‘vila’ da Quintã fica no território actual de São Pedro; e a ‘vila’ de Avioso fica no território actual de Santa Maria.

O que se pode concluir é que o orago «Santa Maria» aplicado à igreja da ‘vila’ da Quintã é um erro. Está por São Pedro. Este erro nasceu no escrivão da alçada, ou no secretário da primeira cópia oficial, por confusão, ou nos secretários dos apógrafo. Nessa altura, as paróquias eram independentes, autónomas.

CONCLUSÃO

Depois de anotarmos algumas características relativas a Santa Maria de Avioso, verificamos que grande parte dos lugares já então existia.

A propriedade estava dividida por entidades diversas: pela Igreja, pela Diocese, pelos Mosteiros, pela Ordem do Hospital, pela Paróquia, por vários nobres e por pequenos proprietários locais, os herdadores. O Rei também possuía património pessoal.

Também os limites se desenhavam como definitivos. Basta conferir o agrupamento dos lugares referidos na inquirição.

Poderíamos, a partir dos pagamentos- dos impostos, deduzir o tipo e a quantidade relativa de produtos agrícolas ou produções animais criados naquela época.

Quer isto dizer que o texto da inquirição de Santa Maria de Avioso conserva-se uma pedreira, que não esgotou a matéria-prima moldável com vista a reconstituir a história medieval das paróquias e freguesias de Avioso: Santa Maria e São Pedro.

Proveniência das Ilustrações:

- 1) Compendio de Cronicas de Reyes – Biblioteca Nacional de España.
- 2) Códice Albeldense - Biblioteca Gonzalo de Berceo.
- 3) Wikipedia.
- 4) Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas - A. de Almeida Fernandes.
- 5) Tombo A da catedral de Santiago de Compostela.
- 6) Caisdameoria.wordpress.com
- 7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 8) Bibliothèque de l'Arsenal, Ms-664
- 9) Bibliothèque Sainte Geneviève, Paris
- 10) Bibliothèque Nationale de France
- 11) e 12) megaliticia.blogspot.com

Santos de Roma e Santos do Povo

Ensaio sobre canonizações populares
- o «Santo Preto» da Maia

José Augusto Maia Marques

Historiador, Antropólogo e Ensaísta.

Investigador do Gabinete de História da Câmara Municipal da Maia

ANTROPOLOGIA E RELIGIOSIDADE

A religiosidade é um fenómeno intrínseco do ser humano. Desde o início da humanidade que ele se verifica. Na gruta de Shanidar, no Curdistão, (Sissakian, 2019) o homem de Neanderthal sepultou colocando flores e ramagens na cova que abria para enterrar o morto. [Figura 1] Tanto quanto se sabe, o Homo sapiens é a única espécie que pratica o enterramento. Outros animais realizam o equivalente a um velório – mas deixam o cadáver a decompor-se a céu aberto após o ritual.

Outra descoberta recente, na mesma gruta, parece confirmar o enterramento de um cadáver. Em 2019, e pela primeira vez em mais de uma década, descobriram-se os restos de uma ossada de neandertal. Datada de há cerca de 70.000 anos, tinha uma pedra triangular à cabeceira (repousa-cabeças ou marcador de local), a mão estava colocada debaixo da cabeça, como se fosse um travesseiro, e os sedimentos que se encontravam por cima do cadáver eram bem diferentes dos que estavam por baixo.

Também em Sima de Las Palomas (Múrcia, Espanha), cujos trabalhos são dirigidos por Michael Walker, há evidência de enterramentos intencionais e práticas rituais, igualmente efetuadas pelo homem de Neandertal. Aqui foram descobertos 9 esqueletos, sendo que pelo menos 3 deles foram objeto de enterramento intencional. [Figura 2]

Serve este longo introito apenas para chamar a atenção deste facto – a religiosidade, intrínseca do ser humano, começa com a própria humanidade.

Deste fenómeno, e de modo mais abrangente, se ocupa a Antropologia.

Como refere Pedro Pereira (2016), “*Decorrente das últimas críticas efetuadas, torna-se importante o reforço da valorização da tradição antropológica no campo de estudo da religião. De facto, os atuais académicos da antropologia da religião estão indubitavelmente em dúvida para com as monografias e quadros teóricos desenvolvidos por autores como Evans-Pritchard, Durkheim ou Geertz (Hackett, 2005: 157).*”

E mais adiante “Por fim, note-se que neste início do século XXI, passados quase cinquenta anos desde o surgimento da antropologia da religião, apesar de alguns vaticínios já referidos que apontavam para o seu declínio, os fenómenos religiosos não só não desapareceram como continuam a ser uma força poderosa, incluindo no campo político, tanto nos países de tradição cristã, como os Estados Unidos da América ou a Irlanda, como em outros em que predominam outras religiões, situados no Norte de África ou na Ásia.

O foco da antropologia da religião tem-se deslocado do estudo das religiões tribais para a diversidade religiosa presente nas sociedades ocidentais, nomeadamente as variações locais das grandes religiões mundiais (hinduísmo, islão, budismo e cristianismo) e para o impacto das religiões mundiais em países em desenvolvimento

(Java, Indonésia, Marrocos, Sri Lanka, África do Sul e Nepal), mais do que em religiões de grupos isolados (Glazier, 1998: 24) ”.

Temos assim que a preocupação da Antropologia no estudo do fenómeno religioso não é de hoje, e que o número dos seus investigadores e estudiosos tem crescido significativamente. E ainda que esta perspetiva antropológica é, sem dúvida, aquela que nos fornece uma maior multiplicidade de análises e de pontos de vista.

RELIGIOSIDADE POPULAR

Mas afinal, o que é isso de religiosidade popular?

Se já a definição de “popular” é por demais dúbia e até polémica, definir religiosidade popular, sobretudo com uma certa unanimidade, é ainda mais difícil e, diria mesmo, arriscado

François André Isambert afirma que “*a própria noção de religião popular foi objeto de inúmeras tentativas de definição e de contestações freqüentemente renovadas, chegando até a dar a impressão de um recomeço indefinido dos mesmos equívocos. Porém, ao nos aprofundarmos, encontramos outras noções, designando os grandes componentes da noção-mãe: preces, devoções, peregrinações... ”* (Isambert, 1992).

Comentando esta “definição”, diz-nos Isnard Neto (Neto, 2002) “*Neste caso, torna-se menos dificultoso um delineamento do termo religiosidade popular; não pelo que ele representa, mas, ao contrário, pelo que não representa: a religiosidade popular; portanto, não é corpo eclesial nem corpo doutrinário, configurando-se em uma religiosidade dotada de razoável independência da hierarquia eclesiástica – incluindo-se aí toda a documentação oficial da Igreja e todos os teólogos elaboradores da doutrina –, independência essa ao caráter sistemático do catolicismo oficial, materializada em uma explosão quase íntima ao “sagrado”, humanizando-o, sentindo-o próximo, testando-o e sentindo sua força por métodos criados, não pelo clero, mas pelos próprios devotos, métodos esses que são transmitidos, em sua grande totalidade, oralmente. Em suma, o vivido em oposição ao doutrinal”.*

Não podemos estudar a religiosidade popular segundo modelos ou grelhas padronizadas e formatadas pelas “grandes religiões”. As manifestações de religiosidade popular, e aí reside parte do seu encanto, sofrem influxos socioculturais das regiões onde se manifestam, têm atores locais, cenários locais, histórias locais. Sim, há princípios básicos que podem ser transversais, há características comuns, mas o estudo de cada fenómeno tem de ser regional, quando não mesmo local. Em outras palavras, se o catolicismo procura ser universal, a religiosidade popular é, sem dúvida, regional.

É ainda Isnard Neto que, num outro trabalho (Neto, 2003), refere: “*Nossa tentativa de apresentar as três principais tipologias sobre a religiosidade popular em contraponto com o catolicismo oficial visa primordialmente a dois objetivos: O primeiro é*

reforçar a dificuldade de enquadrar de modo definitivo a religiosidade popular em um modelo fechado. [...]

O segundo objetivo visa mostrar a necessidade da saudável aproximação entre história, sociologia e antropologia, sem a qual o estudo com certeza será falso de elementos aglutinantes”.

Mas vamos à Campa do Preto

O que “aconteceu” afinal

Diz um dito popular brasileiro "*o povo é que faz o santo*". E dizia um velho sacristão que conheci na minha juventude: "*Há Santos de Roma e Santos do Povo*".

O caso que vos trago aqui é de um «Santo do Povo», mas com um culto que chega até aos nossos dias. É um curioso fenômeno que merece alguma atenção.

O seu epicentro é a freguesia de Gemunde [*Figura 3*], no concelho da Maia, localidade pacata, cortada pela estrada que, vinda do Castelo, ao tempo sede do Concelho, ligava a Matosinhos.

A «história» conta-se em poucas palavras: Um proprietário de Guilhabreu, lá pelos fins do séc. XVIII, tentou ultrajar uma inocente menina que, perante tão grave ameaça, se pôs em fuga através de uma seara de trigo, sendo perseguida pela fúria animalesca do infame fidalgo.

Este, vendo infrutíferos os seus esforços para se apoderar da menina e não podendo assim gozar o prazer de um ato selvagem e indigno, mandou deitar fogo à seara e colocou todos os seus criados nas saídas, para que a menina, impossibilitada de fugir, ali morresse ou fosse capturada. Depois de tudo queimado, verificou, porém, não se encontrar lá nenhum corpo; indagando, convenceu-se que quem terá permitido a fuga à menina, tinha sido um escravo negro que lhe tinha sido doado e a quem os anteriores donos haviam educado na Religião Católica.

Com sede de vingança, o fidalgo manda aparelhar um cavalo a pretexto de ir à festa da Senhora da Hora. Amarra o escravo pelo pescoço ao cavalo, lançando-se à desfilada. O pobre do negro foi sendo arrastado pela cavalgadura e pelo cavaleiro. [*Figura 4*] De início ainda corria, mas, entretanto, faltaram-lhe as forças e, lenta, mas dolorosamente, terá morrido, indo-se desmembrando o cadáver pelo atrito com o chão, até que a cabeça ficou em Gemunde. Recolheram os outros restos e deram-lhe sepultura no local hoje chamado Campa do Preto.

É esta a história/lenda em si mesma. Aconteceu?

O «enredo» não é inverosímil, nem quanto ao comportamento do patrão em relação à menina nem quanto ao escravo.

O percurso de Guilhabreu para a Senhora da Hora passava pelo local. [Figura 5] A data da festa da Senhora da Hora era próxima da antiga data da festa da Campa do Preto.

No que respeita à escravatura, sabe-se que em 12 de fevereiro de 1761, no reinado de D. José, a escravatura foi abolida na Metrópole e na Índia. [Figura 6] Mas o tráfico de escravos só foi proibido em 1836, e os primeiros escravos a serem libertados, os do Estado, foram-no em 1854, enquanto os das Igrejas só em 1856. Com a lei de 25 de fevereiro de 1869 institui-se a abolição da escravatura em todo o Império Português, até ao termo definitivo de 1878.

Por outro lado, não eram incomuns as fugas de escravos, a sua perseguição e até a oferta de recompensas pela sua captura. [Figura 7]

Logo, nada nesta cronologia nem nesta breve análise contraria frontalmente o relato. Mas também nada, a não ser esse relato, abona especificamente a favor da sua existência real.

Claro que, como diz o povo, «não há fumo sem fogo». Mas de concreto, mais nada do que o já relatado.

E tudo poderia ter ficado por aqui. Seria mais um episódio curioso de um período em que questões como o abuso dos fortes sobre os fracos, o comércio de escravos e a abolição da escravatura estavam em questão. Seria mais um «herói popular» que morreu às mãos do opressor, na defesa da integridade de uma menininha.

Mas de facto não ficou tudo por aqui.

Os desenvolvimentos

Na «Revista dos Acontecimentos da Maia do 3º trimestre de 1882, [Figura 8] sob o título «Campa do Preto», publica-se um artigo que, depois de historiar o «facto», tece alguns comentários interessantes:

“Note-se, porém, que só em 1841 é que se começou a contar esta história e a indicar-se o sítio onde se dizia jazerem os ossos do negro. Foi isto o bastante para logo ser canonizado pelo populacho, para logo se lhe fazerem promessas e se lhe atribuírem milagres! Colocaram-se umas pedrinhas a indicar o lugar sagrado, onde caiam abundantemente ofertas valiosas; que eram arrecadadas por uma confraria incógnita; e foi tão atendida a piedade pública que, sem se saber (?) quem era o iniciador ou quem satisfazia as despesas, se construiu uma capela de madeira, chegando-se mesmo a tratar da edificação de uma de pedra.

Ora, como o povo podia mostrar desejos de ver com seus próprios olhos as ossadas do santo, a confraria incógnita preveniu este caso, fazendo propalar que nada neste

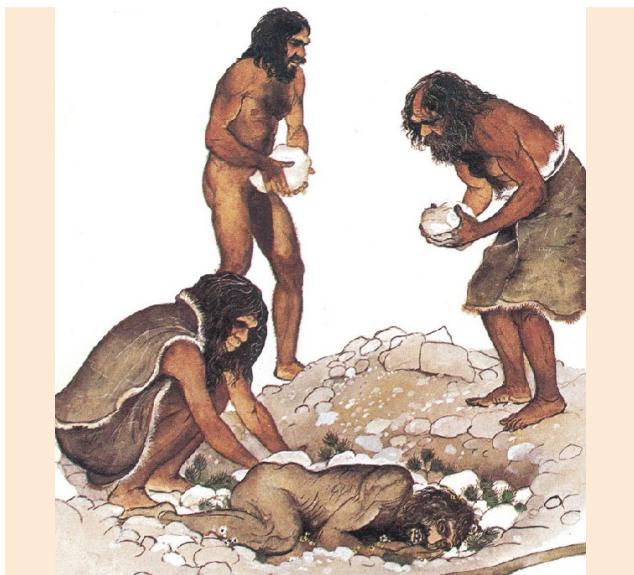


Figura 1

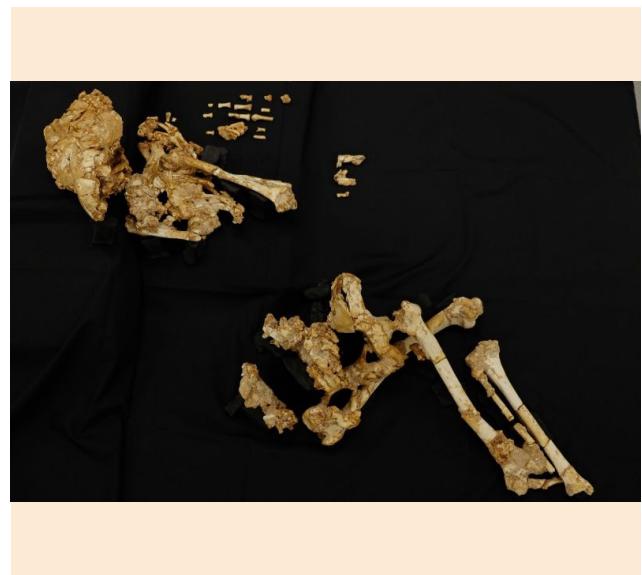


Figura 2

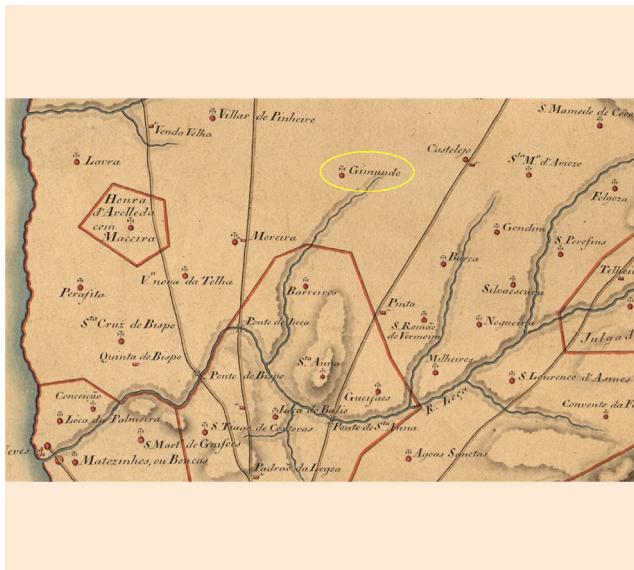


Figura 3

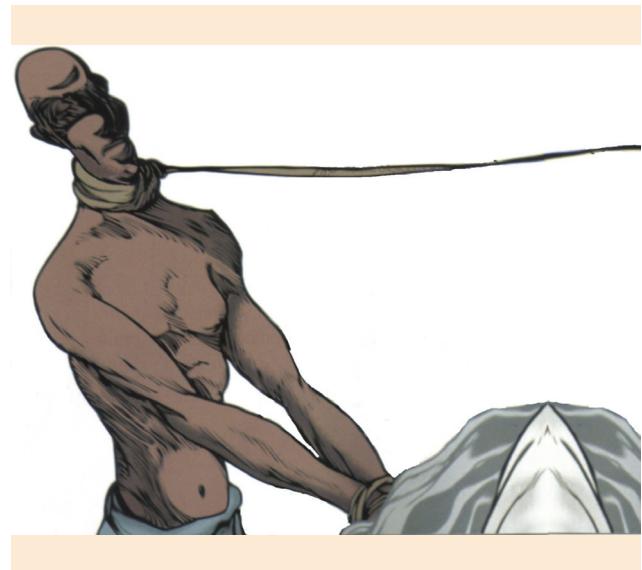


Figura 4

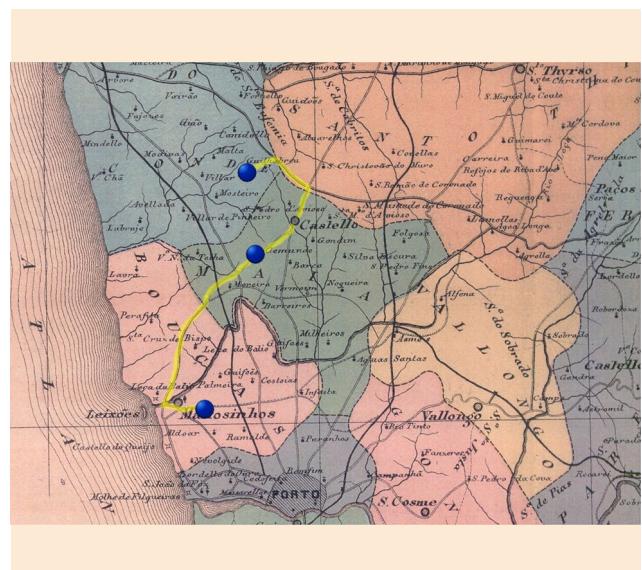


Figura 5

mundo podia arrancar um calhau que estava enterrado no local em que jaziam os restos mortais; o que era demonstrado pelos esforços empregados por alguns homens.

Neste comenos, o enérgico conselheiro João Luiz d'Abreu¹, secretário-geral, servindo de governador civil, apresentou-se em Gemunde com uma força de cavalaria e infantaria, e, no meio d'um numeroso concurso de povo, fez destruir o nicho de madeira, mandou tirar o calhau e escavar a terra, onde não existia nem um osso de gato, e tentou a prisão dos supostos membros da confraria, o que não efetuou por haverem fugido quando lhes constou a presença da autoridade. Depois foi o caso entregue ao poder judicial, que entendeu não dever molestar os arguidos.

Decorridos alguns anos, isto é, em 1870 ou 1871, os membros da confraria, tendo saudades dos antigos lucros, fizeram correr o boato de que os ossos estavam noutra parte (200 metros de distância da indicada primitivamente) e tornaram a enterrar umas pedrinhas como indicação da campa.

Recrudesce a devoção, apregoam-se os milagres; sucedem-se as romagens, caem diariamente flores e dinheiro sobre a campa!"

E o articulista termina, exclamando: “É simplesmente selvagem!”

Pinho Leal (1874), comentando o mesmo «facto» afirma: "Foi isto sabido pelas autoridades eclesiásticas e administrativas, que mandaram para aqui uma força de tropa que demoliu tudo e prendeu os especuladores criminosos".

Outro testemunho importante, porque presencial, é o do Padre Joaquim Antunes de Azevedo² [Figura 9] que nas suas «Memórias» (1885), depois de descrever os acontecimentos sem discrepância do que se sabe, escreve:

“Eu ainda fui testemunha ocular d'estes factos por isso repito quase o mesmo [...] Sou de opinião que já antes de se dar este facto (a vinda da tropa e a destruição da «campa») havia naquele lugar algumas pedras que indicavam uma sepultura”. E mais adiante “A respeito do Santo Preto lembro-me que todos os Domingos e dias Santos de Guarda havia naquele lugar grande arraial de gente. Mesmo no Domingo que ali veio a tropa ali se achava muita gente. [...] A campa foi cavada a profundidade e nada mais aparecia do que terra avermelhada igual a que por ali há. A tal barraca de madeira que estava a servir de capela também foi derrubada nessa ocasião, a qual parece-me que tinha sido levantada na véspera d'esse dia ou pouco antes. O povo com este facto ficou algum tanto esmorecido e mesmo temia depois ir ali receando outro ataque, por isso deixaram de concorrer às pipas de vinho e às festas

1 Na realidade chamava-se, como veremos, António Luís de Abreu e era Comendador e não Conselheiro

2 Sobre o Padre Joaquim Antunes de Azevedo e a sua obra veja-se MARQUES, 1998

da viola que ali havia todos os domingos. No dia principal do ajuntamento chamado dia da Hora³ ainda hoje, 1881, ali vai alguma gente n'este dia, que me parece esteve mais esquecido já do que está hoje. [...] Os votos ou promessas ao santo preto ainda hoje aparecem em grande número, apesar de os Sacerdotes repreenderem os que fazem tais promessas, mas com esta gente crédula não vale repreensões, por isso não sei quando isto findará, o que é um mal para a nossa santa e verdadeira religião que muito sofre com estas superstições; resta porem o gosto que, graças a Deus, não houve eclesiástico que fomentasse semelhante desvario”.

Toda esta questão foi sempre, como já disse, mal vista não só pela Diocese como, por força disso, pelo poder civil. O caso era considerado escandaloso. Comprometia a hierarquia da Igreja, ia ao arrepio dos princípios religiosos, não tinha controlo eclesiástico nem civil ao nível local, provocava grandes ajuntamentos, era, enfim, «perigoso» em vários aspectos. Por isso não admira que se tentasse por vários modos acabar com o culto popular ao denominado Santo Preto. Isso se depreende, aliás, dos vários testemunhos e referências que fornecemos atrás.

Mas o principal destaque para este «combate» vai sem dúvida para os acontecimentos de 22 de julho de 1841.

Na biblioteca do Padre Remígio Alves de Freitas⁴, pároco de Gemunde, freguesia a que pertence a Campa do Preto, existe cópia de um folheto intitulado «*Documentos Officiaes do que publicamente se passou em Gemunde Aldea do Concelho da Maya, em 22 de Junho de 1841, a respeito dos Boatos da Existência do Santo Preto*». Foi o folheto impresso no Porto, na Typographia de Gandra & Filhos no mesmo ano de 1841. Esta cópia foi enviada ao Padre Remígio pelo Sr. D. Domingos de Pinho Brandão, então Bispo Auxiliar da Diocese do Porto, Epigrafista, Arqueólogo e em geral um amante das coisas antigas.

Uma palavra para a capa do opúsculo. Como podereis ver na ilustração [Figura 10] com um olhar rápido, o que nos salta de imediato é a expressão «Santo Preto», o que não deixa de ser curioso num texto que se supõe eminentemente crítico.

Deste texto, interessantíssimo para a nossa história, conheço apenas a transcrição que dele fez Augusto César Pires de Lima em 1949 no Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. Mas é de tão difícil acesso que entendo ser útil fazê-la de novo aqui. E para uma melhor compreensão dos mais jovens, que a poderão usar como ferramenta de trabalho, faço-a atualizando a grafia e a pontuação, não segundo o absurdo (des)acordo ortográfico atual, mas atendendo ao português que toda a gente

3 Festa de Nossa Senhora da Hora, na Quinta-feira da Ascensão

4 Comemorou-se em 2014 o centenário do nascimento do Padre Remígio (nasceu a 26 de Outubro de 1914 em Gaia). Sirva este trabalho como uma primeira homenagem ao Homem que me ensinou a maior parte do Latim que sei hoje, mas sobretudo que constituiu para mim um exemplo enquanto Sacerdote, enquanto Cidadão e enquanto Mestre.

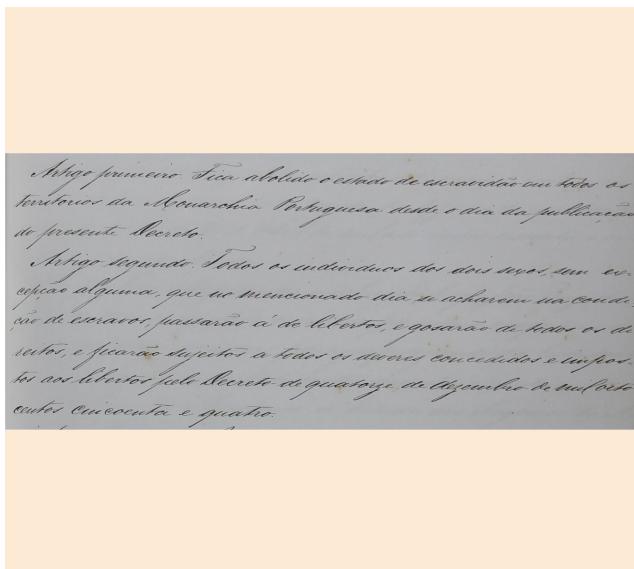


Figura 6

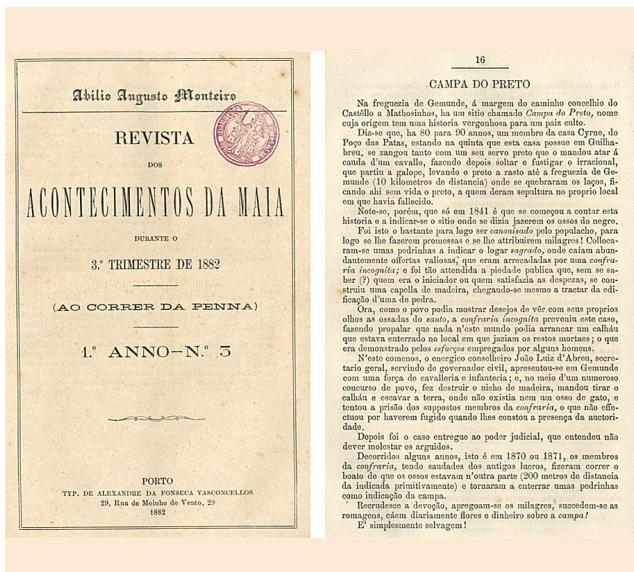
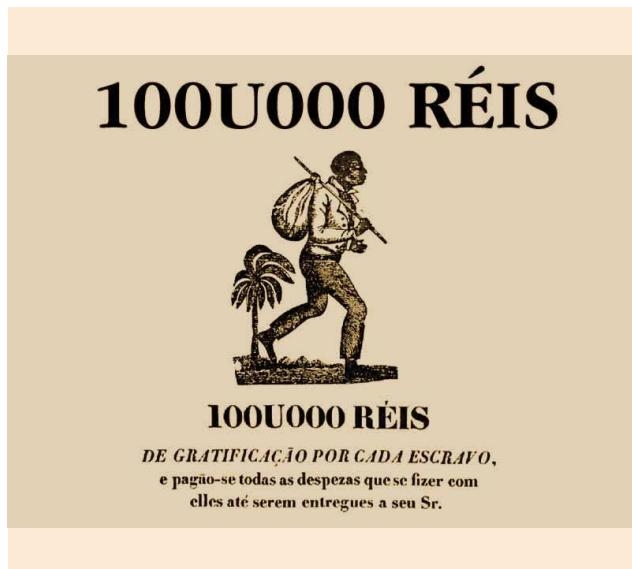


Figura 8



Figura 9

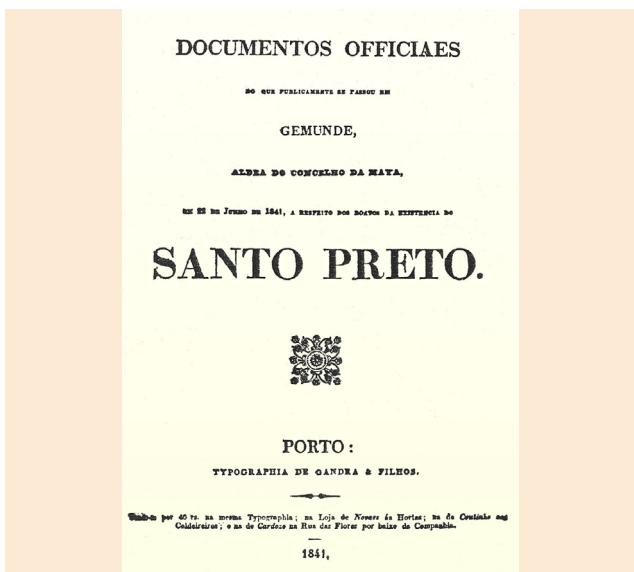


Figura 10

fala e entende. E para que se destaque do resto do trabalho apresento-o em itálico.

A primeira página do opúsculo funciona como um prólogo, e diz o seguinte:

"Para se dar a maior publicidade ao facto de que tanto se ocupa a curiosidade geral e que se relata revestido de diversas circunstâncias por quem não presenciou o Acto Oficial, praticado pelas Autoridades competentes para desabusar o Povo iludido, alcançando nós a Pastoral do Prelado Diocesano, e o Auto das formalidades públicas desempenhadas neste interessante objecto, damos o presente Folheto, dedicado às pessoas de senso, interessadas em guiar o Povo na estrada da Religião, fazendo assim desmascarar quem se serve de imposturas para negociar e tirar proveitos particulares com factos e histórias inventadas, revestidas de contra-sensos dignos de censura, e exemplar castigo. Consta-nos que os Autores, pronunciados na reincidência desta preocupação, se acham presos na Cadeia do Castelo, pertencente ao mesmo concelho."

Duas pequenas notas antes de prosseguirmos: a preocupação com os «proveitos» (se iam para ali não iam para outro lado?) e a prisão dos indivíduos que, ao que sabemos, não se efetivou. Já agora acrescente-se que o nome do local, Castelo, vem grafado Castêdo, que eu conheço em Alijó, em Moncorvo, mas não na Maia. Prossigamos com a transcrição dos «elementos do processo»:

Auto de Exame e Averiguação a que, por ordem de sua Excelência o Senhor Administrados Geral do Distrito, se procedeu no sítio chamado – Campa do Preto – na freguesia de Gemunde, do concelho da Maia.

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e um, aos vinte dias do mês de Junho, no sítio denominado no uso vulgar – Campa do Preto – na freguesia de Gemunde, do Concelho da Maia, aí foi vindo o Excelentíssimo Administrador Geral interino, o Comendador António Luiz d'Abreu, com o Administrador do Concelho, Agostinho Alves dos Santos e Silva, e o Regedor da referida Paróquia, Domingos Alves Moreira, para o fim de se proceder a escrupuloso exame, e exacta averiguação dos fundamentos que havia para a crença dos povos daquela, e das vizinhas freguesias, que veneravam ali a existência dos despojos mortais de um homem de cor preta, que por tradição se diz fora sepultado naquele sítio há mais de dois séculos.

Concorreram também por convite do Excelentíssimo Administrador Geral, o Reverendo Vigário da Segunda Vara da Maia, o Ilustríssimo João Anacleto Cardoso de Figueiredo, Reitor da freguesia de Mosteiró, por comissão dada pelo Excelentíssimo Prelado Diocesano, Dom Jerónimo, Bispo Eleito do Porto, e Vigário Capitular, e similarmente o Ilustríssimo Juiz de Direito da Comarca Judicial da Maia, o Doutor Manuel Francisco Pereira de Sousa, e o Ilustríssimo Delegado do Procurador Régio da mesma Comarca, o Doutor Pedro de Freitas Costa Brandão, solicitando Sua

Excelênci a Administrador Geral a presença da Autoridade Eclesiástica, e das Judiciais para intervirem quando julgassem competir-lhes no processo do exame a que ia proceder-se, e sendo também presente o Pároco da respectiva freguesia, o Reverendo José Pinto Teixeira da Silva Neves, e os Facultativos⁵ José Francisco da Conceição, e Miguel José Ferreira de Sousa.

Passou-se a examinar o que havia naquele lugar concernente á veneração que ali se dava. Achou-se construída no caminho que vai da estrada de Braga, para a de Barcellos, uma barraca de madeira de pinho em forma de Capela, [Figura 11] a qual tinha de fundo coisa de catorze a dezasseis palmos, e de largura coisa de oito a dez palmos⁶, com uma porta na frente do caminho, e sobre ela colocada uma Cruz, havendo mais outra porta lateral do lado do Norte junto do fundo da barraca, e defronte, dentro da mesma barraca, um avançamento tosco para formar um altar, sobre o qual estava uma imagem do Salvador Crucificado, com dois castiçais dos lados, e neles velas acesas, e no mesmo alinhamento algumas jarras, e canecas com flores. Defronte da Imagem de Cristo, e a pouca distância, pendia do tecto um pequeno lampião de folha-de-flandres de quatro faces e dentro dele uma luz, e no pavimento, e entrada da barraca havia uma grade de madeira de coisa de seis palmos de comprido, e dois de largo⁷, enramada com cravos e papoulas, e no centro desta grade se descobriam quatro pequenas pedras, sem vestígio algum de inscrição, epítafio, ou sinal qualquer, que designasse haverem sido ali colocadas para um fim determinado, como se pretendia inculcar, para significar que por baixo delas existia sepultado o homem preto bem-aventurado. No figurado altar havia uma toalha e por detrás do Crucifixo estavam pendentes pedaços de seda de cores, fingindo espaldar, e nos lados da barraca estavam penduradas algumas velas de cera, que indicavam ser ofertas, e também uma caixa que parecia ser a das sortes das almas do Purgatório, e no chão uma outra caixa com a competente abertura para receber esmolas.

Findo este reconhecimento passou o Excelentíssimo Administrador Geral a inquirir do Regedor da Paróquia, e do Administrador do Concelho, quem era a pessoa, ou pessoas, que se diziam, ou procediam como donos, inspectores, ou administradores da referida barraca, ou que por qualquer modo tinham mando, cuidado, ou vigilância, e por essa ocasião foi dito que era António Moreira Ramos, do lugar de Sá, freguesia de Gemunde, o qual sendo chamado, e aparecendo, declarou que ele, e António Alves do Conto e Sá, e Manoel Alves, ambos da mesma freguesia nada mandavam, e somente se haviam encarregado de aceitar as esmolas, e ofertas que apresentavam os Fieis por devoção, e em reconhecimento dos favores recebidos, por intercessão

⁵ Médico; indivíduo que exerce legalmente a medicina

⁶ Mais ou menos 200x350 cm

⁷ Mais ou menos 130x40 cm

do Santo. E perguntando, quem foi que fez, ou mandou fazer a referida barraca, e com licença de quem, respondeu que fora o povo; porém instado para dizer quem era esse povo, e como se chamava, não deu resposta coerente, falando a esse tempo diversas pessoas, declarando o interrogado, e os outros dois, os autores da dita construção, e que o Tesoureiro das esmolas era António Alves do Couto e Sá.

Concluído este interrogatório perguntou o Excelentíssimo Administrador Geral ao Reverendo Pároco da freguesia se havia lido à Missa a exortação pastoral do Excelentíssimo Bispo Eleito, como na mesma exortação era recomendado, e dizendo o Reverendo Pároco que havia cumprido a ordem do seu Prelado, perguntou o mesmo Administrador Geral ao referido António Moreira Ramos se a tinha ouvido ler, ao que respondeu afirmativamente, bem como a tinham ouvido também os outros, segundo foi então asseverado por muitas pessoas que estavam presentes.

Depois dirigiu o Excelentíssimo Administrador Geral a palavra aos circunstantes, fazendo-lhes sentir que o culto e veneração dada àquele lugar era condenado pela Santa Igreja, por não terem precedido as circunstâncias estabelecidas canonicamente para tais objectos, o que assim havia sido declarado expressamente pelo Prelado Diocesano na sua exortação pastoral sobre este assunto, a qual passava a ler para todos se desenganarem, e arrependerem da criminosa idolatria que se havia praticado: e então leu em voz alta e bem inteligível a referida exortação pastoral, a qual é do teor seguinte:

Dom Jerónimo José da Costa Rebelo [Figura 12], Bispo Eleito, e Vigário Capitular, Sede Vacante, da Diocese do Porto, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

A todos os Fieis Nossos Súbditos da Comarca Eclesiástica da Maia, saúde, e paz.

A Santa Igreja, assistida do Espírito Santo, e sempre solicita em promover o bem espiritual de seus filhos, tem sabiamente determinado que as Relíquias dos Santos, ou sejam parte do seu Corpo, como carne, ossos, dentes, cabelos, unhas, cinzas, ou outras coisas, que em vida, ou depois da morte os tocassem ou lhes pertencessem, sejam honradas, e veneradas pelos fieis, aos quais Deus concede muitos benefícios por intermédio das mesmas. Para isto se verificar, é indispensável, que as Relíquias sejam examinadas, reconhecidas, e aprovadas pela mesma Igreja, como verdadeiras, e de Santos Canonizados, ou Beatificados, o que só acontece depois de mui detidos, e escrupulosos exames, volumosos e duradouros processos, exactíssimas averiguações, irrefragáveis testemunhos, e multiplicidade de factos autênticos, e comprovados, que mostrem com evidência, que Deus obrou milagres, e prodígios por meio das mesmas Relíquias. Ainda mesmo que estas sejam aprovadas autenticamente pela Igreja, e como tal expostas ao culto e veneração dos fieis, proíbe contudo a mesma Igreja, que a veneração, que se lhes tributa, vá misturada com algum abuso ou superstição, e com intento de ganho sórdido ou interesse de esmolas, desejando a Igreja que neste acto de veneração somente apareçam sentimentos de piedade e devoção, para

imitarmos as virtudes daqueles de quem veneramos as Relíquias.

A mesma Igreja porém representada no Concílio Tridentino decidiu, e determinou, que não sejam consideradas como Relíquias Sagradas aquelas, que não forem examinadas, reconhecidas, e aprovadas pelo modo, que deixamos exposto, mostrando-se por documentos autênticos, que pertencem a Santos Canonizados ou Beatificados pela mesma Igreja, a qual reprova como idólatra e supersticioso todo o culto e veneração dado a relíquias que não estejam nas referidas circunstâncias. Consta-nos porém, que na Freguesia de S. Cosme de Gemunde da Comarca Eclesiástica da Maia, deste Bispado, por motivo de se chamar a certo terreno da mesma - CAMPA DO PRETO -, e de se encontrarem nele desde tempos imemoriais, três pedras em forma de tampa de sepultura, se têm espalhado notícias e boatos sem fundamento de que existe no mesmo lugar um Corpo Santo. Fomos competentemente informados que tal Corpo não existe, nem mesmo despojos, restos, ou indícios de que ali existisse, pelas repetidas escavações, que no mesmo lugar se tem feito, e nos seus arredores.

Ao mesmo tempo pois que louvamos a piedade dos Fiéis Nossos Súbditos daquela Freguesia, e das que lhes são vizinhas, e a sua tendência para os sentimentos Religiosos, não podemos, em razão do Nosso Ofício Pastoral, deixar de lhes dirigir esta exortação, em que pretendemos com a franqueza, e verdade próprias do nosso carácter, e do Emprego Alto, que sem merecimentos ocupamos, admoestá-los e recomendar-lhes muito energicamente, que se abstêm, inteiramente, de dar culto e veneração ao mencionado lugar, enquanto a força de provas autênticas e seguras de factos constantes, repetidos, e evidentemente comprovados se não possa ajuizar, e decidir competentemente que aquele lugar é Santo, e que nele existem cinzas de alguma criatura privilegiada, por meio das quais Deus queira fazer benefícios, e conceder graças aos homens.

Entretanto que isto se não verifica com toda a evidência, o mais que podem fazer os mencionados fiéis nossos súbditos é sufragar pela alma de algum nosso Irmão, que ali fosse sepultado, e, se não fosse, aplicar esses sufrágios pelas almas mais desamparadas, que existem no Purgatório. Tudo o que não for o que acabamos de expor, é ir em oposição á vontade de Deus, é contrariar o espírito, e determinações da Santa Igreja, que reprova, e condena nos seus filhos semelhantes procedimentos, é dar passos no caminho da idolatria, e da superstição, e é finalmente incorrer na censura dos Santos Padres, e principalmente de Santo Agostinho no seu Livro – De Civitate Dei⁸ – onde diz que será difícil enumerar os abusos, que se cometem, e as falsas credulidades que se espalham sobre esta matéria.

⁸ A Cidade de Deus. Considerada a obra-prima de Santo Agostinho, apresenta-nos o mundo dividido em duas partes, a terrena (dos homens) e a espiritual (dos céus). Nesta obra Santo Agostinho desenvolveu o conceito de Igreja como a cidade espiritual de Deus, distinta da cidade material do homem.

Sabemos também, que o Reverendo Pároco da referida freguesia de Gemunde tem procurado despreocupar as suas ovelhas, e instrui-las cuidadosamente na verdadeira doutrina da Igreja, sobre este objecto. Recomendamos-lhe, que não cesse de clamar, e que em três dias Festivos, leia, e publique esta Nossa exortação pastoral aos seus Fregueses. O mesmo praticarão todos os Reverendos Párocos das freguesias colocadas uma légua em roda da dita freguesia de Gemunde, para o que a copiarão, e passarão recibo de lhes ser entregue, o que encarregamos ao cuidado, vigilância, e direcção do muito Reverendo Vigário da Vara do segundo Distrito da Maia. Dada no Paço Episcopal do Porto, sob Nossa Sinal, e Selo Capitular, aos quatro de Junho de mil oitocentos e quarenta e um.

*Jeronimo, Bispo Eleito e Vigário Capitular
Lugar do Selo. O Secretário Dr. José Correa.*

Concluída a leitura declarou o Excelentíssimo Administrador Geral, que o Prelado Diocesano, louvando a piedade dos fiéis que procurava dirigir competentemente, todavia considerava aquele culto como idólatra, e por isso a Autoridade Pública não podia tolerar ou consentir a sua continuaçāo, mas que, persuadido de não existirem ali motivos alguns para fundamentar tal veneração, sem contudo deixar de reconhecer que a Misericórdia Divina pratica muitos benefícios por intercessão dos Santos e dos Bem-aventurados, mandava proceder ao exame público na presença das Autoridades reunidas para esse fim, e na do inumerável ajuntamento que ali se achava, a ver se apareciam alguns despojos mortais, como se dizia existirem, aos quais se daria o destino que a Autoridade Eclesiástica julgassem competir-lhe, sem contudo consentir na permanência da barraca, a qual mandava demolir; por se achar condenada pelo Prelado Diocesano. No fim deste discurso mandou entregar ao Reverendo Pároco a Imagem de Cristo, as velas de cera, e tudo o mais que pertencia, ou podia ter serventia no culto da Paróquia, e ordenou que o Regedor tomasse conta dos castiçais, jarras, sedas, e outras semelhantes coisas, para entregar a seus donos, determinando que se principiasse a demolição da barraca, havendo previamente feito retirar as quatro pequenas pedras para fora, e principiar a escavação no terreno que elas cobriam, mandando que as ditas pedras fossem postas num carro, que o Regedor aprontou para esse fim, e fossem dali conduzidas à vista de todos, e deste modo destruir a falsa origem da criminosa veneração, fazendo conhecer que nenhum poder oculto embaraçava a sua remoção, como enganadamente se dizia ter acontecido com um morador daquela freguesia. Removidas as pedras com a facilidade natural, e demolida a barraca, continuou-se na escavação, sem que aparecesse o mais leve vestígio de coisa estranha á terra do solo. Sua Exceléncia o Administrador Geral entendeu que se haviam feito diligências suficientes, e pedindo que todos viesssem ver, e desenganar-se, terminou o acto dirigindo aos circunstantes novo discurso, mostrando-lhes a leviandade com que se haviam deixado iludir, e recomendando-lhes que conduzissem a sua piedade segundo os preceitos e ditames da Santa Igreja, declarou que a Autoridade Pública embaraçaria

a continuação da idolatria praticada, e ordenou que o Regedor tomasse conta da madeira da barraca, para empregar em uso ou proveito da Paróquia, dando assim por ultimada a diligência do exame. E para constar mandou o Administrador do Concelho que se lavrasse este Auto o qual eu, João Francisco Nogueira, Escrivão vitalício da Administração do mesmo Concelho, escrevi, e vai assignado pelo Administrador do Concelho e Regedor da Paróquia.

*Agostinho Alves dos Santos e Silva
Administrador
Domingos Alves Moreira*

Do que podemos observar, trata-se de um processo seguido à risca pelos intervenientes, que atuaram de modo a não deixar dúvidas no espírito dos crentes. Nem um osso sequer, nem cinzas, nem nada que pudesse levar a supor, a pôr ao menos a hipótese remota, de que aí houvesse qualquer resto humano. Estavam presentes autoridades civis e eclesiásticas e até dois médicos, não fosse aparecer alguma coisa. O «local de culto» foi destruído e as supostas «pedras tumulares» levadas para parte incerta. Tudo parecia «resolvido».

Mesmo assim, e como já deixavam adivinhar as palavras do Padre Azevedo, a devoção ao Santo Preto não esmoreceu por muito tempo, levando a que no prestigiado "Tripeiro", em 1909, se voltasse à carga e se escrevesse contra ela nova diatribe.

Já bem mais perto de nós, algures por meados do século XX, o pároco local decidiu excomungar as bandas de música que atuavam nas Festas da Campa do Preto. Em consequência disso várias se recusavam a atuar temendo a mesma condenação. Este «caso» comprometia bastante as festas, porque a presença de bandas de música era obrigatória.

Ao tempo foi publicado um panfleto com um poema que reproduzo de seguida:

Em Gemunde é que não

I

*Na Campa do Santo Preto
Onde tudo que se vê é sâo;
De bombo é em toda a parte,
Só em Gemunde é que não.
Somos de junto d'Agrela
Mesmo de S. Julião.
Bombo tocamos por toda a parte,
Só em Gemunde é que não.
Somos crentes de nascença,
Temos medo da EXCOMUNHÃO.*

II

*Tocamos em toda a parte,
Só em Gemunde é que não;
Foi ordem que recebemos,
Em Gemunde não tocar;
Pois há um que não gosta,
Não o queremos incomodar.
É assim que procedemos,
Temos portanto razão
Tocamos por toda a parte,
Só em Gemunde é que não.*

III

*É muita pena não tocar
Na campa do Santo Preto,
Há um que quer ralhar
E eu nisso não me meto...
Cá tenho minha razão.
Tocamos por toda a parte,
Só em Gemunde é que não.
Somos crentes de nascença,
Temos medo da EXCOMUNHÃO.
E... Em Gemunde! É que não!!!*

Parece que alguém pôs água na fervura e a “coisa” normalizou. E a “romaria” continua até hoje, sendo mesmo um dos grandes acontecimentos populares desta zona, arrastando até Gemunde milhares de pessoas. Todos os anos, no primeiro domingo de junho, se realizam, os festejos da Campa do Preto, que são exclusivamente populares, sem a presença institucional da Igreja. Não há missa, não há procissão, não há sequer a presença do pároco de Gemunde, a não ser como simples cidadão. Mas há o pedido de milagres ao santo e há o cumprimento de promessas por parte do povo anónimo.

De resto, os festejos da Campa do Preto têm todos os ingredientes das festas populares portuguesas: cantores populares, ranchos folclóricos, bandas de música, decorações nas ruas, fogo-de-artifício, rulotes de farturas, barracas de CDs e DVDs, barracas de venda de doces, incluindo regueifa de Valongo e doce da Teixeira, e, claro, muita gente a vender cerejas, a fruta da época, sempre associada à festa.

Uma revista já desaparecida dos escaparates⁹ dedicou, num número de 1984, algumas

9 Norte Revista, nº 5, junho de 1984, pp. 47-52

páginas à Campa do Preto. É um dado interessante de como pulsava a festa há 30 anos. [Figura 13]

Desde logo, o articulista ouve dois padres sobre a festa, embora os mantenha sob anonimato. Um, identificado como Padre A, afirma: “*Não louvo nem condeno! Mas teologicamente não passa de uma festa pagã*”. O outro sacerdote, apresentado como Padre J, diz: “*Nem sempre a «vox populi, vox Dei» é expressão acertada que nos prova que um consenso unânime é um argumento para provar a veracidade de um facto; são as exceções que afinal confirmam as regras aceites dentro da lógica e do racional. Com raízes lendárias a Igreja não a contempla, nem a pode aceitar no seu aspecto religioso, já que não passa de uma manifestação pagã fomentada e estimulada por idólatras num fanatismo que, como tal não pode ser saudável espiritualmente. Claro que há que realçar dois aspectos positivos que, nem por isso atenuam o paganismo que lhes está subjacente: refiro-me aos festejos populares onde o povo se diverte e distrai, numa tentativa de esquecer certas durezas do dia-a-dia e a uma anunciada assistência social e benficiante, que não posso discutir, porque a ignoro...*

”.

Curiosos estes dois pontos de vista, a procurar colocar as coisas no seu devido lugar, mormente no que toca à questão religiosa.

Depois, sobre a romaria propriamente dita, alguns apontamentos de interesse.

“*Sexta-feira 1 de junho de 1984. O dia amanheceu chuvoso, o que, apesar de tudo não retirou entusiasmo, nem público, nem bulício.*

O programa festivo cumpria-se com abundância de gastos. Ruas e avenidas vistosamente engalanadas; dezenas de barracas oferecendo ao visitante toda a sorte de distrações, rifas, automóveis eléctricos, farturas e outras guloseimas, bugigangas e brinquedos de toda a espécie. Os altifalantes, um pouco por todo o lado, misturados com os sons das barracas de discos e cassetes, chegavam a ferir os ouvidos; cafés e tabernas a abarrotar de clientes; fatos dominguieiros nos mais idosos, vestes berrantes nos mais novos, emprestavam ao ambiente o colorido e o movimento próprios das mais puras romarias de Portugal.

Todas as flores eram depositadas na campa sobre a qual pendia suspensa do tecto do telheiro, uma lamparina acesa dia e noite.

As ruas apinhadas de gente, dificultavam o trânsito de veículos que os dispositivos da G.N.R. não conseguiam controlar. Mas os condutores não se mostravam muito arreliados e o trânsito, aos soluços lá se ia escoando embora com a lentidão própria desta circunstância. Acontecia festa!

À noite, junto ao edifício da Associação Beneficente da Campa do Preto e no largo onde se situa a campa, à margem da estrada que liga o Castelo da Maia a Matosinhos,

num amplo estrado montado para o efeito exibiram-se ranchos folclóricos, incluindo o da terra. O programa deste primeiro dia encerraria com a apresentação de dois conjuntos, espectáculo mais virado para a juventude.

No dia seguinte chegam ainda mais forasteiros e observa-se a montagem apressada de barracas de mais mercadores e feirantes, esperançados que o negócio lhes corresse de feição.

Depois da característica salva de morteiros matinal, entra o ruído característico dos Zés-pereiras de Barcelinhos que, indiferentes ao tempo, percorreram durante todo o dia as ruas da freguesia, emprestando, com seus bombos, ferrinhos e gaitas de foles, cores e sons característicos destas manifestações populares.

Durante parte do dia numerosas camionetas afluíram a Gemunde inundando as bancas dos feirantes com cestas e caixas de soberbas cerejas, oferecendo uma agradável nota de cor ao ambiente e justificando uma das designações das festividades – Festa da cereja. À noitinha, duas bandas filarmónicas, uma das quais a da vizinha Moreira da Maia, actuaram cada qual no seu coreto, ambos montados junto à campa.

O Sábado encerra com a «grandiosa sessão de fogo-de-artifício», como também é da praxe.

No dia seguinte, o «dia grande» da festa, pouco depois das nove horas deu-se a entrada da Banda Musical de S. Pedro da Cova. Entretanto, indiferentes ao frio e à chuva que se fazia sentir, começaram a afluir os devotos que vinham cumprir as suas promessas face às benesses recebidas pela evocação do santo Preto.

Espectáculo tão chocante quanto comovedor foi o de algumas devotas, arrastando-se de joelhos por caminhos de piso áspero e difícil, alheias à chuva, rumando à Campa do Preto no cumprimento do prometido, desfiando as contas do rosário, em fervorosas orações, como se de uma autêntica divindade se tratasse, aceite, reconhecida e canonizada pela Igreja. [Figura 14]

Hábitos e crenças que já venceram quase três séculos, que resistiram aos ventos da História, que ultrapassaram as fronteiras de tenaz oposição e que se mantêm em cada ano mais firmes e mais decididos. É, afinal, a grande força da Fé e da Esperança que anima este Povo humilde, imbuído de sentimentos que o ultrapassam na sua razão ingénua.

E a romagem continuava. Era um não mais acabar de fiéis, devotos fervorosos que ali deixavam o seu óbolo, o testemunho material da sua promessa cumprida. Desde as garrafas de azeite que durante todo o ano alumiarão a campa, a uma profusão de ramos de flores, passando pelas velas e esculturas de cera simbolizando partes do corpo afectadas por males (pé, braços, mãos, seios, corações, etc.), terços, muitos

terços, e uma chuva de notas de banco...com vários algarismos.

Também houve cheques emitidos à Associação Beneficente da Campa do Preto, muitos foguetes, muito fogo-de-artifício lançado do recinto e ainda as promessas cantadas, acompanhadas à guitarra e à viola e dedicadas à história e à lenda da Campa do Preto, e que, segundo o repórter, não tiveram, naquele ano, o brilhantismo de outros anteriores. Trata-se de criações populares, onde a métrica não importa, mas a rima sim, e que resulta numa composição ingénua.

E a noite chegou, pesada e fria como as anteriores. As tabernas e cafés esvaziaram-se. Ficavam os residentes para o último copo a acompanhar uma bucha. A Banda Musical que animara o ambiente durante o dia arrumava os instrumentos. No ar ficavam os sons dos vendedores de cassetes em que predominavam os cantares brejeiros; mercadores e tendeiros esperavam ainda o milagre de venderem as doçarias e frutas que ainda se acumulavam nas suas bancas; outros, os das quinquilharias, já começavam a arrumar as bugigangas e preparavam-se para abalar. Outras feiras e romarias os aguardam.

Era o desfazer da festa. Para o ano há mais porque a fé não esmorece... ”

Um dos argumentos usados para defender o poder do «santo preto», é o facto de durante a Guerra Colonial e ao contrário do que sucedeu em todas as freguesias vizinhas, não ter morrido um único jovem de Gemunde. Assim, em África, sua terra natal, o “santo” protegeria os descendentes daqueles que lhe haviam dado sepultura e que recordavam até aos nossos dias o seu feito.

Não é este o local nem o momento de fazer crítica histórica (e arqueológica) a este episódio. O que é facto é que a festa da Campa do Preto, assim conhecida pela população, mesmo que travestida de outras designações, como a de Festa das Cerejas, continua a fazer-se, e que consegue aqui, com cautelas que baste, operar-se uma curiosa simbiose entre o pagão e o cristão.

Estamos aqui, portanto perante uma «Canonização Popular» sem qualquer respaldo da Igreja Católica, nem sequer um reconhecimento do facto, mas que continua a sê-lo. [Figura 15]

É verdade que poderemos aqui colocar várias questões. A maioria dos frequentadores da romaria não vai lá por causa do Santo Preto. Vai porque é romaria, porque é espetáculo, porque é junho, período de festança (Senhora da Hora, Campa do Preto, Senhor de Matosinhos...). [Figura 16]

Mas também é verdade que são muitos a fazer ou a pagar promessas, que são muitos a deixar esmolas. Que muita gente responde, quando interrogada, que «há várias graças... olhe, senhor, aqui não morreu ninguém na Guerra de África, e veja nas freguesias vizinhas...»

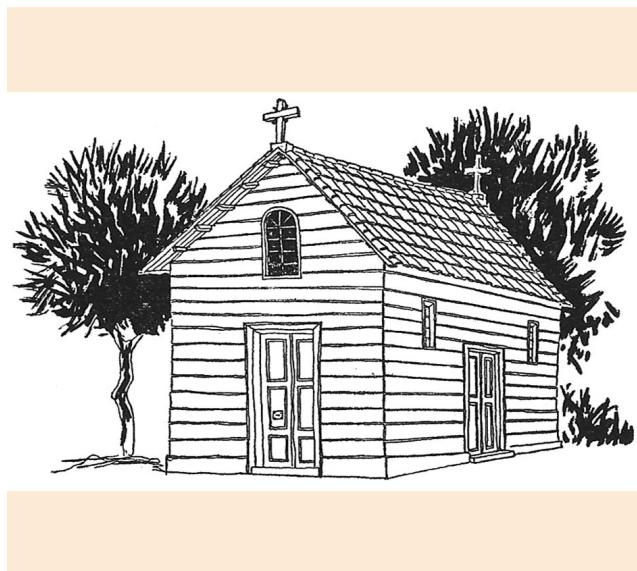


Figura 11

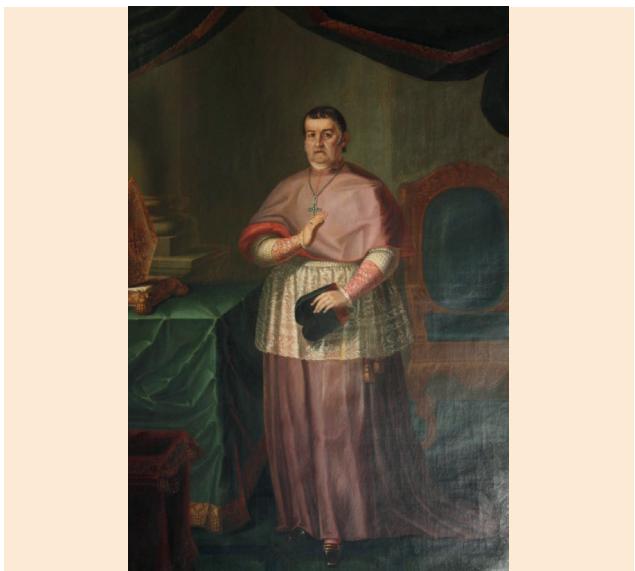


Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15

De todo o modo é inegável a popularidade do festejo, o que, obviamente, não significa a popularidade do «santo» enquanto tal.

Há neste momento a decorrer mais de 40 «causas» de beatificação em Portugal¹⁰. Algumas delas correspondem a pessoas que o povo já colocou em lugar especial, como são os casos, por exemplo, do Dr. Sousa Martins [*Figura 17*], da Sãozinha de Alenquer, do Padre Américo. Mas houve já vários casos de «canonização popular» que resultaram em reconhecimento da Santa Sé.

Lembro três deles.

Padre Cruz

O Padre Francisco Rodrigues da Cruz nasceu em Alcochete a 29 de julho de 1859, tendo falecido em Lisboa a 1 de outubro de 1948. Formou-se em Teologia em Coimbra em 1880, e foi ordenado sacerdote em 1882. Foi preso na altura das perseguições religiosas da Primeira República Portuguesa, tendo sido interrogado pelo próprio Afonso Costa, que era, ao tempo, Ministro da Justiça. após o qual foi libertado. Mesmo durante as proibições, não se coibia de usar sotaina em público. [*Figura 18*] Respeitado e considerado até por elementos anticlericais, era reconhecida a sua ação caritativa e a vida regrada, tendo ganho, por isso, “fama de santidade”. Apoiava sobretudo os mais pobres, os doentes, os presos e os desprotegidos da sociedade.

Foi também um notável e requisitado pregador, deu a Comunhão a Lúcia de Jesus Rosa dos Santos, vidente de Fátima, visitou o local das aparições na companhia dos três pastorinhos, com os quais rezou o terço e foi o responsável pela conversão do grande filósofo Leonardo Coimbra.

Entrou para a Companhia de Jesus em 1940, falecendo oito anos depois. O seu funeral foi um dos maiores a que Lisboa já assistiu. Tinha a acompanhá-lo mais de 400 carros.

A 30 de dezembro de 1971 foi declarado “Venerável” (Reis, 2015), o degrau que antecede a beatificação na escada para a santidade.

Sílvia Cardoso

Nasceu a 26 de julho de 1882 e faleceu a 2 de novembro de 1950, em Paços de Ferreira. Fez os seus estudos no Porto, no Colégio Inglês do Coração de Maria e, depois no Sardão, Vila Nova de Gaia, no Colégio das Doroteias. Foi Assistente Social e dedicou-se muito a atividades de carácter assistencial, tendo colaborado activamente com várias instituições de Paços de Ferreira, Penafiel, Espinho, Barcelos, Lousada, Paredes, Porto, e até Amadora. [*Figura 19*]

10 Segundo pode ser visto em http://alexandrina.balasar.free.fr/causes_en_cours.htm

Em 1921, foi criada em Paços de Ferreira a Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso, destinada a prestar assistência aos mais carenciados, sobretudo nos setores da educação, da reabilitação, da ocupação dos tempos livres e da reinserção social do deficiente.

Iniciado em 1984, dá entrada na Congregação da Causa dos Santos em 1992 o processo de beatificação que, uma vez visto e não levantando objeções, começa oficialmente em 1997. Em 27 de Março de 2013 o Papa Francisco aprova um Decreto que, reconhecendo as “virtudes heroicas” de Sílvia Cardoso a proclama “venerável”.

Alexandrina Maria da Costa

Mais conhecida como Alexandrina de Balazar, nasceu naquela freguesia do concelho da Póvoa de Varzim a 30 de março de 1904, onde veio a falecer a 13 de outubro de 1955.

Afirma-se¹¹ que Alexandrina, a partir 27 de março de 1942, e até à data da sua morte, deixou de se alimentar normalmente, sobrevivendo exclusivamente com a comunhão diária.

Nos anos finais da sua vida, começou a desenvolver-se em torno da Alexandrina um fenômeno de popularidade, que levou muita gente até ela em peregrinação, não só para aconselhamento espiritual [*Figura 20*] como, e uma vez que se espalhou a fama de santidade, para pedidos bem mais comezinhos .

A Arquidiocese de Braga deu início à Causa da sua beatificação e canonização, decorrendo o processo informativo ordinário entre 1967 e 1973, cuja autoridade e valor foram reconhecidos pela Congregação para as Causas dos Santos. A mesma Congregação, em janeiro de 1996 declara Alexandrina como venerável. Foi beatificada por João Paulo II a 25 de Abril de 2004.

Este breve apontamento que aqui trazemos serve sobretudo para verificar que, do mesmo modo que concebe os seus «heróis» e condena os seus «criminosos», o povo também consagra os seus «santos».

11 Para verificar esta questão foi internada em 1943 no Refúgio de Paralisia Infantil, na Foz do Douro. Foi aí submetida à vigilância de um grupo de médicos, dirigidos pelo Dr. Henrique Gomes de Araújo, membro da Sociedade Portuguesa de Química e da Real Academia de Medicina de Madrid, por um período de 40 dias. No final, asseguraram que era "absolutamente certo" que durante aquele tempo não tinha comido, bebido, defecado ou urinado. Veja-se a entrada homónima em http://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandrina_Maria_da_Costa, consultada em 5/4/2013.

12 Contou-me o meu Pai que acontecia muito que caçadores que perdiam os cães recorressem à Alexandrina para os reaver.

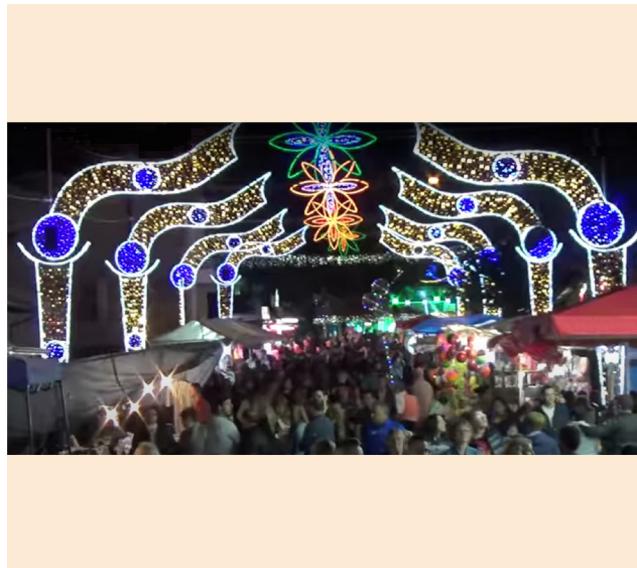


Figura 16



Figura 17

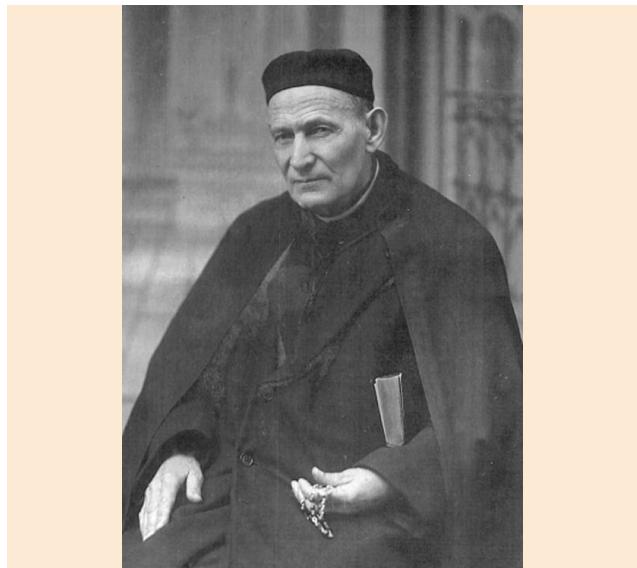


Figura 18



Figura 19

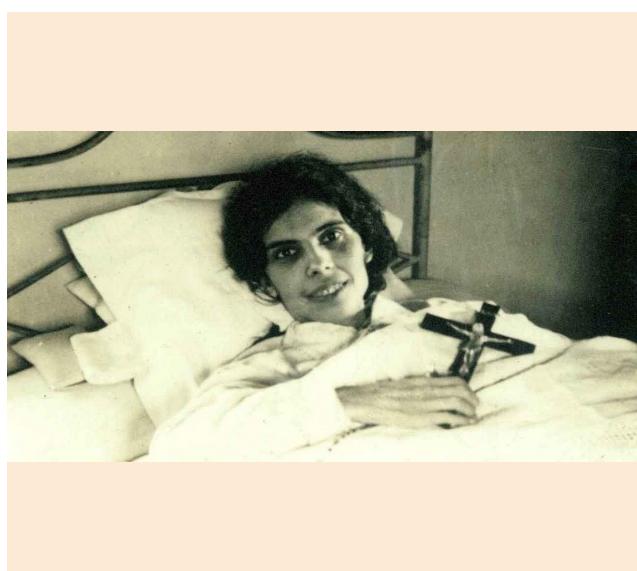


Figura 20

Como refere o Padre Domingos Moreira (1999), “*a piedade oficial católica (sobretudo a litúrgica) caracteriza-se muito pelo seu aspecto abstracto (doutrinal), racional, sóbrio, jurídico, próprio mais de ambientes cultos ou citadinos, enquanto a piedade popular (sobretudo devoções, procissões, etc.) é antes de mais concreta, acentuadamente simbólica, sentimental, espontânea, carismática, emotiva*”.

Por isso alguns antagonismos e até alguma conflituosidade. Por isso, as características «defensivas» das posições oficiais.

Aliás a piedade popular podia revestir-se de perigos e complicações para o devoto. No «Regimento do Santo Ofício da Inquisição em Portugal», de 1774, pode ler-se no seu Título XVII:

“Porque, conforme as repetidas determinações da Igreja, a nenhuma imagem de defunto se pode dar culto e veneração sem primeiro ser Beatificado e Canonizado pela mesma Igreja, ordenamos que se alguma pessoa venerar a imagem de algum defunto, ainda que morresse em opinião e cheiro de santidade, tendo-o em oratório particular, capela, igreja ou outro lugar público [...] será condenada no perdimento das tais imagens e coisas com que as venerar, repreendida asperamente na Mesa do Santo Ofício e degredada para Castro Marim os Cidade de Miranda por três anos; e sendo pessoa eclesiástica será castigada com mais rigor a arbitrio dos inquisidores”.

E precisa adiante: “*As mesmas penas terão os que puserem ou mandarem por nas sepulturas dos defuntos alguma tábua ou pano com pintura, escritura ou rótulo de alguns milagres seus, ou imagem de qualquer coisa pintada, esculpida, fixa ou pendurada, e lhe puser ou mandar por lâmpada ou outro qualquer lume, ou lhe der algum culto ou veneração, sem as precisas licenças”.*

Por aqui se pode ver o cuidado com que as questões das «canonizações populares» eram tratadas.

Mas mesmo correndo o risco de «férias forçadas» de três anos em Castro Marim ou em Miranda do Douro (hoje dois locais turísticos de excelência), destinos da pena de degredo para quem prestasse qualquer tipo culto a quem não fosse beatificado ou canonizado, o povo continuou os seus processos de canonização popular.

A Inquisição foi extinta nas Cortes de 1821. Mas a posição oficial da Igreja a este respeito não mudou. E também não mudou a atitude popular de venerar algumas figuras, mesmo que não submetidas ao processo levado a cabo pela Congregação para as Causas dos Santos, criada já aliás em 1588, embora com outra designação.

E como vimos, o tempo por vezes dá razão àquele velho sacristão que conheci na minha infância, confirmando o que ele costumava dizer, e que vos deixo agora na versão completa: “Há Santos de Roma e Santos do Povo. Às vezes a escolha do Povo não é pior do que a escolha de Roma”.

Bibliografia compulsada:

- A Lenda da Campa do Preto* (s/d) Associação Beneficente da Campa do Preto. Folheto.
- Documentos Officiaes [...]* (1841) Porto: Typographia de Gandra e Filhos
- ANDRADE, Solange Ramos de (2010): “O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo”. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 7, disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf6/6Solange.pdf>. Consultado em 22 de março de 2013.
- AZEVEDO, Joaquim Antunes de (2014). *Memórias de tempos idos*. Maia: Clube UNESCO da Maia. 3 vols
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1986): *Os Deuses do Povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense.
- “Campa do Preto” (1882) em *Revista dos Acontecimentos da Maia*, 1º ano, nº 3.
- CARVALHO, César Luís de (1998): *Heitorzinho, Um Percurso de Bem*. Loureiro: C. L. Carvalho.
- CLETO, Joel & e FARO, Suzana (1999): “Gemunde, Maia: A Campa do Preto”, *O Comércio do Porto, Revista Domingo*, Porto, julho 99.
- COSTA, Éden Moraes da (2010): “De médico e santo popular: a devoção ao doutor Camilo Salgado em Belém do Pará, em *Revista Estudos Amazônicos* • vol. V, nº 2.
- CUNHA, Secundino (2004): *Alexandrina de Balazar Mensageira de Cristo*. Lisboa: Correio da Manhã.
- ELIADE, Mircea (1999): *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia Fernandes (1999): “A construção da santidade nos finais do século XVI: o caso de Isabel de Miranda, tecedeira, viúva e santa (C.1539-1610) em *Actas do Colóquio Piedade Popular – Sociabilidades – Representações – Espiritualidades*. Lisboa: Terramar.
- ISAMBERT, François André (1992). *Le sens du sacré: fête et religion populaire*. Paris: Editions de Minuit.
- JURKEVICS, Vera Irene (2004): *Os Santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular*. Tese de Doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível em <http://dspace.uol.com.br/1884/25445/T%20-%20JURKEVICS,%20VERA%20IRENE.pdf?sequence=1>. Consultada em 22 de março de 2013.
- LEAL, Pinho (1874): *Portugal Antigo e Moderno...* Vol. 3. Lisboa: Livr. Ed. de Mattos Moreira & Companhia.
- LIMA, Augusto César Pires (1949): “O Santo Preto. Processo Popular de Canonização” em *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Vol. VIII, fasc. III-IV.
- MACEDO, T. (1992): “Santos do Altar do Povo”. Em *Maria Peregrina*. Cadernos de Folclore n.6, São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo.
- MARQUES, José Augusto Maia (1998): *Moreira da Maia No Século XIX*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- MIRANDA, Júlia (2011): “A invenção do sagrado” em *Jornal de Hoje*, 04/06/2011. Disponível em <http://www.oppovo.com.br/app/oppo/cadernos especiais/santificadosii/2011/06/04/noticiasjornalsantificados3,2251018/a-invencao-do-sagrado.shtml>. Consultado em 22 de março de 2013.
- MOREIRA, Alberto (1965): “O Santo Preto na lenda e na história”, *O Tripeiro*, nº 5.
- MOREIRA, Domingos A. (1999): “Piedade Popular e Catolicismo (algumas perspectivas de confronto)” em *Actas do Colóquio Piedade Popular – Sociabilidades – Representações – Espiritualidades*. Lisboa: Terramar.
- NETO, Isnard Albuquerque Câmara (2002): “Diálogos sobre religiosidade popular”. *Revista Ciências Humanas Unitau*, v.8, n.2,

- NETO, Isnard Albuquerque Câmara (2003): “Religiosidade popular e o catolicismo oficial: o eterno contraponto”. *Revista Ciências Humanas*, v.9, n.1, jan-jun,
- NETO, Maria Cristina (1996): “O Santo Negro da Maia. Subsídios para o seu estudo”. *Rosário de Maria*, N.º 543. Fátima.
- NEVES, Moreira das (1987). *Sílvia Cardoso – o Anjo das três loucuras*. Braga: Editorial A.O Apostolado da Oração.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de (1975): “Catolicismo popular e mudança social”. *CEI Suplemento. Religiosidade Popular*. Setembro 1975, n. 12.
- PACHECO, Hélder (1986) “S. Cosme e Damião de Gemunde” em *O Grande Porto*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- PEDROSO, Dario (2003): *Odisseia de Amor - Vida do «santo» Padre Cruz*. Braga: Editorial A.O. Apostolado da Oração.
- PEREIRA, Pedro (2016) “Uma viagem retrospectiva à antropologia da religião”. *Revista de Antropologia Experimental*, nº 16, outubro 2016.
- REIS, Pe. António – dir. (2015): “Datas principais da vida do Padre Cruz e do seu processo de canonização”, *Graças do Padre Cruz SJ*, Ano LXVII, Nº 343, janeiro/março.
- SISSAKIAN, Varoujan K. (2019). “Shanidar Cave - An Interesting Archaeological Site in the Kurdistan Region, Iraq.” *UKH Journal of Science and Engineering*, 3(2).
- VAUCHEZ, André (1987): “Santidade” em *Encyclopédia Einaudi*. Vol. 12. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- WALKER, Michael J.; et all (2011). “Neandertal postcranial remains from the Sima de las Palomas del Cabezo Gordo, Murcia, southeastern Spain.” *American Journal of Physical Anthropology*.

Proveniência das ilustrações:

- 1 – Varoujan Sissakian; 2 – Michael Walker; 3, 4, 5, 8 a 11 – autor; 6 – Arquivo Histórico Ultramarino; 7 – <https://www.geledes.org.br/anuncios-de-escravos-os-classificados-da-epoca/>; 12 – O Tripeiro; 13 – Irmandade dos Clérigos; 14 e 15 – Norte Revista; 16 e 17 – Luís Filipe Azevedo; 18 – Wikipedia; 19 - <https://pontosj.pt/causapadrecruz>; 20 – Canção Nova; 21 - <https://templariodemaria.com/santo-do-dia-13-de-outubro-bem-aventurada-alexandrina-maria-da-costa/>

Três Momentos

- Os “jornalistas” da Maia -

Há mais de um século a vender jornais

- A Rua do Sol, o seu nascimento
e as suas gentes

- A Rua do Sol e os
“Soares de Albergaria”

Por uma questão de livre arbítrio editorial, decidiu-se agrupar três artigos de Manuel Fernando Teixeira Gonçalves, tendo em conta a sua dimensão e pertinência dos temas abordados.

Um bom exemplo de pequenas histórias que retratam bem a importância da História Local. Assim, saímos todos a ganhar.

OS
“JORNALISTAS”
DA MAIA

Há mais de um século
a vender jornais

José Camilo Ribeiro chegou a Barreiros da Maia em 1911, vindo de São João de Airão, Guimarães. Fugia à pobreza do interior, tinha sido tecelão e padeiro, veio com a mulher Joana e seis filhos pequenos.

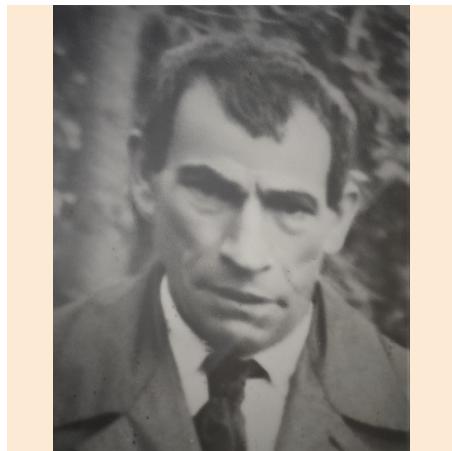


José Camilo Ribeiro (1879-1959)

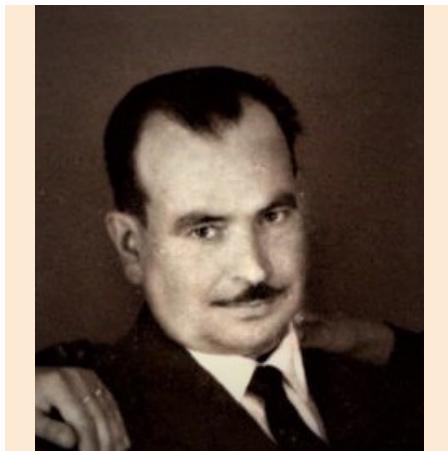
Instalaram-se numa bouça no lugar da Pinta num pequeno casebre isolado, possivelmente com o apoio e concordância do dono, era habitual acontecer na época, em troca garantia a guarda e a limpeza da bouça. Nasceriam na Maia mais dois filhos, ficaram oito filhos pequenos. Pouco depois de chegar a Barreiros, José Camilo inicia nova forma de ganhar a vida, sustento da numerosa família, tornando-se o primeiro “ardina” de Barreiros da Maia.

Os jornais, nessa época conturbada de início da Primeira República, eram avidamente procurados e lidos, tinham nos ardinas, os seus grandes distribuidores apregoando as notícias do dia. José Camilo arriscou nesta atividade, inovadora para o trajeto do Porto até Barreiros da Maia, cobrindo o longo casario à face da EN 14, com destaque para os cruzamentos do Ameal e São Mamede Infesta, a Ponte da Pedra, Santana e por fim, Barreiros da Maia.

O filho David da Silva Ribeiro (1905-1979), ainda menino de 10 anos, passa a acompanhar o pai de madrugada, nas longas caminhadas desde a Pinta até o Porto, as “rotativas” do Comércio do Porto, Jornal Notícias e Primeiro de Janeiro deixavam o jornal pronto pelas 5 da manhã, depois era o longo e demorado regresso a caminho de Barreiros, sacola carregada ao ombro, juntando a sua voz aos “pregões” do pai anunciando os jornais. Alguns anos depois, por volta de 1920, Joaquim da Silva Ribeiro (1912-1975), com oito anos, outro filho mais novo de José Camilo, segue as pisadas de David, meninos da madrugada, no auxílio que prestam ao pai de servir uma clientela que vai crescendo.



David da Silva Ribeiro



Joaquim da Silva Ribeiro

Os anos passam, o negócio consolida-se e José Camilo precisa de fazer crescer a clientela em alguns núcleos centrais e artérias adjacentes. David posiciona a base de distribuição em São Mamede de Infesta, Joaquim na Ponte da Pedra, e Felismina da Silva Ribeiro, outra filha de José Camilo, em cooperação com o irmão Joaquim, em Santana e daí uma rota lateral. Começam assim a alargar a distribuição à volta desses núcleos centrais, seguindo lateralmente até freguesias vizinhas.

Entretanto a criação da Lotaria Nacional em 1939, permite acrescentar aos jornais a venda da lotaria, proporcionando à família Ribeiro aumentar o negócio e abrir caminho a que uma terceira geração de ardinas apareça. Com o passar dos anos José Camilo fica cansado, a idade pesa e retira-se no final da década de 40. Joaquim da Silva Ribeiro ocupa o espaço da Vila de Barreiros, deixado vago pelo pai José Camilo. Entretanto uma terceira geração de ardinas, envolvendo vários familiares diretos e conjugues, começa a ajudar os pais nesta área residencial enorme desde Ameal até Barreiros. Na década de 60, Joaquim da Silva Ribeiro, dedica-se apenas à lotaria e trespassa a venda dos jornais, na desde 1950 chamada Vila da Maia, ao irmão David da Silva Ribeiro.

Em 1971, Artur Marques, correspondente do Comércio do Porto na Maia e figura encantadora de poeta que “cantou” a Maia e as suas gentes simples e laboriosas, publicou no seu jornal, uma entrevista ao ardina David da Silva Ribeiro que simbolizava esse povo trabalhador e de artífices.

A partir desses anos 60 é apenas a família de David que dá continuidade ao negócio dos ardinas da Maia, conhecidos pela família dos “jornalistas”. Nos anos 70, com a reforma de David da Silva Ribeiro, são os seus filhos que passam a controlar toda a EN 14 até o Ameal: - Guiomar de Jesus Ribeiro e o marido Tiago na Vila da Maia, José Augusto Ribeiro em São Mamede Infesta, e Joaquim de Jesus Ribeiro no Ameal.



Entrevista que Artur Marques, correspondente do Comércio do Porto, fez em 1971, a David Ribeiro.

Os ardinas já tinham começado a perder importância na cidade do Porto devido à proliferação dos quiosques a partir dos anos 50. Na Maia e nos cruzamentos referidos os ardinas “Ribeiro” continuaram ainda algumas décadas. Por volta da década de 80, surgem as papelarias a vender os jornais e incrementam-se ainda mais os quiosques, e a atividade desta família vai decaindo e pouco tempo depois acabaram definitivamente os ardinas, conhecidos pelos “jornalistas” da Maia.

Em dezembro de 2021, dois descendentes de José Camilo Ribeiro continuam com o legado de vender jornais, agora no interior abrigado de quiosques, exatamente em lugares de domínio dos seus antepassados, um no centro da Cidade da Maia, outrora Barreiros, e outro no cruzamento de São Mamede Infesta, ostentando o secular apelido “Ribeiro” com orgulho.

Guilherme Ribeiro, bisneto de José Camilo Ribeiro, neto de David da Silva Ribeiro e filho de Joaquim de Jesus Ribeiro, continua a vender jornais ali no quiosque junto ao Plaza e à Câmara Municipal da Maia, sempre com um sorriso e simpatia, a escassos metros de onde os seus antepassados fizeram banca desde 1911.

Josefina de Jesus Ribeiro, trineta de José Camilo Ribeiro, bisneta de David da Silva Ribeiro, neta de José Augusto Ribeiro e filha de David Augusto Ribeiro, atende com simpatia junto ao cruzamento de São Mamede Infesta, no quiosque “Ribeiro” que o seu pai David Augusto Ribeiro montou nos anos 90, e no local onde os seus antepassados sempre venderam jornais.

Poderemos dizer, com elevado grau de probabilidade, que esta família “Ribeiro”, da Maia, é a mais antiga a vender jornais consecutivamente em Portugal. O Jornal de Notícias é um título que esta família mantém à venda, sem interrupção, há 110 anos.

Dezembro 2021
Fernando Teixeira

A RUA DO SOL,
O SEU NASCIMENTO
E AS SUAS GENTES

Introdução: Ser porta voz dos nossos antepassados da Rua do Sol, mergulhar num outro tempo, descobrir registos do quotidiano, ver os rostos esquecidos de gente que fez a história da nossa rua, romper silêncios que seriam eternos. Um grupo de Maiatos da antiga Rua do Sol, resolveram fazer luz sobre o passado da rua que era sua, dos seus familiares fundadores da rua e das gerações que nos antecederam. Serão eles os historiadores, porta vozes de um tempo. Rua Clotilde Ferreira da Cruz é a toponímia oficial, o povo batizou-a de Rua de Sol, fica no centro da atual Cidade da Maia. Também evocaremos a Barreiros da Maia de essa época, com quem os nossos antepassados interagiam.



Parte poente da Rua do Sol, sem casas. A Quinta do Gramaxo ao fundo à esquerda, e Quinta do Mário Peixoto à direita, hoje desaparecida. (Desenho de José Barbosa)

Em 1908, Barreiros da Maia vivia tempos de esperança. A Câmara Municipal instalara-se no Picoto em 1903, assim como a Estação Telégrafo-Postal, a freguesia fora elevada à categoria de Vila, a Alameda e a Rua do Visconde ganhavam vida, a escola Maria Pia era o orgulho das suas gentes, havia a notável farmácia do Gramaxo, o talho do Rocha, a mercearia do Tomé e os afamados armazéns do Vicente da Cunha.

Os serviços camarários atraíam funcionários à Vila, os “belos ares”, terras férteis, bosques e águas reputadas seduziam ilustres figuras da sociedade nortenha que cá se instalavam. A população crescia, do interior chegavam trabalhadores agrícolas e caseiros para as prósperas casas de lavoura e quintas. Surgiam na Vila novos ofícios como escriturários, empregados da câmara e dos correios, telegrafistas, oficiais de diligências, fiscais de impostos, negociantes, empregados fabris. Os serviços desenvolviam-se.

O Dr. António Sá e Melo e o Padre Luís Silva Campos, Presidentes da Administração do Concelho e da Câmara Municipal respetivamente, planeavam e davam um impulso à rede viária do concelho, ligando as várias freguesias.

Nasce então uma pequena rua no lugar de Brandinhães, 300 metros quase em linha reta, que ligava a Estrada Real 3 à entrada da Quinta do Gramaxo. Escolha feliz do

traçado, pois o sol descrevia um arco ao longo do dia por cima da nova rua, inundando-a de luz e justificando o nome com que o povo a batizaria, Rua do Sol. Ficava mais perto o caminho para a Igreja de Barreiros e Moreira, para o povo da Pinta, de Barca e de Vermoim.

João Anacleto Gramaxo, proprietário dos terrenos da face Norte da rua, os mais apetecíveis pela exposição a Sul, começou a ser assediado para os vender. O povo, nesta época, sobrevivia modestamente, o dinheiro escasseava e não havia entidades bancárias em Barreiros da Maia, que emprestassem dinheiro. Aparecem então, várias “caixas dos vinte”, informais, principalmente em Vermoim, que preenchem a lacuna da falta de agência de crédito. Os donos das “caixas dos vinte” negoceiam os terrenos com João A. Gramaxo e financiam os candidatos a uma casa.

Inicia-se por 1908 a construção das primeiras casas, tipo pequeno chalé, em terrenos retangulares com 50 metros de fundo e área total oscilando entre os 600 e os 800 m², que permitiam fazer uma “quintinha”, com quinteiro toldado com vinha, alpendres, galinheiros, curral para o porco, tanque e quintal com ramada a toda a volta.



António Francisco da Conceição

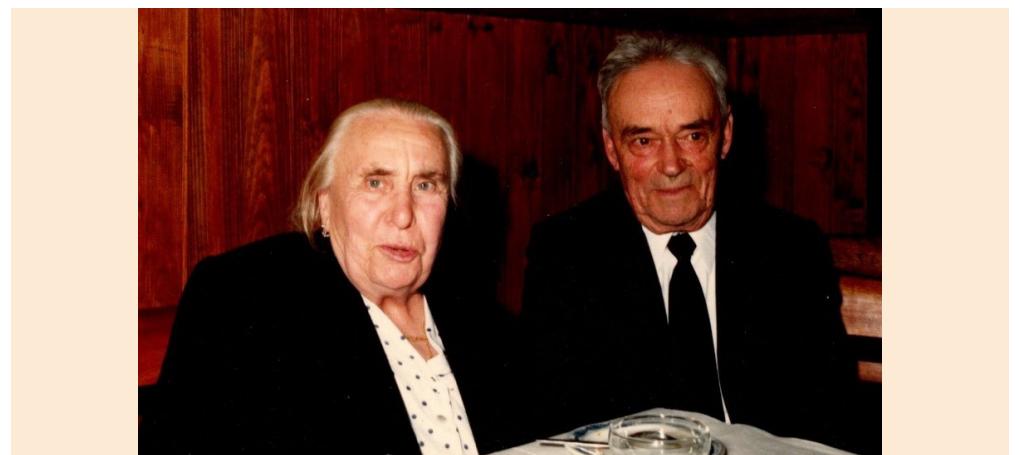


Maria Rita e os filhos, Manuel e Maria (1906)

António Francisco da Conceição (1883-1942), de Barreiros, com oficina de carpintaria na Rua dos Caldeireiros, 126, no Porto, casado com Maria Moreira da Rita, é dos primeiros a construir casa na rua, recorrendo à “caixa dos vinte”. Com a casa ainda incompleta de alguns acabamentos, em 1909, António e Maria, com dois filhos pequenos, Manuel e Maria de 4 e 3 anos de idade, mudam-se para a casa nova da rua nova.

Maria Moreira da Conceição, (1906-2004) que vemos na foto de 1906 no colo da mãe, foi a herdeira da casa, onde viveu toda a vida com o marido Joaquim da Silva Ramos, (1899-1997), carpinteiro e filho de um lenhador de Gemunde. Maria faleceu nesta casa em 2004 com 98 anos de idade. Passados 112 anos, essa casa ainda se

mantém igual no centro da Cidade da Maia, na posse de Armindo da Conceição Ramos, filho de Maria da Conceição e neto de António Francisco da Conceição.



Maria Moreira da Conceição e Joaquim Ramos

*Abril 2021
Fernando Teixeira*

A RUA DO SOL
E OS “SOARES DE
ALBERGARIA”

Por volta de 1935, Ruy Soares de Albergaria, à semelhança de outras figuras notáveis da época, veio viver para Barreiros da Maia atraído pela fama dos seus “bons ares”, da sua salubridade e clima ameno, que os enormes bosques, bouças e quintas proporcionavam. Uma filha de 18 anos tinha-lhe morrido de tuberculose, pouco antes, depois de outros e da esposa, e ele procurava uma terra saudável para protecção da restante família. Ruy, viúvo, economista, veio com os filhos sobrevividos, Manuel José, Rui, Maria Zulmira e Maria Emília.



Ruy Soares de Albergaria com os netos, Carlos, Rui, Manuela e José, na Rua do Sol (1951)

Nas décadas de 30 e 40, Ruy era das figuras de maior prestígio, cultas e respeitadas da então muito conservadora Barreiros da Maia. A partir daí, o sobrenome “Soares de Albergaria” permaneceu em Barreiros, depois Vila da Maia, agora Cidade da Maia ali bem no centro, na Rua do Sol.

Em 1808, o avô de Rui, José Soares de Albergaria com apenas 18 anos integra como tenente-adjuunto a Legião Portuguesa. Após a primeira invasão Francesa em 1807, o general Junot criara, por ordem de Napoleão, essa força, do que restava das tropas Portuguesas, com o intuito de incorporar essa Legião no Grande Exército do Imperador. Em 26 de Abril de 1808 partiu de Portugal para França, em agosto desse ano é ajudante de campo do Marechal Pamplona, futuro Conde de Subserra e ministro da guerra. Quatro anos depois, José está com o exército de Napoleão na invasão da Rússia. Em junho de 1812, José Soares de Albergaria, tem o primeiro combate com os Russos em Vilcomir. Em 18 de agosto, na batalha de Polotsk, é ferido na cabeça por arma de fogo e em 28 de novembro é feito prisioneiro pelos Russos. Sobrevive, e depois de passar pelos países nórdicos, chega a Londres. Em 12 de maio de 1814 entra em França, e passado um ano, integrado num Regimento de Lanceiros, reúne-se em Gand ao exército de Luís XVIII, rei de França. Em 6 de agosto de 1817 casou com D. Vicenta Maria Henriqueta du Tertre, Francesa, primogénita da casa dos Condes Terte, em França. Em 10 de setembro de 1817 naturaliza-se cidadão Francês.

Por volta de 1825 licenciou-se do exército Francês com a patente de Coronel. Pelos seus atos de bravura recebeu as seguintes condecorações: cavaleiro da Legião de Honra, cavaleiro da Ordem de Cristo, cavaleiro de S. Luiz, cavaleiro da Torre e Espada e cavaleiro da Ordem de S. Fernando.

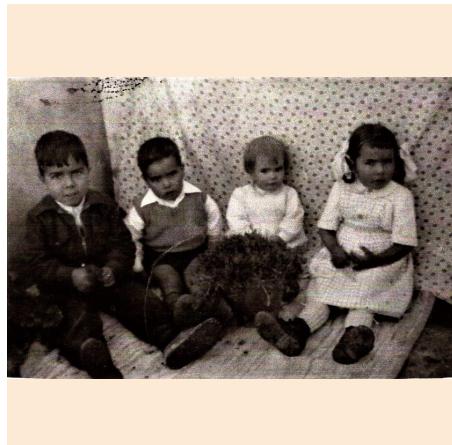


José Soares de Albergaria e a sua esposa D. Vicenta Maria Henrique da Tertre

José Soares de Albergaria e D. Vicenta tiveram 5 filhos, todos nascidos em França. Manuel Soares de Albergaria, o único filho homem, é o pai de Rui Soares Albergaria que veio a instalar-se em 1935 em Barreiros.

Em Barreiros, Rui instala-se na casa que mais tarde foi conhecida pela “garagem do Veloso”, no Picoto. É desta casa que o seu filho mais velho, Manuel José, fica seduzido por uma jovem da casa em frente, Ana Rosa do “Barreiro”, família muito reconhecida em Barreiros. É deste ramo dos “Soares de Albergaria”, que unido aos do “Barreiro”, nascem quatro filhos, Rui, Manuela, José e Carlos. O pai Manuel José, era agente técnico de engenharia químico da Fabrilaca em Gueifães, fábrica de tintas e lacas. A Fabrilaca, entretanto, foi comprada pela Robbialac e pouco depois, por volta de 1949, Manuel José é convidado para trabalhar na fábrica sede da Robbialac em Alverca. Aceita o convite, e Manuel José com a família instalaram-se em Alverca, perto de Lisboa. A mãe Ana Rosa, pouco tempo depois adoeceu gravemente e regressou a Barreiros, acolhendo-se com os filhos pequenos em casa de sua irmã Sra. Micas e do marido Sr. Mário, que acabaram de construir casa na Rua do Sol, em 1950. É assim que os 4 pequenos “Soares de Albergaria” chegam à Rua do Sol.

A mãe Ana Rosa morre pouco tempo depois (1951) e os filhos ficam com os tios que os criaram na primeira infância, os tios nunca tiveram filhos. O pai, Manuel José continuou sempre em Lisboa na Robbialac e mais tarde, com condições, acolheu de volta os 3 filhos mais velhos.



Os 4 irmãos



Ana Rosa

Carlos Luís Soares Albergaria, o mais novo, ficou na Rua do Sol criado pela tia Micas (padeira) e o tio Mário (sapateiro). Manteve-se sempre na Rua do Sol, primeiro na casa dos tios, depois na casa que construiu ao lado da casa dos tios, em terreno pertencente aos do “Barreiro”, herdado pela mãe. Faleceu em Julho de 2022, mas as novas gerações “Soares de Albergaria” continuam na Maia.

*Outubro de 2022
Fernando Teixeira*

A nomeação episcopal de D. José Alves Correia da Silva no contexto político-eclesial do seu tempo

Adélio Fernando Abreu

*Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia,
Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal*

José Alves Correia da Silva foi nomeado bispo da recém restaurada diocese de Leiria a 15 de maio de 1920, pela bula *Comissum humilitati nostrae*, seguindo-se a sagradação episcopal na sé do Porto, a 25 de julho, presidida por D. António Barbosa Leão, bispo do Porto, coadjuvado por D. Manuel Luís Coelho da Silva e D. António Antunes, bispos residencial e auxiliar de Coimbra respetivamente. Tomaria posse da diocese de Leiria por procuração a 4 de agosto, seguindo-se a entrada solene no dia seguinte¹.

José Alves Correia da Silva tinha então 48 anos, vividos sobretudo como presbítero ao serviço da diocese do Porto, na qual fora ordenado a 5 de agosto de 1894 pelo cardeal D. Américo. Tinha nascido a 15 de janeiro de 1872, em São Pedro de Fins, na Maia. Estudara no Porto e em Braga antes de ingressar no Seminário dos Carvalhos, de onde transitou em 1889 para o Seminário do Porto, onde realizou a sua formação teológica, antes de rumar a Coimbra em outubro de 1892, para prosseguir estudos em teologia, concluídos em 1897. De imediato se dedicou à docência teológica no Seminário Maior do Porto. A sua vida pastoral foi profundamente marcada pela dedicação ao movimento católico e ao catolicismo social, designadamente no âmbito da Associação Católica do Porto, do Círculo Católico de Operários e da imprensa católica portucalense, de modo especial no reconhecido jornal portucalense *A Palavra*, de que viria a ser o último diretor. Consta inclusivamente que foi a sua dedicação às obras sociais que o levou a não aceitar a nomeação episcopal para bispo de Angola e Congo em 1907. Era já cônego do Cabido da Sé do Porto desde 1905, do qual seria Tesoureiro-mor a partir de 1916².

É ao contexto da nomeação episcopal para Leiria que nos aproximamos nesta comunicação. Fazê-lo exige que nos abejremos do contexto político, social e eclesial em que se inseriu este eclesiástico entre o liberalismo e a república, antes de nos determos sumariamente na própria nomeação, tudo inscrevendo no quadro da recomposição católica, que se foi fazendo particularmente no domínio social ao tempo do liberalismo e na esfera religiosa no seguimento da agitação republicana.

1. O contexto alargado que remonta ao liberalismo

A nomeação episcopal de José Alves Correia da Silva para Leiria deu-se no seguimento da restauração da diocese em 1918, depois de ter sido suprimida em 1881/82, no contexto da redução da circunscrição eclesiástica do reino português. Esta redução estava na agenda política desde o início do segundo liberalismo. A reforma desejada pelos governos encontrava-se marcada por razões decorrentes do seu ideário regalista: a conformidade da geografia eclesiástica com a geografia civil, a necessidade de

1 Cf. Luciano CRISTINO, *Silva, José Alves Correia da*, in *Encyclopédia de Fátima*, coord. Carlos A. Moreira Azevedo – Luciano Cristina, Estoril, Princípia, 2007, 535-536.

2 Cf. CRISTINO, *Silva*, 535

diminuir os encargos económicos a suportar pelo Estado em favor da religião e sobretudo a vontade de diminuir o influxo social da Igreja, atingindo-a nas suas estruturas. Neste sentido, o próprio decreto sobre a extinção dos dízimos de 1832 já prometia uma nova circunscrição. Não avançou de imediato em razão da interrupção das relações diplomáticas com a Santa Sé, mas vários projetos apareceriam a partir dos anos 40, quando as relações foram retomadas. Em 1843, o governo foi politicamente autorizado a reduzir de acordo com Roma até ao número de 12 as dioceses do continente, das ilhas e do ultramar e a proceder à nova delimitação³.

Não é aqui o momento para revisitarmos todo o complexo processo negocial que haveria de concluir-se com a bula *Gravissimum Christi Ecclesiam* de 29 de setembro de 1881 e com a sentença executória do bispo do Porto de 4 de setembro de 1882, cumprindo a determinação romana⁴. No continente, eram suprimidas as dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, assim como a prelazia de Tomar e o grão-priorado do Crato, que pertenceram respetivamente à Ordem de Cristo e aos hospitalários de São João de Jerusalém e eram ao tempo governados pelo patriarca de Lisboa. Permaneciam as restantes 12, organizadas em três províncias: o patriarcado de Lisboa com as dioceses da Guarda e Portalegre; a arquidiocese de Braga com as dioceses de Bragança, Lamego, Coimbra, Porto e Viseu; a arquidiocese de Évora com as dioceses de Beja e de Faro. Genericamente a sentença refere que a diocese de Leiria era integrada em Coimbra. Aconteceu assim para a sede diocesana e para parte da sua área, mas não para a totalidade da mesma, pois outra parte foi integrada em Lisboa. A reforma da circunscrição eclesiástica do reino revelava-se ambivalente. A redução politicamente exigida revelava limitações à liberdade da Igreja, como acontecia aliás em outros assuntos, desde o dealbar do liberalismo, designadamente no que se refere à supressão dos dízimos ou dos religiosos, ou ao controlo das nomeações eclesiásticas. Não deixava, contudo, também de evidenciar um quadro de recomposição, porquanto a nova circunscrição resultou de um processo negocial que permitiu a regularização da hierarquia nas dioceses do reino, em parte bloqueada desde a aparição do liberalismo.

3 Cf. Decreto de 30 de julho de 1832, in João M. PACHECO TEIXEIRA REBELLO, *Collecção completa de legislação ecclesiastico-civil desde 1832 até ao presente*, I, Porto: Typographia Gutenberg, 1896, 23; Discussão do projeto levado à Câmara dos Deputados na sessão de 29 de março de 1843, in *Diário da Câmara dos Deputados* (29 de março de 1843) 433-442; Lei de 29 de maio de 1843, in *Diário do Governo* (2 de junho de 1843) 943

4 Cf. LEO XIII, Bula *Gravissimum Christi Ecclesiam*, 29 de setembro de 1881, in *Leonis Pontificis Maximi Acta*, II, Romae: Tipographia Vaticana, 1882, 243-357; Sentença de D. Américo como executor da bula *Gravissimum Christi Ecclesiam*, 4 de setembro de 1882, in *Diário do Governo* (15 de setembro de 1882) 2317-2318; *Relação das paróquias com que fica constituída cada uma das dioceses do Reino de Portugal no Continente em execução da Bulla apostólica "Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus"* de 30 de setembro de 1881, in *Diário do Governo* (15 e 16 de setembro de 1882) 2318-2331.2337-2345; Carta régia de 14 de setembro de 1882, in *Diário do Governo* (15 de setembro de 1882) 2317. Veja-se a bula, no original latino e em tradução portuguesa, em João Francisco MARQUES, *Poder eclesiástico e implantação regional. Os limites do arcebispado bracarense através dos tempos* (= Trabalhos e documentos do CENPA 11), Porto: Universidade do Porto – Centro de Estudos do Norte de Portugal-Algarve, 1998, 46-56.

Esta recomposição encontrou, contudo, expressões bem mais fecundas, como aquelas que respeitaram ao movimento católico e ao catolicismo social em que o prelado que evocámos, enquanto presbítero portucalense, acabaria por inscrever o seu nome. A instauração do liberalismo em Portugal criaria indiretamente espaço para a intervenção laical. Afinal as ordens religiosas tinham sido suprimidas, os efetivos eclesiásticos diminuíram e a hierarquia da Igreja estava manietada pela sujeição ao poder político, de quem dependia para a nomeação, o sustento e a organização da atividade eclesial. Nestas circunstâncias, o laicado, apesar de fracionado pelas querelas partidárias e pela pretensa identificação entre catolicismo e miguelismo, foi tomando consciência do espaço deixado à sua intervenção e da liberdade com que podia erguer a voz na imprensa. Depois dos sinais precursores da intervenção organizada do laicado, proporcionados pela Sociedade Católica em Lisboa, entre 1843 e 1853, foi no Porto do início dos anos 70 que o movimento católico encontrou terreno para se desenvolver e estender ao país. As circunstâncias internacionais e nacionais podem contextualizar a oportunidade. Recordemos a agudização da questão romana, a definição da infalibilidade pontifícia, a contestação à III República francesa e ao movimento revolucionário da Comuna de Paris e, entre nós, a associação do catolicismo à decadência nacional nas Conferências do Casino. No Porto especificamente, o catolicismo miguelista revelava-se menos forte e a tradição liberal estava arreigada desde a desagregação do absolutismo. Acrescente-se a presença de católicos de valor, a preocupação com o protestantismo, que emergia entre o Porto e Vila Nova de Gaia, e o sucessivo enquadramento episcopal proporcionado pela nomeação de D. Américo Ferreira dos Santos Silva, futuro cardeal⁵.

No Porto, o movimento católico de além-fronteiras ajustou-se à realidade portuense e portuguesa, e concretizou-se na criação da Associação Católica do Porto a partir de 1870, na realização do primeiro Congresso Católico em finais de 1871 e inícios de 1872 e na fundação do jornal *A Palavra* em agosto seguinte. A revitalização do catolicismo não se fazia, no parecer maioritário do Congresso, pela imposição duma sociedade catolicamente homogénea nos moldes do antigo regime. Tal não significava, todavia, também a defesa do fim de uma sociedade oficialmente católica, prescindindo o catolicismo do estatuto de religião do reino, que o liberalismo português perfilaria⁶. A evangelização far-se-ia na tolerância para com uma presença plural do religioso na composição social, que não se confundia com indiferença, porquanto aos católicos

5 Cf. Antero DE QUENTAL, *Causas da decadência dos povos peninsulares* (= Cadernos Peninsulares 3), Lisboa: Ulmeiro, 21971; Pinharanda GOMES, *Roberto Guilherme Woodhouse (1828-1876). Resposta aos detractores e mosfadores da religião e seus ministros*, in *Lusitania sacra I* (1989) 158; Manuel CLEMENTE, *Identidade cristã e apostolado dos leigos* (em Portugal no século XIX), in *A identidade cristã. Jornadas de teologia*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1990, 87-91 [artigo reunido em Manuel CLEMENTE, *Igreja e sociedade portuguesa do liberalismo à república* (= Peninsulares 105), s.l.: Assírio e Alvim, 2012, 89-105].

6 Cf. Carta Constitucional de 1826, art. 6, in J. J. LOPES GRAÇA, *Collecção de leis e subsídios para o estudo do direito constitucional português, II: Constituições políticas de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, 70.



D José Alves Correia da Silva

cabia a militância no testemunho irrenunciável em favor da verdade. Os estatutos da Associação de 1872 registam que «o fim único d'esta Associação é sustentar e propagar por meios legítimos e legaes a Religião Catholica, Apostolica, Romana, e defender os preceitos e direitos da Egreja»⁷. Entre as suas iniciativas mais relevantes, conta-se a decisão de «fundar um jornal religioso, literário e noticioso, destinado a dar conhecimento das suas resoluções e a sustentar a doutrina e a Egreja catholica»⁸. Desta decisão nasceu *A Palavra*, cuja publicação, iniciada em agosto de 1872, se manteve até à República, já com a intervenção de José Alves Correia da Silva. No seio do apostolado laical portuense, nasceriam ainda algumas das iniciativas sociais e caritativas do tempo, e nas páginas de *A Palavra* foram sendo divulgadas e refletidas as linhas fundamentais do pensamento social católico. Em estreita ligação com a Associação Católica, foi fundada em 1879, graças ao impulso do P. Sena Freitas e do conde de Samodães, a primeira Conferência de São Vicente de Paulo no Porto. Dez anos depois já eram cinco. No mesmo ambiente portucalense, veria a luz em 1898 o primeiro Círculo Católico de Operários em Portugal⁹, que ajudou a dar corpo às iniciativas do catolicismo social, já fortalecido a partir dos congressos católicos realizados em Braga e Lisboa, respetivamente em 1891 e 1895. Seria, aliás, no jornal do referido Círculo, *O grito do povo*, que a 17 de junho de 1899 surgiria, segundo Marie-Christine Volovitch, a apresentação mais completa das reformas sociais:

«Um programa de 14 pontos propõe algumas reivindicações relativas ao ensino religioso, à reforma fiscal, ao serviço militar e ao funcionamento da justiça; propõe a instauração do repouso dominical, a limitação ao máximo do trabalho noturno, a interdição do trabalho a menores de 14 anos e maior limitação possível do trabalho feminino»¹⁰.

Preocupa-se ainda com a construção de casas para os operários, com a limitação do horário de trabalho diário, na altura fixado em 11 horas, com o pagamento de salários que permitissem uma vida decente. Subjacente à proposta estava um modelo de corporativismo.

7 *Estatutos da Associação Catholica em Portugal*, Porto: Typographia da Revista 1872, 5-6.

8 *Associação Catholica*, in *O direito* (23 de abril de 1872) 2.

9 Cf. João Francisco DE ALMEIDA POLICARPO, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra»* (1872-1913), I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977; II, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992; Eduardo C. CORDEIRO GONÇALVES, *A Associação Católica do Porto há 125 anos. Contributo para a sua história*, Porto: Associação Católica, 1997; Eduardo C. CORDEIRO GONÇALVES, *O Círculo Católico de Operários do Porto e o catolicismo social em Portugal* (1898-1910), Porto: C.C.O.P., 1998; Eduardo C. CORDEIRO GONÇALVES, *Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do movimento dos círculos católicos de operários (1898-1910)*, in *Revista da Faculdade de Letras. História* 8 (2007) 261-272; Adélio Fernando ABREU, *D. Américo Ferreira dos Santos Silva, Bispo do Porto (1871-1899). Igreja e sociedade no Porto no fim do século XIX* (= Biblioteca Humanística Teológica 20), Porto: faculdade de Teologia, 2010, 245-259.342-370.

10 Marie-Christine VOLOVITCH, *As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)*, in *Análise social* 18 (1982) 1199; GONÇALVES, *Mutualismo*, 265.



D José Alves Correia da Silva

Este dinamismo convergirá na fundação de novos círculos que, associados a outras organizações católicas, suportarão os cinco congressos anuais de agremiações populares católicas, realizados anualmente entre 1906 e 1910. O de 1907 teve lugar no Porto com a participação ativa de José Alves Correia da Silva, que também já tinha integrado a comissão organizadora do Congresso Católico do Porto de 1900, suportado financeiramente pela Associação Católica do Porto e com estudos repartidos por seis secções: questões religiosas; questões eucarísticas; questões sociais; caridade cristã; propaganda católica; legislação civil nas suas relações com a Igreja¹¹.

2. O contexto mais próximo da Primeira República

Com a revolução republicana de 1910 e a lei de separação de 1911, a Igreja foi confrontada com um quadro jurídico diverso¹². Os novos protagonistas políticos retiraram-lhe o estatuto de religião oficial e já não lhe destinavam um papel na construção social que o liberalismo lhe atribuiu. Os transtornos para a Igreja não advinham, porém, tanto do novo enquadramento, quanto da política republicana de laicização.

As medidas sucederam-se, alterando a fisionomia do catolicismo português: os jesuítas foram expulsos e as congregações religiosas foram extintas e perderam os seus bens; os juramentos com carácter religioso foram eliminados; o ensino religioso nas escolas foi proibido, e a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra foi extinta, como o foi também a disciplina de Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito; os dias santificados foram abolidos; o casamento civil foi tornado obrigatório e introduzido o divórcio. A confrontação ficou assinalada na referida lei da separação, que privou a Igreja da sua personalidade jurídica, delineou o controlo eclesiástico sobre o culto e a atividade eclesiástica e nacionalizou os bens da Igreja, precária e parcialmente entregues às corporações culturais, de que estava excluído o clero¹³. A lei converteu-o ao funcionalismo público pela oferta de pensões, a que maioritariamente renunciou. Instaurava-se uma separação que prolongava o regalismo liberal, agora com um Estado não confessional a imiscuir-se nas questões religiosas.

11 Cf. VOLOVITCH, *As organizações católicas*, 1197; J. Pinharanda GOMES, *Os congressos católicos em Portugal. Subsídios para a história da cultura Católica portuguesa contemporânea 1890-1980*, Lisboa: Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984, 34-35; CRISTINO, Silva, 535.

12 Para a apresentação da política republicana de laicização e da reação do episcopado português seguimos de perto e remetemos para o nosso estudo: Adélio Fernando ABREU, *A Igreja Católica e a Primeira República*, in *Humanística e Teologia* 31/2 (2010) 164-174.176-178.181-185. A síntese aqui apresentada retoma Adélio Fernando ABREU, *Recomposição do catolicismo e contingência das formas de governo no meio católico portuense*, in *Religião, sociedade, estado: 100 anos de separação* (= Estudos de história religiosa 29), coord. António Matos Ferreira, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, [2021], vol.1, p. 160-162.

13 Prescindindo de referenciar aqui a restante legislação, referenciada no nosso artigo da nota 12, referenciamos ainda assim a Lei de separação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Lei de separação do Estado das igrejas, 20 de abril de 1911, in *Diário do Governo* (21 de abril de 1911) 1619-1624.

Annus X - Vol. X

1 Martii 1918

Num. 3

ACTA APOSTOLICAE SEDIS

COMMENTARIUM OFFICIALE

ACTA BENEDICTI PP, XV

APOSTOLICAE SUB PLUMBO LITTERAE

DE DIOECESIS LEÍRIENSIS RESTITUTIONE

BENEDICTUS EPISCOPUS

SERVUS SERVORUM DEI

AD PERPETUAM REI MEMORIAM

Quo vehementius Apostolica Sedes doluit, cum rerum circumstan-
tiae, die trigesima septembbris anni Domini millesimi octingentesimi octo-
gesimi primi, eam ad suppressandam induxerunt Leiriensem dioecesim,
in Lusitania, quam Paulus Papa Tertius, die vigesima secunda maii
anni Domini millesimi quinquagesimi quadragesimi quinti erexerat; eo
vel maius nunc gaudet, quod temporum adiuncta antiquam illam Cathe-
dralem Ecclesiam in pristinum restituere sinant.

Suffraganibus igitur antiquae illius dioeceseos fidelibus, Nos, Prae-
decessorum Nostrorum vestigiis inhaerentes, attentaque meditatione
cogitantes quantum hoc fidei incremento ac evangelicae veritati profi-
ceret, laeto animo vota ipsorum accepimus.

Spiritualibus enim populorum necessitatibus, ex re et tempore, uberi-
lius consulere, semper Romanorum Pontificum fuit, divino illis collato
munere suadente. Auditis itaque Reverendissimus Lusitaniae Ordinariis,
in primis hodierno Lisbonensi Patriarcha, dilecto filio Nostro Antonio
S. R. E. tituli Ss. Marcellini et Petri presbytero Cardinali Mendes Bello,
et hodierno Episcopo Conimbricensi, venerabili fratre Aloisio Coelho

ACTA, vol. X, n. 3. — 1-3-918.

6

Bula da Restauração do Bispado de Leiria

Os bispos perceberam que não bastavam posições individuais, mas que se impunha uma manifestação de unidade. A concertação do episcopado diante da questão religiosa era, aliás, um reiterado desejo expresso pela nunciatura ao longo do liberalismo, que começou a concretizar-se com as conferências dos bispos a partir dos anos 90¹⁴. Reunidos em São Vicente de Fora, em Lisboa, no início de novembro de 1910, depois da primeira legislação adversa, os bispos decidiram agir colegialmente, por meio de uma pastoral coletiva, a primeira do episcopado português, confiada à redação do arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes. Foi assinada com data de 24 de dezembro de 1910 e seria divulgada em finais de fevereiro ou inícios de março, não fosse a ordem do ministro da justiça a impedir a leitura por falta de beneplácito¹⁵.

Diante do alvoroço que atravessava o país, os bispos sentiram o dever da palavra dita em conjunto¹⁶. Numa linguagem muito incisiva, por vezes quase coloquial, a pastoral denunciava a perseguição ao catolicismo, o mesmo que caminhou lado a lado com Portugal desde que este se constituiu, agora repelido «como importuno estorvo á margem das gerações novas em demanda dos novos ideaes»¹⁷.

A nosso ver, o momento mais significativo emerge quando os bispos não contestam o novo regime, mas apenas a sua política laicizadora, afirmando, na linha do *ralliemment* de Leão XIII¹⁸, a contingência das formas de governo:

«Porém, – repetimos, e bom é que o accentuemos, – a Igreja não tem predilecções por nenhuma fórmula de governo, e a nenhum regime político está enfeudada.

Sob todos ellos pôde viver, e até florescer e prosperar. Porquê? Porque não ha fórmula de governo, por mais democratica que a imaginemos, á qual seja intrinsecamente annexo o atheismo politico»¹⁹.

14 Cf. Carta do núnicio Domenico Jacobini ao cardeal Rampolla, 9 de dezembro de 1891, ARCHIVIO APOSTOLICO VATICANO, Segreteria di Stato, Epoca Moderna, ano 1891, rubr. 250, 84r-85r.

15 Cf. *A Pastoral do episcopado*, in *Voz da verdade* (9 de março de 1911) 112-116; *Pastoral collectiva dos prelados do Continente*, in *O amigo da religião* (12 de março de 1911) 592; SENRA COELHO, D. Augusto Eduardo Nunes. Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora (= Espiritualidade – Biografias), Lisboa: Paulus, 2010, 234.

16 Cf. *Pastoral collectiva do episcopado português ao clero e fieis de Portugal*, 24 de dezembro de 1910, s.l.: s.n., 1911, 3-4.

17 *Pastoral collectiva*, 5.

18 Entende-se por *ralliemment* a «recomendação de abandonar a oposição aos regimes liberais estabelecidos e passar a combater apenas a sua legislação nociva aos interesses e doutrina da Igreja, devendo para tanto os católicos unirem-se, pondo de parte todas as divergências partidárias. Assentava essa política em dois princípios básicos: o da afirmação da contingência das formas governamentais civis e o da distinção entre a legislação e as instituições políticas dos regimes» – Manuel BRAGA DA CRUZ, *As origens da democracia cristã e o salazarismo* (= Análise Social 8), Lisboa: Presença; Gabinete de Investigações Sociais, 1980, 106.

19 *Pastoral collectiva*, 11.



D. José Alves Correia da Silva

Exposto o princípio geral, os bispos pronunciaram-se também sobre a atitude a ter perante as instituições e autoridades do novo regime português:

«E em face das instituições actuaes qual é o dever dos catholicos portuguëses?

Acatá-las, sem pensamento reservado.

Obedecer ás autoridades e respeitar os poderes constituidos.

Ainda que nos sejam desfavoraveis ou se nos mostrem hostis, sejamos-lhes sujeitos, obedeçamos fielmente a suas determinações em tudo o que não fôr contrario á consciênciâ, e estejamos na disposição de contribuir voluntariamente para toda a obra bôa, para toda a acção salutar de que possa provir o engrandecimento, a honra, a paz e a felicidade da nossa patria»²⁰.

A reação passava por uma distinção entre autoridade e legislação, deixando claro que a aceitação da autoridade não significava a aprovação de toda a legislação que dela derivasse.

Em 20 de abril foi promulgada a lei de separação. Os bispos reagiram com o protesto coletivo de maio seguinte, também escrito pelo bispo de Évora²¹. Apreciando o diploma no seu conjunto, declararam que «resume-se todo em quatro palavras: injustiça, opressão, espoliação, ludíbrio»²². Mantinham-se, porém, os termos já sublinhados na pastoral coletiva: «Temos sido, não nos pesa disso, continuaremos a ser respeitadores da autoridade e obedientes aos poderes constituídos»²³.

Declarando que a lei de separação suprimiu a confessionalidade católica do Estado, mas não a do povo português, o protesto apela à unidade de todos os católicos para darem testemunho da obediência e fidelidade ao romano pontífice. A afirmação «a Religião Católica deixou de ser a do Estado; não deixou porém de ser a do povo português» era significativa sobretudo para a evolução do catolicismo no período seguinte. O episcopado percebia que o caminho não passava pela luta pela confessionalidade do Estado, mas pela defesa da liberdade da Igreja e pelo alicerçar das convicções católicas que mantinham uma sociedade maioritariamente católica, quando o Estado já não o era. A transição desde os tempos do liberalismo era certamente abrupta, mas nem por isso menos significativa. Então o Estado era católico, quando a sociedade o era menos. Agora o Estado já não o era, quando a sociedade o continuava a ser. A unir estes dois quadros estava um catolicismo presente na sociedade, distante das escolhas

20 *Pastoral collectiva*, 12.

21 Cf. COELHO, D. Augusto, 245

22 *Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de abril de 1911, que separa o Estado da Igreja*, [5 de maio de 1911], in COELHO, D. Augusto, 774.

23 *Protesto colectivo*, 772.

partidárias concretas e preocupado com a sua revitalização interna, para uma presença efetiva no tecido social. Notava-se que o empenho eclesial tinha de ir além da luta político-religiosa, para se estender à revitalização do catolicismo português, num momento em que era mais hostilizado, mas em que se libertara dos constrangimentos que o envolviam quando era religião do Estado.

Para aqui aponta o conhecido apelo de Santarém, de 10 de julho de 1913, dirigido pelo episcopado aos católicos²⁴. Também nele se enumeravam as calamidades que vinham assolando o catolicismo português. Olhando, porém, para os sinais bem visíveis da presença cristã na sociedade portuguesa, a palavra dos bispos não se fixava nas dificuldades, nem no acatamento das autoridades. Regressava antes o apelo à união, agora explicitamente para «a restauração christã da sociedade portuguêsa»²⁵. Fazendo eco da divisa de Pio X, o episcopado adaptava-a à realidade lusa: «*Instaurare Lusitaniam in Christo* seja o nosso mote e a nossa aspiração»²⁶.

O desígnio da restauração cristã da sociedade não se quedou na letra dos textos do episcopado. Marcada por um desígnio de unidade na intervenção, a restauração passou sobretudo pela criação da União Católica em 1915, entendida como «organização geral dos católicos, com âmbito paroquial, diocesano e nacional, procurando reunir as associações e agremiações católicas anteriores»²⁷. Era a resposta organizativa pedida pelo apelo de Santarém, aglutinando «a necessidade dos católicos agirem de uma forma suprapartidária, com uma finalidade moderadora, defendendo os princípios católicos na acção legislativa do Parlamento e dos Governos»²⁸. A União Católica daria origem dois anos depois ao Centro Católico Português, que procurava unir os católicos para fazerem valer as suas ideias, sobretudo no âmbito político e no quadro de separação vigente. A restauração teria também incidência na imprensa, no associativismo católico, na dinamização devocional, em iniciativas de cristianização de massas, na reorganização pastoral proporcionada pelo Concílio Plenário Português de 1926, na dinamização catequética e litúrgica e sobretudo na criação da Ação Católica Portuguesa em 1933.

A reação episcopal à república passou pela aceitação do novo regime, pela denúncia das suas políticas persecutórias, pelos apelos à unidade dos católicos e por uma emergente preocupação com a restauração religiosa da sociedade. A própria atenção às circunscrições diocesanas pode situar-se nesta dinâmica de restauração, porquanto

24 Cf. *Appêlo do episcopado aos catholicos portuguêses*, 10 de julho de 1913, Guarda: Veritas, [1913].

25 *Appêlo do episcopado* , 19.

26 *Appêlo do episcopado* , 13.

27 Paulo F. DE OLIVEIRA FONTES, *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia, in História religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, III: *Religião e secularização*, [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, 143.

28 António MATOS FERREIRA, *Catolicismo*, in *Dicionário de história de Portugal*, coord. António Barreto – Maria Filomena Mónica, VII, Porto: Figueirinhas, 1999, 259.

também para ela convergia a implantação territorial da Igreja devidamente organizada. Começou com a restauração da diocese de Leiria em 1918, continuou com a ereção da diocese de Vila Real em 1922 e continuaria com a restauração da diocese de Aveiro em 1938. É, pois, tempo de nos determos sumariamente sobre a restauração da diocese de Leiria e a nomeação do seu primeiro bispo.

3. A nomeação de D. José Alves Correia da Silva como primeiro bispo da restaurada diocese de Leiria

O desejo de restauração da diocese de Leiria tinha sido mantido entre o clero e os fiéis, que nunca se conformaram totalmente com a sua supressão. Às reações negativas à supressão de 1881/82, sucederam-se algumas manifestações pontuais do anseio pelo seu regresso²⁹. A morte de D. Manuel Bastos Pina, bispo de Coimbra, a 19 de novembro de 1913, e o empenho do P. José Ferreira de Lacerda terão criado a oportunidade para um novo impulso em favor da restauração da diocese, discutida entre os padres de Leiria após as exéquias do prelado. As diligências do P. Lacerda em favor da restauração chegaram à Nunciatura em Lisboa e foram remetidas para Roma em janeiro de 1914. Em junho, uma comissão de quatro presbíteros, entre os quais o P. Lacerda, reuniu-se em Lisboa com o patriarca António Mendes Belo e com o encarregado de negócios da Nunciatura Benedetto Aloisi Masella, que aconselhou a envolver na proposta o cardeal Vincenzo Vannutelli, que fora núnco em Portugal. A 30 de novembro, chegou à Nunciatura o pedido oficial, acompanhado de uma recolha de assinaturas. No seguimento do pedido, reencaminhado para a Santa Sé, foram ouvidos os bispos mais diretamente implicados, porque ao tempo o território da diocese a restaurar pertencia à sua jurisdição: o cardeal António Mendes Belo, patriarca de Lisboa, que aceitou com desgosto, e o bispo de Coimbra Manuel Luís Coelho da Silva, que não colocou dificuldades. Também outros bispos se pronunciaram favoravelmente. A causa da restauração foi entretanto alimentada nas páginas do jornal *O mensageiro*, fundado em Leiria pelo referido P. Lacerda. O primeiro número seria dado à estampa a 7 de outubro de 1914³⁰.

A diocese de Leiria seria restaurada pela bula *Quo vehementius* de Bento XV, de 17 de janeiro de 1918³¹, já depois das aparições de Fátima de 1917. De acordo com a investigação de Carlos A. Moreira Azevedo no Arquivo Apostólico Vaticano, não parece que o ocorrido em Fátima tenha contribuído para a restauração daquela

29 Cf. Luis Miguel RIBEIRO FERRAZ, *As aparições de Fátima e o seu impacto local (1917-1927). Leitura histórico-teológica a partir do semanário O Mensageiro*, dissertação de Mestrado Integrado apresentada à Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa em 2012, 43-46. [Online]: <http://hdl.handle.net/10400.14/13466> [consulta a 28 de abril de 2021].

30 Cf. FERRAZ, *As aparições de Fátima*, 46-53; Carlos A. MOREIRA AZEVEDO, Fátima. *Das visões dos pastorinhos à visão cristã*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, 33-34.

31 Cf. BENEDECTUS XV, Bula *Quo vehementius*, 17 de janeiro de 1918, in *Acta Apostolicae Sedis* 10 (1918) 81-83.

circunscrição, mesmo foi muito relevante no tal quadro de recomposição que marcou o catolicismo coevo. Não há no processo de restauração referências a Fátima e, segundo informações de Pietro Gasparri a Aloisi Masella de 30 de abril de 1917, a restauração estava decidida³².

A mesma investigação reuniu um conjunto de nomes que foram indicados ou equacionados para a ocupar a sede leiriense. O bispo de Beja, D. Sebastião Leite de Vasconcelos, a residir fora do país no seguimento da implantação de República, resolveria um problema de recolocação à Santa Sé, pois não se acreditava poder regressar à sua sede, mas não reunia consenso, e o transbordar da possibilidade de vir a ser nomeado para a praça pública foi mal recebido. Desejado pelos fiéis de Leiria seria o cônego António Antunes, segundo refere Aloisi Masella, que também o conhecera em Roma durante estudos na Universidade Gregoriana. Reunia também a preferência de vários bispos portugueses. Tendo sido, contudo, pedido especificamente pelo bispo de Coimbra para seu auxiliar e tendo o pedido sido correspondido pela Santa Sé, gorou-se a sua nomeação para Leiria. Nova consulta aos bispos foi aberta em 28 de novembro de 1919, agora por Achille Locatelli, novo núnco em Lisboa, em resposta à qual vários nomes foram apontados. O de José Alves Correia da Silva aparece pela primeira vez na resposta de António Barbosa Leão, ao tempo bispo do Porto, logo a 2 de dezembro, traçando-lhe claramente o perfil. Reconhecendo-o como «inteligente, ilustrado e piedoso», acrescenta:

«Bom orador, e, na diocese é quem mais se tem dedicado a obras de carácter social. As pessoas têm por ele grande simpatia. Em tempo foi acusado de se meter em questões políticas contra o actual regime. Estou convencido de que esses assuntos sempre o entusiasmaram pouco; e, hoje, de nada disso trata. Devo ainda acrescentar que é um sacerdote de trato afável e dotado de qualidades que o tornam benquisto em toda a parte»³³.

Seria ainda indicado para a diocese leiriense, se bem que não como primeira escolha, por António Mendes Belo, patriarca de Lisboa, e por Manuel Mendes da Conceição, bispo de Portalegre, que lhe reconhecia capacidade oratória e sensibilidade social.

As informações seguiram para Roma, centrando-se em dois nomes: José Alves Correia da Silva, cujas indicações já mencionámos, e Agostinho de Jesus e Sousa, do presbitério de Braga, indicado também pelo patriarca de Lisboa e pelos bispos de Braga e de Bragança. Se a este faltariam qualidades oratórias, ao primeiro poderia apontar-se o não ter aceitado ser bispo em Angola, ainda ao tempo da monarquia, ou auxiliar do Patriarcado de Lisboa, assim como reservas resultantes de compromissos

32 Cf. AZEVEDO, *Fátima*, 34.

33 Carta de António Barbosa Leão a Achille Locatelli, 2 de dezembro de 1919, cit. AZEVEDO, *Fátima*, 39.

monárquicos (chegou a estar preso alguns meses em 1911), que Locatelli tratou de esclarecer inclusivamente mediante uma auscultação ao ministro dos negócios estrangeiros. Reconhecendo as qualidades de Correia da Silva e referindo que na pequena diocese de Leiria os dotes oratórios que faltariam a Jesus e Sousa não seriam assim tão necessários, o núncio não manifestou preferência por qualquer dos candidatos. A escolha romana dirigiu-se para José Alves Correia da Silva e foi comunicada ao candidato por Achille Locatelli a 13 de fevereiro de 1920. Responderia positivamente a 23 de fevereiro ao bispo do Porto, que transmitiu a sua anuênciam à Nunciatura por carta do dia seguinte. Como já referirmos a abrir, a nomeação consumar-se-ia pela bula *Comissum humilitati nostrae*, de 15 de maio de 1920, seguindo-se a ordenação no Porto a 25 de julho e a entrada solene em Leiria a 5 de agosto. Como refere Carlos A. Moreira Azevedo, «em nenhum momento deste processo os acontecimentos de Fátima são chamados ou citados»³⁴.

Assim concluímos este percurso pelo contexto da nomeação episcopal de José Alves Correia da Silva para a recém restaurada diocese de Leiria, um contexto assinalado sobretudo pela restauração católica subsequente à hostilidade que a Igreja em Portugal sofreu na decorrência da implantação da primeira república. O quadro de recomposição não encontrava, porém, aí a sua raiz, pois vinha a desenvolver-se já, sobretudo no campo social nas últimas décadas do liberalismo.

34 AZEVEDO, *Fátima*, 39.

Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

2001-2021

20 anos ao serviço da comunidade

Sara Lobão

Chefe da Unidade do Museu

Armando Tavares

Técnico Superior de História

O Museu de História e Etnologia da Maia, desde a sua inauguração, há duas décadas, tem sido a “sede” principal da memória coletiva das Terras da Maia e das suas Gentes.

Nas suas coleções e nas suas exposições, todos os seus visitantes, tomam contacto direto com a História e as Tradições que, ao longo dos séculos, informaram e enformaram aquilo que podemos chamar a “Alma Maiata”, que embora partilhando muitas características com a população do Entre Douro e Minho, foi adquirindo especificidades muito próprias, que podem ser descobertos através de uma visita atenta ao Museu.

O MHETM, com uma atividade quotidiana muito focada na população estudantil do Município, traduzida pelas inúmeras visitas ao Museu e pelas visitas que o Museu faz às escolas, tem sido um importante auxílio de aprendizagem do universo escolar.

Com a sua prevista ampliação, esta instituição municipal, terá ainda mais condições de desempenhar com excelência as novas missões que hoje cabem aos museus.

*O Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Diretor da Revista da Maia,
Mário Nuno Neves*

MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA

2001-2021 – 20 anos ao serviço da comunidade

Ao comemorar o vigésimo aniversário do Museu e Historia e Etnologia da Terra da Maia (2021), tendo esse acontecimento sido em ano em que vivíamos uma das mais dificeis fases enquanto agentes culturais (pandemia), sentimos necessidade de reforçar e enfatizar o que faz parte da nossa missão enquanto Museu da Maia, propiciando localmente e fora de portas, acesso à informação e à construção do conhecimento.

O museu é um local sensível aos estímulos da população maiata e à diversidade cultural que contém em si. Esta Instituição Cultural, está vocacionada para a vertente histórica, etnográfica e etnológica, empenhada na investigação e divulgação das memórias intrinsecamente ligadas à vida rural e às vivências das suas gentes.

Esta Terra, ao longo dos tempos e sensivelmente a partir do Período Neolítico, passando pela romanização, atravessando a Idade Média, foi perpetuando a valentia e espírito do Povo da Terra da Maia, sobretudo de um dos nossos gloriosos que combateu lado a lado com o nosso primeiro Rei pela independência, alargamento e definição de fronteiras de Portugal – Gonçalo Mendes da Maia.

Considerado um Herói da Fundação da nossa nacionalidade, participou afincadamente na luta contra os mouros, o que levou D. Afonso Henriques a nomear Gonçalo Mendes da Maia “O Lidor” como seu adeantado.

Terra da Maia essa que, no tempo de D. Manuel I, ia desde as margens sul do Rio Ave às margens Norte do Rio Douro e a sua orla marítima, foi assim reconhecida e confirmada, outorgada com o Foral por D. Manuel I, Rei de Portugal em 1519.

A Maia foi e é uma terra de convergência de gente.

A nossa Identidade e Território, pode hoje ser conhecida pelos vestígios arrancados à terra e ao tempo, e permite-nos conhecer a nossa história, os usos e costumes. O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, dá a conhecer o seu território, a sua antiguidade como unidade sócio cultural e geográfica, tendo como objetivos localizar, constituir, preservar e divulgar as coleções referentes aos aspetos mais significativos da vida rural da Terra da Maia.

BREVE HISTÓRIA E FUNDAÇÃO DO MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia [*Figura 1*], encontra-se instalado num edifício que funcionou como Paços do Concelho até 1902, cujas origens deverão remontar provavelmente ao século XVIII.

Funcionou posteriormente como escola primária; sede do Sport Clube do Castelo da Maia; Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso; posto de correios e registo civil até ao encerramento em 1998 para obras de adaptação a Museu Municipal.

A fundação do Museu História e Etnologia da Terra da Maia, remonta à década de sessenta. Por esta altura, no dia 23 de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, com a presença oficial do então presidente da Câmara Municipal da Maia o Exmo. Sr. Coronel Carlos José Moreira que contou com a especial presença do Senhor Bispo do Porto António Ferreira Gomes e outras individualidades, conforme se atesta com as suas assinaturas num pergaminho elaborado para a ocasião.

O local escolhido para a instalação provisória da futura CASA-MUSEU DA TERRA DA MAIA, recaiu sobre ala norte, a única existente do claustro da Igreja Conventual de S. Salvador de Moreira.

Concluídas as obras de adaptação como local expositivo, foi inaugurada uma exposição arqueológica que procurava retratar a história da Terra da Maia.

Mais tarde, esta coleção foi transferida para a Quinta da Gruta, situada na Vila do Castelo da Maia o que levou à dispersão da coleção arqueológica, não se sabendo até hoje qual o seu destino, o que originou que a Casa-Museu da Terra da Maia mergulhasse num período de hibernação.

Na década de oitenta o Sr. Engenheiro Diretor da Câmara Municipal da Maia, Moreira de Figueiredo, recolhe e restaura cerca de 176 BC's (bens culturais), com o objetivo de retratar a vida rural do concelho. Esta “coleção” foi oferecida ao município no ano de 1990 para ser exposta na Casa – Museu da Terra da Maia, o que não chegou a acontecer.

Em junho de 1997, o Museu Municipal é aprovado em reunião de Câmara num documento programático elaborado pelo Pelouro da Cultura denominado “Espaços Museológicos para a Maia do 3º Milénio”, documento este onde ficaram então definidas as linhas de ação de uma política de museus para o concelho da Maia. Este documento pretendia criar vários espaços museológicos, complementares nos conteúdos programáticos, com duas vertentes: a etnologia/etnografia e a história do município. Lançaram-se as bases de projetos de investigação, inventário e gestão de

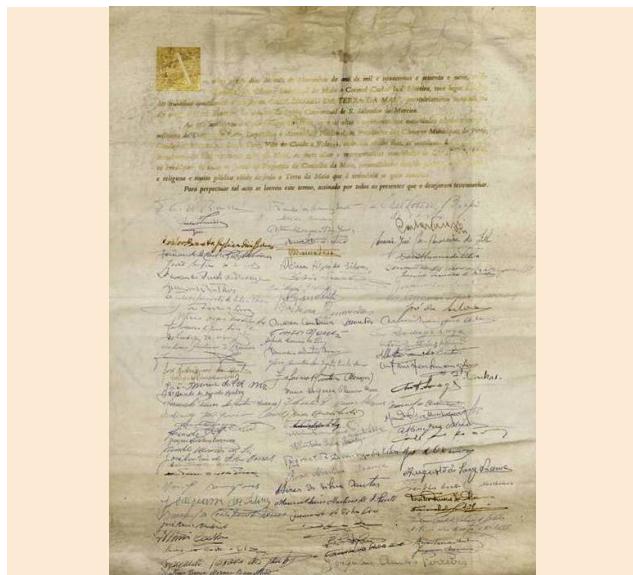


Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5

coleções. Volvidos 4 anos, no ano 2001, este documento foi alvo de uma reprogramação que está na base do atual projeto museológico, proposta elaborada pelo Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, registada sob o nº. 8350, em 10 de maio de 2001, no qual propõe que o Executivo Municipal sob a Presidência do Doutor, José Vieira de Carvalho, delibere constituir formalmente o Museu” e que o mesmo tenha a seguinte denominação”; Museu de História e Etnologia da Terra da Maia – Polo Central da Vila do Castelo da Maia. A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta na íntegra.

Em 24 de agosto 2001 foi inaugurado o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, numa cerimónia presidida pelo então Presidente da Câmara da Maia, Doutor, José Vieira de Carvalho.

O edifício, com provável construção no início do séc. XVIII, inicialmente formado por dois corpos de dois pisos, unidos por uma escadaria que conduz diretamente ao primeiro andar, funcionou, até 1902 como Paços do Concelho da Maia. Nesse ano, deu-se a transferência da Câmara para a então freguesia de Barreiros, hoje Cidade da Maia. O edifício ficou devoluto tendo sofrido um incêndio, que o danificou.

Devido ao estado de destruição da sua cobertura e interior, e tomando como seguro e possível habitabilidade, foi restaurado e utilizado como escola primária; sede do Sport Clube do Castelo da Maia; Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso; Posto de correios e Registo Civil.

A base do museu é a coleção etnográfica recolhida pelo Eng.^º Moreira de Figueiredo no concelho durante as décadas de 1970/80. A coleção, composta por cerca de duas centenas de objetos, com destaque para os que ilustram os trabalhos do linho e dos cereais e para sistemas de atrelagem de animais, foi sendo com outros materiais relacionados com as tecnologias tradicionais utilizadas no transporte e elevação da água, e com objetos que documentam profissões e atividades extintas.

Volvidos 20 anos, o Museu rapidamente se alicerçou junto da comunidade, com uma forte componente educativa com a finalidade de levar a todos os seus utilizadores o conhecimento da Identidade e Território do Concelho.

O Museu tem já no seu “currículo” inúmeras exposições, mostras, concertos, colóquios, atividades educativas várias, e teve sempre o intuito de fazer circular a informação, de espalhar a cultura pela Maia, desde galerias comerciais, escolas, igrejas, juntas de freguesia, centros culturais e até no aeroporto.

Das várias ações que fizeram parte da nossa programação, destacamos as exposições que muito nos orgulham pautando pelo rigor e sobretudo pelo conhecimento trazido à nossa gente.



Figura 6



Figura 8



Figura 10



Figura 7

O PRIMEIRO DE JANEIRO

CULTURA

MUSEU RECEBE MOSTRA DE PATRIMÓNIO

A fé e a arte no concelho

Um imenso património de arte sacra encontra-se reunido no Museu de História e Etnologia das Terras da Maia. Uma iniciativa rara, organizada para permitir à comunidade o contacto com um património agora disponibilizado pelas paróquias do concelho.

PAULO SERGIO SOARES

Os apreciadores da arte sacra devem retribuir ao Museu de História e Etnologia e Terra da Maia, onde desde esta sexta-feira se apresentam obras que remontam ao final do século XVII, XIII e XIX.

A iniciativa, da responsabilidade do pelouro da Cultura pretende mostrar a todos a popularização um conjunto de peças que Maia é uma terra muito rica em arte sacra".

As exposições organizadas pela comunidade que permitem a comunidade um património que nem sempre é visível, quando quisermos, que se abre a percepção do valor desse mesmo património, o que só pode ser feito por estudo e análise. Para isso foi criado o projeto "Orientação das paróquias da Maia, que nos disponibilizaram as peças".

Malte, que sempre explica assim que "a Maia é uma terra muito rica em arte sacra, tendo uma tradição muito forte de santificações afimadas".

Nova exposição, que está no museu até ao final de Março, podem ser apreciadas entre outras imagens a de Nossa Senhora do Rosário ou São Sebastião, São João Evangelista, São Lourenço, Nossa Senhora das Anjos, São Francisco, Santa Maria de Siba Esqueiros ou um Oratório, proveniente da freguesia da Maia.

Artesanato, Nossa Senhora das Anjos, São Francisco, Santa Maria de Siba Esqueiros, Santa Rita, Nossa Senhora do Ó, O Pão da Alma, de Santa Maria de Lourenço, Nossa Senhora das Anjos, São Francisco, de Nogueira ou São Lourenço, da Maia, e algumas capas usadas nos serviços religiosos podem também ser vistos neste salão.

Oportunidade única. Colaboração das paróquias permitiu reunir importante espólio de arte sacra

Rui A. Oliveira

Figura 9



Figura 11

20 ANOS DE EXPOSIÇÕES

2001

Exposição “Maia as Origens de um Território” O Museu foi inaugurado com uma exposição intitulada “Maia – as origens de um território”. Procurou-se, juntando contribuições da História, da Geografia, da Antropologia e da Etnologia, tratar o passado remoto da Maia. *[Figuras 2, 3 e 4]*

2002

Exposição “Recordar a Instrução Primária” A exposição “Recordar a Instrução Primária” teve como objetivo geral reconhecer na evolução do ensino a adaptação às necessidades sociais, culturais e políticas de cada época, onde se podia observar uma coleção de objetos relacionados com a instrução primária, compreendendo o carácter ideológico dos materiais pedagógicos e simbólicos expostos bem como a adaptação dos edifícios escolares às novas exigências sociais, culturais, económicas e políticas de cada época e preservar a memória do edifício onde outrora funcionou a escola primária do Castelo da Maia.

Contando com a colaboração de antigas professoras primárias que lecionaram na escola do Castelo (antes do edifício se transformar em Museu) foi exposto muito material escolar interessante, desde lousas, cadernos, canetas de aparo, tinteiros, mata-borrão, aos armários pedagógicos com o seu conteúdo (caixas métricas), e assim se reconstituiu uma antiga Sala de Aula, recolheu testemunhos falados, escritos e fotográficos, relembrando aos mais velhos e mostrando aos mais novos como era o ambiente de aprendizagem até aos anos 60. *[Figuras 5, 6 e 7]*

2003

Exposição “Arqueologia na Maia – Ver Tocar e Sentir a História” Esta exposição teve como objetivo divulgar a história local com recurso à exposição e documentação de materiais arqueológicos exumados no concelho da Maia, sensibilizando a comunidade para o património arqueológico, pelo acesso regular ao mesmo. *[Figura 8]*

Exposição “A Fé pela Mão do Homem” Esta exposição enquadrada numa série de trabalhos de estudo da História local e representativa de todas as paróquias do concelho, teve como objetivo geral estabelecer a relação existente ao longo dos tempos entre a arte e a fé, reconhecendo a arte sacra como o elo de ligação e encarnação entre o visível e o invisível. *[Figura 9]*

Exposição “Mercearias. Memórias em Objetos e Imagens” Esta exposição tinha como objetivo a divulgação dos aspetos culturais relacionados com as mercearias e adegas do concelho, assim como o chamado “património inatingível” presente nas vivências de cada comerciante e nos significados retirados da leitura de fotografias e documentos. *[Figura 10]*



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15

Figura 16

Exposição “A Moeda na História” Esta mostra dividiu-se em três fases: a primeira intitulava-se “As primeiras moedas” e abordava a importância da moeda num modo geral e no campo mais histórico, abordava a moeda Antiga, a moeda na Grécia e a Moeda em Roma. A segunda parte denominada “A moeda no território Português” mostrava as primeiras moedas cunhadas e que circulavam antes da fundação da Nacionalidade, revelando moedas romanas, visigodas e muçulmanas. A terceira parte “Portugal e a sua moeda” revelava as moedas cunhadas na monarquia, revisitando as quatro dinastias e as moedas da época e da República até ao aparecimento do Euro. [Figura 11]

2004

Exposição “O Linho: do Cultivo ao Uso” Esta exposição teve como objetivos gerais perpetuar a existência das atividades profissionais existentes outrora, sensibilizando para a preservação e transmissão da identidade cultural do povo maiato, relacionando a extinção de certas atividades profissionais com as exigências da modernidade. Pretendia-se perpetuar no tempo e no espaço a manufatura do linho, atividade reconhecida como uma marca de identidade cultural do povo maiato, evidenciando o percurso do linho em Portugal, os diversos tipos de tecido de linho, bem como a sua utilização. [Figuras 12 e 13]

Exposição “A Identidade da Maia nos ofícios: O Bombeiro” Com esta exposição pretendeu-se uma vez mais, perpetuar no tempo e no espaço o ofício de Bombeiro, reconhecendo no exercício da atividade uma marca da identidade cultural do povo maiato, explicando o declínio do ofício de Bombeiro, bem como, identificando as ferramentas utilizadas no exercício do mesmo, privilegiando a contextualização histórica do Ofício de Bombeiro, as razões do seu desaparecimento, a constituição dos engenhos de buchas e das bombas de rabiça e tear, a matéria-prima e as técnicas utilizadas. [Figura 14]

Exposição “A Identidade da Maia nos ofícios: O Santeiro” Esta exposição pretendeu uma vez mais, perpetuar no tempo e no espaço o ofício de Santeiro, reconhecendo no exercício da atividade uma marca da identidade cultural do povo maiato, explicando o declínio do mesmo, identificando e contextualizando a histórica do Ofício de Santeiro e as suas oficinas, bem como as razões do seu desaparecimento. [Figura 15]

Exposição “O desdobrar da bandeira” Esta exposição teve como principal objetivo mostrar todas as bandeiras das freguesias do Concelho da Maia, respetivos brasões e os seus significados. Esta exposição veio também promover a itinerância de exposições promovidas pelo Museu. [Figura 16]

2005

Exposição “A Identidade da Maia nos ofícios: O Tamanqueiro” Com o intuito de perpetuar no tempo e no espaço o ofício de Tamanqueiro, reconhecendo no exercício



Figura 17



Figura 18



Figura 19

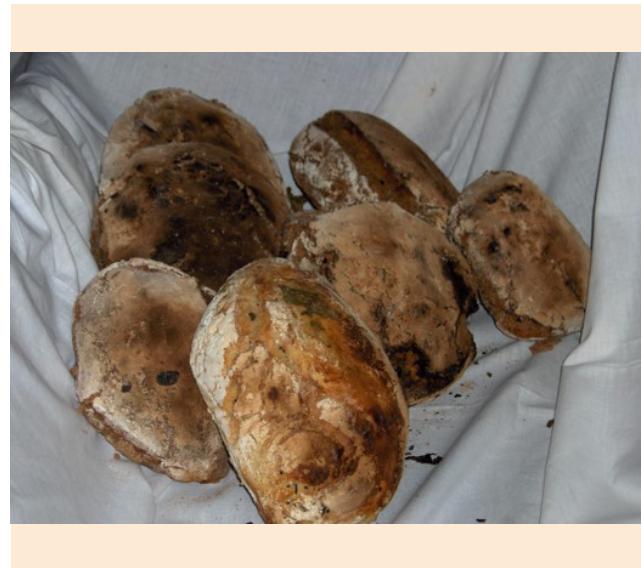


Figura 20

MAIA

Barbearias antigas

A exposição "A identidade da Maia nos ofícios: O barbeiro" é inaugurada hoje, às 21 horas, no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia. O objectivo da mostra é perpetuar o ofício de barbearia na memória da população. Pode ver-se imagens de algumas das barbearias antigas da Maia.

Figura 21

da atividade uma marca da identidade cultural do povo maiato, esta exposição pretendia explicar a importância do ofício e da sua designação (Tamanqueiro e não Pauzeiro) uma vez que, esta não deixa de estar ligada a uma questão de afirmação de identidade e de estatuto, uma vez que no concelho existia a atividade de pauzeiro relacionada com a produção de colheres de paus. Por outro lado, todo o calçado que tivesse base de pau, independentemente de ser um soco, uma soca ou um par de chancas, passou a designar-se popularmente de Tamancos.

Gradualmente, com a difusão de outro tipo de calçado e com as exigências da moda, o ofício foi desaparecendo, dando lugar apenas à produção para colecionadores e apreciadores. [Figuras 17 e 18]

Exposição “Milho Trigo e Centeio: A Trilogia Cerealífera do Entre Douro e Minho” Esta exposição enquadrava-se no âmbito dos trabalhos de estudo da História Local, tendo como objetivo perpetuar a existência de atividades profissionais existentes outrora, bem como, preservar e promover a transmissão da identidade cultural do povo maiato, relacionando a extinção dessas mesmas atividades com as exigências da modernidade. O fabrico artesanal de moagem de cerais e do pão estavam em evidência, mostrando também a coleção etnográfica do Museu. [Figuras 19 e 20]

2006

Exposição “A Identidade da Maia nos ofícios: O Barbeiro” Esta exposição tinha como principal objetivo perpetuar o ofício de barbeiro na memória coletiva da população Maiata, através de objetos, fotografias e materiais de alguma das mais antigas barbearias do concelho. [Figura 21]

Exposição “Na Terra...com Peso e Medida” Esta exposição teve como objetivo primordial a divulgação da coleção do Museu, nomeadamente a secção de pesos e medidas que, até à data, não havia sido divulgada. [Figura 22]

2007/08

Exposição “O Rosto da Maia na Música – Bandas de Música uma escola para a vida” Esta exposição teve como objetivos estimular a criatividade; desenvolver capacidades musicais e artísticas; promover a autoestima; encorajar o espírito de equipa e fomentar o gosto pela música tocada pelas Bandas de Música. Nela foi possível observar espólio das Bandas de Música da Maia. [Figura 23]

2009/10

Exposição “Brinquedos do Nosso Mundo” Esta exposição, resultado de uma parceria com colecionadores particulares e empresas do ramo, dava a conhecer o brinquedo representativo de todo o mundo, com especial relevância para o brinquedo português. Os brinquedos de períodos diversos encontram-se divididos por núcleos: adornos e adereços; brinquedos sonoros e musicais; bonecos, bonecas e acessórios; representação de animais; miniaturas de utilidades domésticas; miniaturas de



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26

maquinarias agrícolas; construções, artes e ofícios; transportes; armas; jogos infantis; fantasia e culinária infantil. [Figuras 24 e 25]

2011/12

Exposição” Teatro de Bonifrates. Um Tesouro Cultural e Descobrir” Esta exposição contemplava um dos mais ricos patrimónios do Teatro popular português de Bonifrates - robertos de fio e luva – dos principais bonecreiros portugueses; fotos e documentos raros para consulta. Acervo particular de Francisco Mota, investigador das origens do Teatro de Bonifrates. [Figura 26]

2013

Exposição “Ruralidade Maiata” Terra da Maia, terra húmida onde o verde se confunde com as casas rurais das mais simples e modestas, às grandes casas agrícolas de uma aristocracia rural, onde o romantismo se imprime nos belos jardins de bucho e murta perfumada. As casas rurais na Maia são um prolongamento da paisagem que se instalaram numa terra com suaves declives. Com esta exposição, pretendemos dar a conhecer a arquitetura rural da Terra da Maia. [Figura 27]

Exposição “Sport Clube Castêlo da Maia- 75 anos” Esta exposição, cujo espólio pertence ao clube, pretendeu comemorar e divulgar perante a comunidade os 75 anos do Sport Clube do Castêlo ao serviço do desporto. Esta exposição teve como palco o edifício que foi a sede do respetivo clube quando a sua fundação em 16 de janeiro de 1938, com a aprovação, em assembleia, dos estatutos do clube. [Figura 28]

Exposição “O Lenço de Merino” Os lenços de merino foram largamente preferidos pelas mulheres do povo para se embelezarem e exibirem em festas e romarias. As cores eram ao gosto da pessoa que os utilizava. Os lenços das grandes feiras de gado, de lançar flores sobre os noivos à saída da igreja e das grandes festas populares eram, sem dúvida, os lenços franjados, denominados em algumas terras por lenços de frocos e noutras por lenços de merino e maiatos. Predominava a tonalidade vermelha, contudo, existiam outras cores como o amarelo, o azul, o branco, o verde e o castanho, que se usavam de acordo com a ocasião e o estado de quem os usava. [Figura 29]

2014

Exposição “Pedras que Falam- O Mosteiro de S. Salvador de Moreira” Inserida no ano da Fé, esta exposição mostra arte sacra, documentação escrita e fotográfica, paramentaria e alfaias religiosas de um dos polos difusores de fé: O Mosteiro de S. Salvador de Moreira.

O Mosteiro de Moreira, que teve um papel muito importante no passado para o desenvolvimento económico e religioso do território em que se inseria, é o mais antigo e importante monumento de Moreira, uma joia do Património Maiato e da



Figura 27



Figura 28



Figura 29



Figura 30



Figura 31



Figura 32

Diocese do Porto. A Igreja e Casa do Mosteiro de São Salvador de Moreira foram, através da Portaria n.º 740-C/2012 de 24 de Dezembro D.R.n.º 248, Suplemento, Série II – Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, classificados, em conjunto, como monumento de interesse público.
[Figura 30]

Exposição “Bouça da Cova da Moura-Diziam os antigos que ali habitavam os Mouros” Esta exposição teve como objetivo divulgar a história local com recurso à exposição e documentação de materiais arqueológicos exumados no lugar de Ardegães, concelho da Maia, sensibilizando a comunidade para o património arqueológico, pelo acesso regular ao mesmo. [Figura 31]

Exposição “As Aventuras de Júpiter” Júpiter, deus supremo do panteão romano, chamado dies pater (pai brilhante). Deus do céu, do trovão e do raio, era também protetor do estado e das leis. Especialmente adorado como JUPITER OPTIMUS MAXIMUS (I.O.M., ou seja, Júpiter todo bom e todo poderoso). Também era chamado JUPITER VICTOR (vencedor), quando era colocado à frente dos exércitos. A águia era o seu símbolo e a sua mensageira. O carvalho a sua árvore sagrada, com cujos ramos se entrelaçavam coroas, que sempre representavam a vitória e que adornavam estátuas, aras, lugares de culto e templos. Exposição itinerante pertencente ao Museu da Lucerna, Castro Verde, é constituída por painéis explicativos da mitologia romana, e um conjunto de 12 de lucernas. Constitui uma exposição pedagógica que proporciona a toda a comunidade um contato próximo com a mitologia romana e com os mecanismos que, na época, permitiam a transmissão dos mitos e da história de Roma, como é o caso das lucernas. [Figura 32]

Exposição – “Compasso Pascal” Exposição sobre a tradicional visita Pascal, com a montagem das respetivas “figuras” que compõem o Compasso aquando a visita às residências do povo católico, anunciando a Ressurreição de Cristo de entre os mortos. [Figuras 33 e 34]

Exposição “O Trajar na Terra da Maia” Exposição de trajes e formas de trajar mais característicos da região do Douro Litoral, sobretudo identificativos da extensa Terra da Maia (entre Ave e Douro) do século XIX ao primeiro quartel do século XX. Vários espaços e vivências do quotidiano serão retratados – casamento, romaria, quarto de dormir e cozinha – com o intuito de sensibilizar toda a comunidade para a defesa e salvaguarda do património material e imaterial, particularmente do património em referência, garantindo assim a sua preservação e possível reprodução o mais fidedigna possível, de forma a perpetuar, a dar garantias qualitativas e quantitativas de um espólio conhecido e sobretudo dos (desconhecidos) particulares, detentores dum conhecimento do passado que passou de geração em geração, herdeiros de um pilar basilar de uma cultura de um povo, de uma gente e dum espaço que lhes pertence. [Figura 35]



Figura 33

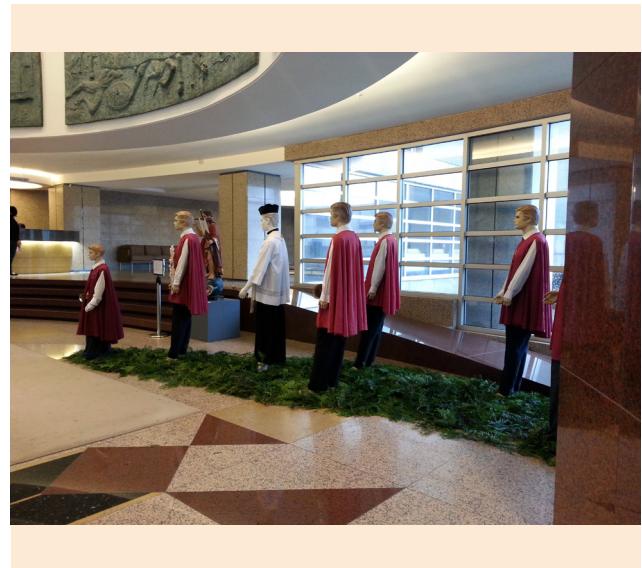


Figura 34



Figura 35



Figura 36



Figura 37

Exposição “Histórias de uma Romaria” A Romaria da Nossa Senhora do Bom Despacho desde sempre foi uma das mais concorridas do Norte e tão antiga quanto a sua invocação. A evocação das tradições da festividade já tinha sido narrada pelo Rev. Luís de Oliveira Alvim, abade de S. Miguel de Barreiros, em 1733. Era uma das mais concorridas festas dos arredores do Porto. Milhares de Romeiros deslocavam-se à Romaria vindos de todos os concelhos da orla costeira, do Porto à Póvoa do Varzim, e cujo acesso era assegurado pelos comboios ordinários e extraordinários da Companhia dos caminhos-de-ferro do Norte de Portugal e pela Ponte da Pedra com carreiras de camionetas a toda a hora. Juntavam-se no Terreiro da Igreja, no Parque da Creche (atual Zoo) e na Quinta da Boavista. “Era um mar de gente, quer à chegada quer à partida dos comboios”, nas palavras memoráveis de Álvaro Aurélio do Céu Oliveira. Alvo de profundas transformações ao longo dos tempos, nomeadamente em 1953, com a renomeação da Romaria para “Festas do Concelho”, esta demonstração de religiosidade do povo maiato manteve-se acima de qualquer manifestação profana, e permanece viva na memória deste povo que continua, na actualidade, a prestar homenagem à sua padroeira: a Nossa Senhora do Bom Despacho.

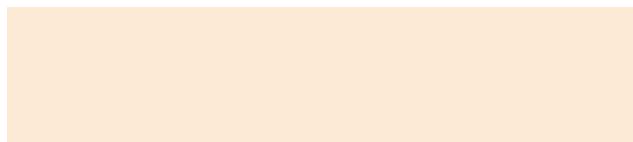
Estas e outras memórias foram retratadas na exposição “Histórias de uma Romaria”, no contexto das Festas do Concelho e esteve patente ao público no Maia Welcome Center - Loja Interativa de Turismo da Maia de 05 de julho a 31 de agosto, com o objetivo de promover e dinamizar a cidade. *[Figura 36]*

2015

Exposição “Na Fronteira do Esquecimento. O Escudete da Terra da Maia”

Exposição Temporária sobre o Escudete das casas de lavoura em contexto de preservação e valorização do património material e imaterial. A valorização das fontes materiais e imateriais são deveras importantes para preservar o passado de um povo de uma gente. A Terra da Maia foi outrora um espaço territorial de Portugal predominantemente rural e a provar a existência evidente de uma aristocracia Rural bem demarcada. Grandes casas de lavoura (rurais) pintavam a paisagem da terra da Maia com a forma de construção das mesmas. Os portões de entrada principal, quase sempre tinham um ESCUDETE carregado de simbologia o que nos mostra uma atuação dos donos na produção iconográfica de algo que servia para guardar o seu espaço, a sua vida. *[Figura 37]*

Exposição “Na Fronteira do Esquecimento. Alfaias Agrícolas” A Terra da Maia e a sua situação geográfica de suaves declives, possuidora de terras húmidas e férteis, proporcionaram aos seus habitantes o manuseamento da terra, originando elevada produção de produtos agrícolas, que os levou a subsidiar a cidade do Porto e arredores. A existência um número razoável de alfaias agrícolas era evidente e, felizmente chegaram até nós bons exemplares, fruto de uma investigação e da boa vontade dos proprietários que as cederam ao município. A coleção de Etnologia que se apresenta, foi recolhida entre os anos oitenta com o objetivo de divulgar a vida rural da Terra



NA FRONTEIRA DO ESQUECIMENTO



MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLÓGICA
DA TERRA DA MAIA

20 DE FEVEREIRO
31 DE DEZEMBRO 2015

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
ENTRADA LIVRE

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
TERÇA A DOMINGO: 09:00H - 18:00H / 14:00H-18:00H
ENTRADA: INGRESSOS PELA ENTRADA E DOMINGOS NO MÊS DE AGOSTO

GARANTE DE IMAGEM: MARCELA I.



ORGANIZAÇÃO: DCT - MUSEU DE HISTÓRIA
E ETNOLÓGICO DA TERRA DA MAIA
FUNDACÃO CALOUSTE GULBENKIAN / FUNDACAO
MUSÉU DA TERRA DA MAIA

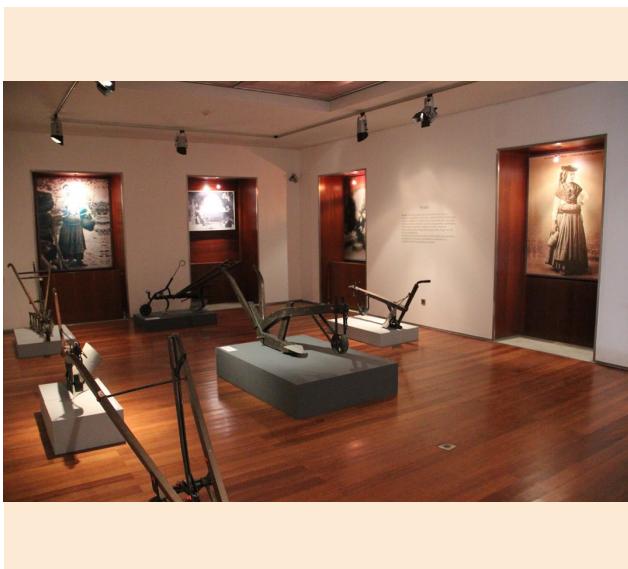


Figura 39



Figura 40



Exposição de Pintura Naif
O Ciclo do Linho
de: Mestre Albino José Moreira
5 Fevereiro a 31 Dezembro 2016

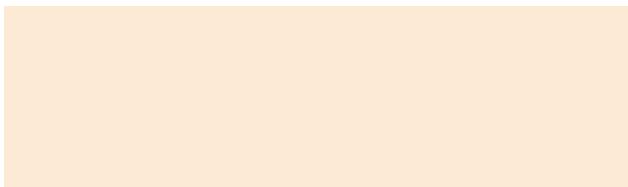


Figura 41



Figura 42



Cozinha Maiata

100 | de Histórias de Faianças
e Sabores na Terra da Maia

Museu de História e Etnologia
da Terra da Maia
24 de Fevereiro
31 de Dezembro 2017

Exposição Temporária
ENTRADA LIVRE



Figura 43

da Maia. Esta coleção integra atualmente o Fundo Antigo do Museu, ilustra a ocupação humana da Terra da Maia destacando a antiguidade desta região e as formas de ocupação, gestão e aproveitamento da terra que pelo seu equilíbrio, foram transmitidas de geração em geração até muito recentemente, isto é, desde o século XVIII ao século XX.

Os objetivos da vertente Etnologia do Museu são a divulgação e estudo da coleção etnográfica e realizar recolhas da alfaia agrícola tradicional da Maia, tendo como base de estudo a Casa (explicar) de onde provêm, assim como o estudo e recolha de objetos relacionados com as profissões desaparecidas e atividades extintas que tiveram lugar no concelho.

As alfaias agrícolas expostas, retratam a vida rural na Terra da Maia, tais como: Mobilização da terra, corte e manuseio de forragens, monda, sacha e rega, semeteiras, colheitas, debulhas e armazenamento do grão. [Figuras 38 e 39]

2016

Exposição de Pintura Naïf – “O Ciclo do Linho” Albino José Moreira, “Mestre Albino” comumente conhecido deixou uma obra notável. De cariz marcadamente naïf, todas as suas obras são “um repositório dos nossos usos e costumes, da nossa ambiência rural e urbana, das nossas tradições, do nosso modo de estar no mundo e até das pedras que fizeram e fazem a história do nosso acontecer” (VIEIRA, 1995, p.9). Neste contexto, todo o ciclo do linho foi retratado em 25 telas que estarão expostas documentando parte de uma obra que perpetuou não só o que Mestre Albino via na Maia, mas também como via e sentia a Maia. Esta exposição surge em parceria com o Instituto Limiano e a Câmara Municipal de Ponte de Lima. [Figuras 40 e 41]

Exposição Páscoa Esta exposição deu a conhecer "espólio" relativo à celebração da Páscoa no concelho. Este ano o enfoque foi o “Agnus Dei”. “Agnus Dei” é uma expressão do latim que significa Cordeiro de Deus. É utilizada pelos cristãos para fazer referência a Jesus Cristo, após ter sido sacrificado na cruz, fazendo parte, por isso, das celebrações religiosas. A interpretação desta expressão varia, contudo, consoante as doutrinas. [Figura 42]

2017

Exposição “A cozinha Maiata, 100 anos de Histórias de Faianças e Sabores da Terra da Maia” A gastronomia, enquanto ramo que abrange a culinária, as bebidas, os materiais usados na alimentação e todos os aspectos a ela associados, resulta de vários fatores como o ambiente natural, a cultura das próprias comunidades, os recursos disponíveis, as necessidades das pessoas e as práticas ancestrais de uma determinada região.

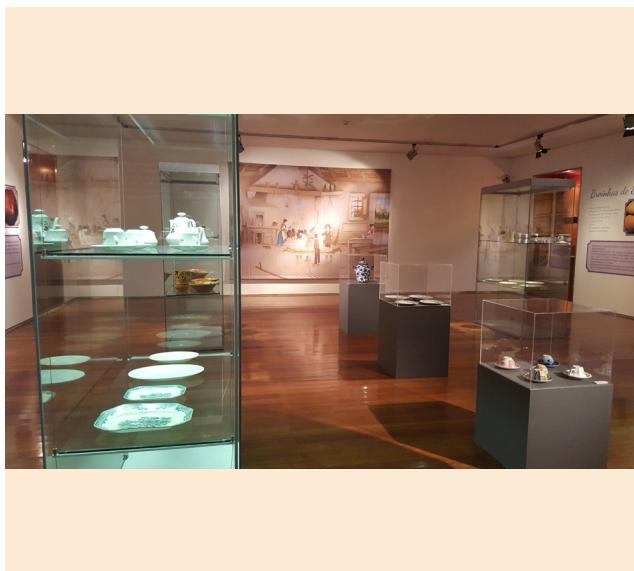


Figura 44

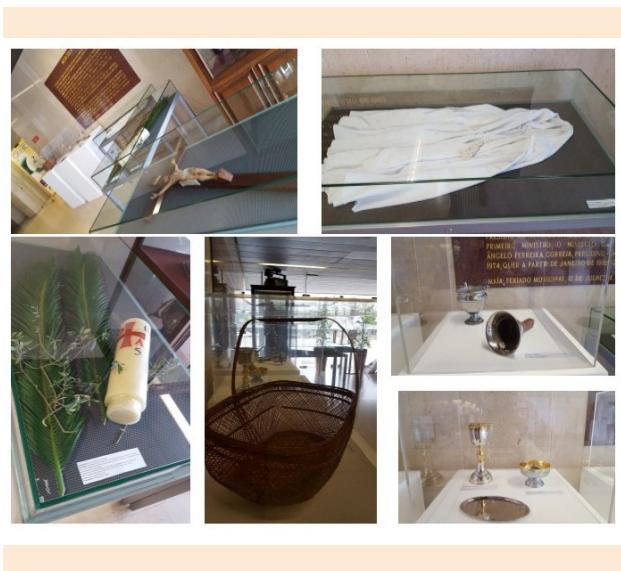


Figura 45

Átrio da Câmara Municipal da Maia
Segunda a Sexta
09:00 - 17:30
ENTRADA LIVRE

ORGANIZAÇÃO: DCT
MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA
INFOPOLITURA@CM-MAIA.PT - MUSEU@CM-MAIA.PT

Exposição Temporária

Celebrar a Páscoa - Símbolos Pascais

Esta exposição pretende, à semelhança dos anos anteriores, assinalar a festa religiosa da Páscoa, dando a conhecer "espólio" relativo a esta celebração no concelho.

Este ano o enfoque serão os símbolos pascais. Os Símbolos da Páscoa são **representações que fazem parte dos rituais da Semana Santa**.

Os objetivos do evento são assinalar a festa Religiosa da Páscoa e divulgar à comunidade elementos relacionados com a respetiva celebração.

DCT - DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO
Gabinete de Presença e Comunicação
Design: MANUEL MACAUZÉS

Figura 46

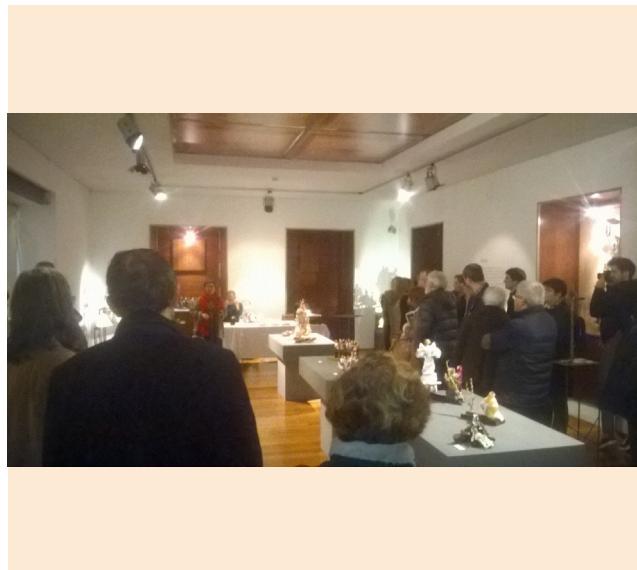


Figura 47

CRISTO Coletivo 18

EXPOSIÇÃO

Instituto Sandim
Célia Matos
Fernando Gómez
Fernando e Helena Miguel
Paulo Gómez
João Gómez
Jorge
Lourenço Ferreira
MANUEL MACAUZÉS
Pedro Ribeiro

23, 24 e 25 MARÇO 2018
MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA
09:00h - 12:30h - 14:00h - 17:30h - ENTRADA LIVRE
INFORMAÇÕES: MUSEU@CM-MAIA.PT - TELEF.: 229871144

ORGANIZAÇÃO: DCT - MUSEU DE HISTÓRIA E ETNOLOGIA DA TERRA DA MAIA
INFOPOLITURA@CM-MAIA.PT - MUSEU@CM-MAIA.PT

Figura 48

No entanto, a gastronomia, tal como outros aspectos do quotidiano das comunidades, tem vindo a sofrer profundas alterações devidas às grandes mudanças sociais dos tempos atuais. Perante um novo tempo, bem como a falta dele, o Homem tem procurado, frequentemente alternativas com o intuito de gastar menos tempo possível, mudando, consequentemente, os seus hábitos relacionados com a refeição e tudo o que a ela respeita. Alimentos diferentes, cozinhados e consumidos de forma diferente não olhando à questão social do ato de comer. Perante este novo contexto urge recuperar hábitos antigos e saudáveis.

Quando nos propusemos a recolher dados sobre a gastronomia na Terra da Maia, partimos para a ideia de procurar a cozinha antiga e tradicional, mas em simultâneo procurar outros aspectos que com ela se relacionem, receitas, costumes, faiança e porcelanas tradicionais e finas na nossa Terra que conferiam a uma refeição muito mais do que apenas um ato de consumo de alimentos, mas sim um momento social onde se associava o bom gosto de uma refeição bem confeccionada e o bom gosto do ato de a servir. *[Figuras 43 e 44]*

Exposição “Celebrar a Páscoa – Símbolos pascais” Esta exposição pretendeu, à semelhança dos anos anteriores, assinalar a festa religiosa da Páscoa, dando a conhecer "espólio" relativo a esta celebração no concelho. Este ano o enfoque foram os símbolos pascais. Os Símbolos da Páscoa são representações que fazem parte dos rituais da Semana Santa. *[Figura 45 e 46]*

2018

Exposição “Cristo Coletivo 18” Esta exposição é o resultado das obras de um grupo de 11 artistas – Coletivo 18. Os artistas são Beatriz Sendin, Carla Mota, Fernando e Milena Miguel, Fernando Jorge, Filipe Meneses, João Gomes, Kuul Portugal, Lourdes Ferreira, Manuel Machado “Pinha”, Pedro Riobom e pretendem afirmar que “A fronteira entre a arte e o artesanato é uma linha de contornos ténues, na avaliação de objetos únicos, feitos integralmente à mão, com uma maneira específica de fazer, onde o autor afirma a sua sensibilidade”.

Coletivo 18 é um grupo formado por 11 pessoas que trabalham nessa fronteira, a partir de materiais diversos - barro, pasta de papel, tecido, metal, e que se lançaram numa experiência de tratarem temas comuns, integrados num projeto independente, em que cada um trará a sua individualidade, experiência e visão, sobre cada um dos temas escolhidos. A apresentação dos trabalhos resultantes do projeto, ao longo do ano 2018, acontecerá em 3 exposições, em 3 locais e em 3 momentos de tempo e cada evento terá a duração de 3 dias. Na inauguração de cada exposição terá lugar o encontro com os autores das obras expostas. O primeiro momento, com o Tema Cristo, terá lugar nos dias 23, 24 e 25 de março, no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia *[Figuras 47 e 48]*



Figura 49



Figura 50



Figura 51



Figura 52



Figura 53

2019

Exposição “500 Anos do Foral da Maia” Um Foral é, sem sombra de dúvida, um dos documentos mais importantes, na definição da identidade de um território. Outorgaram-se forais desde antes da independência de Portugal, ora por razões de defesa, ora para incentivar o povoamento, ora para reorganizar o território. Séculos passados, no final do reinado de D. João II, avolumam-se queixas que levariam a uma profunda reforma dos forais levada a cabo por D. Manuel I. O foral da Maia está entre os muitos que D. Manuel concedeu. Neste ano em que se assinalam os 500 anos da outorga do foral da Maia, entende a Câmara Municipal disponibilizar ao público uma exposição de longa duração (até 2021) sobre esta temática. Esta exposição pretende levar o visitante numa viagem no tempo, desde o século XI até ao século XVI, contando a história dos forais e, particularmente, do foral da Maia, mas também a história do território maiato e das suas gentes. [Figuras 49 e 50]

Exposição “Identidade e Território” Maia: Identidade e Território Esta exposição tem como objetivo divulgar a história local desde a pré-história até à idade moderna levando o visitante a percorrer visualmente as datas mais marcantes da origem e criação da Terra da Maia. [Figura 51]

Exposição “Arqueologia na Maia” Arqueologia na Maia Esta exposição tem como objetivo divulgar a história local com recurso à exposição, documentos e exploração de materiais arqueológicos exumados no concelho da Maia, sensibilizando a comunidade para o património arqueológico, pelo acesso regular ao mesmo. [Figura 52]

20 ANOS DE ATIVIDADES

DIM - Dia Internacional dos Museus O Dia Internacional dos Museus é uma efeméride de grande tradição para o mundo dos museus, tendo a sua celebração tido início em 1977, por iniciativa do ICOM – Conselho Internacional de Museus (organismo da UNESCO). É celebrado anualmente a 18 de maio e têm sido várias as atividades promovidas pelo Museu no âmbito desta comemoração. [Figura 53]

DIMS – Dia Internacional dos Monumentos e Sítios O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios foi instituído em 18 de abril de 1982 pelo ICOMOS e aprovado pela UNESCO no ano seguinte. A partir de então, esta data comemorativa tem vindo a oferecer a oportunidade de aumentar a consciência pública relativamente à diversidade do património e aos esforços necessários para o proteger e conservar, permitindo, ainda, chamar a atenção para a sua vulnerabilidade. Representando um momento anual de celebração da diversidade patrimonial, pretende-se que o dia 18 de abril funcione como um marco comemorativo do património nacional, mas que celebre, também, a solidariedade internacional em torno da salvaguarda e da valorização do património de todo o mundo. Como tal, o Museu tem vindo a comemorar esta data, com ações que promovem o património do Concelho. [Figura 54]



Figura 54

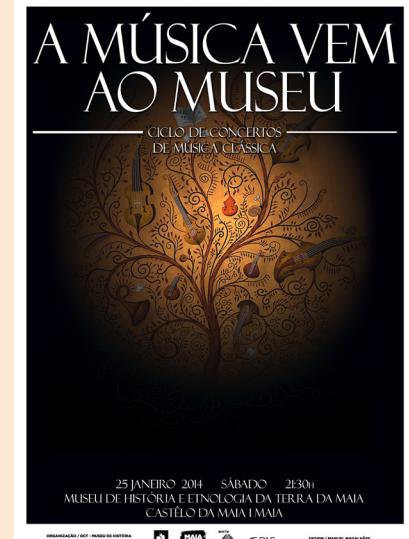


Figura 55

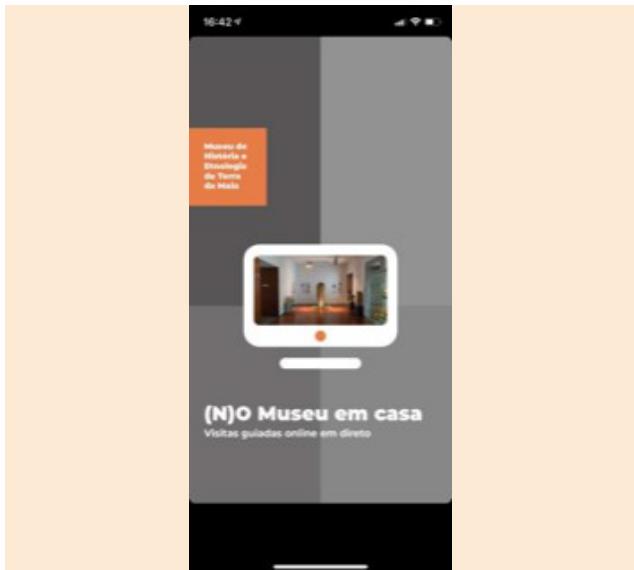


Figura 56



Figura 57



Figura 58

Concertos “A Música vem ao Museu” Esta atividade em parceria com o Conservatório de Música da Maia, essencialmente inserida no âmbito das comemorações do DIM e do DIMS têm enriquecido a cultura e a fruição da mesma por parte de um público abrangente e diversificado, com recurso à arte da música. *[Figura 55]*

Visitas guiadas – online 2020 Com o primeiro confinamento veio também a obrigação de encerramento do Museu. Mas o estar em casa não foi para nós, motivo de “encerramento” total. Tendo em conta a nova realidade que enfrentamos por causa da Pandemia e do Confinamento, o Museu “reinventou” também as suas visitas para poder continuar a chegar a todo o universo escolar do concelho. Assim sendo, passamos a ter ao dispor visitas guiadas on line, onde só tinham e têm de nos “adicionar” às turmas (em 2020 aquando as aulas síncronas, atualmente ainda devido às restrições), para que possamos efetuar uma visita guiada aos alunos complementando assim as suas atividades curriculares. Esta atividade é efetuada em direto (online) e com a possibilidade dos alunos poderem interagir diretamente na visita guiada, tal e qual como quando estão no Museu. Este foi um processo de reinvenção, reintegração e adaptação dos nossos serviços, cujo modelo, bastante apreciado por professores e educadores no geral, nos tem permitido continuar a chegar a todos quantos nos queiram visitar, não importa onde estejam, nós seguramente – estamos lá. *[Figura 56]*

Vem jogar com o Museu O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, com vista a dinamizar as exposições atualmente patentes no mesmo, tendo em conta os conteúdos programáticos das suas exposições, bem como dos conteúdos científico-pedagógicos, elaborou uma atividade que consistiu na criação de um jogo de tabuleiro, baseado no conhecido “Jogo da Glória”, com perguntas sobre as exposições e os seus conteúdos, que permitem trabalhar com o público de acordo com as diversas faixas etárias, criando uma dinâmica Museu-comunidade-Museu. Esta oferta veio também colmatar a ausência de atividades do Museu nas escolas (devido à pandemia e suas restrições). Este jogo que pode inclusive ser requisitado pela comunidade escolar sendo trabalhado em contexto letivo de forma totalmente autónoma traduz-se numa mais-valia para as consequentes visitas ao Museu, ao nível do conhecimento integrado dos conteúdos programáticos existentes. As famílias, os Lares e demais instituições têm no jogo, um momento de partilha de conhecimento, de diversão e educação, numa altura em que, jogar com algo “físico” é muito importante para se abstraírem do mundo virtual para o qual nos vimos forçosamente voltados nestes dois últimos anos. *[Figura 57]*

Recriação da Feira das Cebolas e da Cerâmica O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia revitalizou, através da recriação da tradicional Feira das Cebolas e Cerâmica, uma tradição secular. No ano de 2014, pela primeira vez em muitos anos, o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, entendeu por bem que, a Feira das Cebolas e Cerâmica faziam parte da tradição do Castelo da Maia e estava na



Figura 59

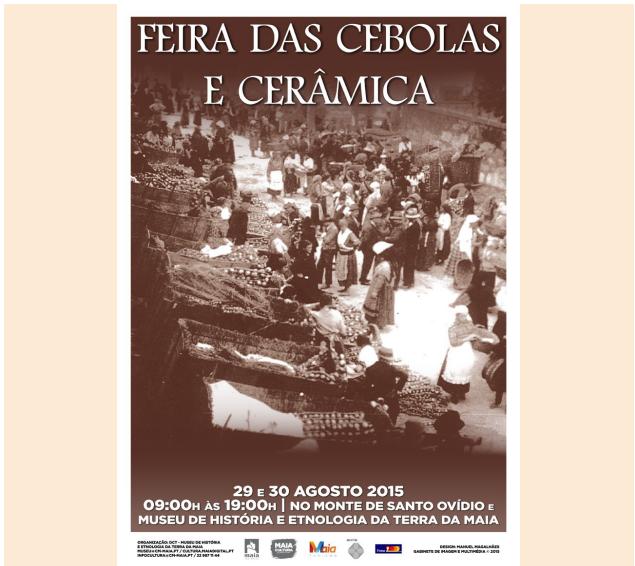


Figura 60



Figura 61



Figura 62



Figura 63



Figura 64

hora de a organizar novamente. Para tal, foram retratados vários espaços e vivências da tradicional feira. Recriou-se, o mais fidedigno possível, um momento de festa, de convívio, encontro de pessoas com o intuito de motivar a gente da Maia, a preservar e reproduzir as suas tradições, as suas vivências, de forma a perpetuar as memórias do passado, herdeiras de um pilar basilar da cultura de um povo, de uma gente e dum espaço que lhes pertence.

A Feira das Cebolas e da Cerâmica, teve lugar nos dias 30 e 31 de Agosto de 2014, no espaço envolvente ao Monte de Santo Ovídio e do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, na Vila do Castelo da Maia, inserida nas Festas em Honra de Santo Ovídio. Depois desta primeira ação, muitas foram as que se lhe seguiram, sempre com a organização do MHETM e com a dinâmica que já nos caracteriza, elevando e potenciando a Festa de Santo Ovídeo da Vila do Castelo da Maia a uma das mais desejadas e esperadas do concelho. *[Figuras 58, 59 e 60]*

Cortejo Etnográfico O cortejo etnográfico consiste num desfile em contexto de Romaria da Senhora do Bom Despacho, no qual participam os grupos de danças e grupos regionais. Tem como objetivos divulgar os trajes maiatos situados entre 1850-1950, contribuir para a dinamização da Romaria da Nossa Senhora do Bom Despacho e sensibilizar para o património etnográfico do concelho. Estes cortejos movimentam sempre cerca de 300 figurantes essencialmente provenientes de grupos de folclore, onde os usos costumes e profissões são retratados ano a ano conforme a temática abordada. *[Figuras 61 e 62]*

Peça do Mês Esta atividade tem como objetivo divulgar a coleção do Museu, destacando uma peça por mês. *[Figura 63]*

Colóquios – “Conversas no Museu” Ao longo dos anos o Museu foi promovendo uma série de debates informais, em jeito de “conversas no Museu”, como forma de aprofundar determinadas temáticas que foram ao encontro do manifesto interesse do nosso público. *[Figura 64]*

Desfolhadas Juntamente com os Grupos de Folclore, que são um dos agentes que dão a conhecer as atividades ligadas ao trabalho agro - laboral, o Museu promoveu a recriação e divulgação da Etnografia no Concelho. *[Figura 65]*

Exposições fora de portas Maia Jardim, Mira Maia, Maia Shopping, Aeroporto, foram alguns dos locais onde o Museu esteve patente com exposições temáticas que levaram a todos a cultura e identidade do Concelho da Maia. *[Figura 66]*

Serviço Educativo Férias culturais, workshops, Lançamento de livros, Teatro no Museu, foram algumas das atividades que ao longo destes 20 anos acolheram, cimentaram e fortaleceram os laços de pertença do Museu dentro da comunidade. *[Figuras 67, 68 e 69]*

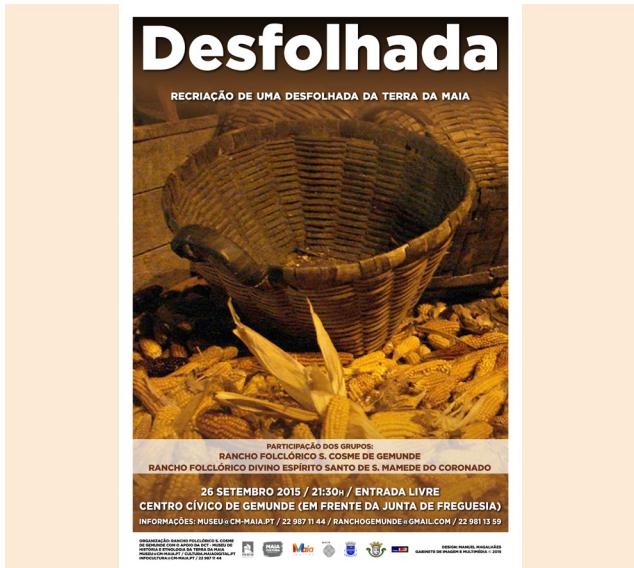


Figura 65



Figura 66

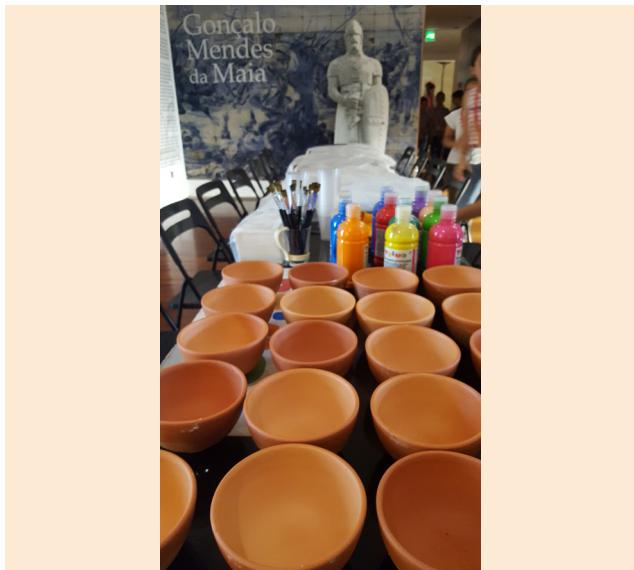


Figura 67



Figura 68

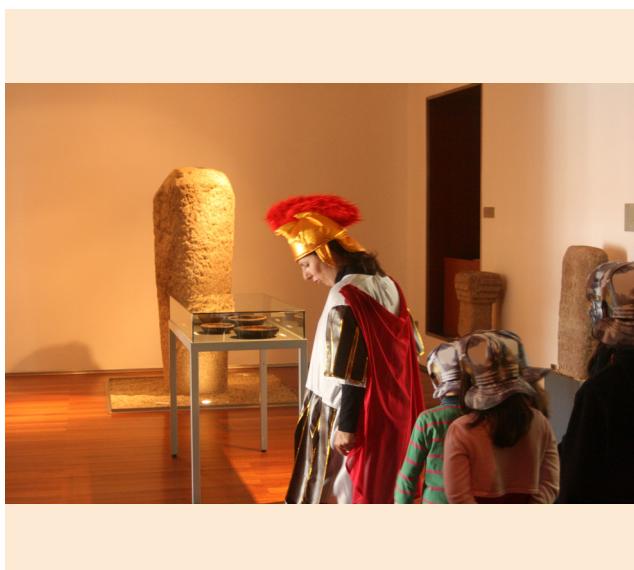


Figura 69

Em jeito de conclusão, estar e ser pela Maia enquanto Museu, faz com que toda a comunidade entenda que acima de tudo deve guardar, proteger e valorizar os seus bens mais preciosos, que são os grandes portadores da memória coletiva. O espaço do Museu enquanto local de memória e salvaguarda da mesma deve ser também um espaço de proteção, de síntese, de alma, de coração, de identidade e de caráter de toda uma comunidade, elevando o nome da Maia relembrando o passado, com os olhos postos no futuro. Assim tem sido ao longo destes 20 anos onde se têm desenvolvido trabalhos de investigação, estudo, inventário e conservação, bem como de divulgação do património e do legado das nossas gentes.

Ao fim de quase 20 anos o Museu foi alvo de uma intervenção de manutenção do edifício com a finalidade de consertar o desgaste próprio da passagem dos inúmeros visitantes que fomos recebendo ao longo dos anos. Acompanhando a dinâmica dos tempos e as mudanças da sociedade de e para todos, tentando sempre melhorar, acreditando que muito mais há para vir e que muito mais iremos criar desenvolvendo e envolvendo a comunidade. Temos por isso, melhorias contínuas que visam uma maior interação com o nosso público, com o intuito de chegar mais perto para podermos ir mais longe.

Convidamos assim, todos quantos nos queiram visitar e conhecer um bocadinho mais da nossa história e memória coletiva.

Estamos à vossa espera!

Ensaio sobre o Aprender

José Vieira de Carvalho e o Ensino

José Augusto Maia Marques

Historiador, Antropólogo e Ensaísta.

Investigador do Gabinete de História da Câmara Municipal da Maia

*A escola é a primeira fonte
Na qual o sábio beberá,
Vinde beber d'estas águas
Da vida na primavera.¹*

PROPÓSITO

Na passagem do 20º aniversário do falecimento do Dr. José Vieira de Carvalho, resgato este texto da gaveta.

Faço-o sobretudo por três razões. A primeira é evocar a figura daquele que foi meu Mestre e Amigo, e que marcou indelevelmente a minha vida. A segunda é revelar à Maia e aos Maiatos, sobretudo às novas gerações, a importância desta figura para o seu progresso e desenvolvimento, o que nunca é demais fazer. A terceira, neste caso talvez a mais importante, é a necessidade e utilidade de revelar àqueles que o conheceram menos bem, e de lembrar àqueles que o possam ter conhecido melhor, quem foi José Vieira de Carvalho, e dar conta do seu pensamento e da sua ação no campo do ensino.

LUGARES (IN)COMUNS SOBRE O APRENDER

No seu livro Aleph², escrito numa viagem feita entre março e julho de 2006, Paulo Coelho escreve: “Quem deseja ver o arco-íris, precisa de aprender a gostar da chuva”. Esta máxima, desde que a li a primeira vez, impressionou-me muito.

Primeiro porque, confesso, não gosto da chuva. Portanto, para apreciar o arco-íris, que considero uma das mais belas criações da natureza, tenho de aprender a gostar da chuva, que detesto. E isto fez-me pensar o mundo e as prioridades de modo diferente. Depois porque me fez transportar esta questão para a Escola e para o processo de Ensino/Aprendizagem.

A Escola é um local de trabalho. Para quem ensina e para quem aprende. Por muito que os profetas da “escola divertimento”, que arruinaram o nosso ensino, nomeadamente nas classes iniciais, queiram convencer crianças e pais do contrário. [Figura 1]

Como todos os trabalhos, aprender tem aspectos doces e acres. Tem bons e maus momentos. Traz alegrias e tristezas. Se puder ser executado num quadro de felicidade e de prazer, tanto melhor. O parto é normalmente muito doloroso, mas leva a enorme felicidade.

Mas se o processo for bem feito por ambas as partes, fornece-nos o mais importante: ferramentas para podermos utilizar na nossa vida.

Mas aprender não se circunscreve ao período escolar. Bem pelo contrário. Já Platão afirmava: “Devemos aprender durante toda a vida, sem imaginar que a sabedoria vem com a velhice”, e o nosso povo consagra este princípio com o ditado popular: “Aprender até morrer”.

1 Quadra inscrita em azulejo na antiga escola Maria Pia, construção promovida pelo Visconde de Barreiros
2 Paulo Coelho, *O Aleph*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2010

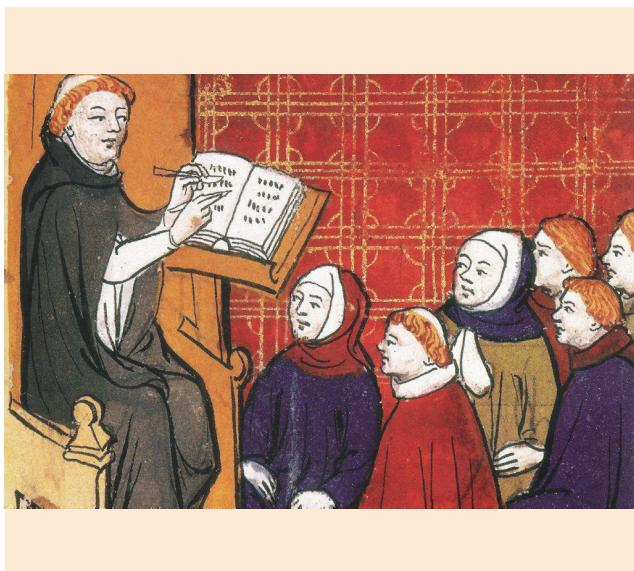


Figura 1

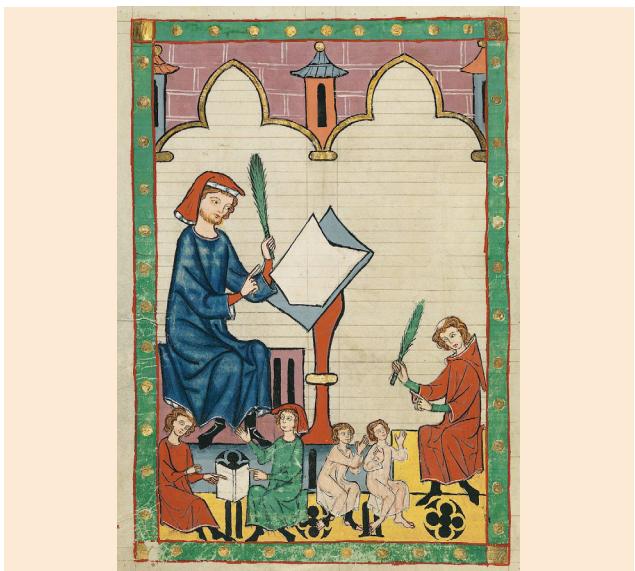


Figura 2

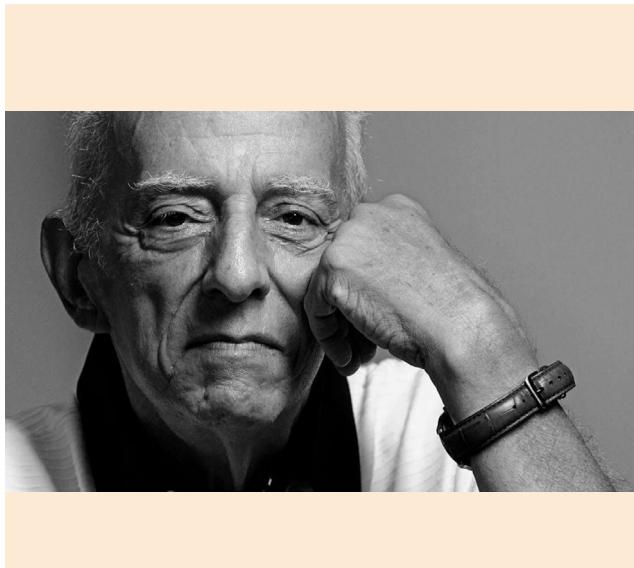


Figura 3



Figura 4



Figura 5

O filósofo, escritor e educador Jiddu Krishnamurti escreve³: “A educação não tem fim. Não está em causa ler um livro, passar num exame e terminar a educação. Toda a vida, desde o momento em que se nasce até ao momento em que se morre, é um processo de aprendizagem.”

Mas é preciso saber aprender. Ou, se preferirem, é preciso aprender a aprender. Estar disponível para essa aprendizagem. Ser um recetor ativo. Peter Drucker, escritor e professor, afirma⁴: “Acceptamos hoje o facto de que a aprendizagem é um processo, ao longo da vida, de se manter a par das mudanças. E a tarefa mais urgente é ensinar as pessoas a aprender”.

E aprende-se muito fazendo. Praticando. Tentando, errando e corrigindo. O Tenor Luciano Pavarotti costumava dizer que “Aprender música lendo apenas teoria musical é como fazer amor por correspondência”.

Por outro lado, é preciso pôr em prática o que aprendemos. Utilizar as ferramentas de que nos munimos. O poeta brasileiro Mário Quintana afirmou que: “Os verdadeiros analfabetos são os que aprenderam a ler e não leem”. E diz um velho provérbio judaico que “Aprender e não recordar o que se estudou, equivale a semear e não colher”.

E em todo este processo, é vetor fundamental o professor. [Figura 2] O escritor, poeta e pensador Nikos Kazantzakis, o genial autor de Zorba, o Grego, que confere uma grande prioridade ao sujeito no processo do conhecer, diz a propósito do professor⁵: “Os verdadeiros professores são aqueles que se usam a si próprios como pontes e que convidam seus alunos a atravessá-las; então, tendo facilitado a sua travessia, desmoronam alegremente, encorajando-os a criar as suas próprias passagens”.

E o controverso psicanalista, pedagogo, escritor e teólogo brasileiro Rubem Alves, sobretudo na sua obra *A Alegria de Ensinar*⁶, defende, um pouco “fora da caixa”, que ensinar é um exercício de imortalidade, que de alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra, sendo que, desse modo, o professor não morre jamais, estando a cada dia no pensamento daqueles a quem ensinou. E adianta mesmo que é preciso ultrapassar os cinco sentidos e chegar ao sexto sentido, por ser o único que permite que se tenha prazer com as coisas que não existem e estão ausentes. [Figura 3]

3 Jiddu Krishnamurti, *Education and the Significance of Life*. San Francisco, CA: HarperOne, 1981. Minha tradução.

4 Peter F. Drucker, *A Functioning Society - Community, Society, and Polity in the Twentieth Century*. New York: Routledge, 2003 [2011]

5 Nikos Kazantzakis, *The Selected Letters of Nikos Kazantzakis*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

6 Rubem Alves, *A Alegria de Ensinar*. São Paulo: Ars Poética Editora, 1994 [2001].



Figura 6

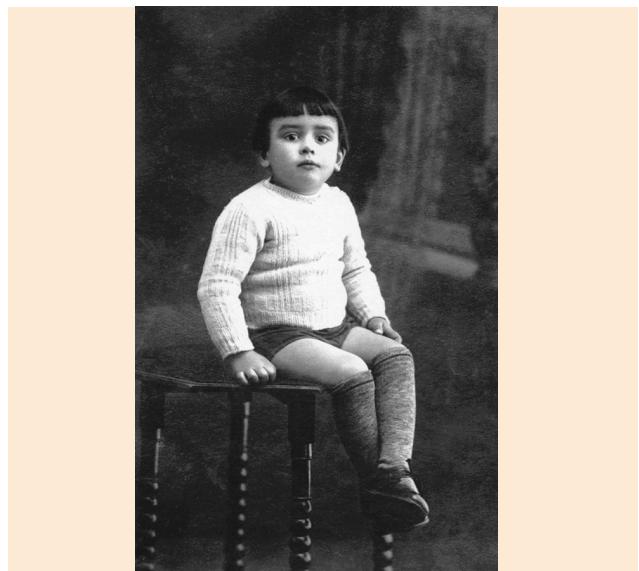


Figura 7



Figura 8

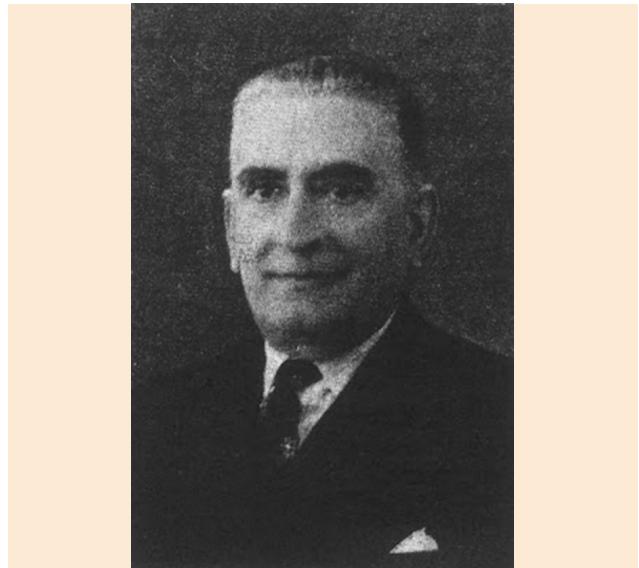


Figura 9

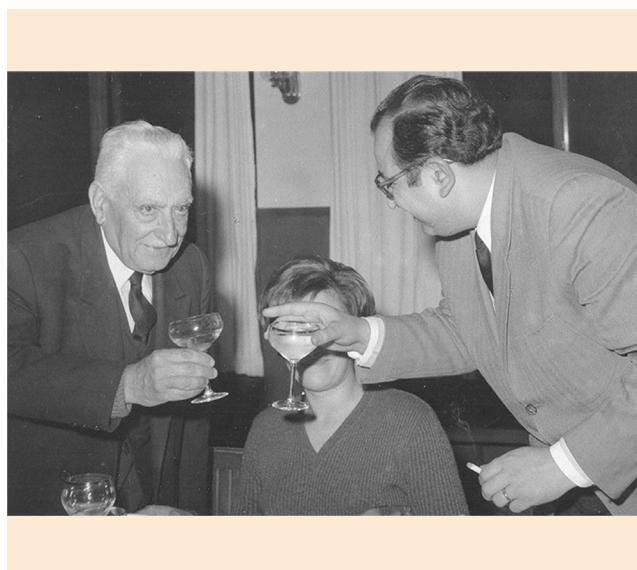


Figura 10



Figura 11

E escreve: "O prazer da leitura é o pressuposto de tudo o mais. Quem gosta de ler tem nas mãos as chaves do mundo... A Literatura, como o corpo da pessoa amada, não é objeto de conhecimentos científicos; é objeto de prazer."

E cita Roland Barthes quando este afirma: "Há uma idade em que se ensina aquilo que se sabe. Vem, em seguida, uma outra, quando se ensina aquilo que não se sabe. Vem agora, talvez, a idade de uma outra experiência: aquela de desaprender. Deixo-me, então, ser possuído pela força de toda a vida viva: o esquecimento...". E completa este pensamento: "Esquecer para lembrar".

Termino esta singelíssima abordagem citando ainda Rubem Alves a propósito dos nossos sonhos para os nossos filhos. Dá que pensar: "Quando eu era pai jovem, não via as coisas do jeito como as vejo agora. Por isto os meus pensamentos tratavam de preparar um futuro para os meus filhos. Claro, era o meu futuro, o futuro que eu sonhava. Não compreendia que os sonhos que saem das crianças não são os sonhos que os adultos sonham. Os sonhos que brotam das crianças colocam os nossos de cabeça para baixo. E que pai e que mãe não se horroriza ante esta possibilidade? Assim tratei de proteger-me: ao invés de sonhar com eles os sonhos deles, cuidei de embrulhá-los nos meus próprios sonhos, para poder dormir melhor".

E porquê esta longa, mas incompletíssima introdução sobre as questões do aprender?

Porque foi com o contacto com o Dr. José Vieira de Carvalho que se me puseram, de forma nítida estas questões. Foi convivendo e trabalhando com ele, como aluno, como assistente, como colega, como colaborador, como coautor, como cúmplice, que comecei a refletir sobre o aprender e sobre o ensinar. E como, e o quê, e onde, e quando, aprender e ensinar.

Apesar de terem passado já vinte anos sobre o seu desaparecimento, é-me ainda muito penoso falar do Dr. José Vieira de Carvalho.⁷ [Figura 4]

A sua mundividência, a capacidade de ver muito para além do presente, a sua pertinácia nos assuntos mais complicados, o seu desejo de ir ao encontro das novidades, para as validar ou não, e as trazer para cá, a sua perspectiva sobre muita coisa que hoje é quotidiana, mas em que ele foi pioneiro, fazem dele alguém que não só não pode ser esquecido, como, nestes dias tão conturbados pela falta de referências, deve ser visto como exemplo.

Cumpre-me aqui agradecer à Família do Dr. José Vieira de Carvalho pela cedência de informação variada, mas sobretudo pela amizade com que sempre me tem distinguido.⁸

7 Este texto segue de perto aquele que li na Sessão "30 anos ao serviço da Comunidade" no Agrupamento de Escolas Vieira de Carvalho em 11 de julho de 2014.

8 Este trabalho muito deve também ao Jornal Primeira Mão, na pessoa do José Manuel Freitas, bem como aos Arquivos Fotográficos da Câmara Municipal da Maia e da Junta de Freguesia de Moreira.



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16

Um aviso à navegação: este “retrato” é da minha exclusiva responsabilidade. O que eu digo aqui sobre o Dr. Vieira de Carvalho é fruto de convívio, de colaboração, de conversas, de amizade, de cumplicidade, de muita admiração. É a minha opinião e a minha visão sobre ele. Não compromete mais ninguém a não ser o seu autor.

Conheci-o, era eu rapaz, nos primeiros contactos com o meu Avô, aquando de alguns arrojados projetos em que ele conseguiu que embarcasse. [Figura 5] Foi, depois, meu professor na Faculdade. Revi-o na sua tomada de posse na sequência das eleições de finais de 79. Voltei a um contacto mais estreito aquando da fundação da Universidade Livre no Porto, na qual colaborei desde a primeira hora, e onde tive a honra, e o privilégio, de ter sido seu Assistente.

Depois, na Câmara Municipal, honrando-me com o seu convite para vir trabalhar para a Cultura e para o Fórum, continuamos a mesma amizade e a mesma colaboração.

Publicamos em coautoria alguns trabalhos, e tive o grato prazer de lhe editar outros. Tive a sorte de me dedicar amizade, que o levou, e recuso-me a pensar que foi premonição, a chamar-me a sua casa na véspera de nos deixar, e ter com ele uma longa conversa de um par de horas. Por isso, como dizia a minha bisavó, mulher sábia, “por mil anos que viva” nunca o poderei esquecer

Posto isto, vamos ao nosso objetivo principal – lembrar o Dr. Vieira de Carvalho, e o modo como ele navegou nas águas do Ensino e da Educação.

E já que falamos de educação, deixem-me que vos diga que o Dr. Vieira de Carvalho sempre defendeu que se deveria distinguir Educação de Instrução. Dizia ele, e eu concordo em absoluto mesmo correndo o risco de me chamarem nomes, que Educação é uma coisa mais abrangente, comum a todos os animais, que consiste em ensinar como se deve viver e quais as regras de vida a cumprir, e essa, compete à família e, por amplificação, a algumas instituições sociais. Instrução, isto é, transmissão dos saberes organizados, essa sim, é competência das escolas. Portanto, educar será papel da Família, instruir será papel da Escola.

Este preâmbulo serve para se possa aquilatar do facto de que o Dr. Vieira de Carvalho tinha uma concepção clara daquilo que deveria ser a Escola de modo a satisfazer as necessidades da população. Veremos isso no final desta intervenção.

O ALUNO

José Vieira de Carvalho nasceu no lugar de Crestins, Freguesia de Moreira da Maia a 18 de abril de 1938.

Era filho de José Francisco de Carvalho, carpinteiro, e de Almerinda Vieira Neves, doméstica, mãe extremosa que ele sempre tinha em lugar de destaque no coração. [Figura 6]

Não nasceu, portanto, em berço de ouro. Teve sempre de lutar, de, como sói dizer-se, fazer pela vida. Mas desde sempre foi alguém com sonhos bem concretos. Com quatro ou cinco anos [*Figura 7*] o rapazinho queria ser cantoneiro municipal, um daqueles senhores com farda e chapéu, que chegavam frequentemente perto de sua casa para limpar valetas e consertar as estradas e os caminhos. E aguardava-os de sachola ao ombro, pronto a acompanhá-los e a imitá-los.

Aí com os seus sete anos, já entrado para escola, e evidentemente por influência da figura tutelar do pai, queria ser carpinteiro.

Na escola primária de Crestins, [*Figura 8*] onde entrou aos seis anos, foi Aluno do Professor João Maria de Oliveira Andrade, [*Figura 9*] com quem faz um óptimo exame da quarta classe. Ele dizia frequentemente que uma das primeiras vezes que foi ao centro da Maia foi justamente para esse exame.

Desenvolveu com o Mestre uma sólida amizade e uma verdadeira veneração profissional e pessoal. Dizia que o Prof. Andrade “foi um grande professor, o meu maior professor”. O Professor esteve presente na sua posse como Presidente da Câmara. Logo que pode, o Dr. Vieira de Carvalho homenageou-o [*Figura 10*] e perpetuou a sua memória na toponímia moreirense. [*Figura 11*]

Creio que começou com esta figura que ele estimava e respeitava, o seu interesse e a sua relação estreita com o ensino.

Por insistência da mãe, faz o exame de admissão aos liceus, e foi estudar para o Colégio dos Carvalhos. [*Figura 12*] É neste estabelecimento de ensino que se vai moldando o seu carácter, que se vai esbatendo a rebeldia própria da juventude e se vai aprendendo o valor da disciplina, do rigor e do trabalho. Mas também o valor da amizade, da camaradagem, do convívio e do desporto.

Guarda-redes exímio da equipa do colégio, [*Figura 13*] o jovem Zé Vieira inicia uma prática desportiva que sempre o acompanhou, e que apenas problemas de saúde fizeram interromper.

Acabado o Liceu, o nosso jovem ruma até Lisboa para prosseguir os estudos. No colégio descobriu uma outra paixão, as ciências sociais e humanas. Filosofia, História, Psicologia, serão áreas do saber por que sempre se interessará.

E Lisboa porquê? Porque no Porto a Faculdade de Letras conheceu um processo de encerramento durante o Estado Novo, entre 1928 e 1931, e só reabriria em 1961/62.

Em Lisboa aloja-se primeiro num quarto na zona de Belém. Mas em 1957, com a fundação do Colégio Universitário Pio XII, [*Figura 14*] ei-lo a mudar-se de armas e bagagens para os domínios do Padre Joaquim Aguiar, seu intimíssimo amigo até à morte.

O Colégio Universitário, fórmula ainda hoje reconhecidamente eficaz, proporcionava-lhe a estabilidade, a sociabilidade e a disponibilidade necessárias para desenvolver as suas atividades. *[Figura 15]* Como o próprio Padre Aguiar dizia, “dar apoio logístico e formação integral do estudante, criando um ambiente comunitário saudável”.

Aqui, o jovem Zé Vieira, a quem alcunharam de “Gonçalão”, também praticou desporto, também fez as suas partidas (e tanto gostava delas...), também conviveu com Mestres *[Figura 16]*, não se eximiu de mostrar dons vocais acompanhado, entre outros, pelo exímio guitarrista Carlos Pinto Coelho, *[Figura 17]* enfim, aqui se reuniram as condições ideais para obter excelentes resultados no ensino superior.

E obteve-os. Matriculado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na Licenciatura em Histórico-filosóficas, José Vieira de Carvalho foi um aluno brilhante dentro de uma espécie de «geração de ouro» de que faziam parte, entre outros, Humberto Baquero Moreno, Luís António de Oliveira Ramos, Orlando Janeiro Romano, Iria Gonçalves e Maria Teresa Campos Rodrigues, um punhado de futuros catedráticos, um verdadeiro escol. De inegável aptidão para a investigação, as suas capacidades não passaram despercebidas ao corpo docente da Instituição, havendo mesmo quem lhe vaticinasse o estatuto de «herdeiro intelectual» da Professora Virgínia Rau. *[Figura 18]*

Licenciou-se com a Tese O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – Subsídios para a sua história, obtendo altíssima classificação. *[Figura 19]* A Câmara da Maia, numa justíssima quanto utilíssima homenagem, editou este trabalho, até então inédito, em 2012.

Entretanto, noutro plano da sua vida, dois acontecimentos marcantes. Em dezembro de 1964 pede a mão de Albina, sua futura esposa, *[Figura 20]* celebrando-se o casamento a 3 de julho de 1965. Preside o Padre Joaquim Aguiar. Pois quem mais pudera ser? *[Figura 21]*

E a árvore frutifica. Nascem a Ana Miguel, a Paula Alexandra e o José Francisco. Todos eram o enlevo do Pai e da Mãe. Mas, claro, o Zé era, para todos, a carinha do Pai...

Entretanto na Maia as coisas fervilhavam. Já várias vezes havia sido abordado, ainda que ao de leve, para substituir o Coronel Carlos Moreira. *[Figura 22]* Os apelos foram mais fortes no final de 1969, vindo a tomar posse do cargo em 14 de fevereiro de 1970.

A sua chamada para assumir os destinos da Câmara Municipal da Maia arredou-o dos rumos da investigação científica. Mas nunca deixou de ler, de escrever e de trocar impressões sobre aspectos relacionados com as suas três grandes paixões – a Alta Idade Média, a Formação de Portugal e a Maia.



Figura 17

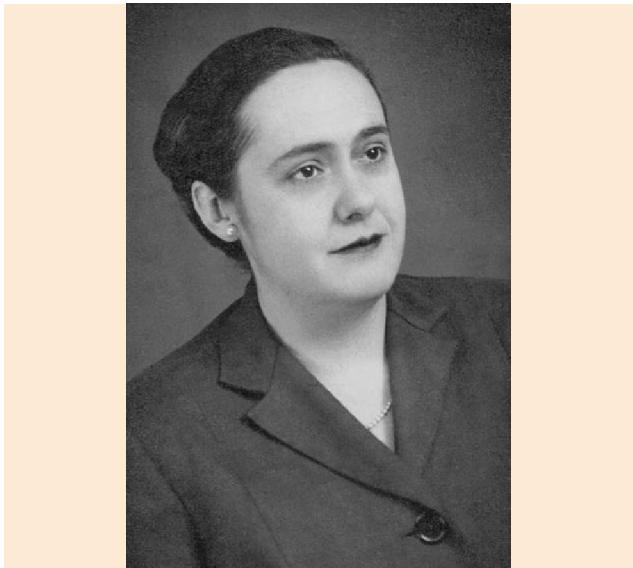


Figura 18



Figura 19



Figura 20

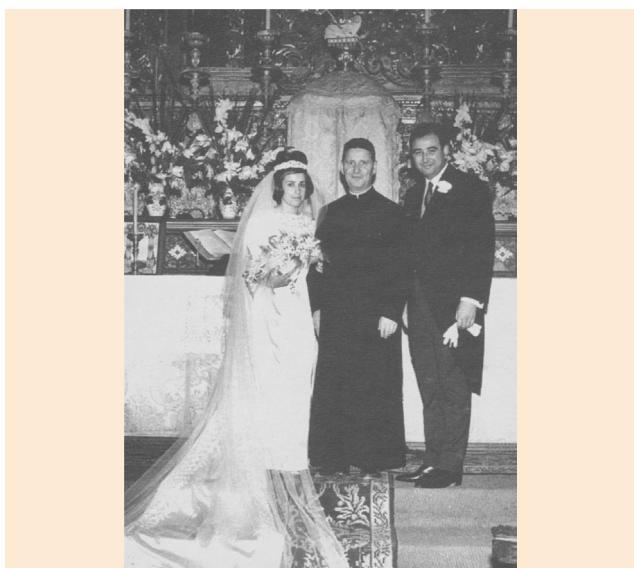


Figura 21

Posso dizer que se perdeu, pelo menos em parte, um promissor historiador. Mas ganhou-se um excelente autarca. Uma referência nacional.

A Maia que José Vieira de Carvalho herdou era a Maia do início do século XX, com exceção dos melhoramentos introduzidos por um outro presidente de altíssima craveira – o Dr. Carlos Pires Felgueiras.

Ele recebe a Vila da Maia, herdeira de Barreiros, e deixa a Cidade da Maia e o Concelho da Maia nos lugares cimeiros do ranking nacional. Foi uma transição formidável. Foi uma prodigiosa trintena de anos.

E deixa até aberto o caminho para uma Maia do terceiro milénio, que só esta inoportuna crise (se é que há crises oportunas), impede que os seus sucessores continuem de forma mais célere.

Com o 25 de Abril atravessa um período proceloso. É o momento em que os amigos falsos se retiram de cena, como os ratos que abandonam o navio, em que os inimigos atacam como bandos de abutres. Um momento propício ao desânimo, à capitulação. Mas isso eram palavras que não constavam do seu dicionário.

Em 1975 foi preso pelo Copcon⁹, essa instituição émula das SS. Um dos célebres mandados de captura em branco do Brigadeiro de aviário Corvacho (sei do que falo, pois estava na tropa no Porto nessa altura) e ei-lo com férias pagas pelo estado no Hotel cinco estrelas de Caxias. [Figura 23]

Quatro ou cinco meses de prisão, sem culpa formada, sem qualquer acusação, sem que se acionasse o sistema judicial normal. Como ele gostava de recordar num círculo restrito, “entramos como saímos...”.

Mas neste país em que a previdência quase sempre falha, a providência não falhou. E pouco tempo depois, já com a poeira assente, ei-lo eleito pela maioria os maiatos.

O PROFESSOR

José Vieira de Carvalho ainda começou a lecionar na escola onde se formara, mas surge, entretanto, a vida militar. Escola Prática de Infantaria em Mafra, R.I.2 em Abrantes, Santa Margarida. Uma mobilização tardia espeta com ele em Angola, nos Dembos. [Figura 24]

⁹ COPCON – Comando Operacional do Continente. Chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho, comandante da Região Militar de Lisboa, para o efeito graduado em Brigadeiro, tinha como representante máximo no norte Eurico Corvacho, comandante da Região Militar Norte, que, segundo Artur Santos Silva em artigo na NOVA CIDADANIA, nº 58, de 2016, foi “o grande responsável pelos atentados mais flagrantes ao Estado de Direito, desde prisões arbitrárias a sevícias sobre os presos “políticos” – como veio a confirmar o relatório mandado elaborar pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, em 1976 - tal como pela mobilização de inúmeros militares para ações desestabilizadoras junto das populações e, em especial, no interior das empresas. A sua atuação foi claramente atentatória dos valores cívicos e militares, como ficou bem demonstrado em 18 de junho, por ocasião do comício do PS, no estádio das Antas”.



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26

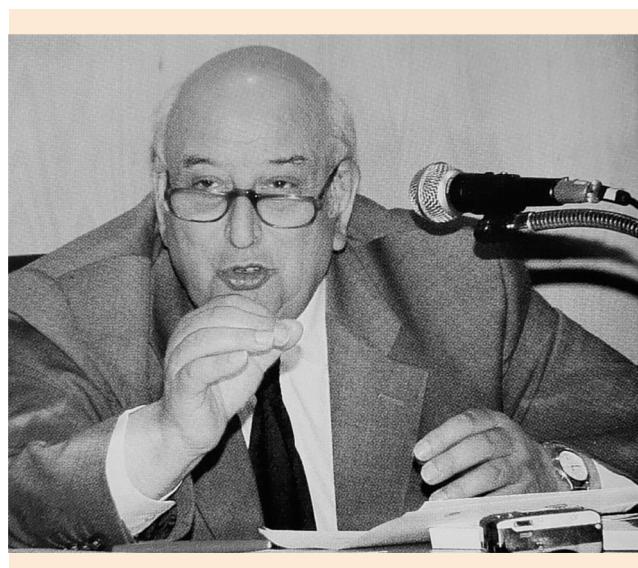


Figura 27

Mas a sua veia de docente começou a fluir logo durante o serviço militar. Como ele gostava de recordar, nos Dembos, dos seus 126 homens, 90 fizeram o segundo ano do liceu e trinta fizeram mesmo o quinto ano de então. Tudo isto com o seu esforço de várias horas por dia, e a ajuda de alguns outros oficiais amigos. E também ensinava crianças locais que, graças a si e aos companheiros, adquiriram instrução que poucos tinham. *[Figura 25]*

Escolhido na instituição castrense para Chefe do Gabinete de Estudos do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, foi, ao mesmo tempo, convidado para professor do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, nas disciplinas de Psicologia Militar e Psicologia do Desporto, e da própria Academia Militar, onde tinha a seu cargo a disciplina de Psicologia Militar e Arte de Mandar.

Em 1966 cumpre-se um dos seus objetivos de vida, que só o «bichinho irresistível da política» levou a pôr de lado – a docência universitária no Porto. Com efeito nesse ano entra para o corpo docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto como Assistente, primeiro, e como Encarregado de Curso, depois – uma carreira que, embora curta, por razões que se prendem com vicissitudes políticas e pessoais, foi fecunda, e deixou gravado bem fundo o seu nome e a marca da sua personalidade naqueles que tiveram o privilégio de ter sido seus alunos. *[Figura 26]*

Foi, ao longo de vários anos, docente de História Medieval de Portugal, História da Cultura Portuguesa, História Moderna e Contemporânea e Paleografia e Diplomática. Teve, para além dos insignes Mestres, colegas de enorme craveira intelectual, tais como por exemplo o já citado Luís António de Oliveira Ramos, que haveria de ser Reitor da Universidade do Porto, Flórido de Vasconcelos, Álvaro Penedos e Jorge Henrique Pais da Silva, com a particularidade de este último ter também trabalhado sobre o Mosteiro de Moreira, embora no aspecto artístico.

Preocupou-se sempre muito com os alunos. Com o facto de disporem de instrumentos de trabalho. Com a possibilidade de poderem comparar ideias. Por isso, e já antes do 25 de Abril, cuidava de coligir antologias de textos ou redigir lições em que os vários campos e as várias teorias estivessem presentes.

Sei do que falo, pois, fui seu aluno. E «aluno voluntário». Nessa altura existia esse conceito de «aluno voluntário», que significava basicamente que o estudante não tinha de ir às aulas e tinha um regime próprio de avaliação. A maior parte dos alunos voluntários trabalhava, e a possibilidade de ir dar aulas era ou um complemento ou mesmo uma progressão significativa na carreira. Logo, não indo às aulas, os alunos não tinham contacto com a Faculdade nem com os Docentes. Estavam mais desapoiados, por isso textos de apoio eram fundamentais.

Na Universidade Livre, quando faltava, tinha a preocupação de me avisar e, uns minutos antes da aula, aí estava o Sr. Sousa a levar-me o «fascículo» das suas lições



Figura 28



Figura 29

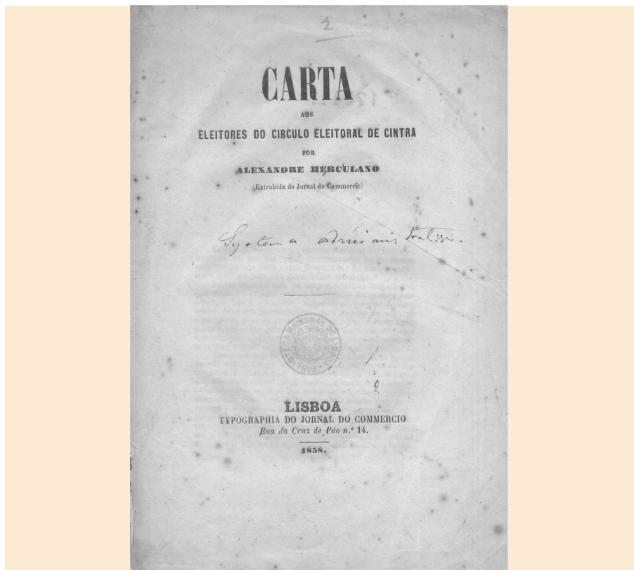


Figura 30

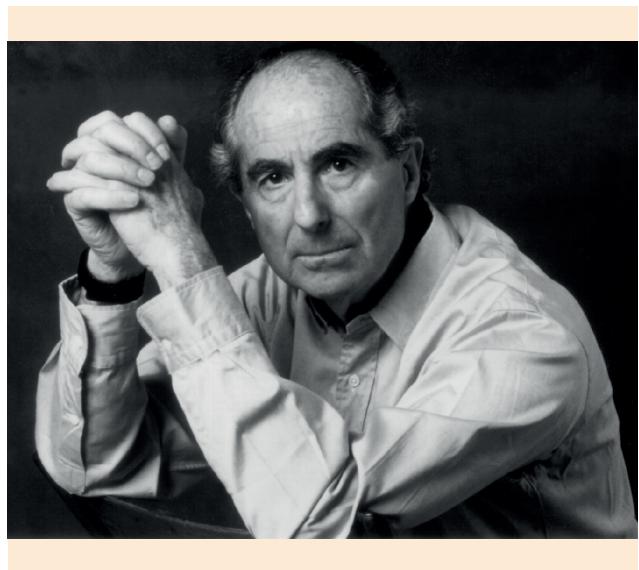


Figura 31



Figura 32

correspondentes àquela sessão. Também aqui sei do que falo, pois, fui seu assistente e, depois, seu colega de docência.

Sempre incentivou a investigação e a publicação. Aliás um dos seus papéis fundamentais em todo o processo na Universidade Livre foi justamente o de defender o primado da investigação e da docência sobre a burocracia e a administração cega.

Se os alunos foram sempre para ele uma fonte de referência e de prazer, com a Instituição universitária, mormente com alguns colegas, ficou-lhe grande mágoa. Escreveu-o aliás, lamentando a “ocorrência de diversas circunstâncias, que muito me desgostaram e que desilustram a Escola, isto é, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, à qual dei sempre um intenso labor, gratamente reconhecido, aliás, por milhares de alunos».

A vida tem destas coisas.

O HOMEM

Era um comunicador excelente (já o havia sido como professor). Mas a comunicação social não simpatizava muito com ele. Não era sensacionalista, não cometia gaffes, não tinha tiques. Mas sobretudo porque quando questionado ele dizia aquilo que queria e não aquilo que a comunicação social queria que ele dissesse. [Figura 27]

Desempenhou cargos de grande relevo. Foi Presidente da Junta Metropolitana do Porto entre 1998 e janeiro de 2002, Presidente do Conselho da Região do Norte, deputado eleito pelo Círculo do Porto à Assembleia da República e membro do Conselho da Europa.

Nos últimos cinco anos da sua vida, integrou igualmente o Comité das Regiões da União Europeia, por nomeação da Assembleia da República.

Nunca quis cargos que o afastassem da Maia. E por mais do que uma vez foi convidado para papéis de maior relevo, inclusive governamentais.

Dedicando-se cada vez mais à vida política, nomeadamente na Presidência da Câmara Municipal da Maia entre 1979 e a data da sua morte, pôs sempre à frente da sua vida pessoal o trabalho pela coisa pública. Com sacrifício, sofrimento e prejuízo da família. Mas esta sempre esteve com ele. Sobretudo nos momentos mais dificeis, que não quero aqui e agora recordar. E ele sabia que em noite de tempestade tinha sempre esse farol aceso para o guiar a bom porto.

Como autarca teve sempre presentes várias questões que considerava pilares de uma boa governação local. A sua preocupação fundamental era o bem-estar das populações. Por isso as infra-estruturas básicas sempre foram prioritárias.

Era um homem de terreno. As grandes obras eram vistas e revistas no local, com

técnicos, empreiteiros e proprietários. *[Figura 28]* Muitas das questões que podiam pôr-se depois eram logo dirimidas aí.

Conhecia a Maia como ninguém. Divertia-se a maravilhar-me, de olhos fechados, descrevendo-me percursos metro a metro, casa a casa. Por isso lhe era fácil planejar.

Mas a sua grande visão prospectiva não ficava por aí. Adepto de que o bom devia ser copiado (ao contrário do que acontecia na Faculdade onde era virtualmente impossível copiar com ele, parecendo dotado de visão de raios X), não se coibia de ir longe, na Europa, na América, na Austrália, onde quer que fosse, conhecer os bons exemplos e as boas práticas. Por isso ele começou a falar em ETAR's¹⁰, em ecopontos, em ecocentros, em recolha seletiva, etc., etc., anos antes que outros colegas seus aqui à volta o fizessem.

Alguns, quando ele falava nisso, sorriam. Pouco tempo depois, ria-se ele de todos na inauguração dessas infraestruturas hoje consideradas básicas.

Era sobretudo simples. Comum. Com virtude (muitas), defeitos (alguns) e manias (muito poucas).

Fumador de longa data, mas em períodos descontinuados, “pelava-se” por um bom charuto. Vê-lo numa loja de charutos bem fornecida era como observar um rapazinho guloso numa loja de chocolates. Dava prazer. *[Figura 29]*

Gostava de citar aos seus colegas, e a alguns amigos, o que Alexandre Herculano escreveu aos eleitores de Sintra, círculo por onde acabara de ser eleito, e que, a dado trecho rezava assim “Acabais de me dar uma demonstração de confiança, escolhendo-me para vosso procurador no parlamento: sinto que me não seja permitido aceitá-la”. *[Figura 30]*

Este texto de Alexandre Herculano é um bom resumo da sua teoria municipalista, que aquele historiador acreditava ser o garante e a salvaguarda dos abusos e das prepotências do poder central, sobre o poder local. O autor defendia a importância da vida política local na governação nacional, para que “o governo central possa representar o pensamento do País”. Por isso defende a chamada eleição de campanário, isto é, a escolha do representante político em função do local onde esse representante vivia, e unicamente pelos eleitores locais.

Então como hoje...

Era um leitor compulsivo. Tinha nos primeiros lugares do seu top José María Gironella (1917-2003) *[Figura 31]* e a sua trilogia sobre a Guerra Civil espanhola

10 Em 1985 entrou em funcionamento a ETAR de Cambados, a primeira da Área Metropolitana do Porto.

Los cipreses creen en Dios, 1953; Un millón de muertos, 1961 e Ha estallado la paz, 1966.

Sempre fez questão de ler, todos os dias, ao menos por uma hora que fosse, um livro científico. Era uma regra inquebrável. Estávamos uma vez em Brioude, França, e aproximando-se a uma hora da manhã, depois de uma amena cavaqueira, chegou ele à conclusão que não tinha trazido nenhum livro. Vi-me então na obrigação de me deslocar ao meu Hotel, do outro lado da vila, para lhe ir buscar um. Ainda esgrimi que era sobre a civilização romana, e que não era em português. Retorquiu-me que o importante era que fosse um trabalho científico. É fundamental exercitar sempre o raciocínio científico, dizia.

Não tinha muito tempo para ouvir música. Mas gostava de Beethoven. E sobretudo da 9ª sinfonia. Dizia-me que Beethoven, para além de marcial e imponente era mestre da disciplina na arte de compor e daí a sua admiração.

Admirava, quase miticamente, o trabalho de Mestre Acácio Lino para a Assembleia da República intitulado “A 1ª Tarde Portuguesa”, [Figura 32] evocando a Batalha de S. Mamede. Representava para ele o início da nossa saga, fazendo-nos como País, descobrindo ouros mundos e fazendo com que o mundo nos descobrisse a nós.

Recitava muitas vezes o Poema «Mãe, minha mãe,» d’A Velhice do Padre Eterno de Guerra Junqueiro, que começava:

*“Minha mãe, minha mãe! ai que saudade immensa,
Do tempo em que ajoelhava, orando, ao pé de ti.
Cahia mansa a noite; e andorinhas aos pares
Cruzavam-se voando em torno dos seus lares,
Suspensos do beiral da casa onde eu nasci.*

.....

Gostava de Eça. [Figura 33] Achava-o um cultor da língua. Um retratista social fenomenal. Um esteio da nossa cultura. “A Cidade e as Serras” era o preferido, mas não desdenhava nada da produção de Eça.

Gostava de Paris. Achava-a a cidade luz e a cidade da luz. Esta segunda luz era a do saber. Era a da Sorbonne. Era a da Filosofia, da História, da Sociologia, alimento do espírito.

Gostava (muito) do cabrito assado no forno do Fernando. E no Fernando se evocava esse gosto em fotografia. Não era grande bebedor. Mas gostava muito de um bom ano de Cartuxa. Tinto, claro.

Admirava Helmut Kohl, com quem esteve com frequência quando era secretário-geral adjunto da UEDS. Conhecera-o, durante uma semana jovem burgomestre de Sankt

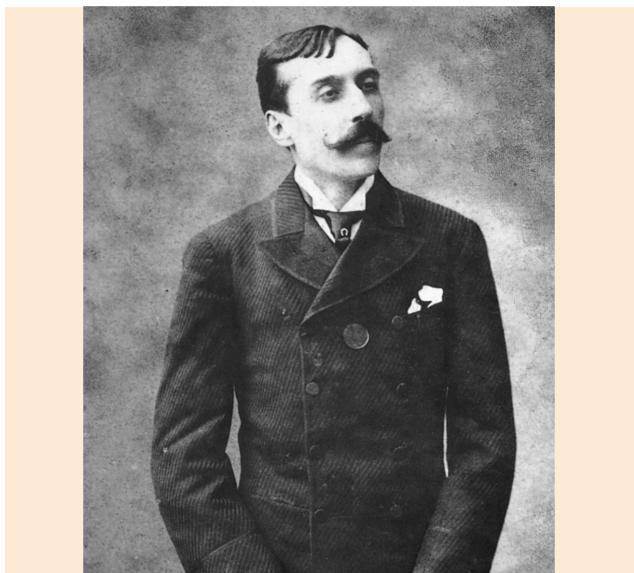


Figura 33



Figura 34



Figura 35

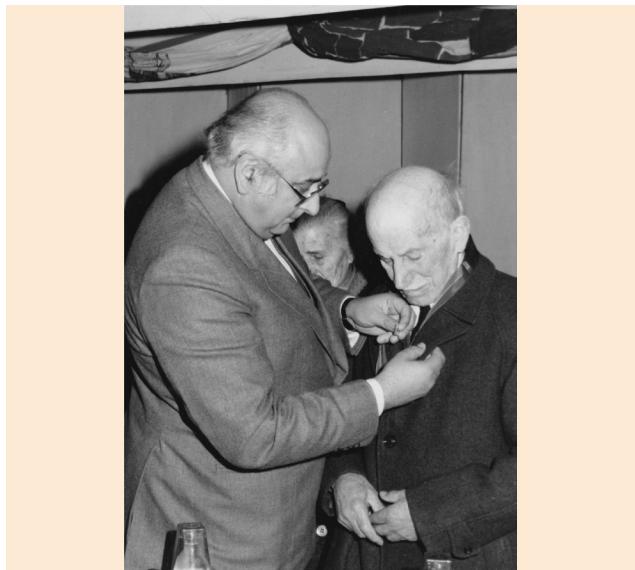


Figura 36

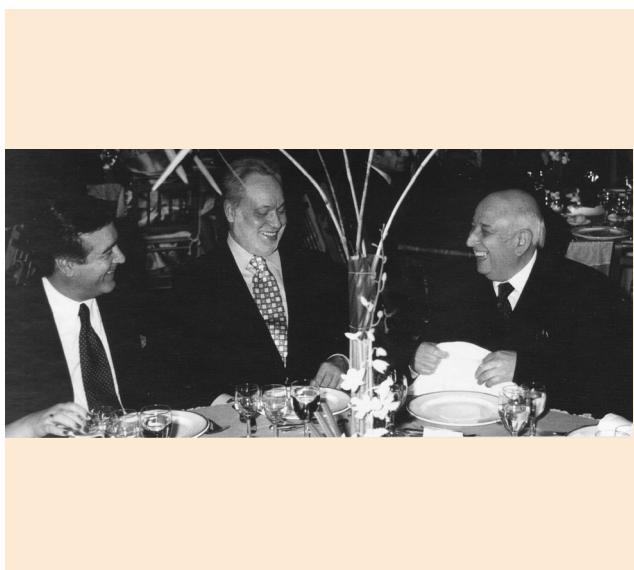


Figura 37

Augustin, antes que, como ele dizia, alguém desse nada por ele, até no seu próprio partido.

Nunca se afastou da prática desportiva, ainda que às vezes fosse só para experimentar, para dar o pontapé de saída, para observar o relvado ou para homenagear uma campeã.

Era exímio e aferroado jogador de sueca. Tinha um grupo, composto por figuras de peso, que ficou, noutros meios que não no do jogo das cartas, conhecido por Grupo da Sueca (Vieira de Carvalho, Eurico de Melo, Silva Peneda, Couto dos Santos, Marques Mendes, Fernando Nogueira...). [Figura 34] A sueca era muitas vezes pretexto para reflexões filosóficas, políticas ou mesmo gastronómicas.

Era um homem da Cultura. Por isso era vê-lo felicíssimo cada vez que se inaugurava uma nova infraestrutura cultural como por exemplo o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia [Figura 35] ou distingundo uma grande personalidade da Cultura maiata, como Mestre Albino José Moreira. [Figura 36]

Gostava de escrever. Sentia-se frustrado por não poder escrever tanto como queria. Dava-lhe um enorme prazer. E era um purista da língua e da construção frásica.

Publicou em 1969 um excerto da sua Tese de Licenciatura feita conferência no Salão Nobre da Câmara Municipal. A meias comigo editamos dois livrinhos de cariz histórico a propósito das inaugurações do Monumento às Bandas de Música e do Palácio da Justiça. Fez várias incursões por áreas políticas, sendo notável o seu trabalho sobre a Regionalização, e de consulta obrigatória para todos os autarcas e governantes o «Que o que governa se comporte como o que serve».

A propósito do restauro do órgão Arp Schnitger da Igreja de Moreira publicou-se um volume em que fez uma excelente introdução.

Já postumamente, três obras: «Ainda Mais Maia», o seu programa para o mandato que infelizmente apenas iniciou, a coletânea de ensaios históricos «Da Maia para Portugal» e a edição integral da sua tese de licenciatura «O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – Subsídios para a sua história».

Marcou-me profundamente tê-lo conhecido «por dentro», como um estratega político de eleição. Como um “jogador”, na total aceção da palavra.

Lembro como uma vez, na minha inocência, o interpelei sobre a eventual inutilidade do estudo que ele mandou fazer sobre o Metro do Porto, estudo «oficioso» e «paralelo» ao oficial. Respondeu-me que frequentemente o empate era uma vitória - «Tens muito que aprender» - (e tinha...) - «Quando o adversário tem a vitória como certa, e nós impedimos que ele nos ganhe, o empate é uma conquista fabulosa porque o impossibilita de concretizar tudo o que queria como queria». Nunca me esqueci



Figura 38



Figura 39



Figura 40



Figura 41



Figura 42



Figura 43

deste rasgo de génio, até porque ele deu os resultados que ele esperava – a «versão Gomes» do Metro não vingou, sendo a final um somatório daquela com a «versão Vieira». O empate foi uma vitória.

Este tema – Metro do Porto – era aliás motivo de frequentes reuniões e contactos entre autarcas da Área Metropolitana do Porto. [Figura 37]

O CONSTRUTOR DE ESCOLAS

Dentro das prioridades que estabeleceu, primeiro a habitação e as acesibilidades, logo em seguida a salubridade através de esgotos e rede de águas e, sempre no pelotão da frente, as Escolas.

Dizia ele numa entrevista à Norte Revista nos anos 80: “No ensino desejamos concretizar uma rede escolar pré-primária à altura das necessidades da população. Desejamos que o Estado cumpra as suas obrigações para com a nossa comunidade, construindo os edifícios necessários a albergar de forma definitiva as escolas primárias e secundárias que a título precário e à sua própria custa a Câmara instalou. Eu não creio que haja outro município que na última década tenha feito tanto pelo ensino como nós. Mau grado isso, muito há ainda a melhorar. E tal facto sucede por expressa incapacidade do Estado”.

É que quando veio para a Câmara, o único estabelecimento de ensino não primário era o Colégio do Bom Despacho. [Figura 38] E graças à acção da Câmara, de um ensino primário mais ou menos generalizado, mas com lacunas de instalações e condições, e do Colégio, passou-se a várias secundárias, várias EB 2,3 e a reconversão e construção de raiz de várias primárias. [Figura 39] Isto utilizando a «antiga terminologia».

Portugal é aliás fértil em revoluções terminológicas – da noite para o dia constrói-se uma ponte, da noite para o dia o primário passa a básico. E permitam-me aqui uma pequena nota. Primário é aquilo que está em primeiro lugar. É aquilo sem o que não conseguimos passar ao secundário. O Sr. Prof. Raúl Moreira foi o meu professor primário. Quem andou na tropa no meu tempo sabe que todos os soldados tinham uma especialidade. Os que não sabiam fazer nada, os que eram quase atrasados mentais, tinham a categoria de «básicos». Acham que o Sr. Prof. Raúl Moreira seria meu professor “básico” como foi meu professor primário? Nunca. Adiante...

Durante as presidências do Dr. Vieira de Carvalho, construíram-se vários estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, melhoraram-se outros [Figura 40] e criaram-se várias creches e jardins-de-infância espalhados pelo concelho numa parceria com a Santa Casa da Misericórdia, entidade que gere essas estruturas. Mas não só.

Em 1971, a 21 de outubro, é publicado o decreto que cria a Escola Técnica da Maia.

Em julho de 1972 o seu Diretor deu início ao processo de instalação de uma escola



Figura 44



Figura 45



Figura 46



Figura 47



Figura 48

que praticamente não tinha nada, quer em recursos humanos quer materiais, a não ser o edifício, construído graças à iniciativa da Câmara, e que era partilhado com uma secção do Liceu D. Manuel II a funcionar no rés-do-chão, ocupando a Escola Técnica o 1º andar. Acreditar-me-ão se vos disser que a primeira aula foi de pé? Garantiu-mo o Dr. Dias Leitão, seu Diretor.

Em 1973, a Escola foi institucionalmente reforçada ao ser “recriada” como Escola Polivalente da Maia. Consumou-se, assim, a integração das quatro vertentes da formação secundária: ensino “liceal” e ensino “técnico”, ensino diurno e ensino nocturno.

A Escola Secundária de Águas Santas, *[Figura 41]* criada a seguir, funcionou durante algum tempo numa antiga escola primária em Pedrouços e em 1986/87, passa a ter instalações próprias onde hoje está e onde foi crescendo em estruturas e número de alunos.

A Escola Secundária do Castêlo da Maia foi inaugurada em 31 de outubro de 1992. *[Figura 42]* Inicialmente concebida para receber alunos do Ensino Secundário, entrou em funcionamento no ano lectivo de 1992/93, tendo progressivamente recebido alunos do ensino básico, do ensino secundário e do ensino profissional.

Sempre que possível, criavam-se estruturas de apoio ao funcionamento das Escolas, nomeadamente cantinas. *[Figura 43]*

E quando era preciso, já antes, mas também depois do 25 de Abril, metia-se o ministro ao barulho. *[Figura 44]*

Esta é a génesis do ensino secundário na Maia.

Todo este percurso, diria proto-histórico, merece um trabalho alargado e aprofundado de recolha e de investigação. Talvez um dia destes, sob os auspícios da Vereação e do Departamento de Educação da Câmara Municipal da Maia, se possa realizar essa trabalho de fundo histórico.

Quanto a esta Escola¹¹, e corrijam-me se erro, abriu em 1983, com apenas 12 turmas do 5º e do 6º anos e cerca de 12 professores; era constituída por pavilhões pré-fabricados, e funcionou como uma secção da escola da Maia, sendo que em 1984 foi considerada escola independente. *[Figura 45]*

No seu 3º ano de existência começaram a ser construídas novas salas para o 7º ano e em 1986 a escola deslocou-se para o actual espaço.

11 Como já referi, falava na Escola EB 2,3 Vieira de Carvalho em 2014

CIDADÃO COM PREOCUPAÇÕES EDUCATIVAS

José Vieira de Carvalho elegeu sempre como suas principais preocupações, no que ao governo da Maia dizia respeito, a Educação, a Solidariedade e a Cultura. E, nestas, sempre pôs o acento tónico nas faixas que tinham menos capacidade de se fazerem ouvir e de reivindicar – os idosos e as crianças.

Sempre incentivou os seus colaboradores, nomeadamente na área da Educação, a tratar dos problemas de frente, contando com as Comunidade Educativas.

Foi sobretudo ele quem lançou a rede de Jardins Infantis, a rede de Cantinas Escolares, a rede de Transportes Escolares, o ensino da Educação Física, [Figura 46] o ensino da Música, o Conservatório de Música, e foi por seu intermédio que se adquiriram terrenos, que se celebraram contratos-programa e protocolos com o Ministério da Educação, que se criou um «parque escolar» que, embora ainda com algumas naturais carências, é, sem sombra de dúvida, um dos melhores do País, a nível concelhio.

Mas mesmo o ensino “não escolar” era alvo das suas preocupações. Consciente da necessidade de mudarmos a nossa atitude para com o meio ambiente, e acreditando que isso só poderia ser feito com as escolas e com as crianças, criou na Quinta da Gruta, no Castelo da Maia, um equipamento pedagógico que antecedeu a Escola de Educação Ambiental.

Gostava muito, como já vos disse, ir lá fora colher experiências para as adaptar cá. Aconteceu isso com os ecopontos e os ecocentros, por exemplo. Alguns colegas desdenharam. Hoje todos fazem questão de dizer que têm ecopontos e ecocentros. A certa altura lançou um desafio às Escolas básicas – destinem uma sala para a ginástica e eu equivoque-a. E assim aconteceu. Sobre tudo isto alguns dos seus colegas de edilidades vizinhas, os mesmos de que falei atrás, sorriram com desdém. Coitados, hoje ninguém questiona as chamadas AEC¹².

A sua paixão pelo ensino leva-o, já depois do 25 de Abril, a abraçar, de alma e coração, o projecto da Universidade Livre do Porto, permitindo que pela primeira vez se abrisse uma porta no monopólio estatal do ensino superior em Portugal. [Figura 47] Nesta Universidade, e perante o choque entre o grupo dos burocratas que “de chicote na mão” queriam controlar absolutamente os Professores, os seus “escravos”, não lhes dando espaço nem condições para a investigação, José Vieira de Carvalho colocou-se inequivocamente ao lado dos docentes e da defesa da importância da investigação.

Depois, já nos finais dos anos oitenta, perante os diversos e nem sempre claros rumos que o ensino superior tomava em Portugal, ei-lo à frente do Projecto do Instituto Superior da Maia, depois Instituto Universitário da Maia, e hoje Universidade da Maia, que abriu as suas portas no ano lectivo de 1991/92, e que volvidos mais de trinta anos, é uma instituição sólida, frequentada por milhares de alunos, e tendo já formado muitas centenas de bacharéis, licenciados, mestres e doutores.

José Vieira de Carvalho nunca esqueceu a escola da sua Terra. Várias vezes me disse que tinha orgulho nela. E que queria uma Secundária em Moreira. Consegiu-se.

Deixai-me terminar com uma pequena inconfidência que ele me perdoará, e que diz respeito justamente à véspera da sua morte, quando me fez saber que gostaria de falar comigo.

Curiosamente, conversamos sobretudo sobre o futuro – um trabalho que estávamos a planear sobre o Foral da Maia, um outro trabalho que eu levava a cabo sobre Camões e a Maia, a 2^a fase do Museu, e um livro seu que estava a ser concluído, e que ele infelizmente já não viu em edição definitiva.

Ele queria um lançamento diferente, com dois ou três intervenientes lendo um ou outro texto a propósito, vestido a rigor, e a ser feito em vários locais do concelho. Apontei-lhe algumas estruturas culturais, com as quais ele concordou, e pediu-me para acrescentar a EB 2,3 de Moreira. Perante alguma surpresa minha, que procurei disfarçar, mas que ele logo percebeu, acrescentou: “Sabes, é uma espécie de compensação por ainda não ter conseguido a Secundária para a minha Terra, mas ainda tenho muita esperança...”.

O seu sonho cumpriu-se, tarde para ele, mas sempre a tempo para nós moreirenses.

Apesar de só ter vivido pouco mais de sessenta anos, aplica-se-lhe completamente uma máxima que ele próprio frequentemente nos comunicava: “Aprendi com os meus sessenta anos que «longos dias têm cem anos». O tempo é uma coisa que caminha lentamente e que vai esclarecendo as posturas de cada um. A minha é esta: eu sei essencialmente trabalhar. Preocupo-me pouco com o resto.” [Figura 48]

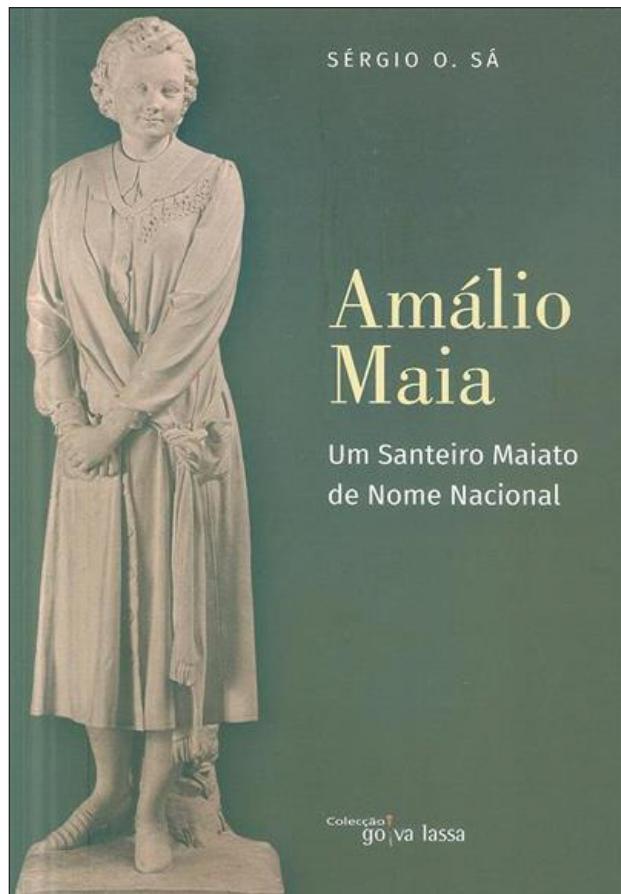
Notas de Leitura

Ao longo destes dois anos, vários autores deram à estampa publicações que se focaram sobre a Maia e a sua história, importantes contributos para o estudo da nossa terra.

Aqui ficam algumas sugestões de leitura.

“Amálio Maia – Um Santeiro Maiato de Nome Nacional”

Sérgio O. Sá (2020)



Amálio Maia – Um Santeiro Maiato de Nome Nacional
Sérgio O. Sá
Coleção Goiva Lassa, 2020
ISBN: 978-989-33-1103-5

Mais uma obra excelente, com o rigor, a qualidade de escrita e o grafismo sóbrio e incisivo a que nos habituou Sérgio Sá.

Professor, Artista Plástico de muita valia, ótimo retratista, santeiro também ele nos seus inícios de vida, músico, cultor das coisas da história local, Sérgio Sá é um homem multifacetado a exigir uma biografia. Melhor ainda seria que fosse uma autobiografia.

Não podemos esquecer, ao menos nós os maiatos e os que gostamos das coisas da Maia que, dentro de uma vasta e importantíssima obra, Sérgio Sá é o autor de “Santeiros da Maia – No último ciclo da escultura cristã em Portugal”, “Altino Maia – o pensar e o fazer de um escultor” e “Alberto Sá, Escultor Santeiro”, todos na Coleção Goiva Lassa.

Desta vez o retratado/biografado por Sérgio Sá é Amálio Maia.

Amálio Maia, como se pode ler na primeira badana do livro, viveu “Uma vida inteira a pensar arte na Terra que o teve, levando o nome de Cidadelha e da Maia aos quatro cantos do mundo. No âmbito do seu estatuto profissional, legou à Comunidade uma obra digna de admiração, prestimosa acrescência ao Património Cultural do País”.

Este livro organiza-se em torno de dois objetivos primordiais: a vida do autor e a sua obra.

Mas, como todo o bom trabalho de investigação, começa com uma viagem de contextualização pelo mundo da Arte Sacra, com tés etapas: “Arte Sacra – das origens ao século XIX”, “Do declínio” e “Último capítulo”.

Esta viagem introduz-nos no mundo de Amálio Maia e permite-nos conhecer melhor a sua personalidade e perceber as suas escolhas artísticas e os caminhos que trilhou.

De seguida, Sérgio Sá traça um retrato de Amálio, na sua vertente pessoal e como empreendedor.

Ficamos a saber que Amálio nunca frequentou a escola oficial, embora “lendo e escrevendo com fluência e razoável correção”.

Foi desportista, um excelente ciclista, aliás, homem de teatro, revelando-se um interessante ator, versejador com algum mérito, produzindo até letras que foram musicadas.

De espírito empreendedor, nunca se acomodou e procurou sempre progredir, até à fundação da firma Maia Irmãos, uma organização de perfil moderno, e que procurou, e em grande parte conseguiu, quebrar o círculo vicioso que se formava entre encomendadores, intermediários (casas de artigos religiosos) e produtores. De tal modo que abriu mesmo uma sucursal em Braga, em plena zona de fabricantes e das tais casas de artigos religiosos.

Depois vem o segundo grande objetivo: conhecer a obra “organizá-la” e “catalogá-la” na medida do possível.

E uma vez mais Sérgio Sá oferece-nos um trabalho rigoroso, de enorme qualidade e de grande valia para a História da Arte Sacra.

A obra de Amálio aparece-nos organizada em dois grandes blocos: De autoria própria e reprodução de modelos alheios.

Dentro de cada um destes blocos surgem-nos os vários temas representados, com destaque para os temas alusivos a Maria, a Jesus, a Santos e Santas e a outras personagens.

Aqui, lembramos as esculturas da Sãozinha de Alenquer, que constitui aliás motivo de capa, e a de D. Nuno Álvares Pereira como guerreiro.

Também a da Senhora do Bom Despacho, encomendada pela Comissão de Festas de 1948.

Da minha devoção jacobea, apenas um excelente S. Roque, em tamanho natural, na Capela da sua devoção na Póvoa de Varzim.

Foi também o autor dos bustos de Sá e Melo, Augusto Simões, ambos da Maia, do Visconde de Santa Maria (Ferreiró, Vila do Conde) e de José Clemente da Costa (Rua do Bolhão, Porto).

Enfim, uma vida cheia, com vastíssima e importantíssima obra espalhada pelo mundo.

José Maia Marques

“Lendas da Maia – por freguesias”

José Faria

JOSÉ FARIA

LENDAS DA MAIA

Por freguesias



Lendas da Maia – por freguesias

José Faria

Euedito, 2022

ISBN: 978-989-8983-97-8

Se procurarmos nos dicionários encontramos, para a palavra Lenda, no sentido que aqui nos interessa, definições muito semelhantes:

- Narrativa ou tradição escrita ou oral de coisas ou factos fantásticos, muito duvidosos ou inverosímeis
- História maravilhosa, fantástica ou mirabolante cujos personagens são seres sobrenaturais, geralmente contando tradições populares, folclóricas
- Narrativa transmitida oralmente pelas pessoas, visando explicar acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais, misturando fatos reais, com imaginários ou fantasiosos, e que vão se modificando através do imaginário popular.

Temos então que, na maioria dos casos, Lenda é uma narrativa que altera, pela imaginação popular ou pela invenção poética, factos históricos: as lendas frequentemente contêm um elemento real, mas normalmente não são verdadeiras. Mas também pode ter como fundo uma explicação para fenómenos que o homem não comprehende. Ou ainda pode traduzir um ensinamento de ordem moral ou comportamental. E por aí fora...

Conforme se vão popularizando, as lendas tendem a ser reproduzidas e registadas em forma de contos e histórias escritas, principalmente em livros.

Etimologicamente, a palavra lenda vem do latim medieval que quer dizer “aquivo que deve ser lido”.

Inicialmente, as lendas contavam sobretudo histórias de santos e de fundo religioso, mas estes conceitos foram-se transformando em histórias que falam da cultura de um povo e das suas tradições.

As lendas tentam fornecer explicações para todos os acontecimentos e situações, inclusive para coisas que não apresentam explicação científica comprovada, como por exemplo os supostos fenómenos sobrenaturais.

A lenda pode ser explicada como uma degeneração do mito, porque como são repassadas oralmente de

geração a geração vão, com o passar do tempo, sendo alteradas. Como diz o ditado popular: “quem conta um conto, acrescenta um ponto”.

A maior parte das lendas possuem quatro características do que é popular: antiguidade, persistência, anonimato e oralidade; por isso elas são importantes para entender a cultura portuguesa e os seus mitos, já que a presença mítica contribui fortemente para organizar as práticas religiosas e as demais práticas sociais.

Muitas lendas tinham o objetivo de explicar acontecimentos inexplicáveis, misteriosos, sobrenaturais, que o homem não percebia nem dominava

As lendas são também uma importante forma de transmissão de cultura que, de algum modo, permitem uma ponte entre gerações.

Embora sejam episódios fabulosos, transmitidos oralmente durante séculos, as lendas não deixam de nos fornecer em muitos casos, dados, pistas, ideias que nos permitem compreender ou pelo menos chamar a nossa atenção para este ou aquele facto, para esta ou aquela preexistência entretanto esquecida ou desaparecida.

Quantas vezes são lendas que nos ajudam à compreensão de muitos episódios históricos e da génesis de muitas localidades e dos seus monumentos.

Como Joel Cleto afirma, "Em alguns casos, são os únicos vestígios arqueológicos que existem relativamente a determinadas épocas e acontecimentos".

Pois o Zé Faria resolveu recolher e compilar em livro várias lendas da Maia.

Este livro é, obviamente, um ato de escrita, de criatividade literária, de exercício poético. Mas é também um resgate patrimonial. Recolhendo, estudando e publicando, o Zé Faria salva do esquecimento estes pedaços de passado e afinal também de presente.

Estamos perante uma seleção de 23 lendas, percorrendo todas as freguesias do nosso Concelho.

Não vou fazer aqui uma releitura do trabalho do Zé Faria. Isso caberá aos meus Amigos quando lerem o livro. Rever as lendas, velhas e novas, dar-lhes outras interpretações, enfim, dar asas à imaginação.

Faltam aqui lendas? Claro, muitas. Gostaria de ter visto aqui a história da Cabreira, em Barca, a das Fanecas de 4 fffff, em Moreira. Mas não pode ser tudo. Para a próxima se verá.

Leitura obrigatória para quem gosta destes temas e de vê-los tratados em relação à Maia.

José Maia Marques

“Ilustres da Maia - volume III”

Vítor Maia



O Grupo do Facebook Memórias da Maia, resolveu, nesta era pós confinamento, reatar os seus encontros presenciais. E para assinalar o facto, resolveu homenagear Vítor Maia, fundador do grupo e recente e precocemente desaparecido.

A melhor homenagem que pode fazer-se a quem escreve é editar os seus livros e lê-los. E em boa hora o Grupo Memórias da Maia tomou sobre si o compromisso de publicar a última obra de Vítor Maia – Ilustres da Maia – com dois volumes já editados, o terceiro composto e o quarto manuscrito.

Assim, e com a ajuda de várias boas vontades, de que sobressaem a Tipografia Lessa e a Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura, este terceiro volume foi lançado no passado domingo dia 17 de julho.

Vítor Maia, nascido em Nogueira da Maia, licenciado em Biologia e Geologia, Mestre em Ciências do Ambiente, foi uma personagem multifacetada. Professor dos Ensinos Básico e Secundário, investigador de História Local, produziu uma vasta obra no que à Maia (e não só) diz respeito.

Destaco aqui “Maia, um olhar sobre o Século XX”, de 2001, “Amálio Maia – o Homem e o Escultor” de 2002, os 3 volumes de “Santa Maria de Nogueira – Monografia”, de 2011-2013, “O Maia dos Marfins” de 2014 e os “Ilustres da Maia”, de 2018 e 2019. A obra agora apresentada impressa, já disponível em PDF, apresenta-nos, como já é habitual, os biografados arrumados por ordem cronológica.

Assim, começando pelos tempos mais remotos, Vítor Maia traça-nos o perfil biográfico de D. Paio Mendes da Maia, Arcebispo de Braga e grande colaborador de D. Afonso Henriques, com papel importante na fundação da nacionalidade. Depois, surge o Beato Domingos Jorge, natural de Vermoim, martirizado no Japão. Tal como sua mulher e seu filho. Segue-se Maria Peregrina de Sousa, escritora, poetisa, cultora das coisas da etnografia, que alcançou notoriedade no mundo das letras, pese embora Camilo Castelo Branco tenha tentado denegrir a sua imagem.

António da Silva Moreira, brasileiro de terna viagem, moreirense, empreendedor e proprietário da Casa da

Torre no Largo da Feira de Pedras Rubras, e o Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, médico, especialista em medicina tropical e higiene colonial, responsável pela introdução do quinino no tratamento da malária, e professor de História e Geografia, são outros dos biografados.

Na viragem do século, surgem-nos dois nomes maiores da cultura nacional. Um é o de Carolina Machaëlis de Vasconcellos, que estudou filologia clássica e românica, para além de literatura greco-romana, francesa, espanhola e italiana, entre outras. Foi a primeira mulher a lecionar numa universidade portuguesa, na Universidade de Coimbra, e uma das duas primeiras a entrar na Academia das Ciências. Casada com Joaquim de Vasconcelos, foi professora de Filologia tornando-se Doutor Honoris Causa nesta área. O outro é o do Conselheiro Luís de Magalhães, jornalista, escritor e poeta, jornalista e político tendo sido deputado e ministro. Era filho do grande tribuno José Estêvão. Dono da Quinta do Mosteiro de Moreira, transformou este local num areópago por onde passaram grandes nomes da cultura e literatura portuguesas, tais como Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime de Magalhães Lima, Alberto Sampaio e António Feijó.

Já na contemporaneidade, surge-nos o importante nome de Dom José Alves Correia da Silva, o primeiro bispo de Leiria após a restauração da diocese, e que muito contribuiu para credibilizar o fenômeno de Fátima. Segue-se o Professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, médico, antropólogo, ornitólogo e professor universitário, mas também estudioso da cultura popular.

O Dr. Costa Lima, médico, verdadeiro João Semana do século XX, homem do desporto e que deu o seu nome ao Estádio do Castelo, o Padre Afonso Silva, antigo pároco de Gueifães, a poetisa Aizul, pseudônimo de Luzia Ferreira Pinto, Manuel Gens, empresário, folclorista, e etnógrafo são biografados de seguida.

Fernando Campos, o grande romancista histórico, autor entre outros de “A Casa do Pó” e “O Cavaleiro da Águia”, Victor Maia, filho de Amálio Maia, o último santeiro daquela dinastia, Zita Leão, filha de Aizul e também ela escritora, o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, catedrático de História da Arte, Antropólogo e Arqueólogo, Gomes Pereira, funcionário público, homem do desporto e dirigente associativo e Ilídio Fontes, escultor de grande valia, professor, dirigente escolar, completam esta obra.

Mas além destes perfis biográficos, destaca-se a inclusão de pequenos textos que, a propósito dos personagens, nos esclarecem sobre histórias e memórias da Maia.

É o caso de “Antigo Mosteiro. Igreja Conventual e Quinta do Mosteiro” a propósito da figura de Luís de Magalhães, de “As Aparições de Fátima”, a propósito de D. José Alves Correia da Silva.

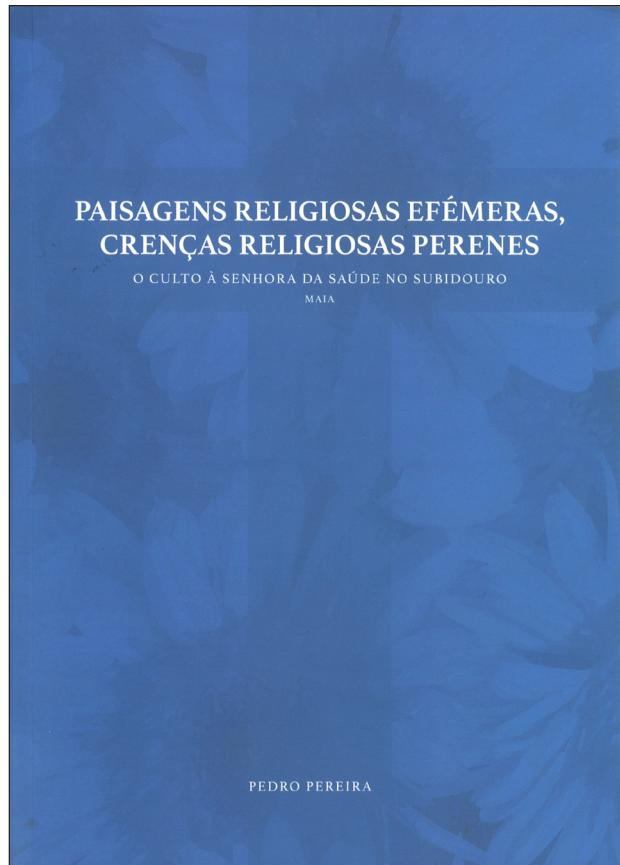
Um livro de leitura obrigatória para quem gosta das coisas da Maia.

José Maia Marques

**“Paisagens religiosas efémeras,
crenças religiosas perenes: o culto à
Senhora da Saúde no subidouro -
Maia”**

**“Em busca da saúde: O culto da
Senhora da Saúde numa perspetiva
antropológica”**

Pedro Pereira



Decorreu no dia 7 de maio, na Biblioteca Municipal da Maia, o encontro com o investigador Pedro Pereira, onde apresentou o seu mais recente livro intitulado “Paisagens Religiosas Efémeras, Crenças Religiosas Perenes: o culto à Senhora da Saúde no subidouro - Maia”.

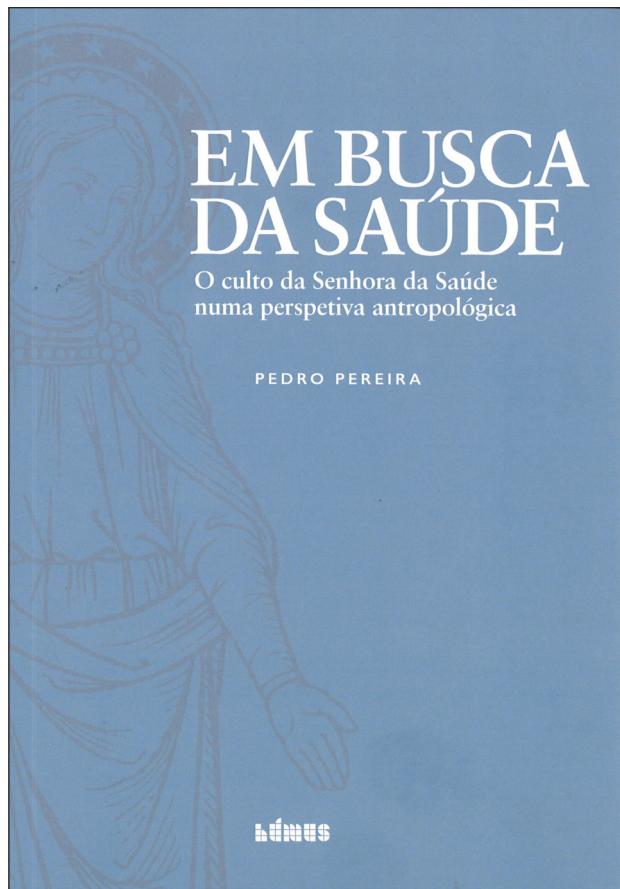
Este livro foi editado pela Câmara Municipal da Maia, no âmbito da missão assumida de “consevar, valorizar, promover e difundir o património cultural do concelho, contribuindo para reforçar a identidade cultural da região”.

Nesta pertinente abordagem procura-se compreender as motivações que levam as pessoas a recorrer à Senhora da Saúde para lidar com a doença, com o sofrimento e para promover a sua saúde.

Conhecida a grande devoção das gentes de Gueifães e um pouco por todo o concelho pelo culto à Senhora da Saúde, a intenção de Pedro Pereira passa por abordar a interligação entre saúde e religião presente neste culto, onde sugere a necessidade da realização de uma genealogia das conceções de saúde, de doença e das estratégias de cura, ao longo da história do cristianismo e do período precedente.

Tendo como bases a antropologia da religião e da saúde, o culto em causa é situado no universo de devoção mariana, descrevendo o seu nascimento, o seu desenvolvimento e a sua difusão.

Paisagens Religiosas Efémeras, Crenças Religiosas Perenes
Pedro Pereira
Câmara Municipal da Maia, 2021
ISBN: 978-972-8315-70-2



Ao combinar o espaço com o movimento, são analisados os lugares de culto da Senhora da Saúde e descritos os movimentos de crentes e das imagens.

Já no ano anterior, este investigador do Instituto de Cristianismo Contemporâneo/CICMER deu à estampa a obra “Em busca da saúde: O culto da Senhora da Saúde numa perspectiva antropológica”, pelas edições HUMUS.

Fruto de uma longa viagem, esta dissertação de doutoramento proporcionou o estabelecimento de uma variedade de contactos que permitiu aprofundar esta temática de Senhora da Saúde, de uma forma mais ampla, transversal e abordando diferentes campos multidisciplinares.

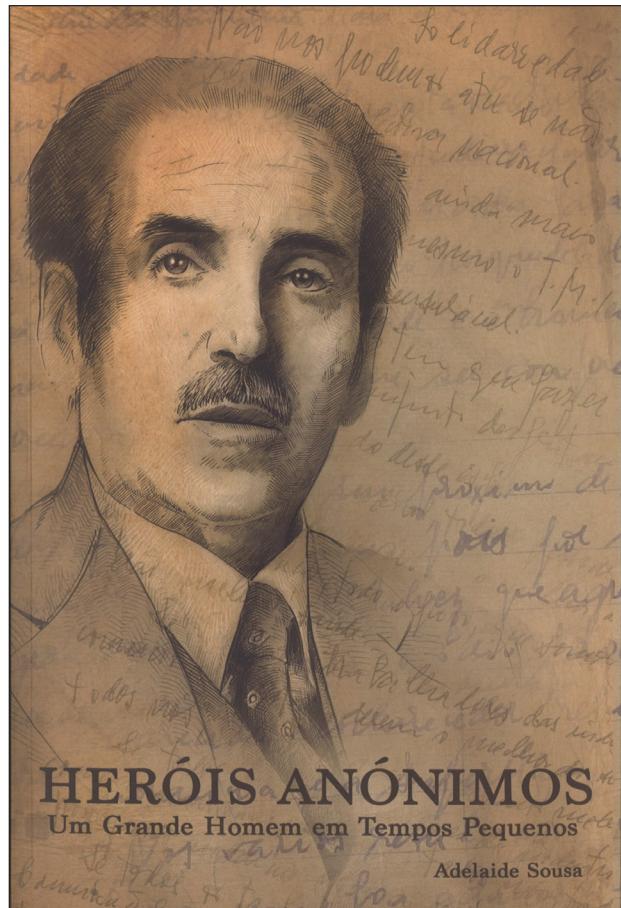
Pedro Pereira é licenciado, mestre, doutor e pós-doutorado em Antropologia, possui uma pós-graduação em práticas terapêuticas e diversidade cultural e outra em dinâmicas religiosas. É também professor adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, lecionando diversas unidades curriculares de âmbito antropológico em cursos de diferentes níveis e áreas, nomeadamente: turismo, design, enfermagem, gestão e gestão artística e cultural.

Rui Teles de Menezes

Em busca da Saúde: O culto da Senhora da Saúde numa perspectiva antropológica
Pedro Pereira
Húmus e Autor, 2021
ISBN: 978-989-755-680-7

“Heróis anónimos - Um grande Homem em Tempos Pequenos”

Adelaide Sousa



O livro “Heróis Anónimos” é uma obra dedicada a Arnaldo de Sousa e Silva (1923- 1990) cidadão deste concelho, autodidata, cuja vida foi muito intervintiva e dedicada ao bem da comunidade em que estava inserido. Foi sócio da Associação Recreativa “Os Restauradores do Brás Oleiro” e esteve desde a primeira hora na Associação de Solidariedade Social “O Amanhã da Criança”. Figura preocupada com bem-estar da população, lutou por melhores condições da sua terra, ao envolver-se em diligências para a construção da sede dos Restauradores, de uma Escola Primária na Caverneira, conhecida como Moutidos-2, assim como da ponte nas imediações.

O livro regista também poemas e peças de teatro, guardadas do seu espólio pessoal, de textos antigos representados ou ditos nas associações, em que era ativo, bem como pequenos trechos da história dessas associações, importantes contributos para a história dessas associações, onde se destacam panfletos e fotografias inéditas, material desconhecido do grande público.

Heróis anónimos - Um grande Homem em Tempos Pequenos
Adelaide Sousa
Autor, 2021
Dep. Legal: 482800/21

Contém ainda correspondência com jornais e boletins, e discursos feitos em ocasiões comemorativas, que demonstram o seu interesse pela preservação ambiental, nas questões sociais, nos pormenores do dia-a-dia, e na vida dos cidadãos.

Este livro foi apresentado no Café Concerto do Fórum da Maia a 31 de julho de 2021, na presença da autora que nos descreveu como surgiu a ideia de relembrar uma pessoa que muito lhe diz, o seu Pai.

Adelaide Sousa nasceu em 1947. Iniciou a sua carreira profissional na Escola Preparatória e Secundária de Gondomar.

Licenciou-se na Escola de Belas Artes do Porto, tendo participado em várias exposições de pintura e fotografia.

Professora de Educação Visual e Tecnológica, desempenhou vários cargos no Ensino Básico e Secundário, nas Escolas onde esteve colocada ao longo de 41 anos de serviço.

É coautora do Manual escolar “Construir” e autora de cartazes, capas de livros e ilustrações de livros infantis.

Rui Teles de Menezes

“A Arquitetura e a Cidade”

Nuno Antunes Lopes,
Sérgio Filipe Pinto Amorim,
coord. e textos



No contexto da recente celebração dos 500 anos do Foral da Maia, o Mês da Arquitetura da Maia 2021 propõe uma narrativa, entre muitas possíveis, da construção da cidade da Maia e do seu centro.

Trata-se de uma visão configurada através de um conjunto de obras de arquitetura que, em si próprias, e através das relações que estabelecem com a cidade, são capazes de explicar ou, pelo menos, testemunhar, alguns dos principais processos da transformação urbana ocorrida, em particular, nos últimos sessenta anos.

Privilegia-se a diversidade de formas arquitetónicas e de programas, de escalas e de sistemas construtivos, mostrando a complexidade da disciplina da arquitetura e da sua prática.

Para além da arte, da técnica, dos desenhos, do virtuosismo dos autores e da obra realizada, esta exposição pretende evidenciar o processo do “fazer arquitetura” – o imenso e extraordinário labor dos que a criam e constroem, umas vezes com maior atenção mediática, outras no silêncio do anonimato. Em contínua mutação, a cidade é feita de milhões de vidas, ações, decisões, formas, materiais e vontades.

A Arquitectura e a Cidade

Nuno Antunes Lopes, Sérgio Filipe Pinto Amorim, coord. e textos
Câmara Municipal da Maia, 2021
ISBN: 978-972-8315-66-5

Qualquer descrição da cidade é insuficiente para a explicar. Esta é, ainda assim, uma tentativa de compreender melhor a Maia, deixando um registo para o futuro e um contributo para o discurso que cada um possa fazer da cidade que está diante de nós, e que, muitas vezes, passa despercebida.

Este livro é o resultado do projecto de curadoria e coordenação científica de Nuno Antunes Lopes, arquiteto maiato licenciado e mestre pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), responsável pela Unidade de Gestão de Projetos e Reabilitação Urbana da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., e Sérgio Filipe Pinto Amorim, arquiteto licenciado pela FAUP e doutorado pela Universidade Lusíada do Porto, professor universitário e investigador do CITAD e do CEAU. O design gráfico é da autoria de Miguel Brugo Rocha. As fotografias são de José Augusto Lessa.

Partindo de uma seleção de 17 projetos e obras marcantes, e através de desenhos, fotografias e textos, o leitor pode descobrir os processos de conceção de algumas arquiteturas de referência, que permitem explicar o desenvolvimento da cidade nas últimas décadas e perspetivar o futuro.

Os projectos abordados são: Paços do Concelho, Torre Lidor, Complexo Industrial AAA e Habitações Operárias, Mercado da Vila do Castelo da Maia, Conjunto Habitacional do Sobreiro, Centro Cívico da Maia – Fórum, Urbanização do Novo Rumo, Parque Central da Maia, Edifício de Habitação Coletiva, Edifício Maia Trade Center, Centro Comercial e Hipermercado Maia Jardim, Praça Dr. Vieira de Carvalho e arruamentos convergentes, Escola Secundária ES/EB3 da Maia, Zona Desportiva da Cidade – Parque Maia, Restaurante Burger King, Viadutos e inserções urbanas do Metro do Porto e Rotundas do Lavrador e Memorial da Árvore.

Rui Teles de Menezes

Reaviva o dom que há em ti
– O ministério ordenado nas
Cartas a Timóteo e Tito

Joaquim Domingos Areais

Joaquim Domingos Areais

Reaviva o dom que há em ti

**O ministério ordenado
nas Cartas a Timóteo e Tito**

 **Liturgia**

No dia 30 de setembro de 2022, teve lugar no Pequeno Auditório do Fórum da Maia, o lançamento do livro “Reaviva o dom que há em ti - O ministério ordenado nas Cartas a Timóteo e Tito”, da autoria do Padre Joaquim Domingos Areais, numa iniciativa promovida pela Biblioteca Municipal da Maia.

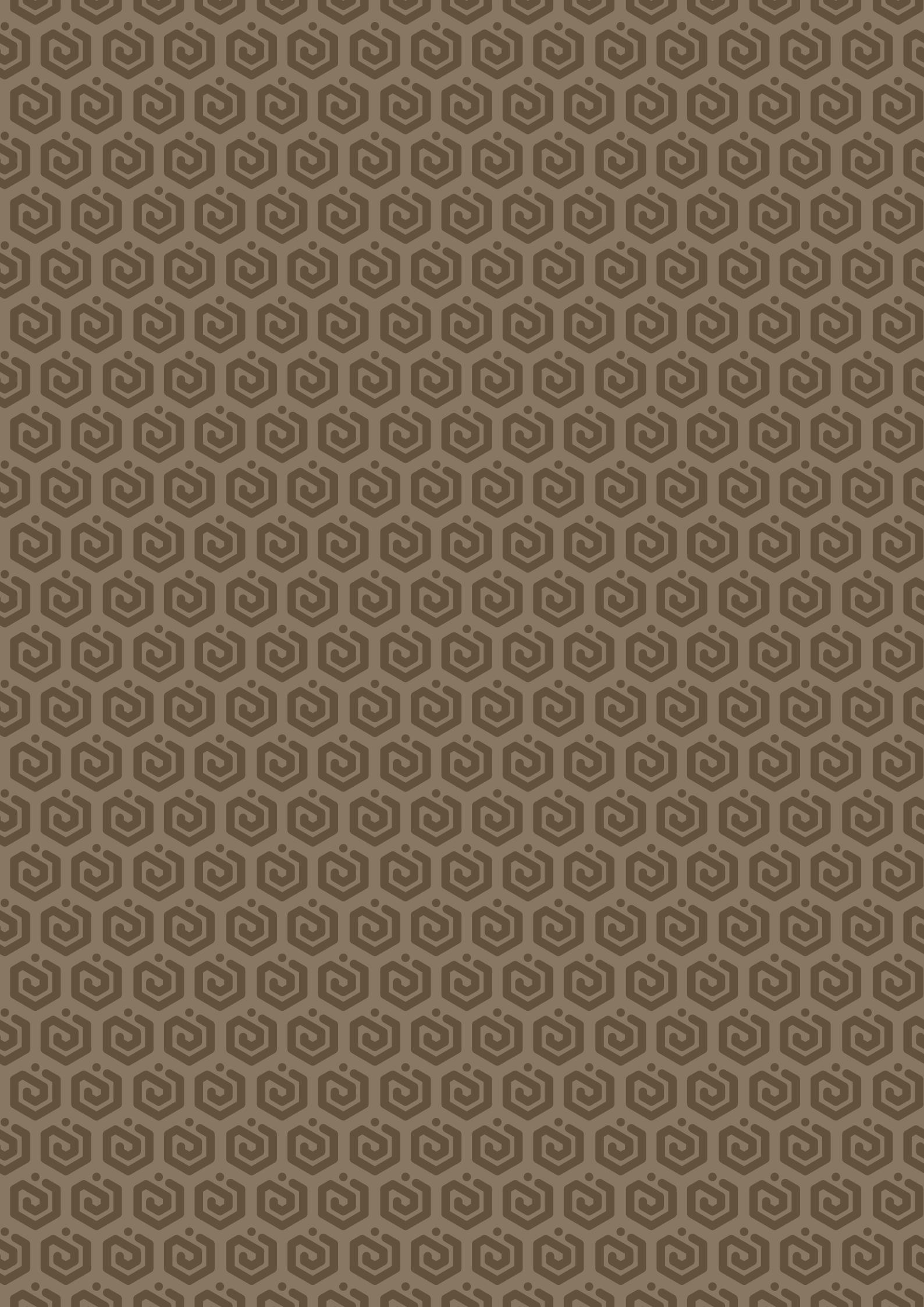
Destacamos esta passagem, bem reveladora da temática abordada. “Nas Cartas Pastorais, Paulo apresenta-nos a figura do Pastor da Igreja, como guia afetuoso, compreensivo, atento ao essencial, que não se distrai com ilusões ou fantasias, realista, fraterno e com os pés bem assentes na terra. Homem vigilante, que não corre atrás de falsas promessas nem se deixa enganar facilmente, capaz de infundir coragem e esperança, como o Servo de Javé (cf. 2Tm 2,22-26), que faz do serviço a sua missão.

Reaviva o dom que há em ti – O ministério ordenado nas Cartas a Timóteo e Tito
Joaquim Domingos Areais
Secretariado Nacional de Liturgia, 2022
ISBN: 978-989-9081-29-1

Esta imagem do Pastor é também essencial, nos dias de hoje, que precisa de pastores, segundo o coração de Cristo, promotores do diálogo, escutando e animando, no serviço do anúncio fiel do Evangelho e dos mais frágeis, numa Igreja, que olha para os vastos horizontes do futuro com fé e esperança, compreendendo os tempos da paciência de Deus.”

Domingos Areais nasceu a 30 de agosto de 1966, na freguesia de S. Pedro Fins, concelho da Maia. É padre da diocese do Porto e foi prefeito no Seminário do Bom Pastor e professor no Colégio de Ermesinde, pároco de Arrifana e Romariz (Feira), missionário Fidei Donum nas paróquias de Ibaraki e Takatsuki, na Diocese de Osaka (Japão). Fez a licenciatura em Teologia e o mestrado em Antropologia Teológica, na UCP (Porto), com uma tese intitulada “Os desafios da pós-Modernidade à Evangelização”. Frequentou o Pontifício Instituto Bíblico de Roma (Itália), concluindo a Licenza Canonica em fevereiro de 2014 com uma tese sobre o “Khaire – Alegra-te (Lc 1,28)” da Anunciação; integrado no plano de estudos desta Licenza frequentou também um semestre na Universidade Hebraica de Jerusalém (Jerusalém/Israel). Defendeu a tese de doutoramento em 2020, na Faculdade de Teologia.

Rui Teles de Menezes



Ficha Técnica

**REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO V1/VII, 2021/22
#1**

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Sofia Barreiros

EDITOR

José Maia Marques

EDITOR ADJUNTO

Rui Teles de Menezes

DESIGN

João Roque Pinto

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados
ISSN: 2183-8437

DEPÓSITO LEGAL

509488/22

CONTACTOS

infocultura@cm-maia.pt
cm-maia.pt

